

BIBLIOTECA ACADÊMICO LUIZ VIANA FILHO

180 anos | 1826 - 2006

"Porque somente os povos que amam
os livros aprendem a amar a
liberdade e ambicionar o progresso."

Senador Luiz Viana Filho



*Biblioteca
Acadêmico
Luiz Viana Filho*

1 8 0 A N O S D E H I S T Ó R I A V I V A

1 8 2 6 - 2 0 0 6

Brasília
Senado Federal
2006

COMISSÃO COMEMORATIVA DOS 180 ANOS DA BIBLIOTECA DO SENADO

PRESIDENTE

Simone Bastos Vieira

MEMBROS

Ana Claudia Costa Badra

Cláudia Coimbra Diniz

Elisa Roriz M. Domenici de Moraes

Gaetano Ré

Helena Celeste Ribeiro Lustosa Vieira

João Carlos da Silva Teixeira

Luiz Augusto Almeida Castro

Maria Cristina Pedrinha de Lima

Rachel Maculan Sodré

Stelina Maria Martins Pinha

Thales Augusto Guimarães Vieira

EDIÇÃO DO LIVRO: BIBLIOTECA ACADÊMICO LUIZ VIANA FILHO: 180 ANOS DE HISTÓRIA VIVA

COORDENAÇÃO GERAL

Simone Bastos Vieira

PESQUISA HISTÓRICA E BIBLIOGRÁFICA

Cláudia Coimbra Diniz

Helena Celeste Ribeiro Lustosa Vieira

Maria Cristina Pedrinha de Lima

Rachel Maculan Sodré

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Helena Celeste Ribeiro Lustosa Vieira

João Carlos da Silva Teixeira

Maria Cristina Pedrinha de Lima

Simone Bastos Vieira

Stelina Maria Martins Pinha

TEXTO FINAL

João Carlos da Silva Teixeira

COLABORAÇÃO ESPECIAL

Antonio Lisboa Carvalho de Miranda

Cândida Aguiar Nara

Elsita Campos da Paz

Maria Elisa Loddo

Maria Lúcia Vilar de Lemos

Maria Riza Dutra

Secretaria de Arquivo

Subsecretaria de Anais

Secretaria de Recursos Humanos

DEPOIMENTO E ENTREVISTAS

Tânia Beatriz Hormann, cedida gentilmente, pela Secretaria TV Senado, da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal.

FOTOGRAFIA

Geraldo Magela - páginas 8,14,21,27,33,38-40, 46 47, 50, 56, 58, 59, 64, 65, 108-118, 123, 133-139, 148-150, 176, 177, 191-193

Waldemir Barreto - páginas 4,10, 16, 19, 22-24, 26, 32, 34, 36, 41, 72, 75-107, 117, 119, 120, 123-132, 141-147, 151-175, 179-190

Cedidos gentilmente, pela Secretaria Agência Senado, da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal.

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Subsecretaria de Projetos Especiais

Chefe de Serviço

Gaetano Ré

Núcleo de Criação e Marketing

Patrícia de Paula Gomes

Fernanda Lustz de Sá

IMPRESSÃO

Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal (SEEP)



1826 - 2006

180 anos

BIBLIOTECA • Senado Federal



Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho : 180 anos de história viva : 1826-2006. -- Brasília : Senado Federal, Comissão Comemorativa dos 180 anos da Biblioteca do Senado, 2006. 210 p. : il.

1. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Biblioteca, história. I. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão Comemorativa dos 180 anos da Biblioteca.

CDDir 341.2531

SUMÁRIO

Apresentação • 9

Senador Renan Calheiros • 9

Prefácios • 11

Senador José Sarney • 11

Senador Marco Maciel • 15

Um tesouro literário • 17

Agaciel da Silva Maia • 17

Capítulo I História • 20

1 Período de 1826 - 1960: Biblioteca do Senado no Rio de Janeiro • 21

2 Período de 1960 - 2006: Biblioteca do Senado em Brasília • 41

Capítulo II Biblioteca Hoje • 56

Capítulo III Obras Raras e Valiosas • 72

1 Coleção Obras Raras • 74

2 Coleção Luiz Viana Filho • 122

3 Coleção Especial • 140

4 Coleção Periódicos • 178

Capítulo IV Biblioteca do Futuro • 194

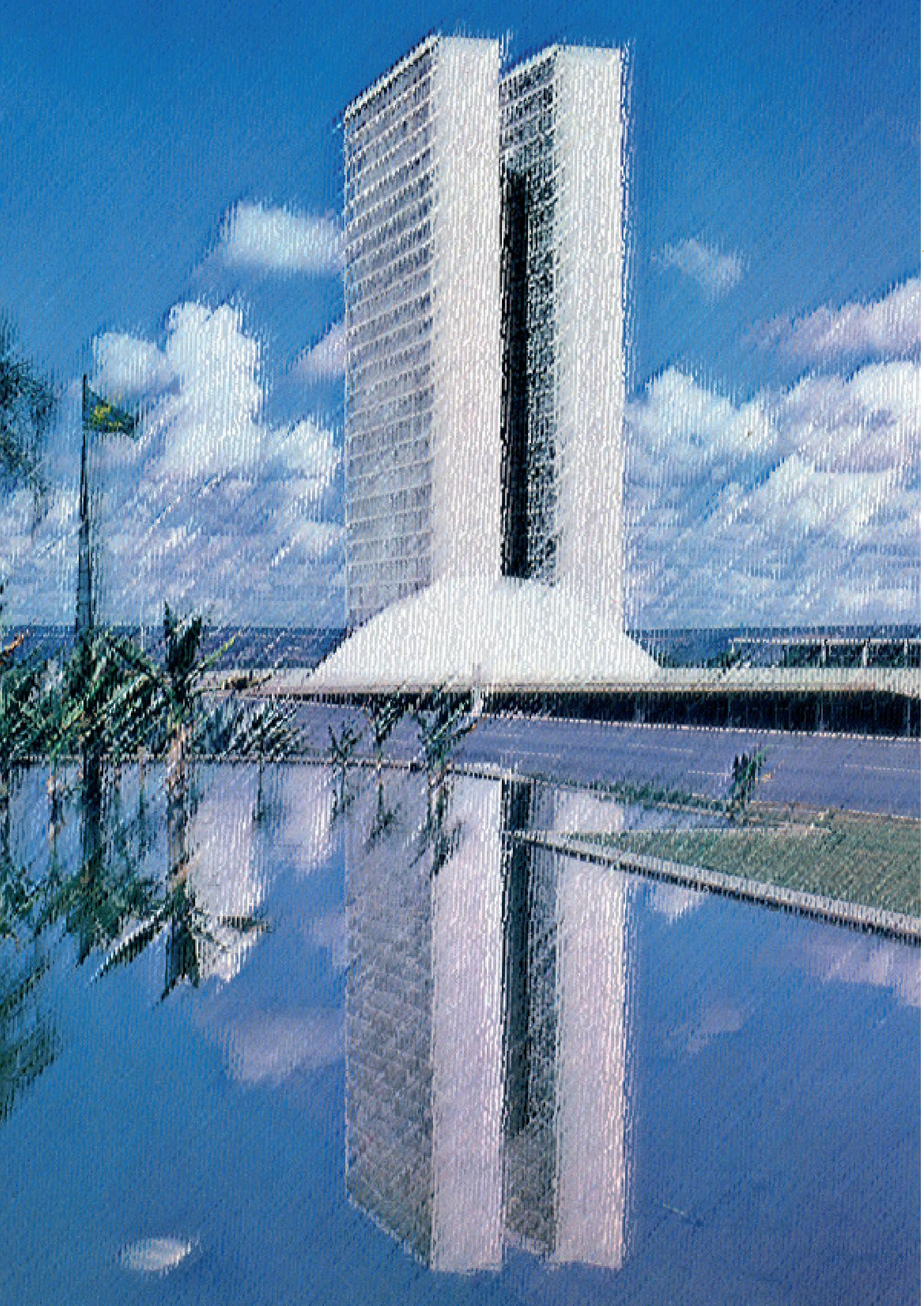
Bibliografia • 200

Anexo I • 204

Quadro dos Atos Legislativos • 206

referentes à Biblioteca • 210





APRESENTAÇÃO

Na longa travessia de 180 anos, a Biblioteca do Senado Federal é mais que testemunha da História do Brasil. Silenciosamente, como convém, age, estimula, influencia. Nascida como livraria, identificada como arquivo nos primeiros tempos, ela soube se impor como instituição essencial ao exercício da atividade parlamentar em nosso País. Sem perder sua essência, acompanha a dinâmica do tempo, modifica-se, moderniza-se.

Contudo, por maiores que tenham sido as transformações que alteraram radicalmente a fisionomia da Nação, a ponto de o Brasil de 2006 não conseguir se reconhecer, mesmo que remotamente, no de 1826, imutável foi o papel desta Biblioteca ao longo de toda sua existência. Foi, é e será, sempre, o centro de cultura, o pólo irradiador de idéias, valores e conceitos que historicamente sustentam, com brilhantismo, o debate político brasileiro.

Impossível imaginar a riqueza dos debates travados no Senado do Império, numa época em que a precariedade das comunicações era a tônica, sem o concurso da Biblioteca da Casa, a oferecer obras clássicas e contemporâneas aos seus leitores. Nessa perspectiva, é lícito supor ter sido por seu intermédio que nossos Senadores puderam aprofundar seus conhecimentos acerca dos temas que, na Europa e na América do Norte, se constituíam nas grandes representações do Século XIX, trazendo-os para o debate político que o jovem Estado brasileiro empreendia.

Entende-se, pois, que, do liberalismo na economia e na política às inovações socialistas, do confronto acirrado entre as posições centralistas e federalistas até chegar às crises que o expansionismo imperialista ocasionava, jamais uma questão candente da época deixou de ser examinada no Parlamento. A partir de idéias bem estruturadas e sólida argumentação, rica era a reflexão acerca desses temas, certamente alicerçada nas leituras que a Biblioteca do Senado propiciava.

A República e o Século XX trouxeram a modernização do País. Especialmente em sua segunda metade, o século passado testemunhou o processo de transformação do qual emergiu um Brasil rigorosamente novo. O velho País agrário, que teimava em manter de pé arcaicas estruturas coloniais, cede lugar a uma sociedade que faz do movimento incessante e rápido sua imagem mais fidedigna. Modificam-se os padrões sociais, transforma-se o sistema produtivo, revolucionam-se os comportamentos, reinventa-se a política. Em meio a tudo isso, com a Nação mais e mais se tornando contemporânea de seu próprio tempo histórico, o Senado acompanha – e, não raro, aponta – a necessária modernização. Com ele, a Biblioteca segue adiante, na mágica sublime de se redescobrir a cada instante. Na identidade de propósitos e na fidelidade aos ideais, caminham de mãos dadas, na simetria perfeita dos que acertam o passo na construção coletiva da nacionalidade.

Aos 180 anos, a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – como passou a denominar-se em 1979, na justa homenagem ao intelectual e homem público de quem o Brasil tanto recebeu, em lições de elevada sabedoria e em exemplos de rara dignidade – exala juventude. Contando com a abnegada dedicação de seus funcionários, ela incorpora com naturalidade e presteza as conquistas da moderna civilização tecnológica. Ágil na aquisição de novas publicações, trata de preservar o tesouro que possui sob a forma de obras raras e entra no universo virtual com a segurança dos que sabem o que querem e não temem o novo. Consciente de sua função social, integra-se a redes de bibliotecas e oferece ao grande público a oportunidade de usufruir seu monumental acervo. Enfim, eficiente na guarda do conhecimento e eficaz na sua disseminação, a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho faz mais do que suportar as necessidades próprias da atividade parlamentar. Ela faz e é História.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

"A leitura faz do homem

um ser completo..."

Francis Bacon



PREFÁCIO

No dia 5 de maio de 1823 foi aberto o período deliberativo da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Logo depois, na sessão do dia 10, os secretários da Assembléia, José Joaquim Carneiro de Campos e Manuel José de Sousa França, fizeram uma indicação:

“Que se oficiasse ao Governo pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império para se expedirem as ordens necessárias a fim de virem da Livraria Pública os livros que precisasse e pedisse a Assembléia.” “Resolveu-se que se expedissem o respectivo ofício.”

O próprio Carneiro de Campos dirigiu-se ao Ministro do Império, José Bonifácio – que fora eleito, aliás, Vice-Presidente da Assembléia: “A Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, tomando em consideração a necessidade que tem de livros para a conveniente ilustração dos negócios que se tratam em suas sessões, e querendo, de outra parte, poupar à Fazenda Nacional a despesa que se faria na compra deles, ordenou-me que participasse a V. Ex. que muito conviria que da Biblioteca Imperial viessem para a mesma Assembléia os livros de que precisasse no decurso dos seus trabalhos...”

A 30, leu-se a resposta datada de 23: “...na data desta houve [Sua Majestade o Imperador] por bem permitir que o Bibliotecário da dita Biblioteca facilite os livros de Jurisprudência, ou ainda algum outro, que lhe forem exigidos por parte da mesma Assembléia, concorrendo as clarezas e formalidades que se acham estabelecidas naquela repartição.”

Fechada a Constituinte, outorgada a Constituição de 1824, formou-se o Senado do Império, câmara alta (“Representativa de Duração”, no modelo de Benjamin Constant) da Assembléia Geral, com 50 Senadores vitalícios. A 6 de maio de 1826, sob a Presidência do Marquês de Santo Amaro, realizou sua primeira sessão. Logo a 18 de maio, o Barão de Cairú apontou o problema que se levantava na Comissão de Legislação: “para nós continuarmos os nossos trabalhos, e podermos consultar as matérias, de que o senado nos incumbir, se dê ordem para se aprontar um corpo de leis portuguesas, e ser remetido ao Senado, assim como os diários da Assembléia Constituinte.” Fazia uma indicação:

“Proponho que se ordene à comissão de polícia do Senado, que faça aprontar e depositar na Secretaria do mesmo Senado um corpo das leis de Portugal, incluindo as ordenações do reino, extravagantes, sistema de regimentos, coleção dos arrestos da casa da suplicação de Lisboa, e as coleções separadas das leis militares. Oficie-se ao presidente do Tesouro, inspetor da tipografia nacional, para remeter à mesma Secretaria a coleção das leis feitas no Brasil, e igualmente a coleção dos diários da Assembléia Constituinte.” “Não podemos ter na memória os códigos, e muitos projetos de leis que existem, francesas, e de várias outras nações ilustradas; mas enfim V. Ex. deve propor uma livraria, onde todos os membros do Senado vão, naquelas ocasiões em que lhes for preciso, consultar as diferentes matérias que necessitarem de esclarecimentos. Certamente eu acho muito razoável e justo haver uma livraria, ou biblioteca.”

O Visconde de Barbacena sugere que se nomeie uma comissão para estudar o problema, o que é aprovado, apesar da oposição do Visconde de Maricá, que achou ser uma “despesa enorme, e desnecessária”. Afinal, “os srs. Senadores têm livros seus; cada um os deve ler em sua casa.” Participaram da comissão o Visconde de Barbacena, e os Barões de Cairú e Alcântara.

A tecnologia da escrita foi usada, desde o começo, como instrumento de poder. Claude Lévi-Strauss tem uma frase muito forte: a escrita “era usada para facilitar a escravidão de outros seres humanos”. Desde o começo a escrita esteve associada com a estruturação das sociedades, a formação de hierarquias internas e de supremacia externa.

A escrita deu ao homem a capacidade de aprender sem mestre, mas, sobretudo, acelerou a velocidade com que o conhecimento – informação mas também sabedoria – era transmitido. Já na antiguidade a relação do poder com o livro tornou-se emblemática. Em Roma os grandes homens públicos eram considerados pelo que escreviam. César e Cícero ficavam, assim, ao lado de Virgílio e Plutarco. E, para todos, a referência da Biblioteca de Alexandria era a que

se estendia além da força, reunindo o conhecimento universal no mais ambicioso projeto cultural de todos os tempos. Não apenas se armazenavam os livros e as idéias, mas eles eram traduzidos, retraduzidos, copiados, estudados, divulgados. Ali o pensamento avançou. Por volta de 200 antes de Cristo, seu bibliotecário, Erastóstenes, calculou o diâmetro da terra com precisão.

O livro existia, mas as bases materiais de sua existência eram problemáticas. Papel, papiro, tábuas, pergaminhos, eram caros e difíceis de guardar. A escrita era difícil, obra de artistas altamente especializados. Poucos sabiam ler, menos ainda sabiam escrever. As bibliotecas eram preciosidades guardadas cuidadosamente. Daí o papel de destaque que elas deixaram nos testamentos romanos, prova de riqueza individual e da grandeza de um povo. Daí o poder das associações religiosas criadas por São Bento de Núrcia.

Com o ensino universitário surge uma demanda por livros e bibliotecas. As bibliotecas das primeiras universidades, como a Sorbonne, tinham umas poucas centenas de exemplares. Assim entram em choque a demanda e a oferta de livros. A revolução Gutemberg foi a geração de um novo paradigma: o livro múltiplo, feito em papel, com tinta de secagem rápida, por matrizes montadas com tipos móveis. Com a imprensa, começaria a difusão do conhecimento, e, pouco a pouco, o ler e o escrever foram se encontrando.

O livro – este livro de Gutemberg, de papel e tinta – eu já escrevi e disse várias vezes – é a maior descoberta tecnológica feita pelo homem: cai e não quebra, não precisa de energia nem de ser ligado. Tem todos os inimagináveis programas de computador, viagens, ficção, ciência, tudo e tudo.

Os números são impressionantes: em cinqüenta anos foram produzidos 8 milhões de incunábulo – os livros impressos no século XV –, mais do que todos os livros produzidos até Gutemberg. Os trezentos exemplares da Bíblia de 42 linhas permitiram a Lutero fazer da Bíblia o livro de cada cristão. O fiel, o governante não podiam mais ser iletrados. Era preciso compreender, e o livro era o caminho para a compreensão.

As três revoluções paralelas – o Renascimento, as descobertas, a imprensa – abrem a discussão do papel do Estado. O poder e a delegação de poder passam de debates em cátedras para o novo universo dos leitores. O Estado surge em livros: Machiavel, Morus, Montaigne, Hobbes, vão dialogar com um público. E é o Estado, construído pelos políticos leitores – e autores – destes livros que vai controlar a liberdade de imprensa, identificando no livro o questionamento do poder e criando a necessidade do imprimatur e do depósito legal, para controlar a impressão e até a produção de papel.

No século XVII surgem o jornal, com Pascal o utilizando pela primeira vez para contestar o poder (1656), os dicionários enciclopédicos (1670) e as revoluções políticas. A Inglaterra inicia o caminho com as Guerras Civis (1642 e 1648) e a “Glorious Revolution” de 1688, que implantaram a Monarquia Parlamentarista e a “Bill of Rights”. A Revolução Americana culmina em 1776 com a Declaração de Independência, e em 1787 com a Constituição. 1789 vê os Estados Gerais se tornarem a queda da História na Bastilha e surgir a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na marcha para Convenção, República, Terror, Diretório, Consulado, Império. Tudo nascido do casamento indissolúvel entre o livro e o Estado.

Foram homens de letras os que, na esteira das transformações napoleônicas, fizeram a nossa Independência. Dois acontecimentos marginais são fundamentais para o desenvolvimento das proclamações de 1822: a transferência da Biblioteca Real para o Rio de Janeiro e a aposentadoria do Secretário Perpétuo da Academia Real das Ciências de Lisboa, o velho José Bonifácio. A Assembléia Constituinte de 1823 e as duas Casas da Assembléia Geral de 1826 celebram a tradição portuguesa – assinalada por Sérgio Buarque no Raízes do Brasil – de dar mais importância ao espírito que à riqueza.

A consulta da Constituinte e a indicação de Cairú em 1826 são a origem da Biblioteca do Senado. No Segundo Império Antônio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté, então Presidente da Casa, levantou a questão da necessidade de “reformular o serviço da secretaria, arquivo e biblioteca do Senado”. 5 anos depois, em 1866, lembrou a “conveniência de se encomendar da Europa livros para a criação de uma livraria digna do Senado”. A 5 de novembro de 1866, dizem as Atas das Conferências da Mesa do Senado, “a mesa, sob a Presidência do Sr. Visconde de Abaeté, aprovou a compra de livros adiada na Conferência de 15 e 31 de outubro e sugeriu que se prosseguisse na aquisição de

obras de interesse para a Biblioteca do Senado comprando-as no Brasil e na Europa. A mesa resolveu comprar na “loja de livros” de Antônio Gonçalves Guimarães, na Rua do Sabão, a maior parte dos livros. A encomenda custou 422\$00, e a conta incluiu uma N.B.: “Pagou-se mais a Guimarães & Comp. por uma máquina gravada para marcar as obras da livraria do Senado.” Pela Legação do Brasil em Lisboa mandou-se vir coleções das leis e regulamentos portugueses e dos diários da Corte Constituinte.

Em 1869, foi feito um estudo da situação da Biblioteca, o Parecer da Mesa n. 176 de 15 de Maio de 1869, que “Expõe o modo como a mesa tem procedido na organização da livraria do Senado, e apresenta o catálogo das obras nela atualmente existentes.” Começando com um histórico da Biblioteca do Senado, o parecer discute a “utilidade das livrarias”, lamenta que “procurando a mesa seguir vestígios do requerimento do Sr. senador Marquês de Barbacena no intuito de descobrir o catálogo de livros que deveria ter sido oferecido ao Senado pela comissão que se nomeara, como se disse no parágrafo 1º, não achou ela infelizmente nem sombra desse trabalho em toda a sessão de 1826” e que “até 1860 não havia no edifício do Senado nem uma sala ao menos que pudesse servir para biblioteca, nem estantes próprias em que se colocassem os livros que pudessem adquirir-se.”

Em 1869 “existem já três salas com ar, luz e suficiente espaço, as quais podem destinar-se para a biblioteca do Senado: e há também sete grandes estantes preparadas com as condições indispensáveis para a conservação dos livros que nelas se depositarem.” Faltavam ainda um bibliotecário e sua equipe.

Durante os trabalhos da mesa, Limpo de Abreu ofereceu 32 obras, em 57 volumes. Aconteceram outras doações e aquisições, inclusive uma de 290 volumes de 56 obras por Melchior Carneiro de Mendonça Franco.

A necessidade de bibliotecários correspondia à necessidade de construir um catálogo. A mesa, por isso, debateu os métodos de classificação sistemática e concluiu por uma taxonomia do bom-senso: “limitar-nos-emos a apresentar uma divisão, que sem preensão a um grande rigor e mais simples, e mais conforme às divisões estabelecidas pelo uso.”

Abaeté, Limpo de Abreu, foi uma das grandes figuras do Império. Da 1ª Sessão Legislativa, em 1826, passando por sua nomeação para o Senado, em 1847, até deixar a Presidência do Senado – que ocupara por treze anos –, em 1874, foi uma presença central da vida política brasileira. Presidente de Minas Gerais, Ministro do Império, Ministro da Justiça, Ministro da Marinha, Ministro dos Estrangeiros, Ministro da Fazenda, Ministro Plenipotenciário ao Uruguai e à Argentina, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Presidente do Conselho de Ministros. Antes de fazer seu gabinete, quando Paraná o convoca para o Gabinete da Conciliação, “era já então um sobrevivente do Primeiro Reinado e da Regência” – conta Nabuco –; “a política que o havia fascinado na mocidade era agora para ele um objeto de estudo, de análise, de sátira.” “A consideração, a posição, o respeito basta[va]m-lhe inteiramente. O poder não o tenta. Ele parec[ia] pensar que o poder, quando não se tem mais o mando, diminui o prestígio.” Unir seu nome ao da Biblioteca do Senado leva-a para um dimensão maior, a do permanente, da História.

Em 1895, na República, a Biblioteca do Senado tinha cerca de 3.600 volumes mas “era muitíssimo pobre”. Em 1896, a Mesa declarava que “no curto período de pouco mais de um ano, a biblioteca possui já cerca de 6.000 volumes e recebe mais de 100 revistas e jornais.” Construiu-se uma sala especial para ela. Em 1898 cria-se o lugar de bibliotecário. E assim seguiu nossa Biblioteca. Com o Senado, mudou para o Palácio Monroe e depois para Brasília. Em 1979 Luiz Viana Filho lhe deu novas instalações e, depois, a ela incorporou sua biblioteca. Pioneira em informatização, a Biblioteca do Senado dirige a Rede Virtual de Bibliotecas - RVBI, e seu catálogo pode ser facilmente consultado na internet.

Nela muitas vezes me refugiei, e dela continuo, todo dia, usando os serviços. São pesquisas, livros de que preciso ou pelos quais tenho curiosidade, assistência com a conservação de meus livros.

Da pequena coleção abençoada por Cairú em 1826, passando pela reforma de Abaeté em 1866, chegamos ao grande acervo de hoje. Mais que por seus livros raros, a Biblioteca do Senado é importante pelo trabalho de sua equipe que, a mantém sempre atualizada, sempre preparada para a grande demanda dos senadores, dos corpos técnicos do Senado e do público que nos visita todos os dias.

Senador José Sarney



PREFÁCIO

O Parlamento, já se disse, é a palavra de uma nação. Nele o pensamento se converte em ato, o debate resgata a memória nacional e ilumina os caminhos da sociedade na materialização do seu futuro.

Impossível, pois, imaginar a existência do Congresso Nacional sem uma biblioteca capaz de subsidiar as suas múltiplas atividades, mormente na tríplice função de legislar, fiscalizar a administração pública e exercitar seu papel de ágora das grandes questões nacionais. Pois, somente assim o Poder Legislativo viverá em interlocução com a sociedade, fazendo uma colegiada reflexão sobre os problemas do Brasil, caracterizado por uma notável coesão em sua diversidade, conquanto ainda abrigue acentuadas disparidades, ou seja, convivendo com “a simultaneidade do não contemporâneo”, para valer-me da expressão cunhada por Gino Germani.

A hoje “Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho” nasceu de inspirada proposta do então Barão de Cairu, é coetânea nos primeiros instantes do Brasil independente e participante, silenciosa e ativa, de todo o processo de afirmação de nosso povo e de suas instituições.

Tudo isso foi possível pela excelência de seus recursos humanos, permanente enriquecimento do acervo, incluindo mapoteca, utilização de modernas tecnologias deflagradoras dos nossos tempos de informatização e também através do intercâmbio com organizações similares do Brasil e do exterior, convertendo-a em paradigma nacional e centro que apóia em constante interação as congêneres de todo o país, - este carecedor de maior prioridade às demandas no território da educação e da cultura.

Se o mundo, conforme preveniu Norberto Bobbio, vai se dividir “entre os que sabem e os que não sabem”, é imprescindível que o Legislativo Federal empenhado em realizar o “sonho intenso” de que fala o hino pátrio, continue a reconhecer na Biblioteca uma instituição ancilar, porém essencial ao projeto de consolidação democrática, desenvolvimento social e econômico, e plena inserção do Brasil na sociedade internacional.

Senador Marco Maciel



Barão de Cairú

UM TESOURO LITERÁRIO

Já vai longe a data de 18 de maio de 1826 quando o Barão de Cairú propôs a criação de uma biblioteca para o Senado Federal e alguns poucos volumes compunham seu acervo. Denominada, inicialmente, como a “livraria do Senado” era administrada por um “primeiro-oficial” e um contínuo. E assim ficou, por um longo período, até que 40 anos depois, o então presidente do Senado, Visconde de Abaeté, determinou a compra de 39 livros, além de outros 57 doados pelo próprio. Passou a ter 155 volumes. Só em 1896, graças à visão histórica do senador Manuel Vitorino Pereira, o acervo cresceu em mais 6.000 volumes. Desde então o patrimônio bibliográfico vem sendo aumentado com a importância que lhe é devida.

Atualmente são 170.000 volumes de livros e folhetos, 11.000 obras de referência (dicionários, enciclopédias etc), 3.800 títulos de periódicos (220.000 fascículos de jornais e revistas), 2.700 milhões de recortes dos principais jornais do país, selecionados por assuntos e temas, 463 títulos de periódicos estrangeiros em CD-ROM, milhares de fac-símiles de jornais antigos (desde 1824), relatórios ministeriais e presidenciais da época do Brasil Império e da Primeira República, microfilmados, cerca de 6.400 volumes de obras raras entre livros e periódicos, 750.000 registros bibliográficos convertidos para o novo formato de base de dados multimídia, toda a *Memória do Senado, os Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro e a Bibliografia Brasileira de Direito*, estes em CD-ROM.

É uma das bibliotecas brasileiras a possuir a raríssima coleção da *Flora Brasiliensis*, com 116 fascículos, encadernados em 56 volumes, encomendada por D. Pedro II, considerada um incalculável tesouro literário. Como raridades, um manuscrito de Machado de Assis, e uma de suas primeiras obras também faz parte desse acervo. Os quase 11.740 volumes pertencentes ao Senador Luiz Viana Filho foi outra das notáveis aquisições que hoje integram o patrimônio do Senado.

Por isso, a Biblioteca do Senado é fonte obrigatória para historiadores, brasilianistas, educadores, universitários, alunos de pós-graduação e doutorado de vários países do mundo, que para ela acorrem em busca do material bibliográfico que necessitam.

Com o intuito de preservar esse imenso manancial, esta administração tem sido sensível à necessidade de dotar a Biblioteca dos mais modernos recursos de recuperação da informação.

Em 1999, depois de ampla reforma, inauguraram-se as novas instalações, com 3.250 metros quadrados, passando a ter sala privativa para Senadores – utilizadas diariamente pelos parlamentares – idem para consultores, advogados, assessores e diretores da Casa.

Passou a ter um auditório de 60 lugares; sala para consulta ao acervo digital e internet; 80% a mais de assentos na sala de leitura; acréscimo considerável em estantes deslizantes/automáticas para jornais, coleções especiais e obras raras; estantes fixas para livros e periódicos; sistema antifurto magnetizado; dentre outras sensíveis melhorias e adaptações.

Como resultado dessa reforma, a utilização da Biblioteca pelos servidores da Casa, Parlamentares e pelo público de modo geral cresceu cerca de 114% nos últimos três anos, e o índice de furtos de obras foi reduzido a, praticamente, zero. Ainda em 1999 foi adquirido o novo sistema de gerência automatizada de informação. Em 2000, implantou-se a Rede Virtual de Bibliotecas-Congresso Nacional, denominada Rede RVBI, com uma nova plataforma de gerenciamento da informação de bases de dados multimídia.

Uma das primeiras bibliotecas brasileiras a disponibilizar via internet seu catálogo geral de livros, revistas, recortes de jornais e obras raras, preocupa-se, agora, o Senado, em preservar a integridade de seu acervo. Ultimam-se providências para que se proceda à minuciosa restauração das obras raras que, a despeito de todo cuidado e climatização, começam a sofrer a inclemente ação do tempo e ataques de fungos e bactérias, comprometendo as peças históricas

de raro valor, ali depositadas.

Finalmente, implantou-se no site da Biblioteca a **Biblioteca Digital do Senado**, baseada em projetos das bibliotecas mais importantes do mundo. Estão disponibilizados, em base digital, textos completos de várias obras de domínio público editadas ou não pelo Senado Federal, entre Literatura, Direito e Ciência Política, além de trechos digitalizados de capas, folhas de rosto e litogravuras da coleção de obras raras.

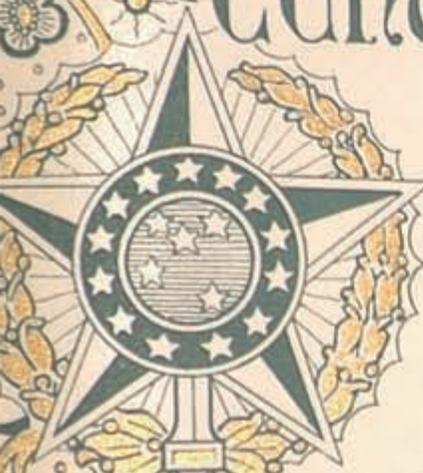
Orgulhamo-nos, portanto, de nossa Biblioteca, tão cuidadosamente administrada por seus zelosos e competentes servidores, lembrando uma frase proferida pelo Senador Ronaldo Cunha Lima: “A Biblioteca do Senado é uma história para muitos livros”.

E você, cidadão, já visitou a Biblioteca do Senado?

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal

ABREVIACÃO BRASILEIRO

ANO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO



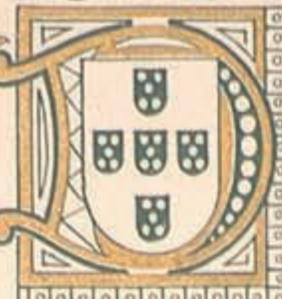
DA



INDEPENDÊNCIA



HOMENAGEM DA COLÔNIA PORTUGUESA DO BRASIL



A essência ideal que immortalizou as nossas descobertas, e fêz por um instante na história do globo, dum punhado de marinheiros e de cavadores a maior pátria do mundo, a eleita do Eterno, a encarnação heróica do Divino, três monumentos de beleza Augusta nos ficaram: um retábulo, um templo, uma epopeia. Três Lusíadas: os de Nuno Gonçalves, os de Camões, os de Santa Maria de

Belém. Criámos Êschylo e Prometheu, o redentor e o cantor, o herói óvante, que liberta, e o génio irmão, que o traduz em música. A música da luz, a do mármore, a da palavra.

E ao mesmo tempo que geravamos as duas grandes epopeias equivalentes, uma na acção, outra no cântico, reproduziamos a pátria maravilhosa que lhes deu alma, criando um novo Portugal, o do futuro, debaixo do novo céu, no mundo novo. O Brasil é a eucaristia sagrada dos «Lusíadas».

Fizemo-lo à nossa imagem e semelhança, com torrentes de vida, — o nosso sangue, com um hino de aurora, — a nossa fé, com estrélas de dôr, — as nossas lágrimas.

Fizemo-lo com beijos e canções, lavrando, batalhando e rezando, de armas na mão, e de mãos postas.

Os homens e as pátrias valem, pois, mais ou menos, conforme o seu grau de religião, quer dizer, o grau de fraternidade, o grau de amor.

Portugal é uma pátria esplêndida, porque é mãe divina do Condestavel, a mãe do Infante-descobridor e do Infante-martir, de Nuno Gonçalves e de Fernão Lopes, de Bartolomeu Dias e de D. João II, de Gama e de Camões, de S. Francisco Xavier e de Álvares Cabral, de D. João de Castro e de Albuquerque, de Fernão de Magalhães e de Gil Vicente, de Soror Mariana e de Bernardim Ribeiro, de Miguel d'Almada e de Pombal, de Fernandes Tomás e de Mousinho.

E, acima de tudo, ela é a mãe do Povo português, do povo de Aljubarrota, das Descobertas, de Montes Claros, do Bussaco, da Terceira, criador imortal de heróis anónimos, e de santos plebeus e pobresinhos, que guardam ovelhas, semeiam serras, dormem nos eirados e falam com os anjos; do povo cândido e cristão, amoroso, meigo, melancólico, impregnado de Deus e de natureza, e tam abismado em sonhos e saudades, que, deixando gemer a alma numa frauta, é o maior lírico do mundo, o maior poeta de Portugal.

Eis o povo que fêz as terras de Santa Cruz, a PÁTRIA irmã.

O Brasil não chegou a ser uma colônia. Foi logo nação, foi logo pátria: a nova Pátria portuguesa, com novos heróis e descobridores, com novos santos e novos Orpheus, novas enxadas e novas líras.

O Brasil em 1645 ergueu-se grande como Portugal em 1640, e a mesma fé que nos conduz à revolução em 20, o arrasta à independência em 1822.

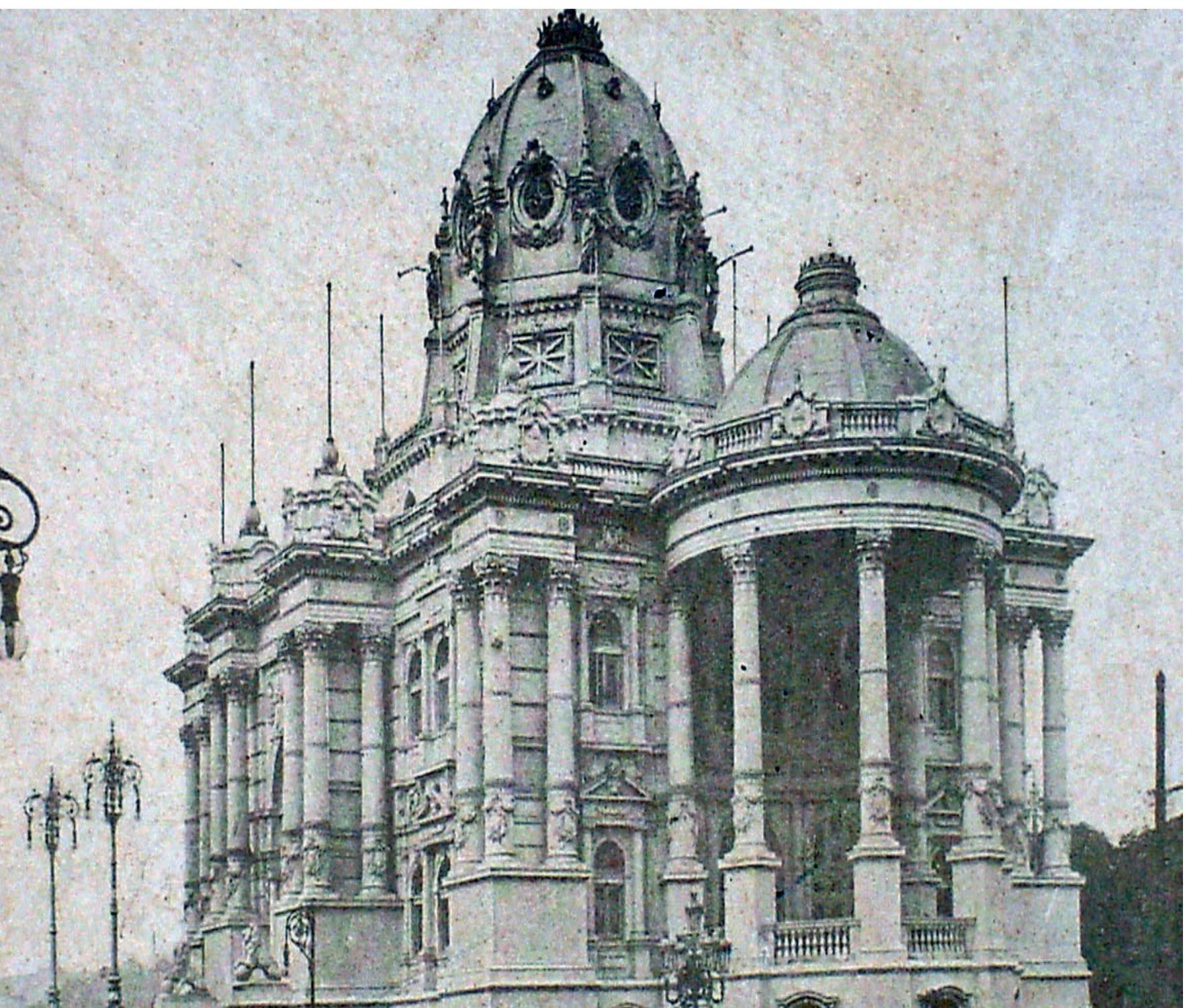
Abrazou-nos o mesmo ideal, ardemos na mesma chama. Fernandes Tomás e José Bonifacio, em vez de inimigos, eram irmãos. As nossas pátrias desligaram-se, para melhor se casarem. Desuniram os corpos, para estreitarem as almas. Duplicando-se, quizeram-se mais. O amor cresceu em beleza, porque aumentou em liberdade. Vivendo tam livres e distantes, fraternisamos hoje como nunca. Na glória e no sonho, nos ais e nos beijos, no riso e na dôr. Amando-nos através das ondas, vencemos o espaço. Amando-nos através da história, vencemos o tempo que já foi. E, com a immortalidade do nosso amor, venceremos a morte, no porvir.

Luiz de Magalhães



CAPÍTULO I

HISTÓRIA



1826 - 1960: A BIBLIOTECA DO SENADO NO RIO DE JANEIRO

Imagem da Constituição Política do Império do Brasil, de 1824

Na página à esquerda: Palácio Monroe, antiga sede do Senado Federal no Rio de Janeiro

Foram livros que propagaram as idéias de liberdade, efervescentes naquele final de século XVIII. Eles chegaram ao Brasil, onde a Inconfidência Mineira acontecia paralelamente a outras revoluções, na França e nos Estados Unidos.

A independência do Brasil, também, foi conseqüência de uma mudança na forma de pensar. A Monarquia podia não expressar o que havia de mais moderno na época, mas as instituições nacionais construídas depois de 7 de setembro de 1822 traduziam aqueles ideais.

Os conflitos entre o antigo e o moderno continuariam. Prova disso foram os debates que levaram o Brasil a ter seu primeiro texto constitucional.

Como recém-coroadado monarca, D. Pedro I, seguindo o que havia de vanguarda no mundo da política, convocou a “Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa”, eleita no início de 1823. Porém, a Assembléia entrou em atrito com o imperador em diversas ocasiões e acabou por ele dissolvida. Em seu lugar, D. Pedro I criou um Conselho de Estado para tratar dos “negócios de maior monta” e elaborar o novo projeto da Constituição, “sobre as bases apresentadas por Sua Majestade Imperial”, que foi submetido às câmaras municipais.

A Constituição Política do Império do Brasil, outorgada em março de 1824, definia o Brasil como monarquia centralista e hereditária, com os Poderes Legislativo, Executivo (imperador e ministros) Judicial e Moderador (de novo, o imperador). O Poder Legislativo era delegado à Assembléia-Geral – Senado e Câmara dos Deputados reunidos conjuntamente, porém, a sanção final cabia ao imperador.

Ainda que de maneira tímida, foi assim que o país conseguiu expressar a influência da onda de modernização vinda da Europa e da América do Norte.

Como uma homenagem aos guardiães dos princípios que levaram à construção do Parlamento e do Estado brasileiro, logo depois de fazer sua primeira reunião, em 6 de maio de 1826, o Senado sentiu a necessidade de dispor de livros, criando, em 18 de maio daquele ano, a Biblioteca do Senado. À época, o Senado chamava-se “Câmara dos Sena-





dores do Império do Brasil” e a Biblioteca, “Livraria do Senado”.

A iniciativa de criação da Biblioteca naquele dia coube ao Barão de Cairú. Membro da Comissão de Legislação, que manifestou ao primeiro presidente do Senado, Visconde de Santo Amaro, a necessidade de aquisição de obras para orientar os trabalhos legislativos. Desse entendimento, nasceu a idéia da criação de uma “livraria ou bibliotheca” para o Senado.

“... O Senado fez-me a honra de me nomear membro da Comissão de Legislação: é necessário que, para nós continuarmos os nossos trabalhos e podermos consultar as matérias, de que o Senado nos incumbir, se dê ordem para se aprontar um corpo de leis portuguesas, e ser remetido ao Senado, assim como os diários da Assembléa Constituinte.

... V. Ex^ª. deve propor uma livraria, onde todos os membros do Senado vão naquelas ocasiões, em que lhes for preciso, consultar as diferentes matérias que necessitam dos esclarecimentos. Certamente eu acho muito razoável e justo haver uma livraria, ou bibliotheca. ...” ¹

O Visconde de Santo Amaro nem sequer permitiu a discussão do pedido de Cairú. Para ele, a requisição era “mui limitada”, já que a Casa deveria “ter uma livraria própria”.

Em seguida, o senador José Ignácio Borges ampliou a lista de documentos que deveriam compor a solicitação original de Cairú. A palavra passou para o Visconde de Barbacena, que notou que o Plenário manifestava amplamente o desejo de que o Senado tivesse uma livraria. Porém, tendo em vista as limitações da época, o Visconde de Barbacena sabia não ser possível formar um acervo imediatamente, tanto pela conhecida falta de livros na recém constituída nação, quanto pelo “extraordinário preço” dos livros, que teriam que vir de fora do país. “Parece-me conveniente que se nomeie uma comissão para apresentar o catálogo dos livros que se devem comprar”, sustentou, apresentando o requerimento nesse sentido.

A partir desse ponto, a discussão perdeu o consenso que vinha sendo construído. Os Viscondes de Inhambupe e de Maricá, levando em conta que os trabalhos legislativos na época duravam quatro meses, questionaram os custos da iniciativa.

Naqueles tempos em que os transportes e as comunicações se faziam com dificuldades, os deputados e senadores deixavam suas províncias distantes e passavam a residir no Rio de Janeiro pelo tempo que durassem os trabalhos legislativos. As províncias eram representadas, em quantidade proporcional à população, por 50 senadores. O cargo de senador era vitalício, privativo de



Na página à esquerda, retratos do Barão de Cairú e do Visconde de Santo Amaro

Ao lado, retrato do Visconde de Barbacena

brasileiros natos ou naturalizados, exigia idade mínima de 40 anos e rendimento anual mínimo de oitocentos mil réis. Experiência em administração pública ou serviços à Pátria como magistrado, militar, eclesiástico ou médico, bem como antiguidade e grau de nobreza, eram critérios que aumentavam a chance do candidato.

Eles não eram empossados sem o aval do imperador, que escolhia um senador por meio de listas tríplexes, formadas por candidatos eleitos nas províncias por votação indireta e majoritária. Os príncipes da Casa Imperial, porém, eram uma exceção a essas regras. Senadores por direito, tomavam assento aos 25 anos de idade.

Nesse contexto, argumentou o Visconde de Maricá:

“... Para quatro meses havemos de ter uma livraria? Convenho em que haja uns livros precisos: mas, para se fazer o contrario, isto não é uma universidade, nem um seminário, onde venhamos estudar, além de que existe uma livraria pública, de onde podemos mandar vir alguns livros. ...”

O Visconde de Barbacena explicou, então, que sua sugestão não era a compra de “dois, três ou cinco mil livros”. “Propus unicamente que se fizesse o catálogo”, esclareceu.

Com essas idéias em debate, o presidente da sessão, Visconde de Santo Amaro, colocou em votação a proposta de criação da “livraria” do Senado, aprovada sem objeções. Os Viscondes de Barbacena e os Barões de Cairú e Alcântara ficaram, então, encarregados de elaborar o catálogo das obras consideradas necessárias no apoio à atividade legislativa dos senadores. Essa lista de títulos deveria ser composta, primordialmente, de leis e doutrinas legais – nacionais e estrangeiras – e de outros textos em voga naqueles tempos de organização de novos Estados nacionais, incentivada pelas discussões do Iluminismo.

Não há registro das discussões ou dos resultados da comissão ou mesmo se o referido catálogo chegou a ser elaborado. No retorno das iniciativas para a estruturação da Biblioteca do Senado, observou-se que:

“... Não se achou infelizmente nem sombra desse trabalho em toda a sessão de 1826; e como da leitura e exame das atas da seguinte sessão legislativa de 1827 resulta que o Senado não



Dom Pedro I



nomeara mais uma tal comissão, parece provável que obstáculos de deferentes espécies se opuseram à execução do pensamento do Senado. ...”²

De fato, os anos subseqüentes à implantação da nova Constituição e à criação das novas instituições da nação seguiram com avanços e retrocessos. Em meio ao conflito dos incipientes Poderes da República, D. Pedro I abdicou em 1831. Em grave crise institucional, o país passou a ser governado por regências compostas em sua maioria por senadores. Foi ainda uma fase de graves disputas na Federação, o que levou a um reequilíbrio federativo, por meio de uma reforma na Constituição, em 1834.

Ainda assim, revoltas em diversos pontos do Brasil aconteceram naqueles anos em que o trono ficou vago. O país assistiu à Cabanagem no Pará (1835), à Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835), à Sabinada na Bahia (1837) e à Balaiada no Maranhão (1838).

Como forma de agregar a nação, novas reformas legislativas foram necessárias para que D. Pedro II assumisse o trono até ser proclamado imperador aos 14 anos, em 1840, sempre aconselhado pelos senadores. Depois dessa data ainda houve a Revolução Praieira em Pernambuco (1848).

As grandes demandas impostas ao Senado não deixaram aos dias de hoje outros registros sobre a Biblioteca até a

década iniciada em 1860. Sabe-se que “até aquele ano não havia no edifício do Senado uma sala que pudesse servir de biblioteca, nem estantes próprias em que se colocassem os livros que pudessem adquirir-se”. Mas também sabe-se que o espaço em que se formava o embrião da biblioteca funcionou em uma das salas do pavimento superior do sobrado próximo ao antigo palacete do Conde dos Arcos, situado no Campo de Sant’Anna, no Rio de Janeiro.

A localização era estratégica, tendo em vista que o porteiro, encarregado do arranjo e asseio da Secretaria do Senado, bem como da guarda e arrumação dos livros, residia no térreo³. Ainda que não houvesse um catálogo até aquela data, é fato que o Senado adquiriu algumas obras, ainda que em pequeno número, entre 1826 e 1860.



Palácio Conde dos Arcos, primeira sede do Senado Federal, no Rio de Janeiro

O Palácio Conde dos Arcos - Primeira Sede do Senado

O solar foi construído em 1819, dentro de uma chácara, para residência do Conde dos Arcos, 15º e último Vice-Rei, que governava o Brasil por ocasião da vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro. A chácara estendia-se da rua do Areal até o final do Campo de Sant'Anna (que mais tarde se chamaria Praça da Aclamação), entrando pela rua das Flores. Em outubro de 1824, o edifício foi adquirido por carta do Imperador D. Pedro I para instalação do Senado, depois da reforma do prédio.



Eventos históricos ocorreram no Paço do Senado: a abertura da primeira Assembléia Geral Legislativa, em 6

de maio de 1825, que contou com a presença do Imperador D. Pedro I; a lavratura do ato de reconhecimento do herdeiro do trono, D. Pedro II, em agosto de 1826; a eleição da Regência Provisória pela Assembléia Ge-

ral, em abril de 1831, após recebido o decreto de abdicação de D. Pedro I; o juramento solene de D. Pedro II como imperador, em julho de 1840, após ser declarado maior aos 14 anos de idade; os juramentos prestados pela Princesa Isabel em 1860, como herdeira do trono e, mais tarde, na qualidade de Regente do Império. A Lei Áurea, que revogou a escravidão no país, também foi aprovada naquelas salas, em sessão em 13 de maio de 1888.

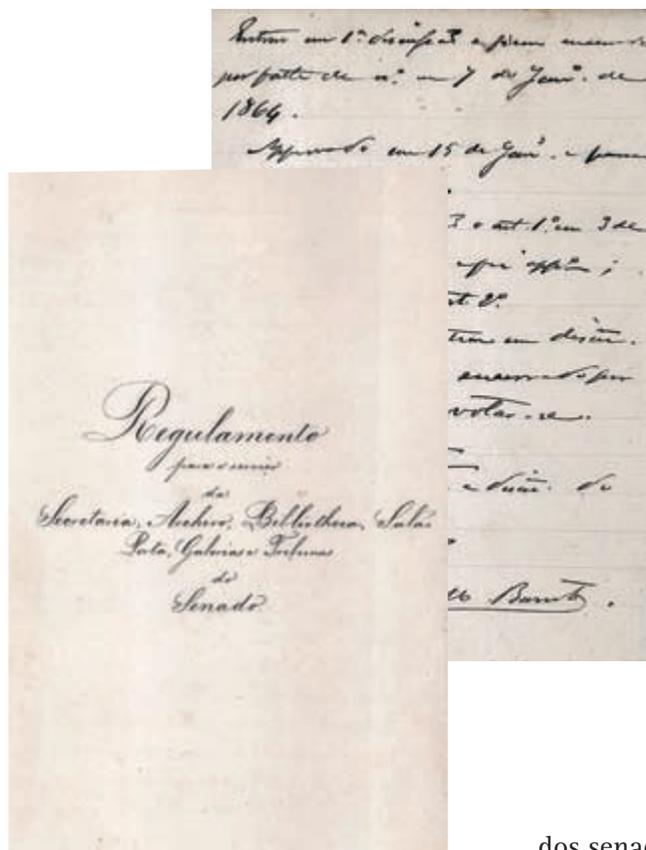


O Senado funcionaria nessas instalações até 31 de dezembro de 1924, quando transferiu-se para o Palácio Monroe, na Avenida Rio Branco (antiga Avenida Central). Ameaçado de demolição, o antigo Palácio do Conde dos Arcos foi sede de outras repartições

públicas, até ser ocupado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que lá permanece até hoje.

A Biblioteca do Senado mudou diversas vezes de local no prédio que foi a primeira sede da Casa. Em 1866, a parte do prédio ocupada pela Secretaria do Senado, responsável pelos livros, foi demolida. Assim, os armários que continham os livros passaram para uma das salas do pavimento térreo do Senado, onde durante muito tempo foi realizado o trabalho de taquigrafia. Em 1884, mais uma vez, os livros foram desalojados, transferidos para um edifício recém-construído.

Nos primeiros anos da República, o presidente do Senado, Manoel Victorino Pereira, determinou a construção de um novo salão para a Biblioteca. Nessas instalações, a Biblioteca já tinha estantes adequadas, com peça móvel para movimento ascensor e com equipamento para permitir o apoio de livros de maneira inclinada. A inauguração do salão, que aumentou a visitação da Biblioteca, deu-se paralelamente à publicação do primeiro Catálogo da Biblioteca do Senado, em 1898. Pelos registros, a Biblioteca funcionou naquele local até a transferência do Senado para o Palácio Monroe.



Novo registro sobre a Biblioteca foi encontrado em setembro de 1861. Naquele ano, foi aprovado requerimento do senador Ferreira Penna, autorizando a Mesa a reformar a Secretaria, o Arquivo e a Biblioteca do Senado. Não há documentos que detalhem a reforma realizada⁴.

O primeiro Regulamento referente à Biblioteca do Senado de que se tem notícia foi redigido, em novembro de 1863, a bico de pena⁵. Nele, é fixada a quantidade de servidores destinados à Biblioteca e ao Arquivo, que nesta época funcionavam como um só órgão.

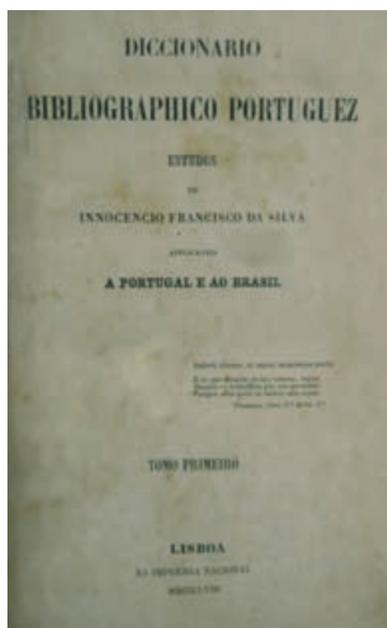
“Art. 2º - O serviço do Arquivo e Biblioteca será incumbido ao primeiro oficial e um contínuo, proposto pelo oficial-maior, e aprovado pelo Presidente do Senado.”

Em outubro de 1866, foi possível identificar que a preocupação dos senadores de constituir um setor especializado e responsável pela manutenção de documentos e livros aumentava gradualmente. Naquele ano, levantou-se a possibilidade de uso de sobras orçamentárias para a compra de livros. Graças a isso, o presidente do Senado, Visconde de Abaeté, propôs que se encomendassem livros da Europa para a criação de uma “livraria digna do Senado”⁶.

No mesmo mês, foi feita uma sessão especial para discutir o assunto. Nela, o Visconde de Abaeté apresentou uma lista de obras a que deveria ser dada preferência na aquisição. Preocupado com o alto preço dos livros, o Plenário recomendou que o Senado procedesse a uma tomada de preços “em livrarias da cidade” antes que a compra fosse realizada⁷.

Em novembro daquele ano, o Senado já estava em condições de efetuar a compra, no Brasil e na Europa, de novos livros para a “livraria digna” a que se referiu o Visconde de Abaeté. Ficou resolvido que os títulos relacionados na lista aprovada pelo Plenário seriam adquiridos “na loja de livros de Antônio Gonçalves Guimarães & C., estabelecida à rua do Sabão”, entre as quais estava o “famoso e raro *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Innocencio Francisco da Silva”. Esse era um dos poucos títulos em português entre as 13 obras listadas, em 39 volumes. A maioria havia sido editada em línguas mais comuns nas publicações da época, como o





francês, o italiano e o latim. Uma máquina de gravação para marcar as obras da livraria do Senado também foi comprada na loja de Guimarães.

Obras compradas a Antonio Gonçalves Guimarães ⁸:

- ☞ *Prosodia in vocabularium bilíngüe*, auctore B. Pereira
- ☞ *Dictionnaire de l'economie politique*, par M.M. Coquelin et Guillamin
- ☞ *Dictionnaire universel du commerce et de la navigation*
- ☞ *Dictionnaire encyclopedique*, par Charles Saint-Laurent
- ☞ *Dizionario italiano e portoghese*, de Joaquim Jose da Costa e Sá
- ☞ *Royal Dictionary English and French and French and English*

Na página à esquerda, Primeiro Regulamento da Biblioteca do Senado, redigido a bico de pena e Imagem do Visconde de Abaeté

Nesta página, imagem da obra *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Innocencio Francisco da Silva

- ☞ *Novo Diccionario da Lingua Portugeza*
- ☞ *Despachos e correspondencia do Duque de Palmella*. Colligidos e publicados por J.J. dos Reis Vasconcellos
- ☞ *Discursos parlamentares proferidos pelo Duque de Palmella nas Camaras Legislativas desde 1834 até 18??*
- ☞ *Calepinus septem linguarum*
- ☞ *Collecção de Tratados desde 1640 até 1836?*, por Jose Ferreira Borges de Castro
- ☞ *Dictionnaire general de biographie et d'histoire*, par M. M. Dezorbry et Bachelet
- ☞ *Dictionnaire des dates par une Societe de Savants*
- ☞ *Dictionnaire general d'administration*
- ☞ *Diccionario bibliographico portuguez*, de Innocencio Francisco da Silva

A delegação da compra das obras na Europa foi dada à Embaixada do Brasil em Lisboa, com a recomendação de que a coleção, tanto das leis quanto dos regulamentos, viesse em meia encadernação, dividida em volumes separados por ano.

Obras mandadas vir da Europa pela missão diplomática do Brasil em Lisboa ⁹:

- ☞ Coleção de todas as leis portuguesas desde de 1821 até 1865
- ☞ Dita dos regulamentos expedidos pelo Poder Executivo, durante o mesmo espaço de tempo
- ☞ Quaesquer Repertorios, que possa haver das leis e regulamentos acima mencionados
- ☞ Collecção dos Diários das Côrtes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portugeza

Em dezembro, ainda em 1866, o Visconde de Abaeté manifestou em Plenário seu desejo de associar-se, de maneira “significativa e prática”, aos esforços de organização da Biblioteca. Assim, ofereceu 32 obras de sua coleção particular, em 57 volumes. Em seguida ao presidente, o primeiro secretário, senador José da Silva Mafra, doou 10 volumes intitulados *Annales du parlement français par une société de publicistes* (1839 a 1849), e anunciou que o diretor da Primeira Secretaria, Angelo Thomaz do Amaral, também doaria à Biblioteca do Senado dez obras em 28 volumes¹⁰.

Ainda naquele ano, foi aprovada nova lista de livros, composta de 10 obras em 21 volumes, cuja compra seria feita na loja de F. L. Pinto & C. A preocupação com o alto preço dos livros aparece em diversos registros daqueles dias.

“... A Mesa informa que, no propósito de enriquecer a livraria, com critério e com economia, tem procurado saber, antes de determinar a compra, o preço porque poderá obter na Europa algumas obras que lhe parecem próprias para a livraria do Senado. ...”

*“... Os esclarecimentos aconselharam o Sr. presidente a declarar que por ora não estava resolvido a fazer encomenda alguma de livros pra a Europa, por lhe parecer um pouco elevado o preço das obras que tinham de comprar-se em Londres, e por acrescer a isto a circunstância da depressão do câmbio, a qual por si só recomendava o adiamento de qualquer encomenda para tempos mais prósperos e favoráveis....”*¹¹

Outras doações e compras se seguiram naqueles anos. Uma das mais significantes, composta de 56 obras em 290 volumes, foi oferecida por Melchior Carneiro de Mendonça Franco, membro da Câmara provincial de Minas Gerais.

A Mesa do Senado registrou, em maio de 1869, o histórico desses primeiros anos da Biblioteca. Assim começa o texto:

*“Consultando-se as atas desta Augusta Câmara, correspondentes à primeira sessão legislativa, que foi no ano de 1826, vê-se que logo um dos objetos, que ocuparam desde logo a atenção do Senado, foi a necessidade de organizar-se uma livraria. ...”*¹²

Depois de narrar os fatos transcorridos naquela sessão de 1826, a ata escrita 43 anos mais tarde conclui que “fora impossível que o Senado deixasse de reconhecer a importância de uma boa livraria e a necessidade de possuí-la”. Refletindo ainda a força da transmissão do conhecimento para a construção das sociedades modernas, o parecer de 1869 continua:

*“... As livrarias não devem contar-se entre as menores riquezas de uma nação. Fontes abundantes, onde as ciências e as artes vêm todos os dias saciar-se, servem elas para propagar as luzes, para favorecer a indústria, para desenvolver a civilização. São elas a prova e o instrumento da civilização dos povos e seu número deve considerar-se o melhor termômetro do estado dos conhecimentos e dos progressos do espírito humano. ...”*¹³

Na época, a França e os Estados Unidos serviam como referência de civilização para o Brasil. Então, para argumentar em favor da necessidade do contínuo aparelhamento da biblioteca no Senado, nada poderia ter tanto apelo quanto uma exposição do que acontecia naqueles países:

“... É assim que atualmente existem na França, sem contar a sua capital, cerca de duzentas cidades, em que há livrarias públicas, contendo umas 30 mil, outras 40 mil, algumas 50 mil, e duas como Bordéus e Lyon, muito mais de 100 mil volumes.

Imagem da primeira sala da Biblioteca do Senado, no palácio Conde dos Arcos

Respeitado e venerado pelo primor da inteligência e pela força da vontade, bem como pela sua ilustração e virtudes, o grande cidadão Benjamin Franklin, que tão relevantes serviços veio a prestar à independência e liberdade da sua pátria, assim que a fortuna lhe deparou meios, deu-se logo pressa em fundar uma livraria e uma sociedade literária, e em publicar jornais e almanaques, tendo todos estes atos por fim espalhar profusamente entre o povo uma útil instrução. ...”¹⁴

Foi assim que os senadores destacaram a importância de se dispor de uma boa biblioteca, com infra-estrutura que permitisse a melhor organização dos livros, ou seja, espaço físico, móveis e estantes condizentes com a classificação dos livros por assunto e a aquisição de novas obras. Na época, infra-estrutura significava “três salas com ar, luz e espaço, e sete estantes para acomodar os livros com as condições indispensáveis para a conservação dos livros que nelas se depositarem”. Além desse material, foram citados armários e estantes portáteis feitos especialmente para esse fim.

A ata registra que o trabalho de inventariar os livros e classificar as obras conforme as matérias “exigiu muita atenção e tempo”. Também foi elaborado um índice alfabético dos autores para facilitar as consultas. Dessa forma, inclusive com reflexões sobre a melhor forma de organizar os livros – ciência, aliás, que até hoje toma a atenção de profissionais do ramo em todo o mundo –, foi dado início a um processo regular e metódico de classificação das obras da Biblioteca do Senado.

“ Se muitas vezes é difícil reduzir a um pequeno número de regras, ou de noções gerais cada ciência, ou cada arte em particular, muito mais difícil é encerrar nos limites de um sistema, que não seja alterável, as partes infinitamente variadas da ciência humana.



O sistema, que a Mesa preferia para formar a relação, é justificado pelo Sr. Bouillet senão como o mais conforme às divisões estabelecidas pelo uso, e nos tratados de bibliografia. ...”¹⁵

O sistema de M. Bouillet havia sido aplicado a partir de seu livro *Dictionnaire universel des sciences, des lettres*, etc. A divisão obedeceu as seguintes linhas mestras:

Ciências: I - Ciências metafísicas e morais; II - Ciências históricas; III - Ciências matemáticas; IV - Ciências físicas e naturais; V - Ciências ocultas e falsas ciências.

Letras: I - Gramática, lingüística, filologia; II - Retórica e estudo das composições em prosa, discursos, e diversos gêneros de eloquência, história, romances, obras didáticas, gênero epistolar, etc; III - Poética, estudo das composições em verso, poesia lírica, épica, dramática, satírica, didática, descritiva, elegíaca, etc.; IV - Crítica literária.

Artes: I - Belas artes e artes de recreio; II - Artes úteis, artes mecânicas e industriais: tecnologia.¹⁶

Essas foram, então, as primeiras iniciativas de que se tem notícia na Biblioteca do Senado de se inventariar e se classificar o acervo da Casa de forma especializada. O grande esforço realizado nesses anos já representava avanços significativos. Ainda assim, a Casa tinha noção de que havia muito a fazer.

“.. Falta ainda um bibliotecário, que seja responsável pela guarda e conservação dos livros, e bem assim alguns outros empregados, que coadjuvem o bibliotecário neste serviço, que deve ser de todos os dias.”

“Não se pretende dissimular, antes convém reconhecer, como uma triste verdade, que as obras que há, pouco ou nada avultam ainda...”¹⁷

A organização da Biblioteca ocorria paralelamente a intensos debates sobre a modernização do Brasil, muitos dos quais com a participação dos senadores. Depois de ter sido palco, em 1865, da assinatura do tratado entre Brasil, Argentina e Uruguai na guerra contra o Paraguai, o Senado começou a se debruçar sobre a situação escravagista, que levou à aprovação da Lei do Ventre Livre (1871), da Lei dos Sexagenários (1885) e, finalmente, da Lei Áurea (1888), apenas um ano antes de a Monarquia sair de cena, substituída pela República no 15 de novembro de 1889.

O cometimento que se observou com relação à Biblioteca do Senado em décadas anteriores não se repetiu nos últimos anos do Império. O catálogo elaborado em 1869 não foi sequer revisto até o início do período republicano. Há uma breve referência a um catálogo organizado em 1884, pelo 2º oficial Arthur Carneiro de Mendonça Franco, no mesmo ano em que é sabido que a Biblioteca fora transferida para um prédio novo, de acordo com um relatório do Barão de Cotegipe.¹⁸

Praticamente sem referências ou informações nas atas do Senado, a Biblioteca quase desapareceu de vez, abandonada e esquecida. Algumas medidas da Mesa da Casa apenas reagiram contra o extravio de obras.

Histórias de desaparecimentos de livros na Biblioteca na época imperial chegaram aos dias de hoje. Em um deles, um senador é acusado de suprimir volumes das estantes, mas o nome não foi revelado pelo acusador.

“.. Foi um senador do Império o causador de semelhante falta e cujo nome declinaríamos de bom grado, se o eterno repouso em que jaz a sua memória não nos impusesse o mais respeitoso silêncio. ...”¹⁹

Mais um episódio que traduz o estado em que estava a Biblioteca naqueles anos, outro senador, “de notável ilustração”, ao apresentar um projeto de lei relativo à divisão da província de Minas Gerais, resolveu incluir em sua proposta mapa da parte que compreendia o território em análise, mutilado da folha do *Atlas do Imperio do Brazil*, de Candido Mendes de Almeida, que integrava o acervo da Biblioteca.



“... A coleção do Jornal do Commercio encontramos no mais deplorável estado. Além de folhas arrancadas e artigos cortados, ressentia-se da falta de alguns volumes, que foram retirados e jamais restituídos. ...” ²⁰

Outros anos de reorganização institucional se seguiram. Dois deles transcorreram até a promulgação da primeira Constituição Republicana, em 1891, que manteve o Legislativo dividido entre Câmara e Senado, mas com representantes eleitos. Nos debates constituintes, Rui Barbosa, eleito senador pela Bahia em 1890, teve atuação destacada na escolha do modelo presidencialista inspirado nos Estados Unidos. Esse desempenho, citado constantemente desde então pelos senadores que o sucederam na Casa, fez de Rui Barbosa uma presença constante no Plenário do Senado, onde seu busto permanece sobre a Mesa que preside os trabalhos, como patrono da Casa.

A modernização das instituições nacionais, representada pela República, chegou também à Biblioteca do Senado. Os mesmos ventos que levaram à proclamação do novo regime, diagnosticaram que o local para consulta de informações do Legislativo republicano precisava de aperfeiçoamentos.

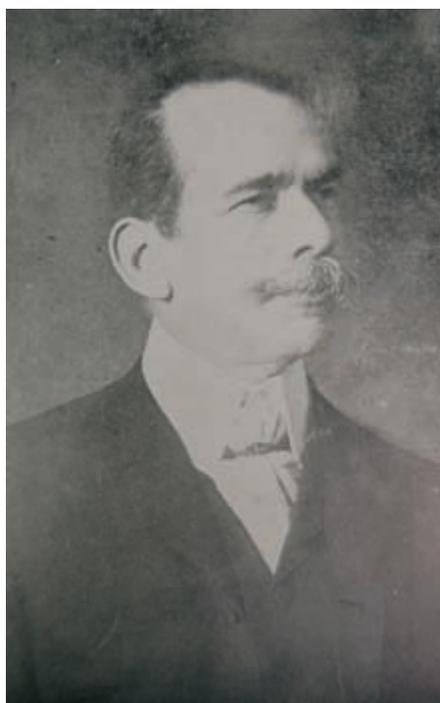
O primeiro bibliotecário a trabalhar no Senado, R. Villa Lobos, escreveu:

“... Outrora os senadores possuíam regulares livrarias que os auxiliavam em suas profissões. E também, com o sistema centralizador da monarquia viviam sempre na Corte, cercados de seus instrumentos de trabalho – os livros. Na nova forma de governo, resultou o ressurgimento de uma nova plêiade de representantes de todas as classes da população que, dotando o país de uma constituição moderna e adiantada, tinham necessidade de aprimorarem as suas discussões e abrilhantarem todas as questões, escudados nas opiniões dos mestres de direito constitucional hodierno.

Portanto, a fundação da Biblioteca do Senado Federal, organizada como se acha, impõe-se como uma das necessidades mais imprescindíveis da atualidade e de cujos benefícios resultados sentir-se-á toda a República brasileira. ...” ²¹

Prova do que afirmara Villa Lobos está na evolução do número de volumes na Biblioteca do Senado antes e depois da Proclamação da República: o acervo tornou-se quase dez vezes maior entre 1866 e 1898.

Relatório assinado pelo presidente do Senado, Manoel Victorino Pereira, em 1895, deixou claro que a Biblioteca do Senado não se adequava ao que se demandava naquele período. O documento, assinado pelo Presidente do Senado, assim descreve a Biblioteca naquele ano:



À esquerda: Imagem da primeira sala da Biblioteca do Senado, no palácio Conde dos Arcos

Nesta página, retrato de Manoel Victorino Pereira

“... Era muitíssimo pobre a Biblioteca do Senado, se ao que havia podia dar-se este nome, desde que constava quase que exclusivamente de Anais das duas Casas, relatórios, coleções de leis e de pareceres da Mesa e do Conselho de Estado.

Nem uma obra para consulta, nem uma revista, nem um jornal, nada ou quase nada existia. A Casa possuía uma coleção rara de jornais antigos que a Mesa procura completar. ...”²²

Naquele ano, o acervo aproximado da Biblioteca era de 4.262 volumes, 648 deles adquiridos nos meses anteriores. Para adequar a Biblioteca às exigências daqueles tempos, o presidente do Senado anunciou que tomaria uma série de providências:

“...Grande número de livros e revistas está sendo convenientemente classificado e colocado nas estantes, tendo cada livro um número de ordem para ser facilmente encontrado à vista de um catálogo que vai ser confeccionado e em tempo distribuído aos senadores.

Em suplementos periodicamente distribuídos serão mencionadas as novas aquisições que fizer a Biblioteca.

É pensamento da Mesa, e nesse propósito já deu as providencias, mandar conservar abertas a Biblioteca e a sala das comissões, das 7 às 10 horas da noite, às ordens dos senadores. ...”²³

No ano seguinte, o presidente usou nova verba para a aquisição de publicações e determinou a construção de uma nova sala para abrigá-las. Assim, a Biblioteca chegou aos seis mil volumes, recebendo periodicamente mais de uma centena de revistas e jornais.

“...Entre as obras adquiridas por oferta ou por compra, figuram coleções preciosíssimas e diversas de extrema raridade. Além das coleções enumeradas, possui a biblioteca tudo quanto há de mais adiantado ou de mais escolhido nos diversos ramos do direito.

Da história constitucional dos diversos povos, do que escreveram os mais notáveis comentadores, encontra-se o que se quiser. ...”²⁴



Parte das obras que aumentaram o acervo foi comprada no estrangeiro pelas embaixadas brasileiras “com sensíveis reduções de preços”, ou recebida por doação, num total de 800 volumes, como a feita pelo senador Quintino Bocayuva. Essas obras, anotou Victorino Pereira, “enriqueceram notavelmente a Biblioteca do Senado, tornando-a a fonte mais copiosa e inesgotável de ensino e ilustração nos assuntos que interessam à instituição”. Naquele tempo também foi dado início a um intercâmbio com Senados de países amigos.

Por conta do grande número de títulos em línguas estrangeiras, especialmente alemão e inglês, com as quais os senadores não estavam familiarizados, Victorino Pereira sugeriu a publicação regular de uma revista com extratos, versões ou traduções das obras mais interessantes, especialmente de direito público, para contribuir nos assuntos em discussão não apenas no Senado, mas também na Câmara dos Deputados.

Mais importante que isso, o presidente do Senado também indicou que a Imprensa Nacional, gratuitamente ou com baixos custos, reproduzisse os “imensos tesouros científicos guardados nas preciosas coleções da Biblioteca do Senado”, como forma de democratizar o acesso a esses textos.

Entre as obras mais valiosas encontradas no Senado para o auxílio do trabalho legislativo em 1896, o presidente do Senado Manoel Victorino Pereira listou²⁵:

- ☞ A coleção completa dos Anais da Convenção e do Congresso Federal Norte Americano, desde 1789 até aqueles dias;
- ☞ A coleção *Hansard parliamentary debates*;
- ☞ Os trabalhos do Parlamento Inglês, desde 1066 até 1894, isto é, 828 anos, com as atas e discursos das Câmaras dos Lords e dos Comuns;
- ☞ Arestos, decisões, sentenças da Suprema Corte Federal dos Estados Unidos, desde a data da sua fundação até aqueles dias, sem interrupção;
- ☞ A Pasiomia belga ou repositório completo das leis, decretos, regulamentos, arestos, decisões, sentenças daquele país;
- ☞ O registro estenográfico do Reichstag e do Laadtung, desde a data da fundação do Império Alemão;
- ☞ Anais do Conselho Nacional Suíço e do Tribunal Federal daquela república;
- ☞ A coleção já publicada das leis políticas e orgânicas dos diversos países da Europa e da América;
- ☞ Anais Legislativos do Chile, da República Argentina, do Estado Oriental do Uruguai, da França, da Itália.

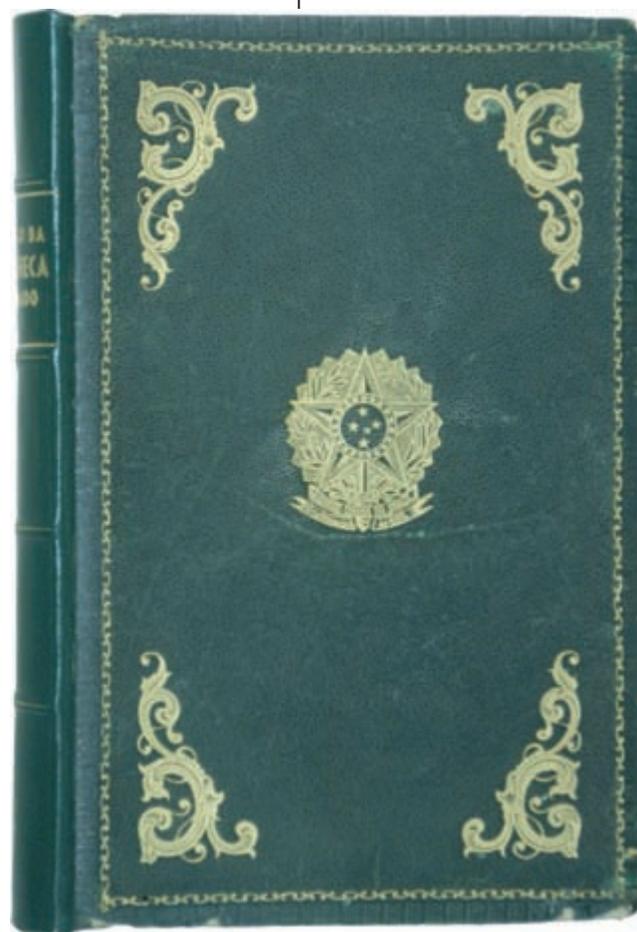
Por iniciativa do presidente e como forma de solucionar problemas de higiene e espaço físico foi construído um novo salão, em terreno existente ao lado do anexo à sede do Palácio Conde dos Arcos, onde funcionava o Paço do Senado. Lá, a Biblioteca funcionou até 31 de dezembro de 1924.

Foi iniciada, então, a elaboração de um catálogo sistemático das obras da biblioteca. Para isso, finalmente, a Biblioteca do Senado pôde contar, pela primeira vez, com mão de obra especializada. A pedido do presidente, o citado bibliotecário R. Villa Lobos, então empregado da Biblioteca Nacional, foi cedido ao Senado pelo Ministro do Interior para organizar a coleção e os catálogos da Biblioteca. Afinal, como mencionado na ocasião, “uma biblioteca sem catálogo é uma caixa cheia de inestimáveis riquezas e da qual perdemos a chave que nos facilitava dispor delas devidamente”²⁶.

O Catálogo da Biblioteca do Senado Federal de 1898, redigido por Villa Lobos, afirma que a instituição não tinha rival na sua especialidade no Brasil.

À esquerda, retrato do Senador Quintino Bocayuva

Nesta página, foto da capa do Primeiro Catálogo da Biblioteca, de 1898



“... Primeiramente, antes de serem colocados os livros nas estantes, dispostos por formatos, segundo as boas normas de bibliotecnia, foram submetidos a vários processos: cada volume, depois de convenientemente desinfetado, foi marcado em dois lugares com o carimbo da Biblioteca e recebeu, aderida ao dorso, uma etiqueta na qual se lhe designou por três números a estante, a prateleira e a ordem da sua colocação nesta. ...”²⁷

O projeto da organização empreendida por Villa Lobos previa: 1. Catálogo alfabético, tanto pelo nome dos autores quanto das obras; 2. Catálogo sistemático, seguindo a classificação decimal de M. Dewey; e 3. Digesto, ou catálogo dos capítulos de cada obra, organizado alfabeticamente.

“... Quem conhecer a classificação Dewey julgará, sem dúvida, dispensável o catálogo nº 1, que é destinado a ser manuseado pelo pessoal, para servir aos consultantes. Porém, segundo o plano que havemos imaginado, reservamos para o segundo as notas bibliográficas que havemos colhido durante a classificação, trabalho que não se coaduna com a urgência imperiosa da publicação de um catálogo que satisfizesse desde já as necessidades dos estudiosos. ...”²⁸

Na abertura dos trabalhos legislativos de 1898, a Biblioteca começou a ser regularmente freqüentada e, conforme consta do citado catálogo, naquela data o acervo da Biblioteca já contava com 12.062 volumes, sendo 9.490 encadernados, 985 brochuras e 1.587 jornais, e ainda 25 cartas e mapas.

Na oportunidade, algumas obras receberam menção especial: as coleções de anais, leis, relatórios, mensagens e jornais das antigas províncias e atuais estados da República (ainda que incompletas), além de coleções dos anais parlamentares dos principais países. Estes já eram adquiridos mediante permuta.

Além das obras já citadas pelo presidente do Senado em 1897, o Primeiro Catálogo da Biblioteca ressaltou a existência das seguintes obras no acervo do Senado: coleção do *Moniteur Universel*, coleções completas da *Revista Trimensal do Instituto Histórico*, coleções completas da *Flora Brasiliensis*, coleções completas dos almanaques *Laemmer*²⁹, entre outras.

Em 19 de dezembro de 1898, Luiz de Andrade foi nomeado o primeiro bibliotecário da Casa³⁰, acumulando ainda funções de arquivista, apesar de a biblioteca estar localizada no primeiro andar e o arquivo, no térreo. Pelo que consta, o Senado tratou de procurar pessoa suficientemente qualificada para o serviço, tendo em vista que, na sessão em que se discutiu a criação do cargo de bibliotecário³¹, dias antes, o senador Almeida Barreto registrou:

“... Desejo que o Senado tenha biblioteca bem organizada e é necessário que se nomeie para o lugar de bibliotecário pessoa profundamente habilitada, que tenha já exibido o conhecimento de algumas línguas e que mostre pender para essa natureza de serviços que reclamam muita competência. ...”³²

O senador Álvaro Machado tinha opinião similar:

“... Todos os nobres senadores são testemunhas do desenvolvimento da biblioteca do Senado e todos nós compreendemos pelo exame da extensa livraria, a necessidade de um encarregado permanente, que trate, não só da guarda, como da catalogação dos livros. ...”³³



Nesta página, capa do mensário da arte moderna Klaxon e retrato do Senador Lopes Trovão

Pelos registros, o bibliotecário Luiz de Andrade trabalhou sozinho até 1909, quando o Regimento Interno do Senado Federal, de dezembro de 1903, foi alterado. Até aquele ano, o Arquivo e a Biblioteca se achavam a cargo de um só “bibliothecario-archivista”.³⁴ Luiz de Andrade ficou quase 14 anos no cargo, até a sua morte, em 1912. Para substituí-lo, foi nomeado o Antonio Souto Castagnino.

Somente então, a Biblioteca e o Arquivo da Casa passaram a funcionar separadamente. O contínuo Basílio Emídio de Almeida foi indicado para o recém-criado cargo de conservador da Biblioteca³⁵.

Na conjuntura nacional, a política do café-com-leite garantiu alguma estabilidade, mas a década de 20 observou movimentos, sobretudo militares, contrários às oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Os tenentes foram protagonistas de episódios como a Revolta do Forte de Copacabana em 1922 e a Revolução Paulista de 1924, que, por sua vez, formou um dos braços da Coluna Prestes, somente debelada em 1927.

Do ponto de vista cultural, artistas e intelectuais brasileiros demonstraram que estavam atentos às vanguardas mundiais, especialmente européias. Como prova disso, realizaram a Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922. A contemporânea Biblioteca do Senado, já atenta à produção nacional, manteve exemplares de importantes publicações do movimento modernista.

Preocupados com a integridade da coleção da Biblioteca, os senadores aprovaram uma mudança no Regulamento Interno da Secretaria do Senado Federal, a fim de que as obras fossem usadas exclusivamente por senadores e funcionários somente nas instalações da Casa. Foi ainda sugerido que o Senado comprasse as obras que haviam sido emprestadas e que faltavam em suas prateleiras.

Transferida para o Palácio Monroe, em 1925, a Biblioteca continuou a melhorar sua estrutura. Em 1926, por exemplo, incorporou a coleção particular do senador Lopes Trovão, ao preço de 20 mil réis.³⁶



O Palácio Monroe - Segunda Sede do Senado

O edifício projetado em 1904 pelo Coronel e engenheiro Francisco de Souza Aguiar concorreu, representando o Brasil, na Exposição Mundial de Saint Louis, nos Estados Unidos, onde recebeu a medalha de ouro, competindo com projetos de arquitetura e engenharia de outros 50 países.

O autor desenhara o palácio usando uma estrutura metálica, capaz de ser totalmente desmontada e reaproveitada no Brasil, conforme a determinação de que a construção do pavilhão deveria levar em conta que toda a estrutura seria aproveitada, de modo a poder-se reconstruí-lo no Rio de Janeiro.

Legítimo representante da estética belle époque, o prédio era mais uma demonstração de que o Brasil republicano poderia se adaptar aos padrões seguidos pela elite francesa – e mundial – da época. Isso porque Sousa Aguiar executara também os prédios da Biblioteca Nacional e do Teatro Municipal (cópia da Ópera de Paris), situados na mesma praça na qual o premiado palácio foi reerguido. Com essas iniciativas, o Brasil rompia com laços tradicionalistas da arquitetura de Portugal.

Os elementos de composição inscrevem-se na linguagem geral do ecletismo, num estilo híbrido, caracterizado por uma combinação de diversas tendências, marcando uma época de transição na arquitetura.

Dessa forma, o projeto vencedor serviu de base para a construção do edifício no Brasil, que foi inaugurado em 23 de julho de 1906, quando a 3ª Conferência Pan-Americana – marco na história da diplomacia brasileira – foi aberta com discurso do Barão do Rio Branco. O evento, com chanceleres dos países americanos, fazia parte da estratégia de produção de uma imagem de nação moderna e progressista que o recém-instalado regime republicano esforçava-se por firmar perante a comunidade internacional. Foi Rio Branco quem batizou o edifício, em homenagem ao presidente norte-americano James Monroe, defensor da não-intervenção no continente.

Até a instalação definitiva do Senado, em 3 de maio de 1925, o Palácio Monroe sediou diversas instituições públicas, entre eles a Câmara dos Deputados, em 1914. Para tanto, o palácio foi remodelado a mando do então presidente do Senado, Estácio de Albuquerque Coimbra.

O Palácio Monroe se identificou de tal forma com o Senado que, na última sessão realizada em Plenário, às vésperas da transferência para Brasília, em 1960, os senadores externaram a emoção com que se despediam não só da cidade, mas também do prédio. Depois do início do funcionamento do Senado em Brasília, o edifício foi ocupado pelo Estado Maior das Forças Armadas. O início de uma campanha para a demolição do Palácio Monroe foi detonado em julho de 1974, quando o jornal O Globo publicou matéria em que o prédio era acusado de atrapalhar o trânsito e a construção do metrô do Rio de Janeiro. O Palácio, que fora motivo de orgulho nacional, passou a ser chamado de monstrengo do



passeio público, sem importância histórica, desprovido de qualquer valor artístico por ser uma “mera cópia”. Especulou-se que no local seria construído um edifício-garagem ou uma grande praça para a estação do metrô da Cinelândia, rodeada de áreas verdes.

Em correspondência datada de 9 de outubro daquele ano, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, comunicou ao ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, acerca da autorização dada pelo presidente da República, Ernesto Geisel, para a demolição do prédio e conseqüente utilização do local para outros fins. A população do Rio de Janeiro ainda organizou um abaixo-assinado para evitar a demolição do prédio.

Em Brasília, o senador Danton Jobim defendeu o palácio ameaçado de demolição, dirigindo veemente apelo ao presidente da República no sentido de que evitasse “esse verdadeiro atentado contra o patrimônio histórico do país”.

Jobim referia-se à campanha desenvolvida pelo Clube de Engenharia em favor do Monroe, mencionando os estudos técnicos que rebatiam os argumentos de que a existência do prédio prejudicaria o trânsito ou a qualidade de vida da cidade. Muitas outras vezes, entre elas as do senador Marcos Freire e do deputado Jorge Arbage, levantaram-se em defesa do palácio, sem êxito. Em 11 de outubro de 1975, o Presidente Ernesto Geisel autorizou o Patrimônio da União a providenciar a demolição do Palácio Monroe.



Imagem cedida pelo professor e colecionador Antonio Miranda.

Da demolição, escaparam vitrais preciosos, soalhos em madeira de lei, estátuas - inclusive os leões que decoravam a escadaria de entrada -, vendidos a particulares pela empresa demolidora, além de móveis e objetos que integram o acervo histórico do Senado.

Logo na abertura do Senado no Palácio Monroe, a Biblioteca foi instalada no primeiro pavimento, ao lado do salão nobre e das Comissões, onde permaneceu por vários anos. Posteriormente foi transferida para o andar térreo, no nível da rua e da garagem, abaixo dos grandes salões do Palácio. O espaço, sem janelas, tinha duas portas de acesso para os senadores e o público, de onde apenas se podia ver a luz do dia. No mesmo pavimento, funcionava o Arquivo do Senado e uma agência dos Correios. As obras raras, porém, eram guardadas em armários situados no segundo andar, em espaço mais nobre.



Imagem cedida pelo professor e colecionador Antonio Miranda.



Os tenentes e suas idéias finalmente chegaram ao poder em 24 de outubro de 1930, quando os militares, chefiados por Getúlio Vargas, depuseram o presidente da República, Washington Luís.

Durante o governo provisório chefiado por Getúlio, divisões no movimento acabaram levando à Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo. As negociações que se seguiram levaram, no ano seguinte, à instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que deu origem à Constituição de 1934, moderna e democrática.

Na Biblioteca do Senado, até

1936, cabia ao bibliotecário as tarefas de selecionar e adquirir tudo o que fosse útil à Biblioteca, submetendo suas propostas ao diretor da Secretaria do Senado. Tal prática – que já durava mais de três décadas sem que fossem registradas reclamações por “dispêndio exagerado ou aquisição mal feita” – foi revogada em novembro daquele ano, quando a Comissão Diretora retira essa autonomia, determinando que apenas as comissões poderiam requisitar a compra de novos títulos para a Biblioteca.

Em conseqüência da decisão, o diretor-geral da Secretaria submeteu uma exposição de motivos pormenorizada em que apresentava, item por item, como foi gasto o orçamento de 24 contos de réis destinado à compra de livros e periódicos naquele ano. O documento conclui “que a verba destinada a esse serviço sempre foi escrupulosamente aplicada, que jamais foi adquirida qualquer obra sem valor ou utilidade à finalidade do Senado e que a diretoria-geral sempre agiu com discernimento, zelo e cuidados especiais”.³⁷

Porém, não houve tempo para que o sistema se consolidasse. Depois de dar um golpe de estado em novembro de 1937, Getúlio passou a chefiar o “Estado Novo”, com uma nova Constituição, de inspiração autoritária, que não previa o funcionamento do Congresso. Ali, já ditador, Getúlio dissolveu o Legislativo, o que acabou trazendo reflexos diretos na Biblioteca do Senado. O Palácio Monroe deixou de sediar o Senado e deu lugar ao Ministério da Justiça.

Com o fechamento do Senado, o acervo da Biblioteca foi severamente prejudicado: várias obras do acervo, algumas raras e valiosas, desapareceram no período do Estado Novo.

O fim da II Guerra Mundial, com a participação do Brasil ao lado dos aliados, de inspiração democrática, não deixou o governo de Getúlio em situação confortável.

O presidente convocou eleições para o fim de 1945, permitindo a formação de partidos e até a legalização do Partido Comunista Brasileiro. Ainda



assim, em outubro de 1945, Getúlio foi deposto. Um dos líderes da deposição, general Eurico Gaspar Dutra, foi eleito presidente em 2 de dezembro de 1945, juntamente com os novos parlamentares encarregados de redigir uma nova Constituição.

O Congresso Nacional reabriu em 1946 e em outubro do mesmo ano o Senado

retomou o antigo zelo por todo o seu acervo de livros ou o que restara dele. Como parte do reaparelhamento da Biblioteca, todas as obras foram catalogadas e passaram a ter o registro daquele ano.

Durante a Constituinte, a Biblioteca se consolidou como fonte de pesquisa para os parlamentares. Infelizmente, por conta da dilapidação do acervo nos anos do Estado Novo, a Biblioteca ficou fechada para o público externo e a consulta a sua coleção ficou restrita

aos parlamentares. Aquela situação levou à indignação o senador Ruy Santos:

“... As bibliotecas valem pela possibilidade da circulação dos livros. Se um Deputado não pode sequer trazer ao recinto, para justificar sua opinião e fortalecer seu ponto de vista, um livro da Biblioteca, esta se torna a meu ver, rigorosamente inútil ao desenvolvimento dos trabalhos. ...”

O período de reconstrução da democracia brasileira que se seguiu à nova Constituição coincidiu com a reconstrução dos locais onde estão depositadas a história e a informação, como a Biblioteca do Senado. Pouco mais de uma década depois da redemocratização, a Biblioteca do Senado ainda não tinha atingido níveis compatíveis com aquelas novas demandas.

Em 1950, foram criados dois cargos de bibliotecários. Quatro anos depois, um relatório descreve a Biblioteca como um local desfavorável para os livros e com número de funcionários aquém do necessário. Mais que isso, a comissão que redigiu o relatório diagnosticou falta de coerência na divisão dos serviços administrativos e técnicos. Dessa forma, em vez de dois bibliotecários, a comissão propôs que a Casa ampliasse o quadro para “oito ou dez portadores de diploma de especialização e recrutados mediante rigoro

Na página à esquerda, imagens do Plenário do Palácio Monroe e da Constituição de 1946

Nesta página, imagem do primeiro Livro de Tombo da Biblioteca



“... processos de seleção”.³⁹

A aquisição de livros, continua o relatório, era feita com “muita parcimônia”, demorada e inadequada para um órgão “que tem por fim servir ao Senado da República”.

Assim, o relatório sugere que o diretor-geral, sob a supervisão do primeiro-secretário, deveria comprar as obras, a exemplo do que acontecia antes de 1936. O relatório sugere ainda a organização da estrutura dos serviços do Senado e suas atribuições, na qual a Diretoria da Biblioteca, a do Arquivo e a de Documentação fariam parte da Divisão de Documentação.

A comissão não se limitou a analisar as condições físicas da Biblioteca, mas arriscou-se a dar um novo enfoque para os serviços do órgão. Segundo o relatório, a Biblioteca deveria ser utilizada como um “meio ativo de aperfeiçoamento cultural dos funcionários, ampliando-se a aquisição de obras com esse objetivo, inclusive de literatura, e tornando-se possíveis os empréstimos, por prazo fixo, aos servidores”.

Enquanto isso, no cenário político nacional, planos de golpe de Estado prosperaram para evitar a posse do recém-eleito presidente Juscelino Kubitschek. Conflitos nas Forças Armadas levaram até mesmo tanques às ruas do Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1955. O então presidente Café Filho e seu sucessor, deputado Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, foram declarados impedidos de assumir a Presidência, que foi exercida pelo senador Nereu Ramos, vice-presidente do Senado até a posse de JK, em 31 de janeiro de 1956. Boa parte desse período transcorreu sob estado de sítio.

Foi também nessa fase, em dezembro de 1955, que a comissão encarregada de definir a localização da nova capital “no planalto de Goyaz” foi transformada em “Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal”.

Juscelino Kubitschek e seu vice João Goulart empreenderiam, em cinco anos, um mandato com realizações grandiosas, a partir de um ambicioso plano de metas, como a implantação da indústria automobilística, a abertura de estradas e a construção de Brasília, cujo território foi finalmente demarcado em setembro de 1956. Enquanto isso, a aliança entre o PSD e o PTB garantia maioria para JK no Congresso e as Forças Armadas mantinham-se fiéis ao presidente, devido à atuação do ministro da Guerra, marechal Henrique Teixeira Lott.

Nesse contexto de grande dinâmica econômica e política, o Senado preparava a mudança para Brasília, conforme disposto no artigo 4º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1946, que previa a transferência da capital “para o planalto central do país”. O dispositivo era uma reprodução, em outros termos, do que determinara o artigo 3º da Constituição de 1891.

Em 1º de outubro de 1957, foi determinado por lei que a instalação da nova capital em Brasília, cuja construção já se iniciara, ocorreria em 21 de abril de 1960.

A mudança para a nova capital não ocorreu, porém, sem polêmica. Diversos senadores criticavam as condições de habitabilidade e de funcionamento dos Poderes da República em Brasília. Aqueles a favor da transferência formaram um “Bloco Mudancista”. Fato é que, os primeiros meses após a inauguração de Brasília, os serviços públicos, inclusive do Parlamento, ainda não estavam completamente instalados na capital, até pela falta de residência para funcionários.

A 14 de abril de 1960, o Senado realizou a sua última sessão na cidade do Rio de Janeiro, local onde, durante quase dois séculos, estivera sediado o governo desde a Independência, em 1822.



1960 - 2006: A BIBLIOTECA DO SENADO EM BRASÍLIA



A 21 de abril de 1960, o Congresso Nacional esteve representado na instalação solene dos Poderes da República em Brasília, com a presença de delegações de governos estrangeiros. Naquela data, o ato de inauguração do Congresso foi presidido pelo vice-presidente da República, João Goulart.

Na manhã do dia seguinte, o Senado realizou sua primeira sessão na nova capital, sob a presidência do senador Filinto Muller. Naquela ocasião, apenas o prédio onde se localiza

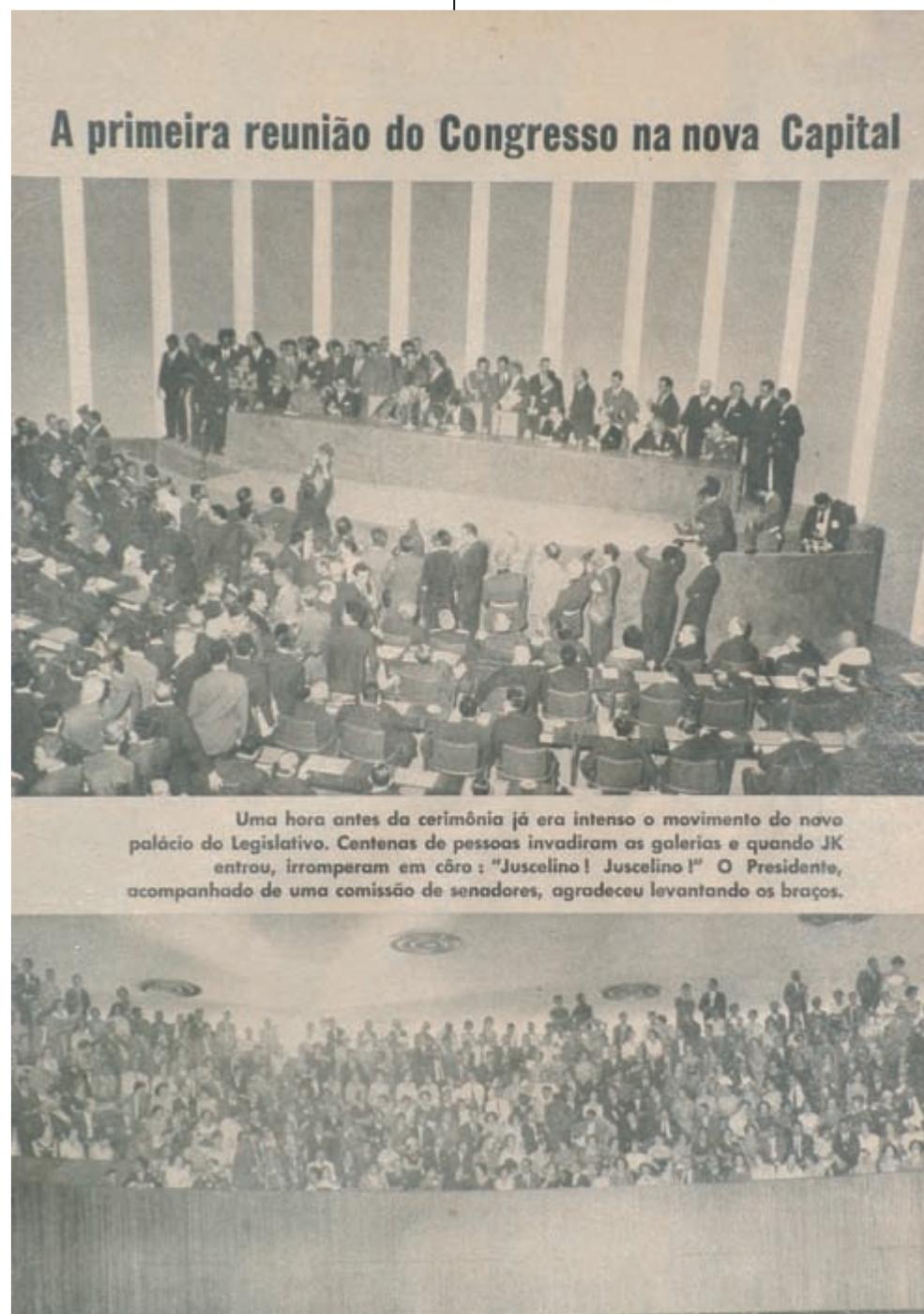
o Plenário estava parcialmente concluído, com obras de acabamento em execução e, ainda, sem algumas das instalações indispensáveis ao funcionamento do Senado, como transmissão de som, campainhas, telefones e refrigeração.

O edifício anexo I do Senado, de 28 andares, onde se localizariam os serviços administrativos da Casa, ainda estava em conclusão e foi necessário encontrar abrigo provisório, em condições precárias, no bloco do Plenário. Somente em setembro, em meio a obras, o anexo pôde ser utilizado, mesmo sem o funcionamento regular de elevadores.

Segundo o Relatório da Presidência do Senado de 1960, a transferência para Brasília, inclusive da Biblioteca e do Arquivo, não foi possível por algum tempo em decorrência desses atrasos na construção. Apenas em fins de agosto a Biblioteca teve seu acervo instalado no Palácio do Congresso Nacional, já em condições de funcionar.

Na página à esquerda, imagem de Juscelino Kubitschek

Nesta página, retrato do vice-presidente da República, João Goulart e imagem da primeira reunião do Congresso em Brasília, retirada da Revista Manchete v. 8, n. 420, 1960



Palácio do Congresso Nacional - Terceira Sede do Senado Federal



Assim como os demais prédios monumentais de Brasília, o Palácio do Congresso Nacional foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Um dos principais cartões postais de Brasília, o edifício reúne o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, em destaque na Praça dos Três Poderes.

O conjunto de construções inclui duas torres de 28 andares ligadas ao meio,

formando um grande 'H'. Ao lado de uma das torres, há uma cúpula convexa, maior, que representa a Câmara dos Deputados e, ao lado da outra, há uma cúpula côncava, menor, que abriga a sede do Senado Federal.

A parte do Palácio que fica abaixo do nível do Eixo Monumental reúne os principais salões – verde, da Câmara, azul, do Senado, e negro, do Congresso – e os



plenários das duas Casas. Nesse prédio, encontra-se ainda o salão nobre, ocupado por um museu com obras de arte e mobiliário pertencentes às antigas sedes do Senado.

Assim que o Senado chegou a Brasília, a torre onde seriam instalados serviços administrativos e gabinetes (Anexo I) ainda não estava pronta para receber servidores, móveis e documentos, o que só ocorreu em agosto de 1960.





A Biblioteca do Senado teve que se adaptar às condições existentes na nova capital, onde passou a ocupar quatro andares do Anexo I – do 3º ao 6º – com área total de 1.500 m².

Na página à esquerda:
Foto do Congresso Nacional

Foto da equipe de servidores da Biblioteca, ainda no edifício Anexo I

Fotos do hall de entrada e salão de leitura da Biblioteca reformada em 1979, já no edifício Anexo II

Nesta página, fotos do hall de entrada e salão de leitura da Biblioteca no edifício Anexo II, após a reforma de 1999

Em 1972, sob a presidência do senador Petrônio Portella, a Biblioteca foi transferida para o edifício Anexo II, recém-inaugurado. O acervo foi instalado no térreo do prédio, numa área de 2.700 m², com todos equipamentos e acomodações necessários aos seus serviços. Posteriormente, sofreu uma primeira reforma em 1979.



Outra grande reforma foi iniciada no local em 1998, adaptando a Biblioteca para a adoção de novas tecnologias de informação. Essa modernização da Biblioteca foi acompanhada de uma ampliação da área total, para permitir o crescimento do acervo. Salas especiais foram criadas para os usuários, bem como um pequeno auditório. A salas dos senadores e a dos consultores e diretores são usadas para reuniões e para grupos de estudo que necessitam de maior privacidade. Uma área foi destinada à instalação dos serviços digitais da Biblioteca. O saguão de entrada, mais amplo, permite ainda a realização de eventos, como lançamento de livros e exposições.

O Senado passou a oferecer aos seus usuários uma Biblioteca digna do Poder Legislativo. A área de 3.250 m², comportou um aumento de 20% de estantes fixas para livros e periódicos, 60% de estantes deslizantes para a coleção de jornais, 80% nos assentos na sala de leitura e 100% de estantes deslizantes para as coleções de obras raras, coleção senador Luiz Viana Filho e outros acervos especiais.

a partir de 1968. O acervo foi atualizado e enriquecido com obras técnicas e de referência. Criou-se também o serviço de reprografia com a aquisição de máquinas copiadoras, mimeógrafos eletrônicos e duplicadoras para a reprodução das fichas catalográficas do fichário manual.

O sistema para a aquisição de livros, a partir de uma consultoria do especialista John Dere, permitia a entrada de dados por meio de cartão perfurado. Esse equipamento foi instalado na biblioteca, em 13 de dezembro de 1968, dia em que o presidente da República Costa e Silva fechou o congresso. Esse processo para compra de livros funcionou até 1971, por meio de listagens geradas automaticamente e distribuídas para potenciais fornecedores no país.

Em 1968, depois de 142 anos de existência da Biblioteca, o Senado reconheceu que somente bacharéis em Biblioteconomia poderiam exercer a chefia do órgão, o que já havia sido determinado por Lei Federal em 1962⁴⁰. Assume, então, pela primeira vez a direção da Biblioteca do Senado uma bibliotecária, Adélia Leite Coelho, que permaneceu



Na página à esquerda, imagem da antiga sede da Biblioteca no edifício Anexo I e imagem da lista de periódicos encaixotados para a transferência do acervo do Rio de Janeiro para Brasília

Nesta página, retrato do Presidente do Senado Gilberto Marinho e da primeira diretora bibliotecária, Adélia Leite Coelho

no cargo até 1980. Para homenageá-la após sua morte, em 1998, foi criada a Sala Adélia Leite Coelho, com o acervo de obras raras da Biblioteca do Senado.

Nessa linha, 1968 também foi o ano de realização do primeiro concurso público para bibliotecário. Pessoas de diversas partes do país acorreram a Brasília para fazer as provas que levariam à nomeação de duas vagas abertas para o cargo pelo Senado.

Em dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva decretou o Ato Institucional n.º 5, que



vigorar até 1979. O AI-5 deu poderes ao presidente para fechar, por tempo ilimitado, o Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais; suspender direito político por dez anos e cassar mandatos eletivos; e decretar estado de sítio e prorrogá-lo por tempo indeterminado, entre outros. A garantia do *habeas corpus* também foi suspensa.

O período de restrição às liberdades individuais atingiu, como costuma acontecer, a disseminação das informações, afetando a Biblioteca do Senado. Na época em que o Congresso permaneceu fechado, os serviços da Biblioteca continuaram funcionando, porém em um ritmo menor. O crescimento do acervo, por exemplo, foi praticamente interrompido, já que não havia a previsão de aquisição de novas obras, contando apenas com doações.

Entre outros atos de censura, em julho de 1970, o governo publicou uma lista de 20 livros que deveriam ser apreendidos por considerar que conteriam “matéria subversiva”. A Biblioteca do Senado possuía mais da metade dos livros daquela lista e, para evitar a apreensão, bibliotecárias recolheram os livros proibidos, restituindo-os às estantes somente após a redemocratização do país.

Reaberto, o Congresso tentou retomar a normalidade institucional promovendo uma reforma constitucional coordenada pelo então vice-presidente Pedro Aleixo. A nova constituição deveria ter sido promulgada em 1º de setembro de 1969, mas o presidente Costa e Silva, por motivo de saúde, ficou incapacitado de governar. Os três ministros militares impediram que Pedro Aleixo tomasse posse, formando uma Junta Militar que governou o país entre 30 de agosto e 31 de outubro de 1969. Nesse período, foi outorgada uma nova Constituição, de autoria do então ministro da Justiça, Gama Filho, que manteve o AI-5 e introduziu uma nova Lei de Segurança Nacional.

A Junta Militar declarou vagas a Presidência e a Vice-Presidência da República, definindo o processo de escolha do novo presidente, pelo qual os oficiais-generais das três Armas indicariam os candidatos de suas preferências. Foi apontado o general Emílio Garrastazu Médici, ex-Chefe do Serviço Nacional de Informações. Mais tarde, seu nome foi chancelado pelo Congresso Nacional, que fora reaberto para essa tarefa três dias antes.

Governo manda apreender 20 livros por achar que contém matéria subversiva

Brasília (Sucural) — Ao examinar várias obras encaminhadas pela Polícia Federal, sob suspeita de “conterem matéria ofensiva à moral e aos bons costumes”, o Ministério da Justiça decidiu apreender 20 livros, mas com outra argumentação: todos por “configurarem propaganda subversiva”, proibindo sua circulação no território nacional.

O número de obras encaminhadas pela Polícia Federal ao Ministério para o exame final é bem considerável, tornando-se praticamente impossível que o Ministro da Justiça ou o seu chefe de gabinete as examinem.

PORTARIAS

Através de suas Portarias n.ºs 58 265 e 58 266, o Sr. Alfredo Buzaid proibiu 20 livros. Ambas as portarias têm o seguinte considerando no início:

“O DPF encaminha relação de livros para verificação de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes. Despacho: 1 — os livros apreendidos constantes da relação anexa não oferecem matéria ofensiva à moral ou aos bons costumes, sendo inaplicável aos mesmos o Decreto-Lei n.º 1 700.”

No exame dos livros, o Ministério da Justiça descobriu “configurada a propaganda subversiva”, que foi declarada crime conforme o Artigo 45, I, do Decreto-Lei n.º 898, de 29 de setembro de 1969, e determinou sua apreensão, proibindo sua circulação, impressão ou venda em todo o território brasileiro, sem prejuízo da ação penal contra as responsáveis.”

OS PROIBIDOS

A relação dos livros proibidos nas duas portarias é a seguinte:

1) Meu Amigo Che, Ricardo Rojo; 2) Textos de Ernesto Che Guevara; 3) História Militar do Brasil, de Nelson Werneck Sodré; 4) Opções da Revolução na América Latina, de Miguel Urbano; 5) Esculturas de Barro; 6) O Poder Jovem, Artur José Poerner; 7) Os Condenados da Terra, Frantz Fanon; 8) Socialismo em Cuba, de Leo Huberman e Paul M. Sweezy; 9) Mi Experiencia Cubana, Ezequiel M. Estrada; 10) Lucha Armada-Fuerza Armada, de Vo Nguyen Giap; 11) Obras Escogidas de Mao Tsé-tung; 12) El Derecho de Rebelarse, Vicente Rovetta; 13) Apuntes Sobre Una Experiencia Guerrillera, Héctor Bejar; 14) Estrategia de la Guerrilla Urbana, de Abraham Guillén; 15) Socialismo y el Hombre en Cuba, de Ernesto Che Guevara; 16) Guerra de Guerrillas en Vietnam, de Hoang Van Thai; 17) Resolución Política del Partido Comunista de Colombia; 18) Guerra del Pueblo-Ejército del Pueblo, de Nguyen Giap; 19) Citações do Presidente Mao Tsé-tung; 20) Tábua da Cobrança das Rendias.

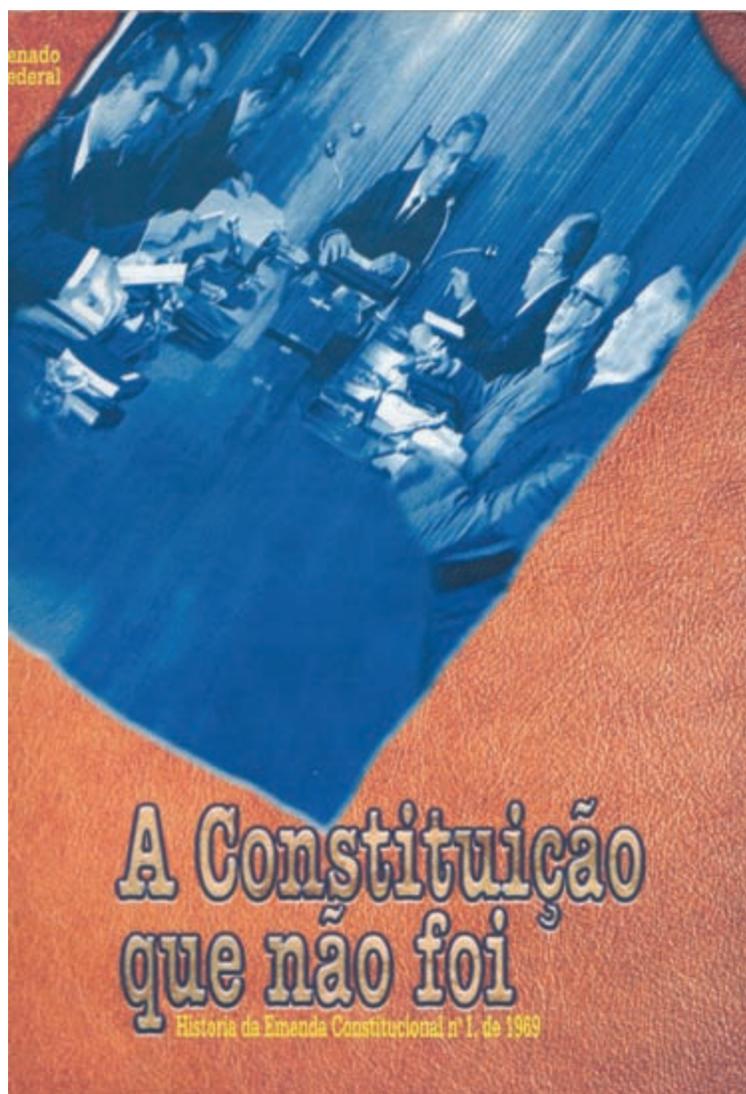
Avanços importantes da Biblioteca do Senado foram registrados em 1972. O acervo foi instalado no térreo de um novo prédio, anexo à Casa, recém-inaugurado, o atual Anexo II. Finalmente, a Biblioteca funcionava em um local adequado e moderno, com equipamentos e acomodações necessários aos seus serviços. As coleções da Biblioteca também foram enriquecidas. Em 1973, havia 68.206 volumes e 1.326 títulos de periódicos nas estantes.

Na década de 1970, a Biblioteca também concentrou suas preocupações na melhoria da organização do acervo, incorporando recentes avanços da automação.

Em 1972, o Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, o Prodasen foi criado pelo senador Petrônio Portela, então presidente do Senado, fato que teria grande impacto no futuro da Biblioteca. Petrônio propôs, de forma visionária, a criação de uma rede de informações, onde todas as bibliotecas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estariam interligadas, falando uma única linguagem e mantendo serviços cooperativos.

Em 1976, Petrônio Portella afirmou:

*“Meu sonho é catalogar os livros de todas as bibliotecas de Brasília no Centro de Processamento de Dados do Senado, de modo que ele indique onde se pode encontrar informação sobre qualquer assunto, da cibernética ao Gênesis, aqui na capital.”*⁴¹



Na página à esquerda, recorte de jornal da lista das obras censuradas pelo governo, publicada no Jornal do Brasil em 4 de julho de 1970

Nesta página, capa do Livro: *A Constituição que não foi: história da emenda constitucional nº 1, de 1969*. Brasília: Senado Federal, 2002



Esse trabalho possibilitou a criação de bancos de dados e linguagens de indexação hoje utilizadas amplamente por diversas bibliotecas. A padronização permitiu a integração dos sistemas de catalogação, classificação e indexação de documentos, levando à criação da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI), em 2000.

Outros produtos foram criados nesse período, como o serviço de recorte de jornais. No início de 1974, a bibliotecária Pérola Cardoso Raulino, chefe da seção de referência e mais tarde diretora da Biblioteca, trazia exemplares do *Jornal do Brasil* de casa para executar o serviço. Somente meses mais tarde, o Senado fez a assinatura de oito jornais diários.

Durante a presidência do general Ernesto Geisel (1974-1979), foi dado início ao processo de abertura política, com o fim da repressão policial, a liberalização do sistema eleitoral, a eliminação parcial da censura, a suspensão dos atos institucionais e a anistia dos presos políticos. As mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, presos no DOI-Codi do II Exército, em São Paulo, acelerou o processo de redução da atuação dos organismos repressivos, a partir de 1976.

Em 1977, a oposição no Congresso Nacional, representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), conseguiu derrotar um projeto de reforma judiciária apresentado pelo governo. O Legislativo foi fechado, a reforma foi aprovada por decreto e o chamado Pacote de Abril foi editado. Nele, foi criada a figura do senador biônico eleito, não pelo povo, mas por um Colégio Eleitoral, com maioria do partido de apoio ao governo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). No último ano do governo Geisel, em janeiro de 1979, o AI-5 foi, finalmente, revogado.

Os seis anos do governo do general João Batista de Figueiredo (1979-1985), ex-Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Casa Militar do governo Médici, foi marcado por forte crise econômica e dificuldades políticas.

Em agosto de 1979, foi aprovada a Lei da Anistia, permitindo a volta ao Brasil de personalidades acusadas de “crimes políticos e conexos” pelo governo militar. Também naquele ano, foi extinto o bipartidarismo, o que levou à criação de vários partidos políticos. A Arena passou a se chamar Partido Democrático Social, (PDS) e, na oposição, surgiram cinco novos partidos: PMDB, PP, PT, PDT e PTB. O PDS, valendo-se dos senadores biônicos, tinha maioria no Congresso e, conseqüentemente, no Colégio Eleitoral que elegia o presidente da República.

Acompanhando os ventos da abertura, em 1979, a Comissão Diretora do Senado promoveu significativas melhorias nas instalações físicas da Biblioteca. Em homenagem ao presidente do Senado à época, senador Luiz Viana Filho, a Biblioteca do Senado foi batizada com o nome de *Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho*. Com relação ao acervo, na década de 70, a incorporação de novos títulos, registrou uma média de 4,2 mil livros por ano.

Em 1982, realizaram-se eleições diretas para os governos estaduais, pela primeira vez desde 1965, com o PDS vencendo em 12 estados, o PMDB, em 10 e o PDT, em um. Em novembro de 1983, a oposição deflagrou o movimento

pelas eleições diretas, conhecido como “Diretas Já”, por meio da aprovação de uma emenda constitucional. Porém, a proposta não obteve os dois terços de votos necessários.

Para a sucessão presidencial apresentaram-se Tancredo Neves, pelo PMDB, e Paulo Salim Maluf, pelo PDS. Tancredo contou com o apoio de uma dissidência do PDS,



a Frente Liberal, que indicou o então senador José Sarney para o cargo de vice-presidente. Essa chapa contou com a simpatia do presidente Figueiredo e acabou eleita em 15 de janeiro de 1985, pelo Colégio Eleitoral, com ampla maioria de votos.

Iniciou-se a Nova República, mas o presidente eleito não

tomou posse em 15 de março, vitimado de doença que o levou à morte meses mais tarde. José Sarney assumiu, então, o governo.

Como aconteceu após o fim do Estado Novo, os anos que se seguiram à redemocratização do país trouxeram grande expectativa acerca dos trabalhos legislativos. A censura à imprensa acabou, o pluripartidarismo foi ampliado com a legalização dos partidos comunistas e o sindicalismo foi liberado.

Em 1987, a Assembléia Nacional Constituinte canalizou as expectativas acumuladas nas décadas anteriores de construção de um país democrático. Com expressiva participação popular, o Congresso tornou-se o fórum de debates dos temas constitucionais. A elaboração da nova Carta gerou grande demanda por informações de toda a natureza e a Biblioteca teve que concentrar seus esforços, para melhor atender às solicitações de pesquisa dos parlamentares.

Na primeira fase da Constituinte, quando estavam em funcionamento as comissões temáticas, a Biblioteca foi muito procurada para consultas. Senadores e asses-

Na página à esquerda, foto da Inauguração do Prodasen em 1972, com a presença do senador Petrônio Portela (primeiro à esquerda)

Nesta página, senador Luiz Viana Filho na inauguração da Biblioteca no edifício Anexo II e foto da Biblioteca depois da reforma de 1979, em que recebeu o nome Acadêmico Luiz Viana Filho



sores requeriam subsídios sobre vários assuntos, que, na sua maioria, diziam respeito a direito comparado, uma vez que precisavam ser informados sobre como aquele tema era tratado no ordenamento jurídico de outros países. O trabalho da Biblioteca aumentou significativamente, também, devido à grande demanda proveniente da população, cuja participação no Parlamento foi intensa naqueles anos⁴².

Para que o atendimento continuasse a ser feito com qualidade, a Comissão Diretora, sob a Presidência do senador Humberto Lucena, ampliou, em plena Constituinte, o número de bibliotecários, no quadro funcional do Senado, para 20, com a consequente realização de concurso público para o preenchimento dos cargos⁴³. Três anos mais tarde, com o senador Mauro Benevides na Presidência da Casa, os bibliotecários passaram a 30⁴⁴, número que permanece inalterado até os dias atuais.



Senado abrirá 35 vagas

O Senado vai realizar concurso público em janeiro para preenchimento de 35 vagas e as inscrições vão estar abertas a partir do próximo dia 12. O edital foi divulgado ontem e já vem recebendo críticas, principalmente por limitar em 50 anos a idade máxima para os concursandos.

São 10 vagas para técnico em Comunicação Social — Jornalismo; 5 para Tradutor — Intérprete; 10 vagas para enfermeiro e mais 10 para Bibliotecário.

O concurso será realizado pela Universidade de Brasília e constará de duas ou três etapas, dependendo do cargo. No ato da inscrição será cobrada uma taxa de Cz\$ 13.500,00 e só então o candidato receberá o manual com as informações sobre o programa e bibliografia exigidos. Uma novidade deste concurso é que foi abolida a tradicional prova de títulos.

Os jornalistas que disputarão uma das 10 vagas, terão que demonstrar seus conhecimentos primeiro, através de uma prova objetiva de conhecimentos específicos e que será eliminatória. Somente na segunda etapa é que eles vão poder provar se sabem fazer uma cobertura jornalística. E para isso, terão que contribuir para com a UnB, que realiza o concurso, levando para o local da prova a sua própria máquina de escrever, manual ou elétrica.

da rápida e precisa recuperação de informações digitais. Os produtos da Biblioteca passam a ser oferecidos em formato eletrônico.

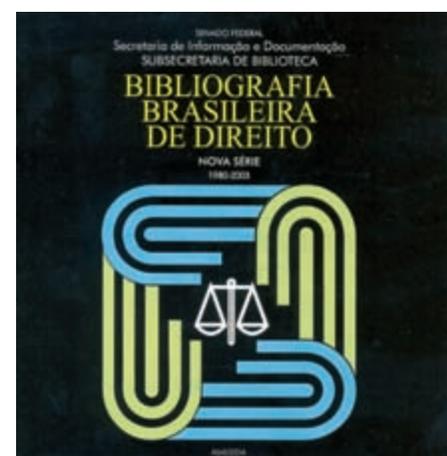
Em março de 1997, com a bibliotecária Simone Bastos Vieira como diretora, foi lançada a página da Biblioteca do Senado na Internet, tornando disponível a consulta às bases de dados bibliográficos de: livros e capítulos de livros, artigos de revistas e de jornais, coleção de periódicos e de obras raras. Alimentam, cooperativamente, essas bases as bibliotecas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário com prioridade temática em Ciências Humanas e Sociais, destacando-se a área de

até os dias atuais.

Sarney governou até 1989, ano em que, após quase três décadas, o povo escolheu em eleições diretas Fernando Collor de Melo para a Presidência da República. Collor assumiu em 1990 e foi afastado do governo dois anos e meio depois, com um inédito processo de *impeachment*, levado a cabo após a apuração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A partir desse momento, as CPIs passaram a ocupar papel institucional de relevância, apresentando novas e freqüentes solicitações à Biblioteca do Senado.

O vice de Collor, Itamar Franco, ocupou a Presidência até 1994, quando ocorreram novas eleições que culminaram com a vitória do senador e ex-ministro da Fazenda de Itamar, Fernando Henrique Cardoso, que assumiu a Presidência em 1995.

Nesse período, a biblioteca prepara-se profissional e tecnologicamente, sob a direção de Silvana Lúcia Rios Safe de Matos, e, posteriormente, de Genoveva Maria Almeida de Oliveira, para o mundo



Direito (BBD). A versão cumulativa da Bibliografia Brasileira de Direito, desde 1980 e da Bibliografia de Eleições e Partidos Políticos passaram, também, a ser acessadas na Internet.

Nessa gestão, criam-se os boletins de disseminação seletiva de informações dirigidos para as Comissões permanentes e/ou provisórias do Senado Federal e organiza-se o projeto “Quintas Culturais”, com o objetivo de divulgar os valores científicos, culturais e artísticos da Casa e da comunidade brasileira.

Em 7 de abril de 1999, depois de grande reforma, a Biblioteca foi totalmente remodelada, com mobílias, estantes e equipamentos modernos, assumindo o espaço que ocupa até os dias de hoje. O presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, que autorizou a obra juntamente com o primeiro-secretário, senador Ronaldo Cunha Lima, considerava que o regime democrático não existiria “se as Casas do Congresso não tiverem uma biblioteca de primeiro mundo”. “Lutaremos principalmente nesses serviços, para propiciar, talvez no gênero, a mais eficiente biblioteca do Brasil, que deve ser freqüentada democraticamente por todos que amam, que gostam dos livros”⁴⁵, afirmou Antonio Carlos Magalhães.

“Houve uma adequação da Biblioteca do Senado à contemporaneidade, sendo entrosada com quinze outras bibliotecas do Brasil, por meio de computador, e com andamento de projetos com as grandes bibliotecas do mundo, principalmente a Biblioteca do Congresso norte-americano, que é conhecida como uma das mais completas bibliotecas existentes na face da terra”⁴⁶, afirmou o senador Artur da Távola na ocasião.

Em resumo, nos últimos 15 anos, o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor, o plebiscito para a definição da forma de governo, a primeira cassação de um senador da República, a renúncia de três senadores, a reforma tributária e



Na página à esquerda, foto de Ulysses Guimarães na promulgação da Constituição de 1988 e matéria do Jornal Correio Braziliense, de 30 de novembro de 1988, quando o Senado abre concurso público para bibliotecários e outros cargos. Ainda, imagem da capa do CD da Bibliografia Brasileira de Direito

Nesta página, reprodução do portal da Biblioteca na Internet e foto dos senadores Antonio Carlos Magalhães e Ronaldo Cunha Lima com a diretora da Biblioteca, Simone Bastos Vieira, durante a reinauguração da Biblioteca após a reforma de 1999



previdenciária e ainda as turbulentas Comissões Parlamentares de Inquérito como a dos Bancos, do Orçamento, dos Correios, dos Bingos e do Mensalão lançaram sobre o Congresso a atenção da opinião pública.

Não se pode negar a existência de críticas ao Poder Legislativo. Parte delas, porém, decorre da própria transparência da circulação de informações, típica do conflito que encerra o Parlamento. Até por isso, ao longo dos anos, é esse o Poder mais vulnerável, alvo de retaliações do Executivo que levaram ao seu fechamento em 1823, 1889, 1891, 1930, 1937, 1968 e 1977. Afinal, é do debate das idéias que nasce a democracia. E é nesse ambiente que uma biblioteca, especialmente a do Senado, pode contribuir mais amplamente para os destinos da sociedade brasileira.

Automação da Biblioteca do Senado

A automação dos serviços de bibliotecas, era ainda incipiente na sociedade da informação do país. Até a década de 70, com o amplo apoio do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), criado em 1972, inseriu, no cenário nacional, a Biblioteca do Senado como pioneira no processamento eletrônico de dados e racionalização dos fluxos de informações.

O novo órgão proporcionou as condições básicas para a modernização das atividades administrativas e legislativas do Senado. O primeiro produto do Prodasen foi o Sistema de Informação do Congresso Nacional (Sicon), abrangendo bancos de dados nas áreas jurídica, legislativa, bibliográfica, eleitoral e orçamentária.

A montagem da estrutura do banco de dados de livros (BIBL) foi comandada pela então diretora da Biblioteca Pérola Cardoso Raulino e desenvolvida por Maria Elisa Nogueira Loddo. A seguir, foi montado banco de dados com títulos e artigos de periódicos (PERI), desenvolvido pela bibliotecária Maria Lúcia Vilar de Lemos, sempre com suporte técnico do Prodasen. “Esse foi o primeiro trabalho efetivo, realizado no Brasil, de indexação corrente e sistemática de artigos de periódicos para armazenagem e recuperação em computador de acesso direto”⁴⁷, afirmou, anos mais tarde Maria Elisa, que sucedeu Pérola Raulino na direção da Biblioteca.

As facilidades de recuperação de informações por meio de acesso direto, “em linha”, transformaram-se em um convite para que bibliotecas de órgãos federais vislumbrassem a constituição de uma rede de bibliotecas. A semente para o desenvolvimento de um trabalho cooperativo e descentralizado foi lançada em 1975, quando as bibliotecas do Prodasen e do Estado Maior da Armada adotaram o mesmo tratamento de informações já utilizado pela Biblioteca do Senado. Quatro anos mais tarde as bibliotecas do Supremo Tribunal Federal e do Ministério da Indústria e Comércio tomaram iniciativa semelhante.

Ainda nesse ano, tendo em vista a possibilidade da alimentação de dados por outras bibliotecas, o banco de dados bibliográficos passou a se chamar Bibliotecas Integradas de Brasília (BIBR)⁴⁸. Em outubro daquele ano, o senador Franco Montoro registrou o lançamento do catálogo da Biblioteca do Senado em banco de dados eletrônico, fato que descreveu como “trabalho pioneiro na América Latina”.

Em 1979, a partir dos bancos de dados BIBR e Peri, foi criada uma nova base de dados batizada de Bipe, com o objetivo de otimizar a pesquisa, permitindo a busca simultânea em registros bibliográficos de livros e artigos de revistas. Nesse ponto, a entrada das informações no sistema já agregava outros valores aos serviços da Biblioteca, como a produção de listagens, etiquetas de lombada, entre outros.

A conversão dos 16.980 documentos de livros e de seus capítulos para um formato legível por computador

possibilitou a uniformização de entrada de dados, com novos padrões bibliográficos, semelhantes à Catalogação Legível por Computador (Calco), padrão adotado no Brasil e adaptado da Biblioteca do Congresso norte-americano.

Em 1985, foi criado o Subsistema de Administração de Bibliotecas (Sabi), composto pelas bases de dados existentes e pelas bases de dados de terminologias técnicas de indexação desenvolvidas pela Biblioteca: o Vocabulário Controlado Básico (VCBS) e a lista Autorias Padronizadas (AUTR). Nesse ponto, outros serviços da Biblioteca foram automatizados e integrados entre si para abranger, desde a encomenda dos materiais bibliográficos, passando pelo tombamento, controle das coleções, assinaturas de periódicos, intercâmbio, processos técnicos, indexação, empréstimo e a gerência da rede de bibliotecas, entre outros.

Em 1986, para atender à demanda por informações atualizadas, de interesse da Assembléia Nacional Constituinte, foi implementado um banco de dados de artigos selecionados de jornais brasileiros, chamado *Jorn*⁴⁹, que foi idealizado e estruturado pela bibliotecária Cândida Nara, com suporte técnico do Prodasen. O material de oito jornais (*Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, Correio Braziliense, Jornal da Tarde, Jornal de Brasília e Gazeta Mercantil*), e mais o *Jornal da Constituinte*, era, diariamente, catalogado e classificado de acordo com os assuntos tratados nos debates constituintes. A organização eletrônica facilitou a recuperação da informação, com grande demanda por parte dos parlamentares e seus assessores.

Em 1994, foi formado o Grupo de Trabalho de Bases de Dados Textuais, sob a coordenação do Prodasen, que decidiu pela necessidade de se encontrar um novo sistema automatizado de gerência de informação para a Biblioteca e a Rede Sabi, que permitisse a implantação das novas tecnologias de informação.

Esse trabalho foi acelerado pela preocupação com a possibilidade de pane nos computadores na virada do milênio, o que contribuiu para a compra do novo sistema de automação de informações bibliográficas antes de 1999. Em conjunto com o Prodasen, a Biblioteca buscou a mais moderna tecnologia de informação disponível.

O grupo de trabalho analisou os programas e aplicativos de informática existentes no Brasil e no exterior que se adequariam às demandas diagnosticadas. O novo programa atendeu às condições de qualidade, funcionalidade, operacionalidade, compatibilidade, flexibilidade e padronização internacional exigidas para substituir o sistema anterior, sem prejuízo do volume de dados bibliográficos e administrativos, historicamente armazenados, na Rede Sabi. O novo sistema de gerência automatizada de informações, escolhido para a Biblioteca do Senado substituiu o sistema Sabi, cujas origens remontavam a 1972.

Finalmente, em 2000, o novo programa de automação de bibliotecas, com interface amigável e acesso à Internet, motivou a atualização do nome da Rede Sabi, que passou a ser denominada Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional (RVBI). Dessa forma, a Biblioteca do Senado e a RVBI passaram a se inserir no novo cenário de bi-

bliotecas internacionais, que acrescentaram às referências bibliográficas áudio, imagem e texto completo, acessados de forma integrada, tanto na entrada de dados, como na recuperação da informação pela Internet.

Além disso, o sistema desempenha as seguintes tarefas:

- ☞ Aquisição: controla registros de fornecedores, orçamentos, pedidos (monografias e periódicos) e faturas (o sistema é descentralizado, pois cada biblioteca da RVBI gerencia suas aquisições separadamente);
- ☞ Administração: controla informações que são utilizadas por mais de uma biblioteca, como as senhas e acesso seletivo aos módulos (usado somente pelos integrantes da Gerência da RVBI);
- ☞ Catalogação: cria, altera e exclui registros da base bibliográfica;
- ☞ Circulação: registra e controla as várias atividades de circulação, como empréstimos, renovações, devoluções e reservas de publicações;
- ☞ Gerenciamento de itens: adiciona, modifica e exclui fascículos de periódicos e exemplares de livros, entre outros materiais, relacionados a um determinado registro bibliográfico;
- ☞ Pesquisa: acessa os demais módulos do sistema, através da pesquisa em listas, por palavras ou diretamente por identificador único (número de sistema, código de barras, ISBN etc);
- ☞ Gerenciamento de periódicos: administra o recebimento e acompanhamento dos periódicos, mantém uma lista de fascículos esperados, encaminha os que chegam e reclama os que faltam;
- ☞ Outros serviços: extrai relatórios e cartas com informações da base bibliográfica e administrativas;
- ☞ Gerenciamento de tarefas: trabalha com arquivos produzidos pelas demais funções do sistema, permitindo editá-los e imprimi-los.

As informações inseridas em bases de dados, que permitem sua localização rápida e precisa, estão revolucionando o trabalho das bibliotecas em todo o mundo. A Biblioteca do Senado identifica e reúne, com o suporte oferecido e a vanguarda do Prodasen, os mecanismos necessários para se manter atualizada na chamada “Sociedade da Informação”. Em sintonia com a mais contemporânea técnica de tratamento de dados, a Biblioteca do Senado espera corresponder às demandas de seus usuários, os quais, afinal, podem transformar as informações em conhecimento. Somente assim, a inteligência poderá ser revertida em benefício de todos.

Notas

1 BRASIL. Senado. Sessão em 18 de maio de 1826. Annaes do Senado do Império do Brazil, Rio de Janeiro, v. 1, p. 91-94, 1826.

2 _____. Parec

27 de abril a 30 de maio, Rio de Janeiro, v. 1, p. 114-119, 1869.

3 _____. Regimento Interno do Senado, de 3 de agosto de 1931 ; BRASIL. Congresso. Senado. Catalogo Alfabético : Biblioteca do Senado Federal da República dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, p. ix, 1898.

4 _____. Sessão em 9 de Setembro de 1861. Annaes do Senado do Império do Brazil, Rio de Janeiro, v.3, p. 267, 1861.

5 _____. Regula
Quirino, 1863. 16 p.

- 6 _____. Acta da Conferencia da Mesa do Senado em 5 de novembro de 1866. In: Brasil. Congresso. Senado. Actas das Conferências da Mesa do Senado desde o anno de 1861 até o de 1866 inclusivamente. Rio de Janeiro : Typ. Nacional, 1866. t.1, p. 80-83.
- 7 _____. _____. In: Brasil. Congresso. Senado. Actas das Conferências da Mesa do Senado desde o anno de 1861 até o de 1866 inclusivamente. Rio de Janeiro : Typ. Nacional, 1866. t.1, p. 85-87.
- 8 Essas obras não fazem parte do acervo atual da Biblioteca.
- 9 Essas obras não fazem parte do acervo atual da Biblioteca.
- 10 BRASIL. Senado. Sessão em 15 de maio de 1869. Annaes do Senado do Império do Brazil : primeira sessão em 1869 : décima quarta legislatura : de 27 de abril a 30 de maio, Rio de Janeiro, v.1, p. 114-119, 1869.
- 11 Ibid.
- 12 Ibid.
- 13 Ibid.
- 14 Ibid.
- 15 Ibid.
- 16 Ibid.
- 17 Ibid.
- 18 BRASIL. Senado Federal. Catalogo Alfabético : Biblioteca do Senado Federal da República dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, p. xi, 1898.
- 19 Ibid.
- 20 Ibid.
- 21 Ibid.
- 22 BRASIL. Congresso. Senado. Relatório do Presidente do Senado Federal para ser apresentado na sessão ordinária de 1895, Rio de Janeiro, p. 10, 1895.
- 23 Ibid.
- 24 Ibid, p. 18-21, 1896.
- 25 Ibid.
- 26 BRASIL. Senado. Catalogo Alfabético : Biblioteca do Senado Federal da República dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1898. 343 p.
- 27 Ibid.
- 28 Ibid.
- 29 Ibid.
- 30 _____. Sessão em 19 de dezembro de 1898. Annaes do Senado, Rio de Janeiro, v.4, p. 181, 1898.
- 31 Da discussão foi aprovado a Indicação da Mesa do Senado nº 3, de 1898, que consta do Parecer nº 210 do mesmo ano.
- 32 _____. Sessão em 13 de dezembro de 1898. Annaes do Senado, Rio de Janeiro, v.4, p. 114-117, 1898.
- 33 Ibid.
- 34 _____. Parecer nº 31, de 1909. In: _____. Avulsos, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909. 1 p.
- 35 O cargo foi criado pela Indicação da Mesa do Senado nº de 1908, que consta do Parecer nº 367 do mesmo ano.
- 36 BRASIL. Congresso. Senado. Parecer nº 377, de 1926. Anais do Senado Federal, Rio de Janeiro, 1926.
- 37 Exposição de motivos do Diretor Geral da Secretaria do Senado ao presidente e demais membros da Comissão Diretora. Rio de Janeiro, de 28 de novembro de 1937.
- 38 Discurso do Senador Ruy Santos (UDN/BA), na Assembléia Constituinte, em 22 de agosto de 1946.
- 39 Relatório e Anteprojeto de Resolução sobre o os serviços auxiliares desta Casa do Governo, apresentados à Comissão Diretora em 26 de fevereiro de 1954.
- 40 BRASIL. Lei 4.084 de 1962.
- 41 O SONHO informático de Petrônio. O Globo, Rio de Janeiro, 24 nov. 1976.
- 42 Informações constantes de palestra de Maria Elisa Nogueira Loddo, então diretora da Biblioteca, no painel "A informação e a informática na Constituinte", do seminário "A nova Constituição e as constituições estaduais", realizado de 11 a 14 de abril de 1988, na Câmara dos Deputados.
- 43 BRASIL. Congresso. Senado Federal. Ato da Comissão Diretora nº 45/88. Brasília, Senado Federal, 1988.
- 44 _____. Resolução nº 33/91. Brasília, Senado Federal, 1988.
- 45 Discurso proferido pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, na solenidade de reabertura da Biblioteca do Senado, após a reforma, em 7 de abril de 1999.
- 46 Discurso proferido pelo Senador Artur da Távola, na solenidade de reabertura da Biblioteca do Senado, após a reforma, em 7 de abril de 1999.
- 47 LODDO, M. E. N.; LEMOS, M. L. V.; ISHIE, M. Automação da Biblioteca no Senado Federal. In : Revista de Biblioteconomia de Brasília, 5 (1), 219-251, jan./jun. 1977.
- 48 GRAEFF, C. M. P.; LODDO, M. E. N.; LEMOS, M. L. V. O Sistema de Informação Bibliográfica da Biblioteca do Senado Federal. In : Anais do 1º Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação. Salvador, Bahia, 21 a 26 de setembro de 1980. v. II, 895-919.
- 49 Informações constantes de palestra de Maria Elisa Nogueira Loddo, então diretora da Biblioteca, no painel "A informação e a informática na Constituinte", do seminário "A nova Constituição e as constituições estaduais", realizado de 11 a 14 de abril de 1988, na Câmara dos Deputados.

CAPÍTULO II

BIBLIOTECA HOJE





Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 contempla em seu Art. 19 que:

“Todo o indivíduo tem direito a liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão.”

Já a Constituição brasileira de 1988 dispõe no Art. 5.º que:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

...

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.”

A Biblioteca do Senado comunga da visão de que a informação deve ser vista como um bem social e um direito coletivo, tão importante como o direito à educação, à saúde, à moradia, à justiça, entre tantos outros direitos do cidadão. É por meio do intercâmbio de informações que as pessoas se comunicam e tomam decisões sobre suas vidas, seja de forma individual, seja de forma coletiva. Esses conceitos continuam mais válidos do que nunca, já que, no contexto de mudanças e globalização, o conhecimento continua sendo a fonte de poder mais democrática.

O acervo de livros, revistas, jornais, CDs, entre outras mídias, que a Biblioteca vem preservando ao longo de sua história, está disponível para atingir essas finalidades. Para uma biblioteca, não basta guardar um tesouro: é preciso desenhar o seu mapa e torná-lo disponível a todos. Afinal, uma das principais funções de uma Biblioteca é mostrar os caminhos para a informação que dispõe em suas prateleiras e bancos de dados.

O estágio atual da Biblioteca do Senado é apresentado, a seguir, tanto do ponto de vista das obras que possui, quanto das formas de acesso que facilitam, a cada dia, a consulta à informação.

ACERVO DA BIBLIOTECA

Ao longo dos seus 180 anos de história, o acervo da Biblioteca do Senado, tornou-se uma coleção multidisciplinar, tendo em vista que a informação tem como finalidade subsidiar, da melhor maneira possível, os trabalhos parlamentares, com a profundidade e a atualidade necessárias à diversidade dos assuntos discutidos no Congresso Nacional.

O acervo da Biblioteca do Senado é composto por, aproximadamente, 390 mil volumes classificados pelas principais características da publicação. São cerca de 170 mil volumes de livros, 11 mil dos quais, obras de referência



(dicionários, enciclopédias, glossários etc). Há ainda 27 mil folhetos (obras com até 48 páginas), 55 mil exemplares de 12 jornais nacionais e 3,8 mil títulos de periódicos (revistas e jornais), que totalizam 220 mil fascículos. São quase 3,4 mil CD-ROM e as obras em Braille – linguagem especial para deficientes visuais – já chegam a sua primeira centena. Funcionando como depositária das publicações do Senado mantém, ainda, convênio de intercâmbio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para receber suas publicações.

Especializado em Ciências Sociais e Humanas, o acervo tem

60% de seus títulos na área do Direito. Podem ser encontrados ainda títulos sobre: Administração, Sociologia, Economia, Meio Ambiente, História, Literatura, Biografias – entre outros temas importantes para o processo legislativo.

Com essas características em vista, os assuntos foram divididos em duas partes: Núcleo Básico, que reúne os assuntos prioritários para o processo legislativo (Direito, Ciência Política e Administração), e o Núcleo Complementar, que inclui todas as demais áreas de conhecimento, para fundamentar a elaboração das leis e dos discursos parlamentares, bem como os assuntos afetos às áreas de interesse das comissões permanentes do Senado e às atividades técnicas e administrativas da Casa.¹

Livros, folhetos, revistas, jornais, CD-ROM, disquetes, documentos iconográficos, vídeos, microfilmes, mapas, gravações de som e documentos eletrônicos, estão entre os formatos de conteúdo disponíveis na Biblioteca, como especificados a seguir.

COLEÇÃO DE PERIÓDICOS

A coleção de publicações periódicas, impressas e em formato eletrônico, é formada por cerca de 335 títulos nacionais impressos, 131 títulos estrangeiros impressos e 33 eletrônicos (bases de dados via Internet e boletins), nacionais e estrangeiros, todos eles com circulação ativa e contínua, obtidos mediante assinatura, doação ou permuta com outras instituições. O número de títulos, entre periódicos correntes, interrompidos e cessados é de 3,8 mil, totalizando 220 mil fascículos. Esses números são dinâmicos com variações de um ano para outro, mas o crescimento da coleção é estimado em 15 mil fascículos por ano.

COLEÇÃO DE JORNAIS

Desde 1974, a Biblioteca do Senado seleciona e indexa artigos de jornais que formam a coleção de recortes. Atualmente, a coleção possui, aproximadamente, 55 mil exemplares de jornais e 2,7 milhões de recortes, selecionados de 12 jornais: *O Globo*, *O Dia*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna do Brasil*, *Tribuna da Imprensa*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Gazeta Mercantil*, *Correio Braziliense*, *Jornal de Brasília* e *Valor Econômico*. Todo esse volume de informações está armazenado em cerca de 6 mil assuntos organizados em pastas. Desde 1989, um banco de dados, denominado – Jorn – reúne basicamente artigos de opinião, especialmente aqueles assinados por senadores.

A partir de 2004, foi implantado o Banco de Notícias (Bnot), que é um sistema eletrônico de recortes de jornais, em texto completo. Esse banco visa agilizar a forma de acesso, recuperação e armazenamento das informações jornalísticas processadas pela Biblioteca. Utiliza-se uma ferramenta de pesquisa simples e prática de captura e armazenamento de notícias publicadas na Internet. Os seguintes jornais já fazem parte do Banco de Notícias: *O Globo*, *Valor Econômico*, *Jornal do Brasil* e *Estado de S. Paulo*. Pela atualidade e rapidez das informações dos diários, os recortes de jornais são uma das fontes de informação mais requisitadas na Biblioteca.

COLEÇÃO DE REFERÊNCIA

A coleção de referência é composta por obras de pesquisas rápidas, tais como, dicionários, enciclopédias, glossários, guias e outros. Constitui um rico acervo abrangendo importantes fontes nas diversas áreas do conhecimento, destacando-se o Direito, Literatura, História e Biografias. A Biblioteca possui 11 mil volumes com essas características. Seu acesso é livre para todos os usuários, porém, a consulta se limita à Biblioteca, pois as obras, por sua finalidade, não podem ser liberadas para empréstimo.

Fotos da coleção de jornais e das estantes do Acervo Geral



COLEÇÃO DE MULTIMEIOS

No universo de documentos, além de livros impressos, existem outras mídias com texto, som e imagem que estão disponíveis na coleção de multimeios da Biblioteca. É composta de CD-ROM, CDs de áudio, disquetes, DVDs, mapas, microfichas, microfilmes, fitas cassetes, fitas de vídeo, sítios de Internet, slides, entre outros.

São encontrados, por exemplo, 4.150 microfilmes que incluem 130 títulos dos principais jornais editados no país a partir de 1810 e relatórios ministeriais e presidenciais da época do Império e da Primeira República. Os Anais do Senado e uma seleção de grandes momentos do parlamento brasileiro estão disponíveis em CD-ROM. Nesse formato, há 3,4 mil volumes na Biblioteca do Senado.



COLEÇÃO DEPOSITÁRIA

O Senado publica obras importantes para a formação do pensamento histórico e político brasileiro, bem como a legislação brasileira atualizada, com destaque para a Constituição. As publicações, dessa coleção, compreendem 8 mil volumes, entre 4,9 mil livros, 1,7 mil fascículos de revistas, 1,3 mil folhetos, 22 publicações em Braille e documentos em 13 CD-ROM ou disquetes.

A regulamentação da preservação da memória editorial do Senado foi uma iniciativa do senador Lúcio Alcântara, primeiro presidente do Conselho Editorial do Senado. Uma resolução² do Senado, de 1996, determinou que a Biblioteca seria guardiã de seis exemplares dos títulos publicados na Casa.

OBRAS EM BRAILLE

A coleção, iniciada em 2005, conta com 100 itens editados em Braille, em sua maioria, pelo Senado. Entre eles destacam-se a Bíblia, a Constituição do Brasil, constituições estaduais e leis orgânicas de capitais editados na linguagem especial para deficientes visuais.

A Biblioteca e a acessibilidade

Em 2004, a Diretoria-Geral do Senado tomou a iniciativa de dotar a Casa da acessibilidade necessária para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, seguindo a recente legislação nacional sobre o assunto³.

Em respeito às novas regras e, para melhorar o atendimento aos servidores do Senado e aos usuários portadores de deficiência ou de mobilidade reduzida, a Biblioteca tomou providências para adaptar os balcões de atendimento; treinar funcionários para atender as pessoas com deficiências; adquirir publicações em Braille para o acervo; remanejar o acervo em Braille para a primeira estante, facilitando o acesso; e elaborar projeto de criação de uma audioteca própria para deficientes visuais, cuja execução já está em andamento e que será oferecida em mídia eletrônica, inclusive via Internet.

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Como encontrar uma informação específica no meio de centenas de milhares de documentos?

Esse é um dos principais desafios da Ciência da Biblioteconomia, desde o surgimento da primeira biblioteca, na Mesopotâmia, no século XII antes de Cristo. Atualmente, a organização dos livros estendeu-se a outros formatos de informação como jornais, periódicos e os novos conteúdos em mídia eletrônica.

Os procedimentos básicos do tratamento da informação na Biblioteca são:

1. classificação – tradução dos assuntos de que tratam os documentos, em números e letras, de acordo com grau de semelhança dos conteúdos, para facilitar armazenamento nas estantes;

2. localização do documento – é um código alfanumérico que equivale ao endereço do livro na estante. Denominado número de chamada, forma-se pelo número de classificação, acompanhado por códigos que identificam o autor e os diversos livros de sua autoria;

3. catalogação – é o registro dos dados de identificação do autor, título, editora, edição, local e data de publicação, entre outras informações que podem descrever os aspectos físicos do documento;

4. indexação – análise, descrição e síntese do conteúdo do documento por meio de frases ou termos padronizados; e

5. formato bibliográfico de base de dados – é a identidade completa dos documentos na Biblioteca em formato eletrônico, com todas as informações anteriores.

Ferramentas modernas e padrões universais são constantemente estudados e adotados pela Biblioteca, com o fim de agilizar o acesso à informação pelos usuários, de acordo com o tipo de material, a necessidade de armazenamento, a conservação das obras, a natureza e característica dos documentos e a facilidade de consulta.

A Biblioteca do Senado elegeu a Classificação Decimal de Dewey (CDD) para organizar o seu acervo por assunto⁴. Utilizado pela primeira vez no catálogo da Biblioteca de 1898, o método foi implantado sistematicamente a partir de 1950. Para tornar ainda mais precisa a localização de um livro, o número é complementado pela tabela de Cutter-Sanborn⁵, que identifica o autor da obra e diferencia os títulos dos livros desse mesmo autor, formando o número de chamada do livro.

Especificamente para a área de Direito, a Biblioteca segue a Classificação Decimal de Direito desenvolvida pela professora Dóris de Queiroz Carvalho, que está na sua 4ª edição, de 2002⁶. Trata-se de um detalhamento da CDD especializado nessa área, editado pela primeira vez em 1948, pelo Ministério da Fazenda.

A catalogação de livros, que exige o uso de normas internacionais favorecendo o controle bibliográfico, levou à adoção da segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), no segundo nível.

Ainda como padronização internacional, a Biblioteca passou a utilizar, em 1999, o formato bibliográfico de automação de dados catalográficos, o MARC21, desenvolvido pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, em conjunto com a Biblioteca Nacional do Canadá.

Para a indexação e pesquisa dos documentos nas bases de dados de livros, revistas e jornais, a Biblioteca do Senado desenvolveu um vocabulário próprio, a partir da década de 80, o Vocabulário Controlado Básico (VCB)⁷, organizado pelas bibliotecárias Maria Eliza Nogueira Loddo e Maria Lúcia Vilar de Lemos. Está iniciado alfabeticamente e de acordo com os assuntos gerais e subtemas encontrados na literatura, com ênfase na área do Direito.

Outro importante instrumento utilizado para catalogação e indexação de entrada de nomes é o Autorias Padronizadas (AUTR), formado por nomes de pessoas, entidades, congressos, conferências, tratados, legislação, planos, programas e projetos, títulos uniformes, eventos, nomes geográficos e outras listas auxiliares, organizados em ordem alfabética.

A gerência da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional - RVBI é responsável pela atualização do VCB e do AUTR. A utilização do VCB pelas bibliotecas usuárias tem servido para a avaliação, enriquecimento e definições do trabalho de construção de um tesouro definitivo.

Como parte desse trabalho, o *Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI*⁸ foi constituído em 2002, visando a reformulação e atualização do VCB, com a aplicação de normas para a elaboração de um tesouro multidisciplinar monolíngüe para a RVBI. O Grupo já realizou o levantamento da frequência de uso de cada descritor nas bases bibliográficas da RVBI, com o agrupamento dos descritores por grandes áreas de assunto.

Paralelamente ao desenvolvimento do tesouro, estão sendo estudados e criados novos descritores para minimizar a defasagem atual do VCB. Aliás, foi a grande demanda pelo VCB, vinda de instituições de todo o país, que estimulou a formação do Grupo de Trabalho para atualizar essa ferramenta. Essa iniciativa por sua vez, contribuiu para a padronização dos procedimentos na elaboração do tesouro. O VCB está disponível no site da Biblioteca na Internet.

INFORMAÇÃO AO ALCANCE DE TODOS

O acervo da Biblioteca é aberto aos interessados para consulta. Para isso, uma equipe especializada de bibliotecários está preparada para atender os usuários, orientando-os na busca e recuperação de informações nas bases de dados da Biblioteca ou onde puderem ser encontradas. O atendimento é realizado pessoalmente, por telefone, e-mail ou carta e direcionado prioritariamente aos senadores e servidores que trabalham com o processo legislativo.

A partir do relatório anual da Biblioteca foram observados dados estatísticos representativos de sua atuação em 2005. Registrou-se a visita de cerca de 175 mil pessoas. Aproximadamente 5 mil usuários compõem o cadastro da Biblioteca, entre senadores, deputados, consultores e assessores parlamentares, servidores, estagiários e bibliotecas conveniadas. Com base nessas estatísticas, o atendimento ao usuário totalizou 54,6 mil solicitações, mantendo uma frequência de 4,5 mil atendimentos por mês ou 225 consultas e pesquisas por dia. Foram emprestados e devolvidos 74,7 mil livros⁹.

A informatização das consultas e a disponibilidade de pesquisas e de acesso a conteúdos por meio de Internet e correio eletrônico revolucionaram o atendimento ao usuário da Biblioteca, especialmente da comunidade externa ao

Senado Federal. Os números relacionados ao atendimento de usuários vêm aumentando em escala muito superior à registrada antes da popularização da rede mundial de computadores.

Os assuntos de maior relevância nas pesquisas em 2005 foram *Direito Civil*, em primeiro lugar, seguido dos temas *Direito Constitucional* e *Direito Administrativo*, assuntos constantemente em discussão no Senado, repetindo a tendência dos anos anteriores.

Pesquisas mais elaboradas deram origem a estudos e análises, uma vez que demandaram levantamento exaustivo sobre os assuntos, além de um exame cuidadoso de conteúdo dos documentos recuperados e, em alguns casos, a geração de um produto, com o resumo de textos e as referências encontradas na pesquisa.

Ainda como forma de disseminar seletivamente a informação são efetuados levantamentos de notícias de jornais e sumários de livros e revistas que abrangem temas das comissões permanentes, comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e outras comissões provisórias do Senado, cujos integrantes recebem semanalmente pesquisas sobre propostas que estão em suas pautas. Os estudos são enviados por correio eletrônico para os senadores que são membros das comissões, em tempo hábil, como forma de preparação para as respectivas reuniões semanais da comissão temática a que pertencem.

INTERCÂMBIO DE PUBLICAÇÕES

Os livros que compõem os acervos de bibliotecas da esfera governamental não podiam ser descartados por se tratarem de material permanente. Com a finalidade de regulamentar os acervos dessas bibliotecas, a Política Nacional do Livro¹⁰, instituída em 2003, estabeleceu que o livro não mais seria considerado material permanente. Essa nova realidade permitiu que as bibliotecas pudessem traçar diretrizes para avaliação da coleção, promover políticas de descarte do material e assim incrementar programas de intercâmbio de publicações entre as bibliotecas.

Para continuar fiel a suas características, atingindo suas finalidades com precisão, um grupo de trabalho da Biblioteca do Senado separa do acervo livros e periódicos em duplicata, ou que não mais reúnam os elementos suficientes para integrarem o seu acervo, de acordo com critérios definidos previamente.

Assim, as obras recebidas por doação e que não mais se adaptam ao perfil da instituição são encaminhadas por permuta para bibliotecas públicas de todo o país, previamente cadastradas para recebê-las. Em 2005, 450 das cerca de 700 bibliotecas públicas do país já estavam credenciadas e, foram para a essas bibliotecas, por exemplo, 5,8 mil livros e 583 fascículos de revistas em duplicatas foram distribuídos a essas bibliotecas. É a Biblioteca do Senado colaborando com o fortalecimento dos acervos de bibliotecas de todo o país.

BIBLIOGRAFIAS ESPECIALIZADAS

Com objetivo de atender a demanda de trabalhos e projetos em discussão no Congresso Nacional, e subsidiar a atuação parlamentar, a Biblioteca do Senado oferece mais um serviço, preparando bibliografias especializadas. Temas como reforma do Judiciário, controle da constitucionalidade, desarmamento, contribuição previdenciária dos inativos, ecologia e meio ambiente, reforma da Previdência, reforma tributária, Código Civil, segurança pública, lavagem de dinheiro, reforma universitária, reforma política, reforma agrária, questões femininas, reforma sindical, transgênicos, biossegurança, eleições e partidos políticos, entre outros são exaustivamente pesquisados, reunidos em uma publicação, sendo sua distribuição direcionada aos parlamentares e comissões que estejam debatendo os respectivos assuntos.

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE DIREITO - BBD

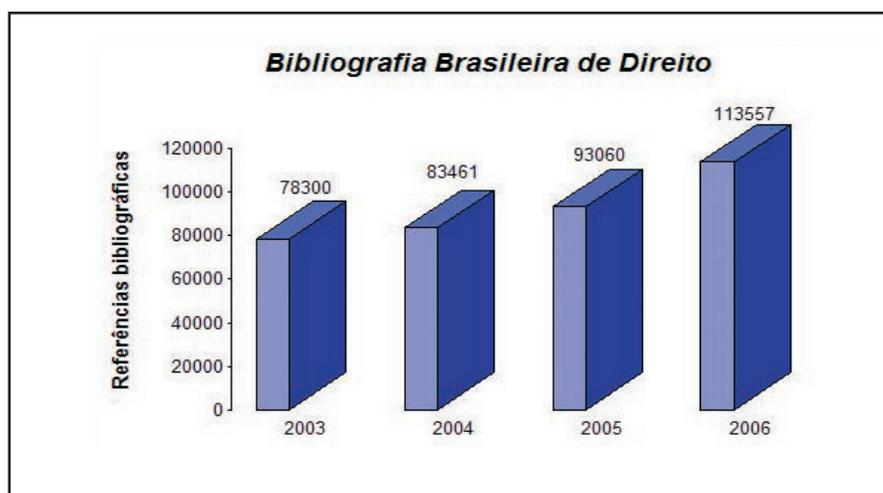
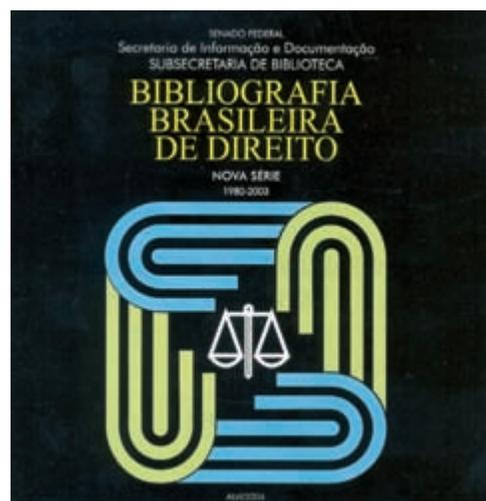
A Bibliografia Brasileira de Direito reúne toda a produção de livros, pareceres, artigos de revistas e outros textos afins, da área de Direito, publicados no Brasil e em língua portuguesa. Desde 1978, era editada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia -IBICT.

Em 1986, o IBICT, empenhado em estimular a produção e edição, de forma descentralizada, das bibliografias nacionais, enviou consulta à Biblioteca sobre a possibilidade do Senado Federal assumir a responsabilidade pela edição regular da BBD, incluindo o controle bibliográfico retrospectivo, relativo aos anos em que a Bibliografia esteve interrompida.

Vários fatores possibilitaram à Biblioteca do Senado Federal atender ao pedido do IBICT, dentre eles o suporte técnico na área de processamento de dados, propiciado pelo Prodasen; e a existência de farto material bibliográfico.

A Biblioteca passou a editar regularmente a BBD, e a partir de 1994 foram incluídos artigos de jornais do Caderno Direito e Justiça do Correio Braziliense, de autoria de renomados juristas brasileiros, com o objetivo de acrescentar esse tipo de material, até então ausente em bibliografias especializadas.

A BBD é publicada em CD-ROM e está, também, disponível no portal da Biblioteca na Internet, o que possibilita pesquisas de informações por autor, título e assunto ou quaisquer outros dados. O volume de inclusão de referências bibliográficas na BBD aumenta exponencialmente a cada ano, como ilustra o quadro abaixo.



BOLETIM NOVAS AQUISIÇÕES E SUMÁRIOS DE REVISTAS

O Boletim Novas Aquisições, criado em 2002, divulga mensalmente o sumário de livros, a partir de uma seleção dos títulos recém incorporados ao acervo da Biblioteca, nas áreas de Ciências Humanas, principalmente Direito, Economia, Política, História e Biografia. Todo esse material é digitalizado e pode ser consultado na página da Biblioteca na Internet.

Da mesma forma, a capa e o sumário das principais revistas recebidas pela Biblioteca são, também, digitalizados, e estão no nosso portal. São disponibilizados cerca de 70 títulos, distribuídos nas seguintes áreas: Direito; Ciências Sociais; Economia; Educação; Política. O Boletim Sumários Correntes tem sua atualização diária, de acordo com a chegada das revistas na Biblioteca.

REDE VIRTUAL DE BIBLIOTECAS - CONGRESSO NACIONAL - RVBI



A Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI é o resultado da união de esforços entre bibliotecas de 15 órgãos públicos federais dos poderes legislativo, executivo e judiciário e do Distrito Federal. Formam um catálogo coletivo que referencia cerca de 750.000 mil documentos, entre livros, artigos de revistas e jornais, coleções de periódicos, obras raras e documentos digitais. Essas informações podem ser recuperadas na Internet.

A RVBI está inserida na perspectiva de otimização do tratamento da informação bibliográfica, da adoção de padrões internacionalmente reconhecidos de catalogação e indexação, do compartilhamento de acervos, da promoção do desenvolvimento profissional e da substituição do conceito de desenvolvimento de coleções locais pelo acesso à informação onde ela estiver.

A Rede favorece o acesso a informações atualizadas e pontuais, subsidiando as atividades dos órgãos a que pertencem. A aplicação de novas tecnologias contribui para disseminar o conhecimento de maneira ainda mais ampla, com a abertura de acesso às suas bases de dados, via Internet, à comunidade.

As normas e procedimentos da RVBI, cuja coordenação cabe à Biblioteca do Senado, mantém a uniformidade e a qualidade no tratamento das informações e o equilíbrio na participação das instituições cooperantes.

Total de documentos na Base Bibliográfica - RVBI 750.000

Artigos de Revistas	290.863
Livros e Folhetos	277.922
Artigos e Jornais	92.851
Revistas e Jornais	6.290
Sites na Internet	1.168
Outros documentos	3.920

As origens da RVBI estão intimamente ligadas ao início da automação no Senado, em 1972. A consolidação da rede e seu crescimento nas décadas seguintes levou à criação, em 1997, do Serviço de Gerência da Rede Sabi. No início de 2000, um novo sistema informatizado, com o formato bibliográfico utilizado internacionalmente por bibliotecas digitais, com base de dados multimídia, permitiu que a RVBI atingisse os moldes atuais.

O lançamento da RVBI para consulta pública foi realizado em agosto de 2000, na IV Feira Internacional de Livro da Bahia, pelo então presidente do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães. A partir desse momento, gravuras, mapas e obras raras, como o manuscrito de Machado de Assis que integram o acervo do Senado e das outras instituições, ficaram à disposição de qualquer usuário de microcomputador conectado à rede mundial de computadores. A RVBI transformou-se, assim, em um portal de conhecimento via Internet democraticamente aberto a todos os brasileiros.

Em dezembro de 2004, o primeiro-secretário do Senado, senador Romeu Tuma, assinou Protocolo de Intenções entre a Casa e os 14 órgãos do Legislativo, Executivo e Judiciário e do governo do Distrito Federal, formalizando a RVBI. As competências administrativas do atual Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI foram atribuídas, em 2004, por iniciativa do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia¹².

BIBLIOTECAS QUE COMPÕEM A RVBI

- Advocacia-Geral da União
- Câmara dos Deputados
- Câmara Legislativa do Distrito Federal
- Ministério da Justiça
- Ministério do Trabalho e Emprego
- Procuradoria Geral da República
- Secretaria Especial de Informática do Senado Federal
- Senado Federal
- Superior Tribunal de Justiça
- Superior Tribunal Militar
- Supremo Tribunal Federal
- Tribunal de Contas do Distrito Federal
- Tribunal de Contas da União
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
- Tribunal Superior do Trabalho



Senador Romeu Tuma na cerimônia de assinatura do Protocolo de Intenções da Rede RVBI, com o diretor-geral da Câmara dos Deputados, Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Portal da Biblioteca do Senado na Internet (www.senado.gov.br/sf/biblioteca)



A Internet se torna, cada vez mais, um instrumento indispensável para todos aqueles que trabalham com pesquisa, em qualquer nível. Por meio desse canal interativo de comunicação, a Biblioteca do Senado encontrou mais uma forma de atender aos diversos tipos de demandas de informação que recebe.

A principal facilidade encontrada no portal da Biblioteca do Senado na Internet é

a ferramenta de pesquisa, pela qual podem ser feitas buscas em toda a Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional - RVBI por: assunto, título, autor, editora, data de publicação, tipo de material. Também é possível navegar pela coleção de cada uma das 15 bibliotecas que integram a RVBI.



Entre os produtos da Biblioteca disponíveis no portal estão a Bibliografia Brasileira de Direito e os Boletins de Novas Aquisições e Sumários de Revistas. O internauta tem acesso, ainda, a uma exposição virtual da coleção do senador Luiz Viana Filho, incluindo as preciosidades colecionadas pelo acadêmico e bibliófilo que empresta seu nome à Biblioteca.

Notícias sobre serviços, eventos e atividades da Biblioteca estão atualizadas nas páginas, bem como sua história, a estrutura administrativa e competências de cada setor da Biblioteca. Há, ainda, uma área com as perguntas mais freqüentes formuladas pelos usuários.

A atual versão do portal da Biblioteca do Senado foi lançada em outubro de 2004, quando o desenho da página, mais amigável, foi aperfeiçoado. Possibilitar que os usuários tenham acesso a uma página na Internet eficiente, limpa e objetiva será sempre uma meta da Biblioteca. Dessa maneira, sempre que for necessário, haverá a inserção de novos itens e reformulações na arquitetura do portal, já que a Internet está em constante e rápida atualização. Prova disso é que a versão atualmente na Internet é a sexta já desenvolvida pela Biblioteca do Senado em conjunto com o Prodasen.

BIBLIOTECA VIRTUAL

A Biblioteca Virtual é fruto de um amplo trabalho de seleção criteriosa de fontes eletrônicas de informação realizada pela equipe da Biblioteca do Senado. Um grande volume de recursos eletrônicos, nacionais ou estrangeiros, pode ser pesquisado por nome, assunto ou ordem alfabética. O registro de cada recurso vem acompanhado de uma descrição de seu conteúdo para orientar melhor o usuário em suas pesquisas.

Permite acesso a diversas páginas na Internet, tais como grandes bibliotecas e bancos de dados de diversos órgãos e instituições públicas e privadas que tratam de Direito, Administração, Economia, indicadores socioeconômicos atualizados, legislação estrangeira entre outros assuntos. São oferecidos, também, textos digitalizados completos de obras de domínio público, trechos de capas, folhas de rosto e litogravuras da coleção de obras raras que formam um embrião da nossa coleção digital.



ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA BIBLIOTECA DO SENADO

A evolução administrativa da Biblioteca do Senado através dos anos demonstra a importância que o órgão foi conquistando dentro do Legislativo. Prova disso é que, em 1831, apenas um servidor, o porteiro, era responsável pela guarda e arrumação dos livros¹³. Passados 180 anos, a Biblioteca reúne um corpo de bibliotecários especializados que executam tarefas diversificadas e de alta complexidade na busca e disseminação da informação. Essa também é uma história que precisa ser contada.

O primeiro ato administrativo do Senado a mencionar a Biblioteca foi o Regulamento da Secretaria do

Diretores da Biblioteca do Senado (1826 a 2006)

Luiz de Andrade - 1898
Basílio Emídio de Almeida - 1909
Antonio Souto Castagnino - 1912
Augusto Olímpio Gomes de Castro - 1946
Vitor Midosi Chermont - 1948
Hilário Ribeiro Cintra - 1950
Franklin Palmeira - 1951
Lauro Portela - 1952
Áurea de Barros Rego - 1956
Rubens Pinto Duarte - 1961
Maria do Carmo Rondon Saraiva - 1964
Gilda Leal Costa - 1966
José Soares de Oliveira Filho - 1967
Adélia Leite Coelho - 1968
Pérola Cardoso Raulino - 1980
Maria Eliza Nogueira Loddo - 1987
Maria Lúcia Vilar de Lemos - 1990
Silvana Lúcia Rios Safe de Matos - 1991
Genoveva Maria Almeida de Oliveira - 1995
Simone Bastos Vieira - 1996

Senado de 1863, que determinava que um primeiro oficial arquivista e bibliotecário, auxiliado por um segundo oficial e um contínuo, zelariam pelo Serviço de Arquivo e pela Biblioteca.

O Regulamento da Secretaria do Senado de 1891 designava apenas um oficial encarregado do Arquivo, Biblioteca e Contabilidade. Essa situação persistiu até 1898, quando, finalmente, é criado o cargo de bibliotecário da Secretaria do Senado. O servidor, porém, acumulava ainda a função de arquivista¹⁴.

Doze anos depois, em 1909, o Regulamento de 1891 é alterado separando a Biblioteca do Arquivo¹⁵.

Em 1950, no Regulamento da Secretaria e Quadro de Pessoal do Senado a Biblioteca passa a ser composta por uma Diretoria com três seções para promover a classificação, catalogação e conservação

dos livros; as consultas e empréstimos; e a referência legislativa¹⁶.

Em 1955, a Resolução nº 4, redefiniu a estrutura da Biblioteca que passou a contar com as seções de Classificação e Catalogação, de Administração e de Referência Legislativa.

Novas regras internas foram publicadas em 1972¹⁷, subordinando a Biblioteca à Secretaria de Documentação e Informação. O órgão ficou dividido em um Gabinete e cinco seções: de Administração, de Processos Técnicos, de Periódicos, de Referência Bibliográfica e de Reprografia. Essa grande alteração na estrutura administrativa coincide com o início da automatização dos serviços da Biblioteca, fomentada pela criação do Prodasen naquele ano. Desmembrou-se da Biblioteca a antiga seção de Referência Legislativa, batizada de Subsecretaria de Análise, responsável pela legislação e propostas em tramitação na Casa.

A estrutura administrativa da Biblioteca é mais uma vez alterada em 1984. A Resolução nº 76, que modificou o Regulamento administrativo de 1972, introduziu três novas seções – Seleção e Registro de Material Bibliográfico, Indexação e Materiais Especiais – e extinguiu o Gabinete, cujas funções foram assumidas pela seção de Administração.

Em 1997, foi criado o Serviço de Gerência da Rede do Subsistema de Administração de Bibliotecas (Sabi)¹⁸, para formalizar a coordenação, pela Biblioteca do Senado,

da rede de bibliotecas integradas ao Sistema de Informações do Congresso Nacional (Sicon). Nessa fase, a estrutura da Biblioteca do Senado foi modernizada para contar com gabinete e serviços de atendimento ao usuário, de desenvolvimento de coleções, de processos técnicos e de multimeios.

Em 2004, como reconhecimento da importância de seus produtos e serviços para as atividades do Senado e do Congresso, a Biblioteca foi elevada hierarquicamente ao status de secretaria, respondendo diretamente à Diretoria-Geral da Casa¹⁹. Foram criadas as Subsecretarias de Processamento Técnico de Informações Bibliográficas e de Pesquisa e Recuperação de Informações Bibliográficas.

Assim, a Subsecretaria de Processamento Técnico de Informações Bibliográficas coordena as atividades de desenvolvimento de coleções, de processamento de livros, de jornais, de revistas, de artigos de revistas e do acervo digital. Esse é o órgão competente para definir a política de processamento técnico do acervo e colaborar nas exposições e eventos sediados na Biblioteca.

A política de atendimento aos usuários fica a cargo da Subsecretaria de Pesquisa e Recuperação de Informações Bibliográficas, que coordena as atividades de pesquisa parlamentar, recuperação de informações bibliográficas, circulação, manutenção e conservação do acervo. É responsabilidade desse órgão orientar os usuários na utilização dos recursos da Biblioteca; colaborar na edição de bibliografias e no controle da linguagem documentária utilizada na Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional (RVBI); realizar visitas orientadas; e supervisionar trabalhos reprográficos.

Notas

¹ BRASIL. Congresso. Senado. Biblioteca. Política de seleção e descarte da Biblioteca do Senado Federal. Brasília : Senado Federal, Biblioteca. 2004. 32 p.

² Resolução n.º 66/1996.

³ Portaria do Diretor-Geral n.º 147 de 2004.

⁴ DEWEY, Mevil. Dewey Decimal Classification and Relative Index. 21st ed. New York : OCLC. Forest Press, 1996. 4 v.

⁵ CUTTER, Richard. Cutter-Sanborn Three-Figure Author Table. 3rd imp. Englewood, Co. : Libraries Unlimited, Inc, 1976

⁶ CARVALHO, Doris Q. Classificação Decimal de Direito. 4ª ed. rev. e atual. Brasília : Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002. 172 p.

⁷ LEMOS, M. L. V. "Desenvolvimento de um vocabulário controlado na Biblioteca do Senado Federal". In: Ciência da Informação, Brasília, 15 (2): 155-58, jul./dez. 1986.

⁸ BRASIL. Congresso. Senado. Secretaria de Biblioteca. Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI. Elaboração do tesouro da Rede Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI. Brasília, DF, 2005. 15 p. [Trabalho apresentado no XXI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBD), 17-22 jul. 2005, Curitiba, PR].

⁹ O empréstimo de livros é restrito aos parlamentares e funcionários do Senado e às bibliotecas localizadas no Distrito Federal. Ato do primeiro-secretário n.º 01, de 26 de fevereiro de 2003.

¹⁰ Lei n.º 10.753, de 30 de outubro de 2003.

¹¹ OLIVEIRA, E. R. B.; JAEGGER, F. Gerenciamento da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI. Brasília, DF, 2005. 15 p. [Trabalho apresentado no XXI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD), 17-22 jul. 2005, Curitiba, PR].

¹² Ato do Diretor-Geral nº 1.379, de 3 de agosto de 2004.

¹³ Regimento interno do Senado Federal de 03/08/1831

¹⁴ Parecer da Mesa nº 210, aprovado na sessão de 14/12/1898

¹⁵ Parecer da Comissão de Polícia nº 31/1909, aprovado na sessão de 12/06/1909

¹⁶ Instituído pela Resolução nº 1/1950

¹⁷ Regulamento administrativo, instituído pela Resolução nº 58/1972

¹⁸ Resolução nº 9/1997

¹⁹ Ato da Comissão Diretora nº 12/2004

Livros raros e preciosos desde o século passado apaixonam os bibliófilos e brasilianistas por suas narrativas e ilustrações.

A Biblioteca do Senado reúne, entre seus mais de 170 mil títulos, coleções preciosas, construídas livro a livro, que merecem destaque especial. Como uma das mais antigas do país, foi recebendo ao longo dos anos, desde o século XIX, livros que hoje são considerados raridades, de grande interesse para pesquisadores de áreas como direito, política, literatura, história e geografia.

Desde o Império, os Anais do Senado discorrem sobre doações de grande valor realizadas por vários senadores, elegendo a Biblioteca da Casa como guardiã de suas coleções. Registram, ainda, os Anais da Casa, a preocupação dos senadores em enriquecer o acervo da Biblioteca, adquirindo obras no Brasil e em diversos países da Europa.

Relatos de expedições que descrevem as belezas naturais do Novo Mundo, obras de grande valor histórico que representam a vida política e social do país e raridades de grandes romancistas brasileiros, geralmente repletos de belas gravuras, aparecem nessas coleções.

Eventos históricos dos quais o Senado Federal foi testemunha como a Monarquia, o fim da escravidão, a Guerra do Paraguai, entre outros, fontes primárias da história nacional, também são tema dessas obras.

O Senado teve o privilégio de adquirir, em 1997, a coleção do senador Luiz Viana Filho, que durante sua vida foi colecionador e apreciador de obras raras. Esses livros foram incorporados ao acervo da Biblioteca, armazenados em sala especial, que leva o nome do senador.

Obras consideradas especiais não param de chegar, tendo em vista que livros de inestimável valor continuam sendo produzidos, muitos deles com tiragens limitadas que reservam um exemplar para as estantes da Biblioteca do Senado.

São considerados livros raros, valiosos ou especiais, publicações que de alguma forma se enquadram dentro de determinados critérios. Nesse grupo estão contidos exemplares únicos, primeiras edições de autores renomados ou títulos que necessitam de armazenamento, preservação e conservação especiais. Essas características, associadas aos aspectos temporais, estéticos e culturais, pela sua subjetividade, interferem na avaliação.

Alguns desses livros, que dão valor imaterial ao acervo da Biblioteca do Senado Federal, encontram-se descritos nas próximas páginas.

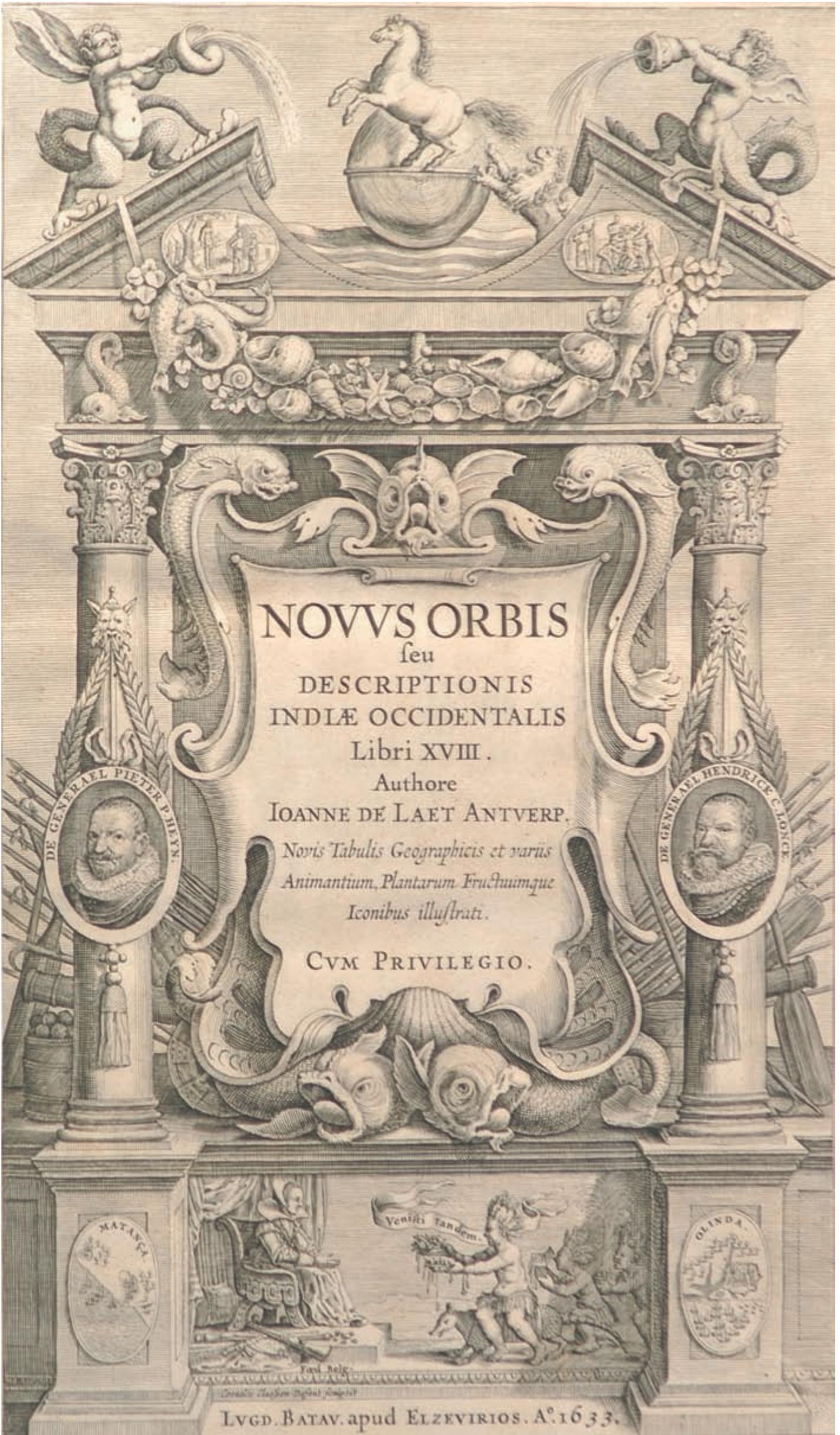
CAPÍTULO III

1 COLEÇÃO OBRAS RARAS

A coleção de obras raras do Senado Federal é a mais valiosa de seu acervo, com cerca de 6.400 volumes. Raridade não significa falta de acesso. Qualquer cidadão pode consultar esse precioso acervo, exclusivamente nas dependências da Biblioteca, utilizando máscaras e luvas. A obra mais antiga é a NOVUS ORBIS, de JOHANNES DE LAET editada em 1633.

Os exemplares são armazenados em uma sala-cofre, especialmente climatizada, com temperatura variando entre 18°C e 20°C e umidade entre 40% e 50%. Mantê-los de forma adequada é uma preocupação da Biblioteca com a preservação dos livros, evitando que haja degradação dos documentos, que sofrem alterações pela ação de microorganismos, poluição atmosférica, umidade, temperatura e luminosidade inadequadas. A conservação e restauração dos livros da coleção é uma preocupação constante.





NOVVS ORBIS
 seu
 DESCRIPTIONIS
 INDIAE OCCIDENTALIS
 Libri XVIII.

Authore
 IOANNE DE LAET ANTVERP.

*Novis Tabulis Geographicis et variis
 Animantium, Plantarum Fructuumque
 Iconibus illustrati.*

CVM PRIVILEGIO.



DESCRIPTIONIS
INDIÆ OCCIDENTALIS,
LIBER DECIMUS SEXTUS.

199

Brafilia Septentrionalis.

CAP. I.

De Communi Brafilianam linguâ.



PER APPRECIUM facturi videmur, si in limine hujus libri pauca dicamus de Brafilianam lingua: Nam licet plerumque Brafilicæ nationes, peculiare linguas usurpent: tamen & commune aliquot idioma videntur agnoscere, præsertim omnes illæ nationes quæ littora hujus Continentis quoquomodo attingunt, cujus aliquot vocabula accepimus à quodam Belgæ, qui aliquot annis inter illos variis locis visit, quæ magnam cognationem habent cum iis vocabulis, quæ *Jeanne Levis* prodidit ex *Touaspianambastiarum* lingua; nam hæc natio licet illis temporibus incolerit juxta Sinum & flumen Januarii, tamen postquam Lusitani pulsis Gallis eorundem locorum sunt potiti, longe lateque se dispersisse videntur per omnem illam regionem, adeo ut etiam Marignani accolat originem suam ab illis detiverit, nec non illi qui juxta Param degunt, quemadmodum à dicto Belgæ accepit: ut autem Idiomas hujus communio aut diversitas cum *Touaspianambastiarum* sermone melius eluceat, partium humani corporis nomina inter se conferemus, quæ ita se habent,

30

E *Jeanne Levis*. In Sinu *Trejanis*. E Belgæ annotatione.

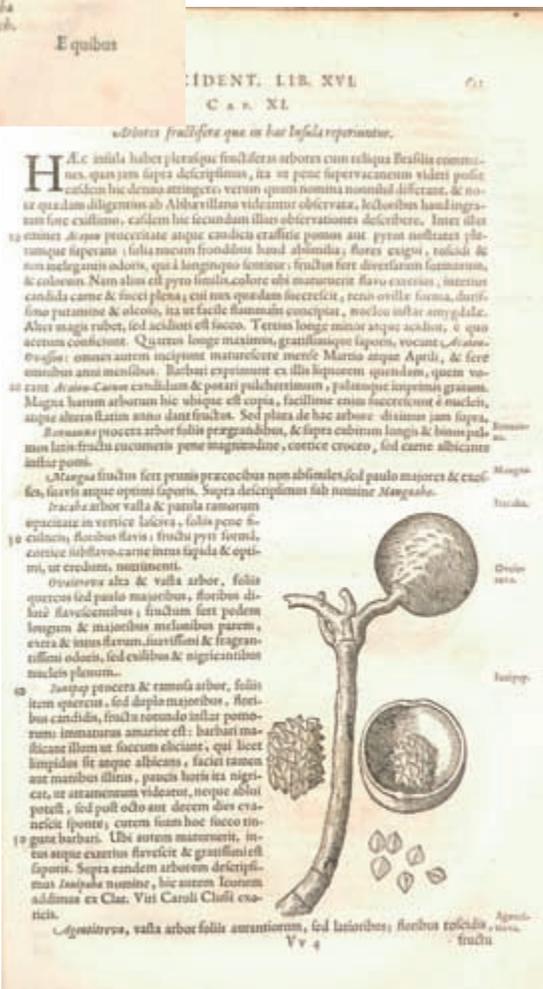
Caput	<i>Aran</i>	<i>Acan</i>	<i>Tahange</i>
Capilli	<i>Ave</i>	<i>Ava</i>
Aures	<i>Xembi</i>	<i>Xembi</i>	<i>Xemby</i>
Frons	<i>Sihua</i>	<i>Sava</i>
Oculi	<i>Dessa</i>	<i>Dessa</i>	<i>Dessah</i>
Nasus	<i>Tin</i>	<i>Tin</i>	<i>Ty</i>
Os	<i>Iuren</i>	<i>Iuren</i>
Genæ	<i>Retapave</i>
40 Mentum	<i>Redmiva</i>	<i>Tedabe</i>
Lingua	<i>Ape-tan</i>	<i>Ape-tan</i>	<i>Tpevan</i>
Dentes	<i>lan</i>	<i>Tannit</i>	<i>laningh</i>
Collum	<i>Aiedi</i>	<i>Aiedi</i>	<i>Aiedt</i>
Guttur	<i>Afoc</i>	<i>Afocke</i>
Pectus	<i>Puca</i>	<i>Potiah</i>
Renes	<i>Kawibny</i>	<i>Yushewoye</i>
Nates	<i>Revire</i>	<i>Synarre vel Tahyere.</i>
Humeri	<i>Iuaxipany</i>	<i>Atiabe</i>
Brachia	<i>Iova</i>	<i>Giana</i>	<i>Ty</i>
50 Manus	<i>To</i>	<i>To vel Geya</i>	<i>Tah</i>
Digiti	<i>Pova</i>
Venter	<i>Reguir</i>	<i>Zambeli</i>
Mammae	<i>Can</i>	<i>Canone</i>
Genus	<i>Kadepponam</i>	<i>Tuipihia</i>	<i>Najaha</i>
Tibiae	<i>Tefinea</i>	<i>Cretima</i>	<i>Tuala</i>
Pedes	<i>Fovy</i>	<i>Gepa</i>	<i>Tpach.</i>

T. 4 Equibus

Na página 75, ilustração retirada do livro *História da colonização portuguesa do Brasil*. Direcção e coordenação literária de Carlos Malheiro Dias.

LAET, Johannes de. *Novus Orbis: seu descriptions indiae occidentalis, libri xviii*. Lugduni Batavorum: Elzevirios, 1633. 690 p., il.

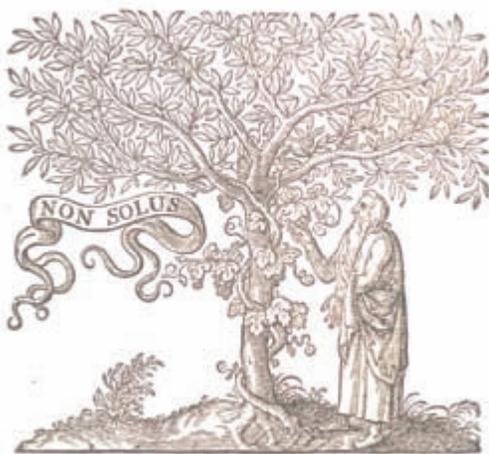
Obra mais antiga da Biblioteca do Senado, é uma descrição histórica, geográfica, científica, etnológica e linguística da América. Johannes de Laet, geógrafo e historiador flamengo, como diretor da Companhia das Índias Ocidentais, tinha acesso a fontes, além de relatos da época de testemunhas oculares e desenhos de animais e plantas. Foi nesta obra que, pela primeira vez, o autor fez referência ao Brasil, que ocupa parte significativa do texto.





LAET, Johannes de. *Historie ofte iaerlijck Verhael van de Verrichtingen der Geotroyeerde Weste-Indische Compagnie, Zedert haer Bejin tot het eynde van t jaer sestien-hondert ses-en-dertich; Begrepen in Derthien Boecken, Ende met verscheyden Koperen Platen verciert: Beschreven door Ioannes de Laet Bewint-hebber der selver Compagnie. Tot Leyden, By Bonaventuer ende Abraham Elsevier, Anno 1644. 544 p, il.*

Nesta obra, expoente da famosa história da Companhia das Índias Ocidentais, o autor flamengo conta pela primeira vez a história da presença holandesa no Brasil sob o governo de João Maurício de Nassau. O livro reúne gravuras que representam vistas, entre outras, da Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba e Olinda.



Lafitau, Joseph François. *Histoire des decouvertes et conquestes des portugais dans le nouveau monde, avec des figures en taille-douce.* Paris: Saugrain Perre Et Jean Baptiste Coignard Fils, 1733. 2 v., il.

O autor, natural de Bordeaux, na França, entrou em 1696 para a Companhia de Jesus, que o enviou, em 1712, ao Canadá, onde permaneceu por cinco anos. O relato sobre os descobrimentos portugueses contém, nos dois volumes, pequenos trechos sobre o Brasil e Cabral, cuja rota de viagem se encontra assinalada no mapa que ilustra a obra, juntamente com as rotas de Vasco da Gama e Fernão de Magalhães. O exemplar da Biblioteca do Senado é da primeira edição da obra, contendo gravura e vinheta gravadas por Jean-Baptiste Scotin.



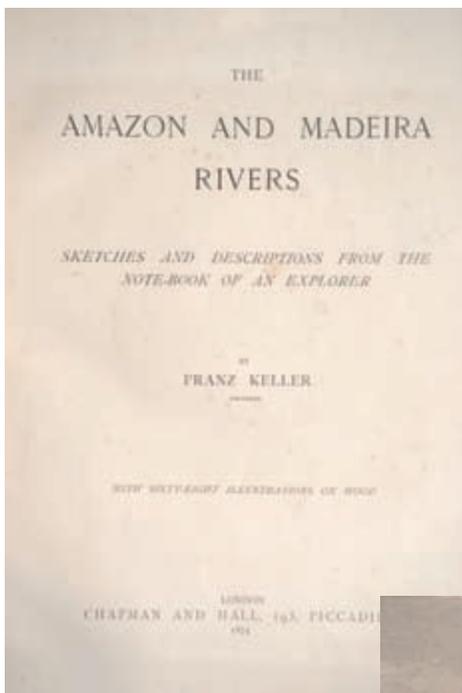
SILVEIRA, Urias Antonio da. *Galeria historica da revolução brasileira de 15 de novembro de 1889 que occasionou a fundação da Republica dos Estados-Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro : Laemmert, 1890. 323 p., il.

A obra documenta a fundação e proclamação da primeira república. Traz 31 retratos litografados e emoldurados, em forma de medalhão. Estampas litografadas dobradas mostram a entrega do pedido de abdicação do major Sólón ao imperador a 16 de novembro de 1889 e a partida para o exílio da família imperial no dia 17 de novembro de 1889, no vapor Alagoas. Com biografias e artigos de jornais de novembro de 1889, a obra traz uma cronologia dos fatos, documentos e descrições dos vinte estados da federação, entre outras notícias.



KELLER, Franz. *The Amazon and Madeira rivers : sketches and descriptions from the note-book of an explorer. With sixty-eight illustrations on wood*. London: Chapman And Hall, 1874. 177 p., il.

O governo brasileiro incumbiu o pai de Franz, Joseph Keller, engenheiro de construção de Baden, de melhorar os caminhos de comunicação, organizar novas ruas e linhas férreas, aproveitar os recursos fluviais, bem como levantar linhas telegráficas. Para explorar um caminho de comunicação entre o Brasil e a Bolívia, os Kellers empreenderam viagem pelo vale do rio Madeira. Como resultado, constataram que eliminar os rápidos do rio Madeira, por meio de explosões, ou contorná-los por um canal de navegação seria muito difícil e dispendioso e, por isso, seria preferível construir uma linha férrea ou uma estrada artificial que evitasse as curvas do rio.



ESTADOS UNIDOS

do

BRAZIL

Geographia

ETHNOGRAPHIA, ESTATISTICA

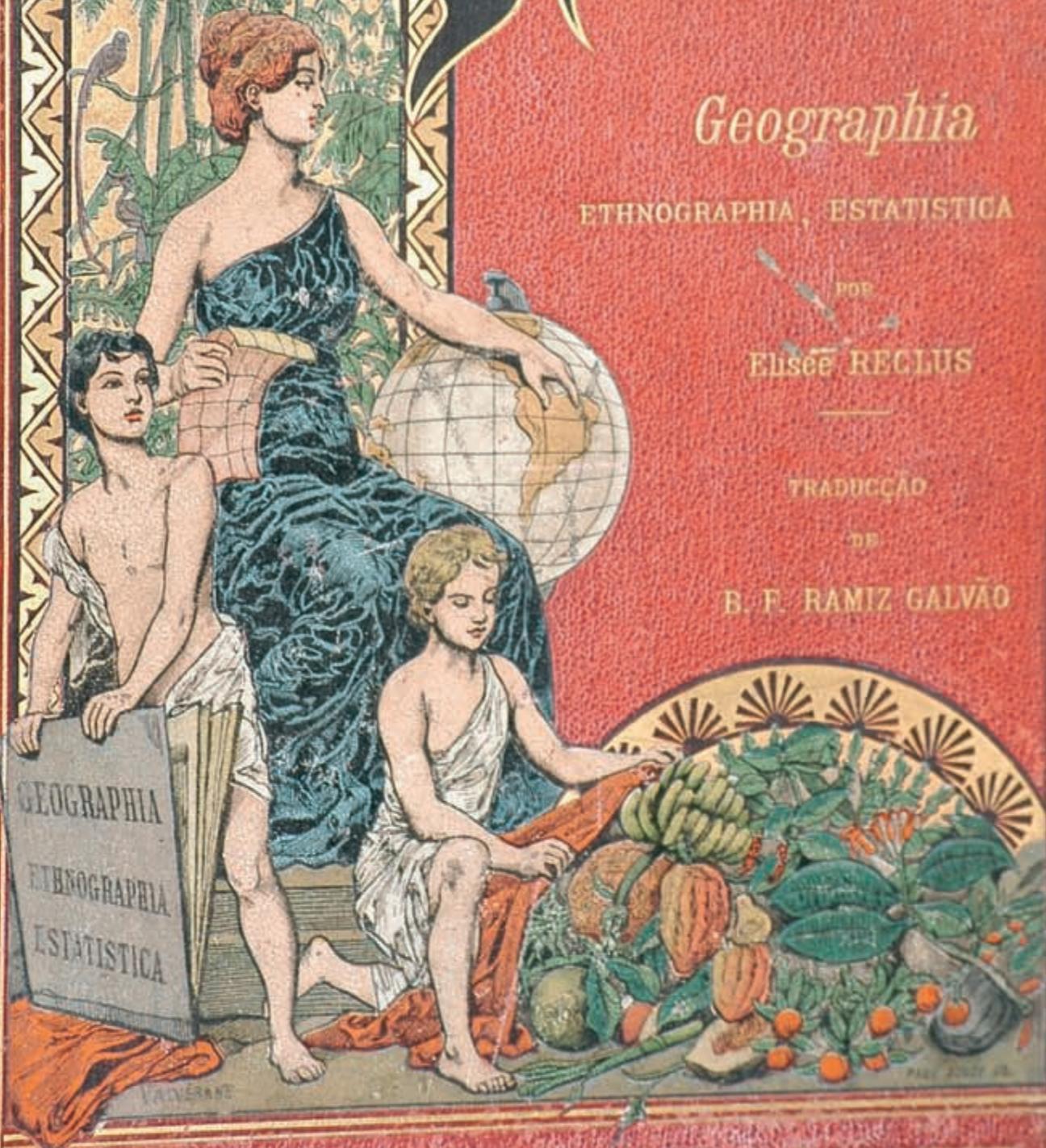
POE

Elisée RECLUS

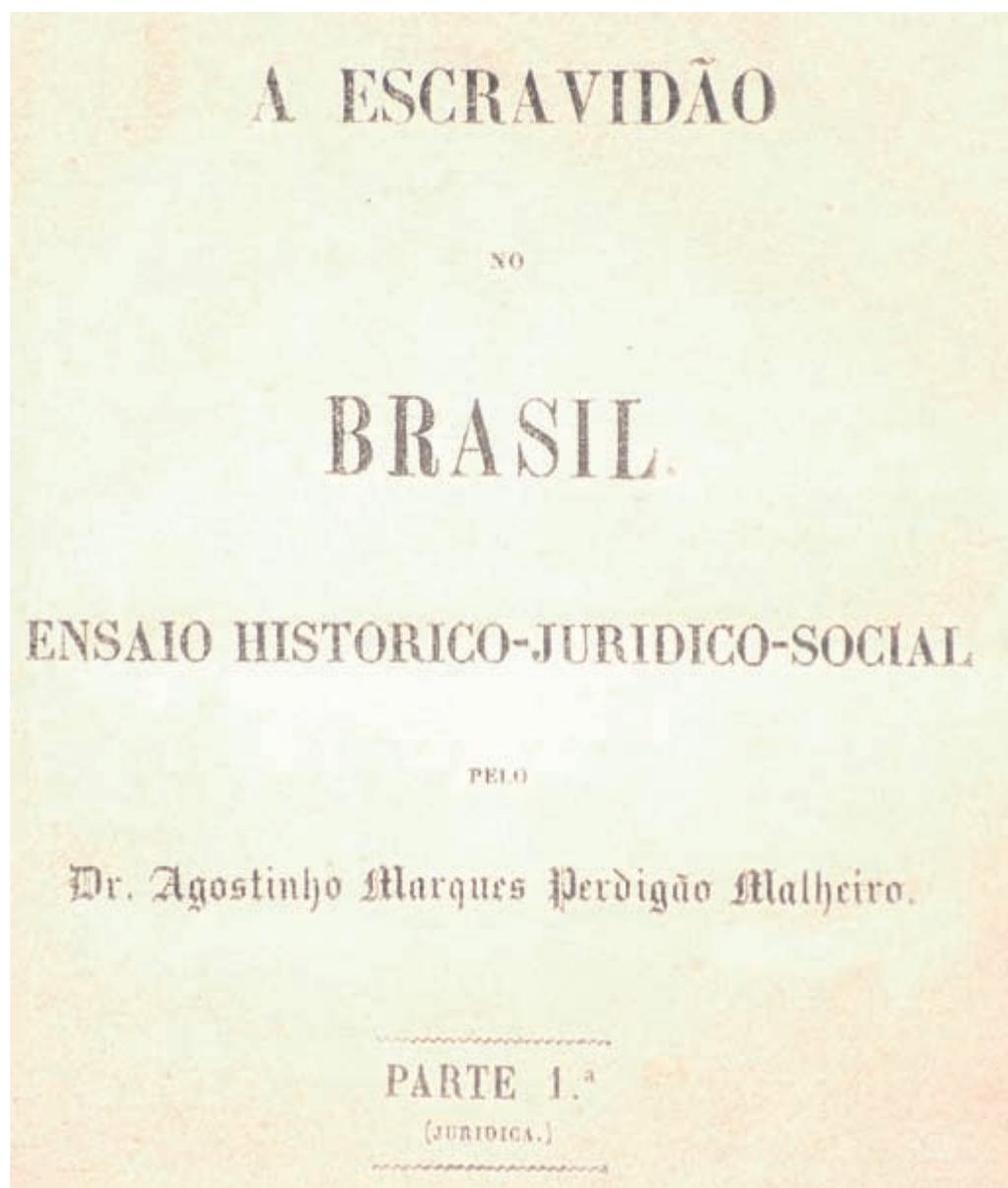
TRADUÇÃO

DE

B. F. RAMIZ GALVÃO



H. GARNIER, Livreiro-Editor. — RIO DE JANEIRO



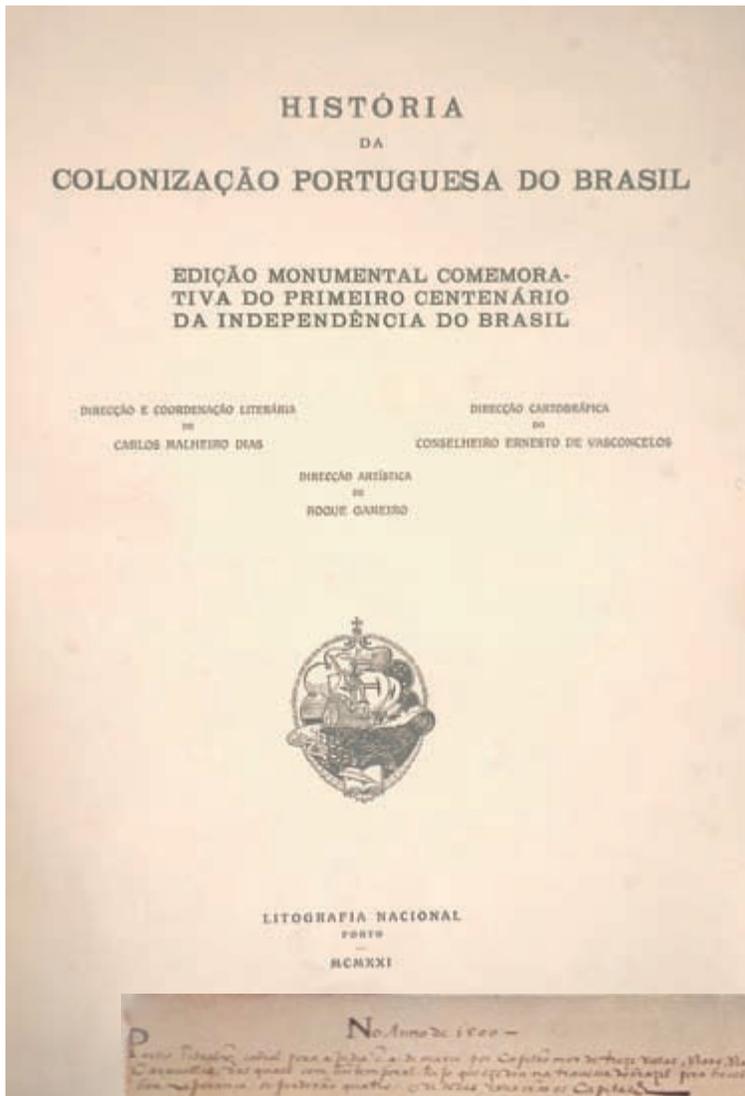
MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio historico-juridico-social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866-1867. 3 v.

Político brasileiro, historiador e um dos maiores juristas de sua época, Malheiros ficou, com esta obra, consagrado como o mais competente estudioso da escravidão no Brasil, na segunda metade do século XIX, quando o sistema, com os entraves impostos ao tráfico negreiro, caminhava para a decomposição. O estudo toma como base a legislação e constitui um levantamento minucioso do trabalho escravo no país, apreciando o problema sob vários ângulos e com grande isenção.

Na página à esquerda:

RECLUS, Elisee. *Estados Unidos do Brasil: geographia, ethnographia, estatistica; traducção e breves notas de B.-F. Ramiz Galvão e anotações sobre o territorio contestado pelo barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900. 488 p, 6 f. (algumas dobradas), il., mapas (alguns color.)

Traduzida pelo historiador, educador e médico, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, esta obra traz a parte dedicada ao Brasil da obra *Géographie Universelle* (1874-1894), do geógrafo francês Jean-Jacques Elisée Reclus, considerada a maior obra relativa a conhecimentos geográficos universais daquele tempo. Reclus a escreveu quando se encontrava exilado por sua participação na Comuna de Paris

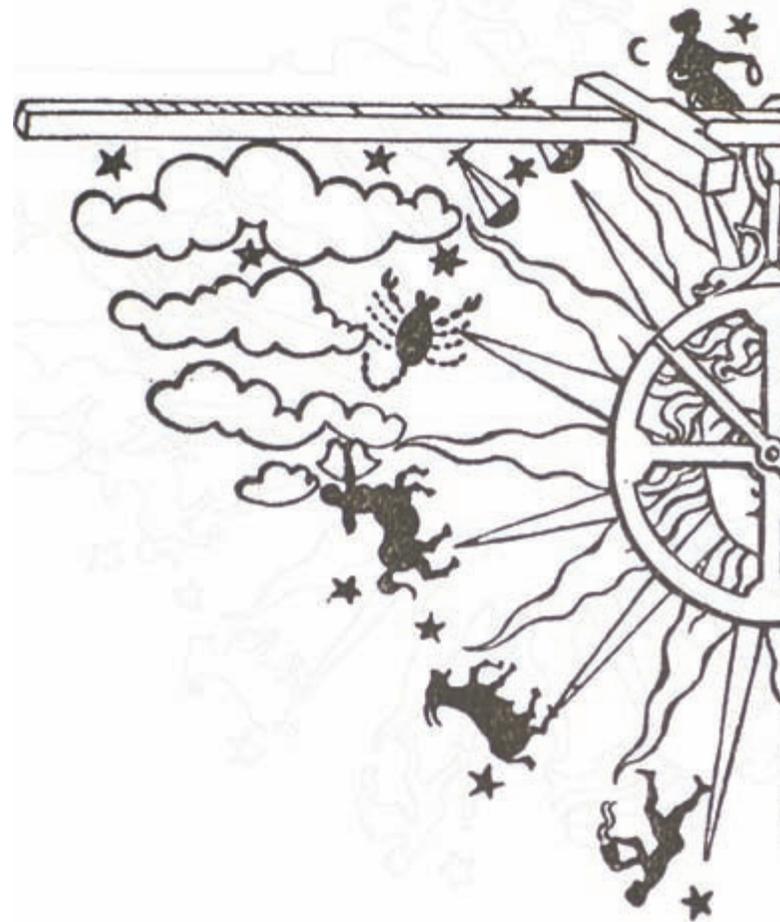


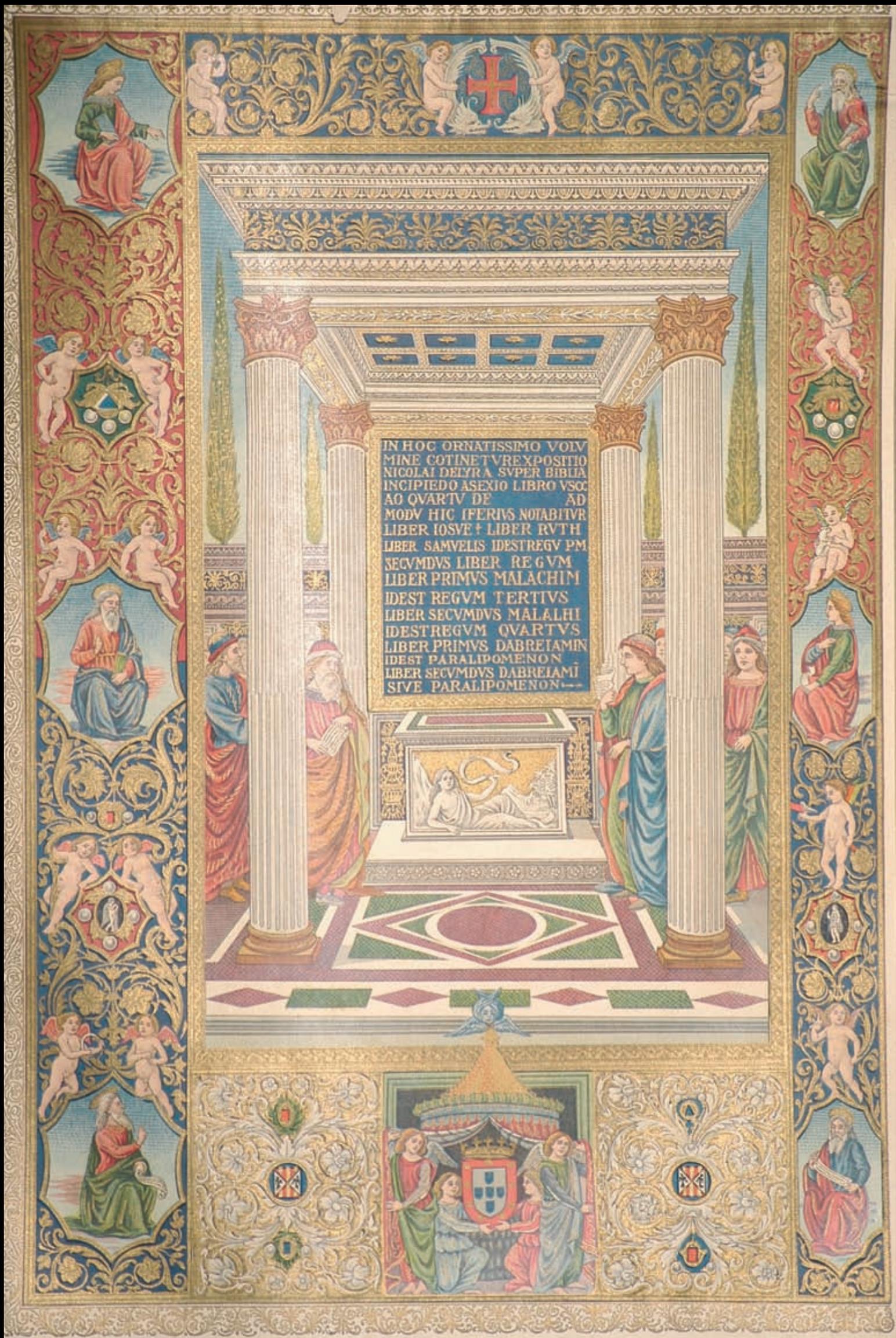
HISTÓRIA da colonização portuguesa do Brasil; direcção e coordenação literária de Carlos Malheiro Dias ; direcção cartográfica do Conselheiro Ernesto de Vasconcelos ; direcção artística de Roque Gameiro. Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Porto: Litografia Nacional, 1921-1924. 3 v., il. color, mapas, retrs.

A colônia portuguesa no Brasil em comemoração às festas do primeiro centenário da Independência ofereceu esta obra, artística, científica e literária, em gratidão ao povo brasileiro.

A idéia de elaborar a obra foi sugerida pela Câmara Portuguesa do Comércio e indústria do Pará, e apresentada no Rio de Janeiro à Grande Comissão Portuguesa Pró Pátria. Os estudos e a execução da obra foram dirigidos pelo romancista e historiador português Carlos Malheiros Dias.

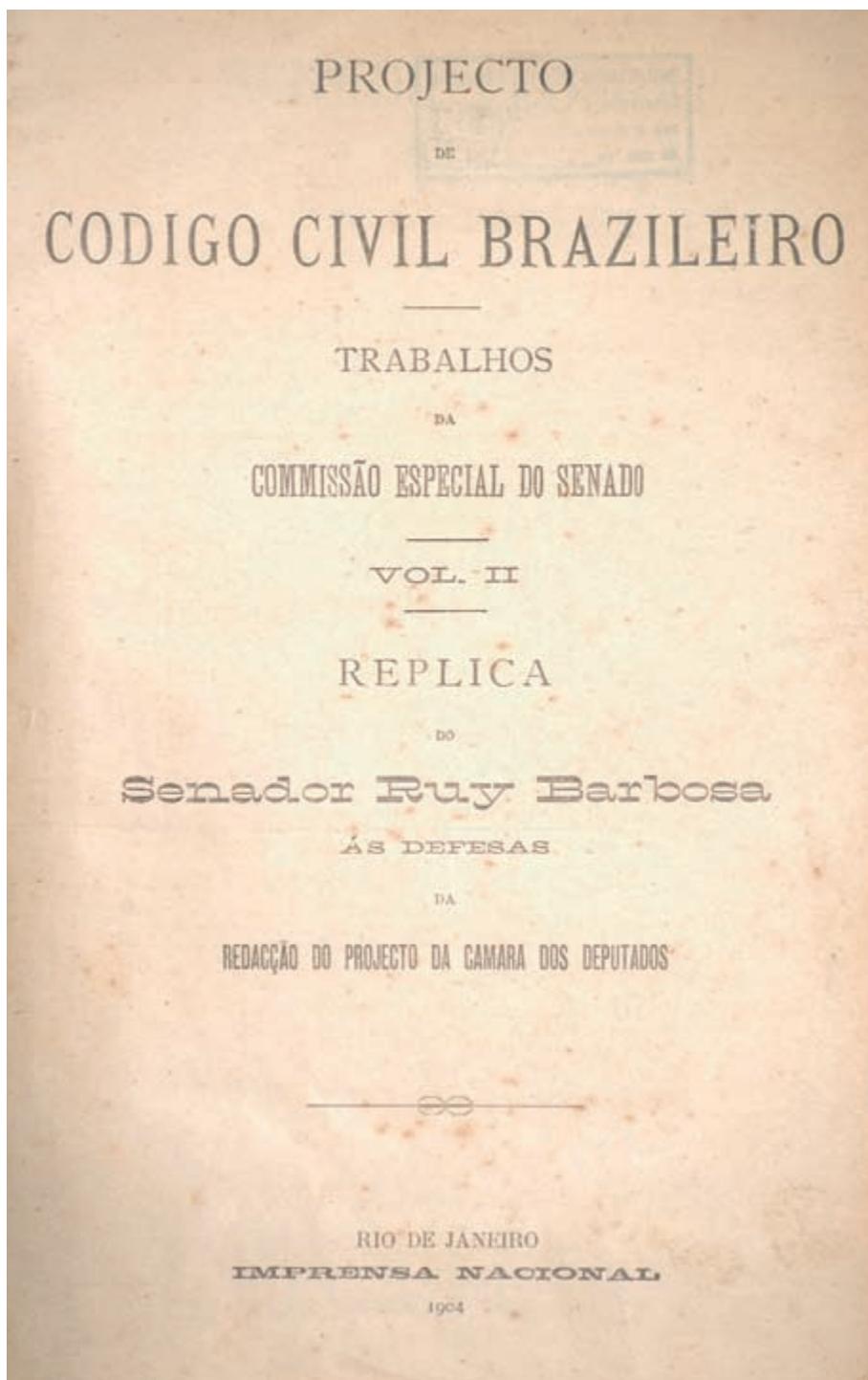
Os trabalhos artísticos, de lápis e pincel, foram executados pelo aquarelista português Roque Gameiro. A cartografia da obra foi executada por Ernesto de Vasconcelos, homem das ciências, vice-almirante, professor e geógrafo português.





IN HOC ORNATISSIMO VOLV
MINE CONTINETVREXPOSTIO
NICOLAI DELYRA SVPER BIBLIA
INCIPIEDO ASEXIO LIBRO VSC
AO QVARTV DE AD
MODV HIC IFERIVS NOTABITVR
LIBER IOSVE + LIBER RVTH
LIBER SAMVELIS IDESTREGV PM
SECVM DV S LIBER RE GVM
LIBER PRIMVS MALACHIM
IDEST REGVM TERTIVS
LIBER SECVM DV S MALALHI
IDESTREGVM QVARTIVS
LIBER PRIMVS DABREIAMN
IDEST PARALIPOMENON
LIBER SECVM DV S DABREIAM
SIVE PARALIPOMENON

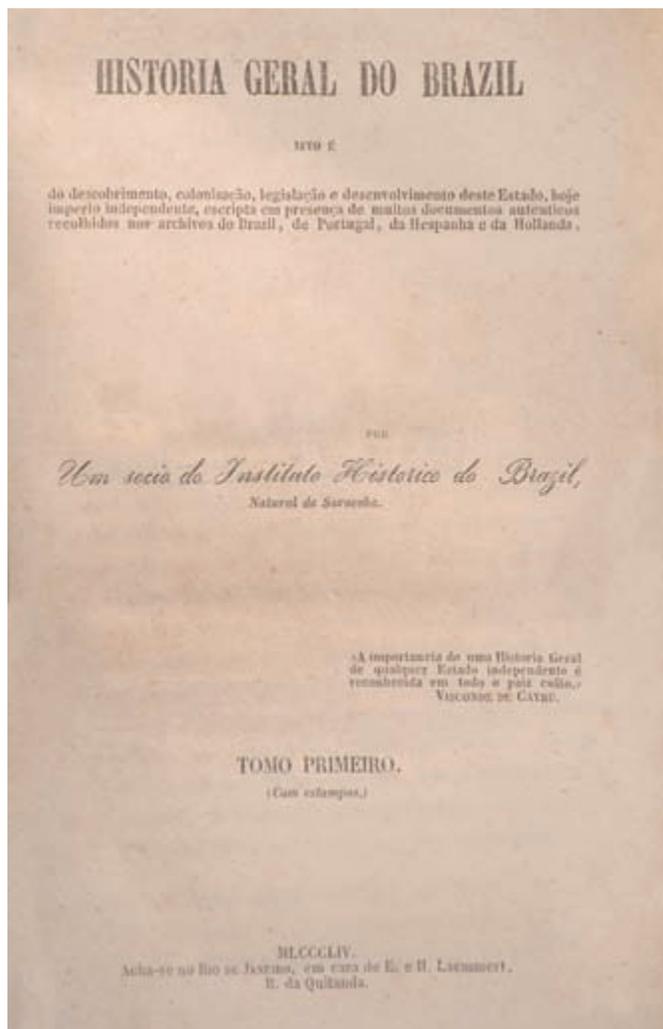




Na página à esquerda, imagem do livro História da colonização portuguesa no Brasil. Direção e coordenação literária de Carlos Malheiros Dias.

Brasil. Congresso. Senado Federal. Comissão Especial do Código Civil. *Projecto de código civil brasileiro* : trabalhos da Comissão Especial do Senado (SIC). Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1902-1904. 3 v.

Rui Barbosa, jurista, orador, escritor, jornalista e político, participou ruidosamente no Senado brasileiro da votação do projeto de Código Civil, de autoria de Clovis Bevilacqua. Rui Barbosa ofereceu numerosas emendas ao texto, a maioria delas de redação. Daí se originou famosa polêmica com Carneiro Ribeiro, então incumbido de rever o texto do projeto. Dessa polêmica nasceu o livro "Réplica", de 1904, em que Rui Barbosa defende seus pontos de vista quanto à elaboração do Código Civil.



VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História geral do Brazil, isto é, do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independencia e do império, escripta em presença de muitos documentos ineditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda.* Rio de Janeiro: Laemmert, 1854-1857. 2 v., il.

Primeira edição da obra de Varnhagen, diplomata e historiador brasileiro, contendo fac-símiles das assinaturas de personagens importantes da história do país no período. Traz a minuta original das instruções dadas a Pedro Álvares Cabral, que levaram ao descobrimento do Brasil.

A obra caracteriza o apogeu do Império do Brasil. Foi dedicada a Pedro II, que, de acordo com o autor, compreendia “o valor do estudo da história pátria para o esplendor da nação, a instrução dos súditos e o bom governo do país”. Assim, Varnhagen achava que sua obra contribuiria para a honra da Monarquia no concerto das nações civilizadas.

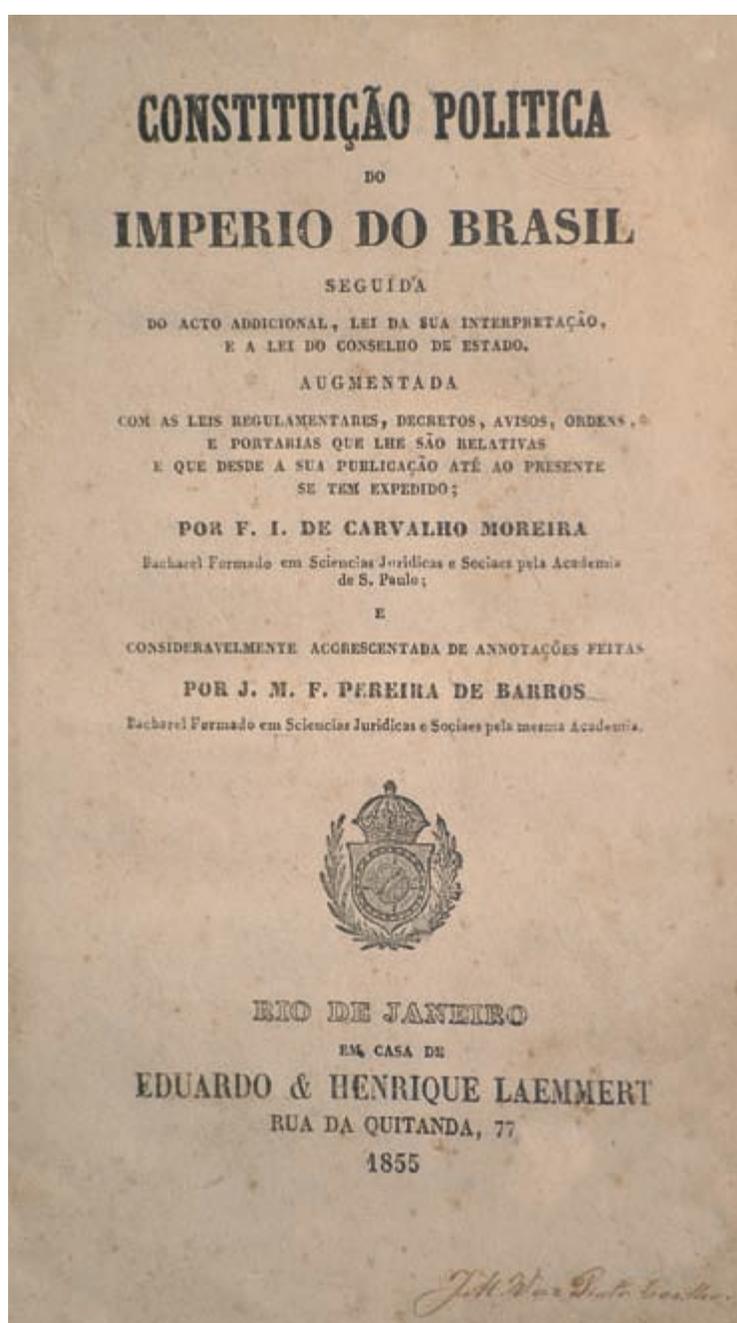
Considerado por Oliveira Lima “o criador da História Pátria”, Varnhagen tornou-se Barão por decreto, em 1872, e Visconde de Porto Seguro, em 1874.

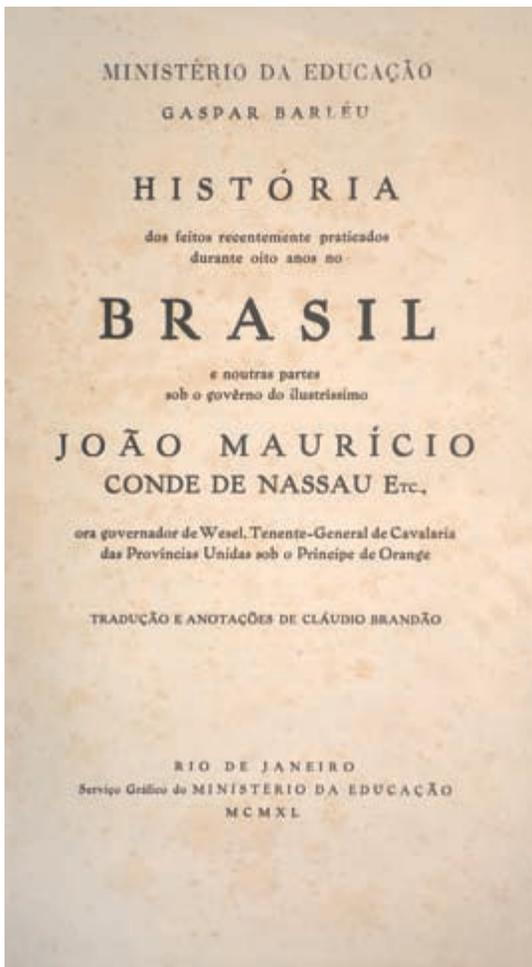


PENEDO, Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, barão de. *Constituição política do império do Brasil*: seguida do acto adicional, lei da sua interpretação, e a lei do Conselho de Estado. aum. com as leis regulamentares, decretos, avisos, ordens e portarias que lhe são relativas e que, desde a sua publicação até o presente, se tem expedido do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Laemmert, 1855. 164 p.

Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, Barão de Penedo, político brasileiro. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de São Paulo, foi deputado geral por Alagoas em 1850 e nomeado ministro nos Estados Unidos em 1851 e, na Grã-Bretanha, em 1855. Permaneceu na Europa até 1900, na carreira diplomática, cabendo-lhe significativos feitos na política internacional.

O autor considera a Constituição como o livro do povo. Por essa razão, publicou-a contendo citações e referências da legislação respectiva, combinações dos artigos revogados ou alterados pelo ato adicional, servindo como complemento à obra "Manual do cidadão brasileiro".



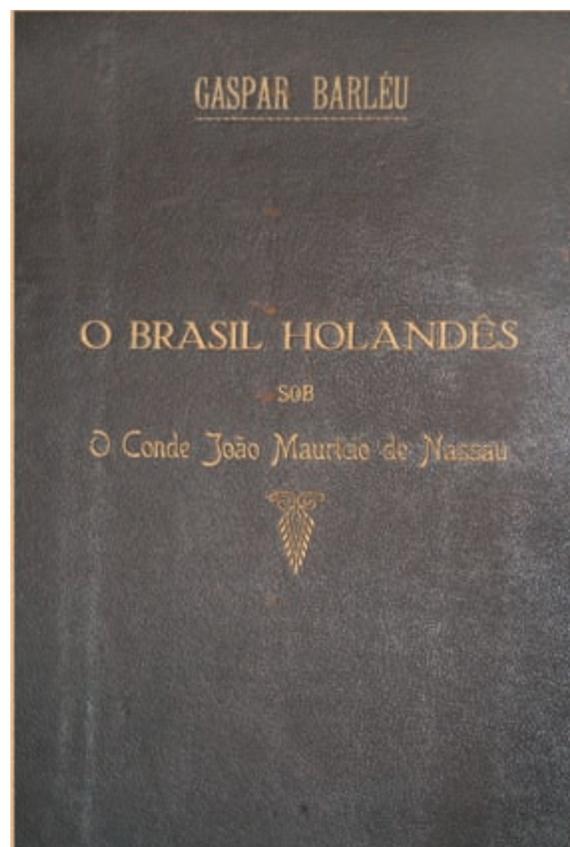
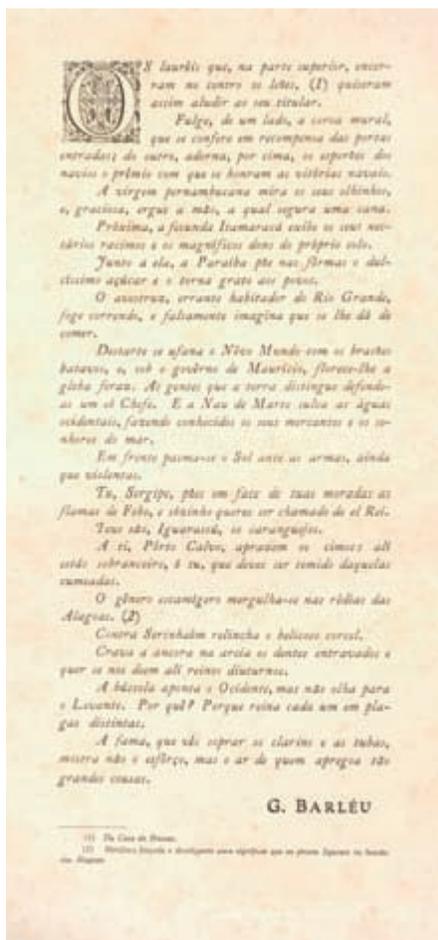


BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do illustrissimo João Mauricio, conde de Nassau etc., ora governador de Wesel, tenente-general de cavalaria das Províncias-unidas sob o príncipe de Orange Gaspar Barleu*. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940. 424 p., il., mapas.

Gaspar Barléu, escritor, poeta e historiador belga começou a vida como pregador calvinista. Foi professor de lógica, na Universidade de Seiden, exilando-se em 1619, devido às lutas religiosas. O conde João Mauricio de Nassau o contratou para escrever sobre a sua administração no Brasil, onde Barléu nunca esteve. É a principal fonte histórica para o período da ocupação holandesa. A edição possui uma impressão cuidadosa e muito bem ilustrada. A obra foi publicada em Amsterdã em 1647, traduzida para o alemão, em 1659 e para o português, em 1940.

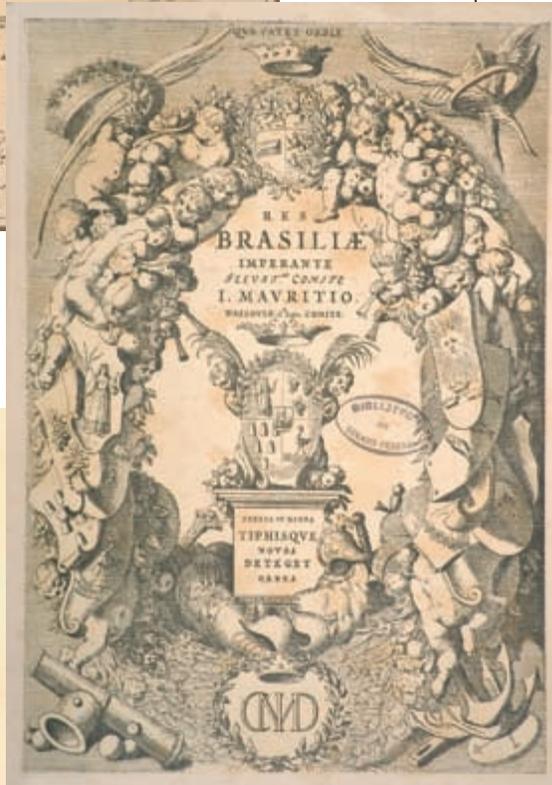
A tradução portuguesa é de Cláudio Brandão e foi editada no Brasil pelo Ministério da Educação, sob encomenda do então ministro Gustavo Capanema, em comemoração do terceiro centenário da ocupação holandesa no Brasil. Na primeira edição, teve quinhentos exemplares editados em papel "vergê" e vinte em papel "ingres". Apenas mais uma edição foi impressa no mesmo formato.

Traz escrito na capa "O Brasil holandês sob o conde João Mauricio de Nassau", e inclui ainda um fac-símile da folha-de-rosto da edição original de 1647.





Imagens do exemplar fac-similar de Gaspar Barleu



1. Thracia sacra. 2. Flumina sacra. 3. Miff. guara. 4. Lago guara. 5. Miff. maria. 6. Lago maria.

HISTÓRICA

Atlas

de

Fernão Vaz Dourado

Reprodução fidelíssima do
exemplar da Torre do Tombo,
datado de Goa, 1571



Publicado por iniciativa e sob a direcção
do Visconde de Lagoa, a expensas da
Livraria Civilização - Editora

PORTO ~ PORTUGAL

BIBLIOTECA

DE PORTUGAL

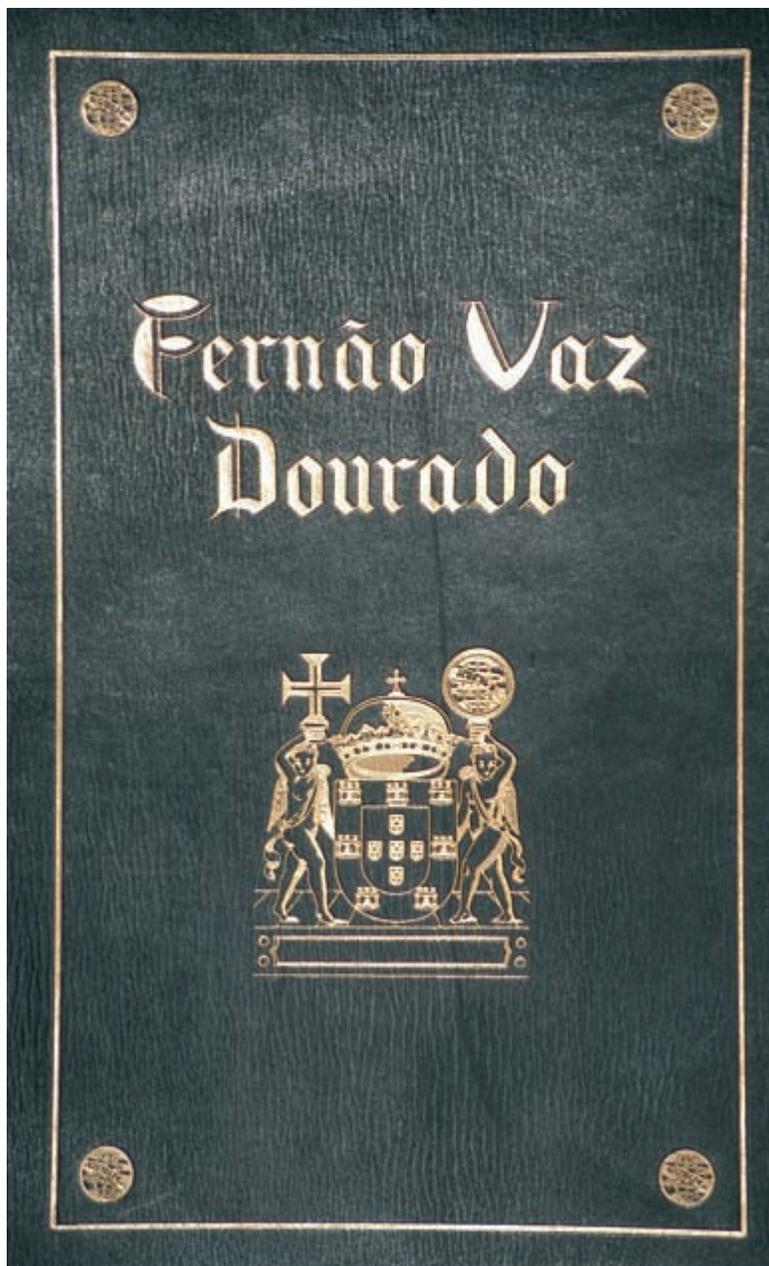
EBRASIL

DOURADO, Fernão Vaz. *Atlas de Fernão Vaz Dourado*. Reprodução fidelíssima do exemplar da Torre do Tombo, datada de Goa, 1571, publicado por iniciativa e sob a direcção do Visconde de Lagoa. Porto: Liv. Civilização, 1948. Atlas.

O original traz escrito na folha-de-rostro: "Mapa mundo que fez Fernão Vaz Dourado, fronteiro nestas artes. Que trata de todos os reinos, terras, rios e ilhas e que há na redondeza da terra, com todas suas alturas e derrotas por esquadria, Goa, anno 1571". O original esteve no convento dos Monges da Cartuxa de Évora e está na Torre do Tombo, em Portugal, mutilado e sem rosto. No Tratado de Geografia de D. José Urcullu, Porto, 1839, pode ser encontrada uma descrição do mapa e da folha-de-rostro desaparecidos.

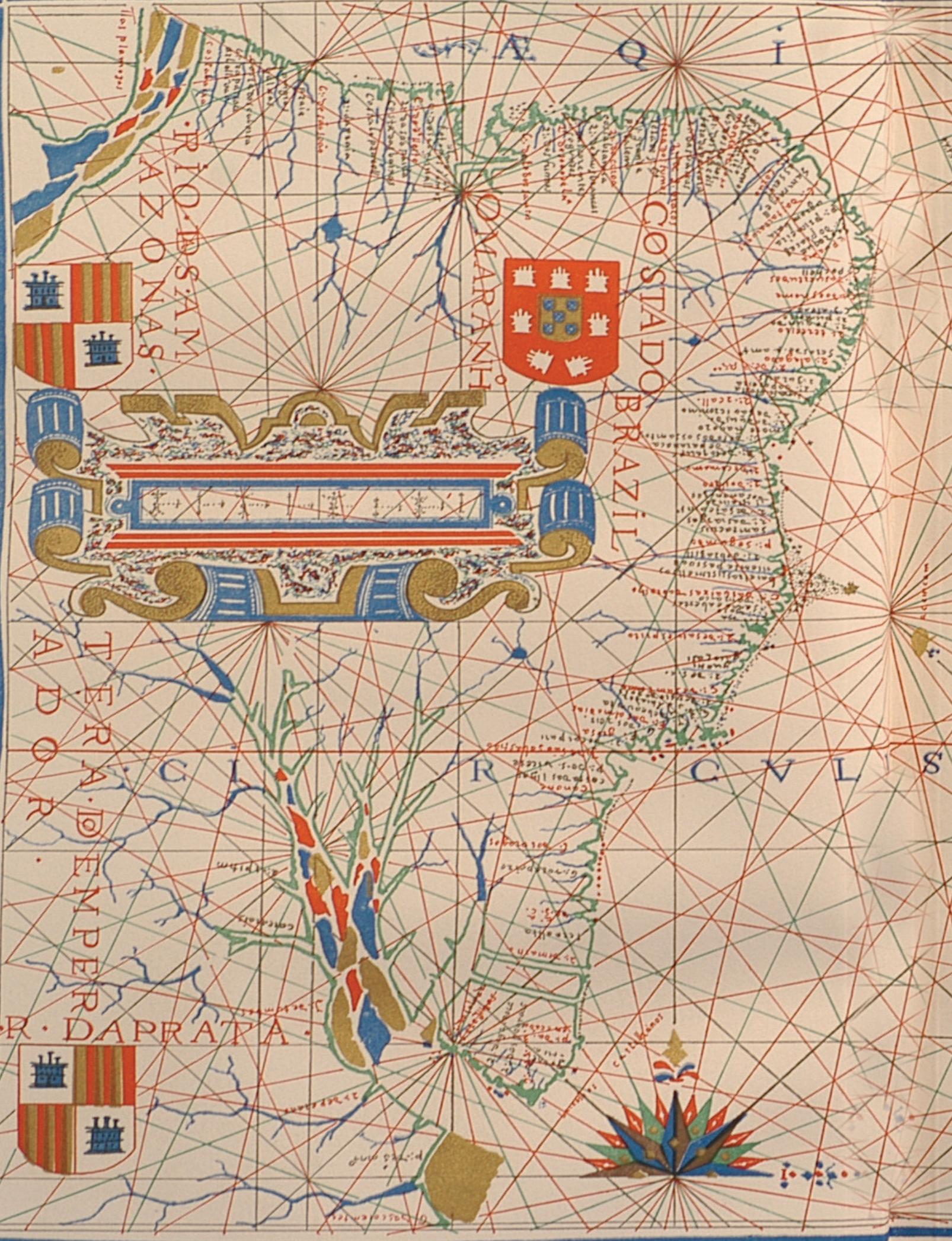
Segundo o professor de geografia João Carlos Garcia existem poucos e inseguros dados sobre o cartógrafo Fernão Vaz Dourado. Entre as suposições sobre autor e obra, sabe-se que os quatro primeiros atlas devem ter sido desenhados em Goa, por conta das informações náuticas se referirem ao sub-continente indiano. Um quinto atlas pode ter sido elaborado em Lisboa

Nas páginas 92 e 93 mapas contidos na obra *Atlas de Fernão Vaz Dourado*.



N E S T A · F O L

M A Z O N A S A T E O R I O D P R A T A

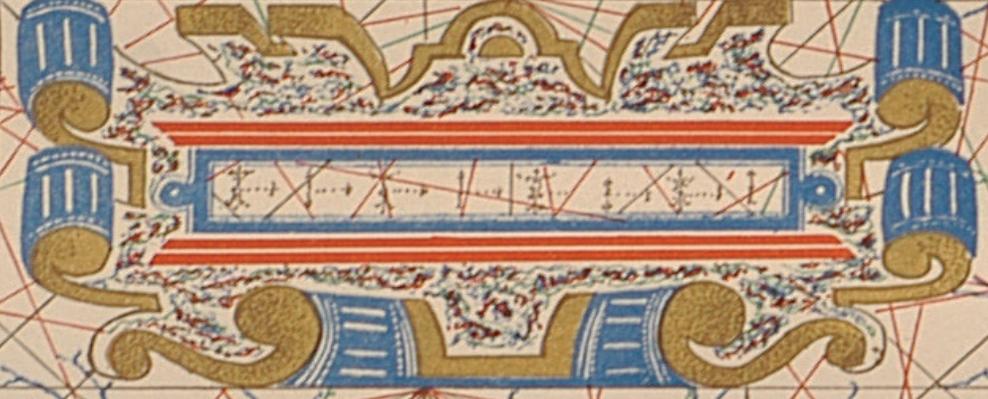


Terra Planities

RIO DASAMAZONAS

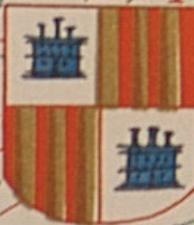
OMARANH

COSTADO BRAZIL



TERRA D'EMPERADOR D'ADOR

TERRA D'EMPERADOR D'ADOR

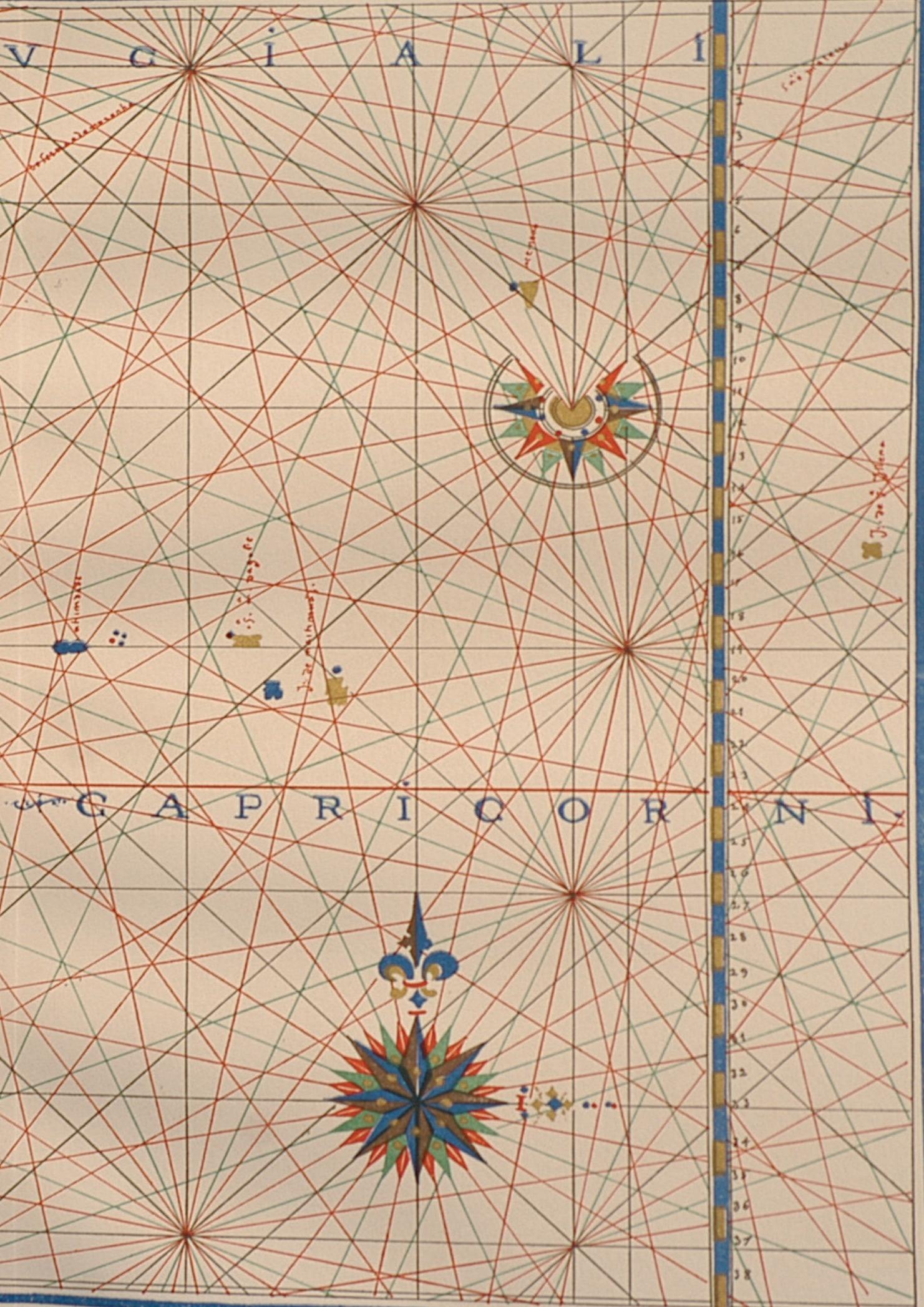


TERRA D'EMPERADOR D'ADOR



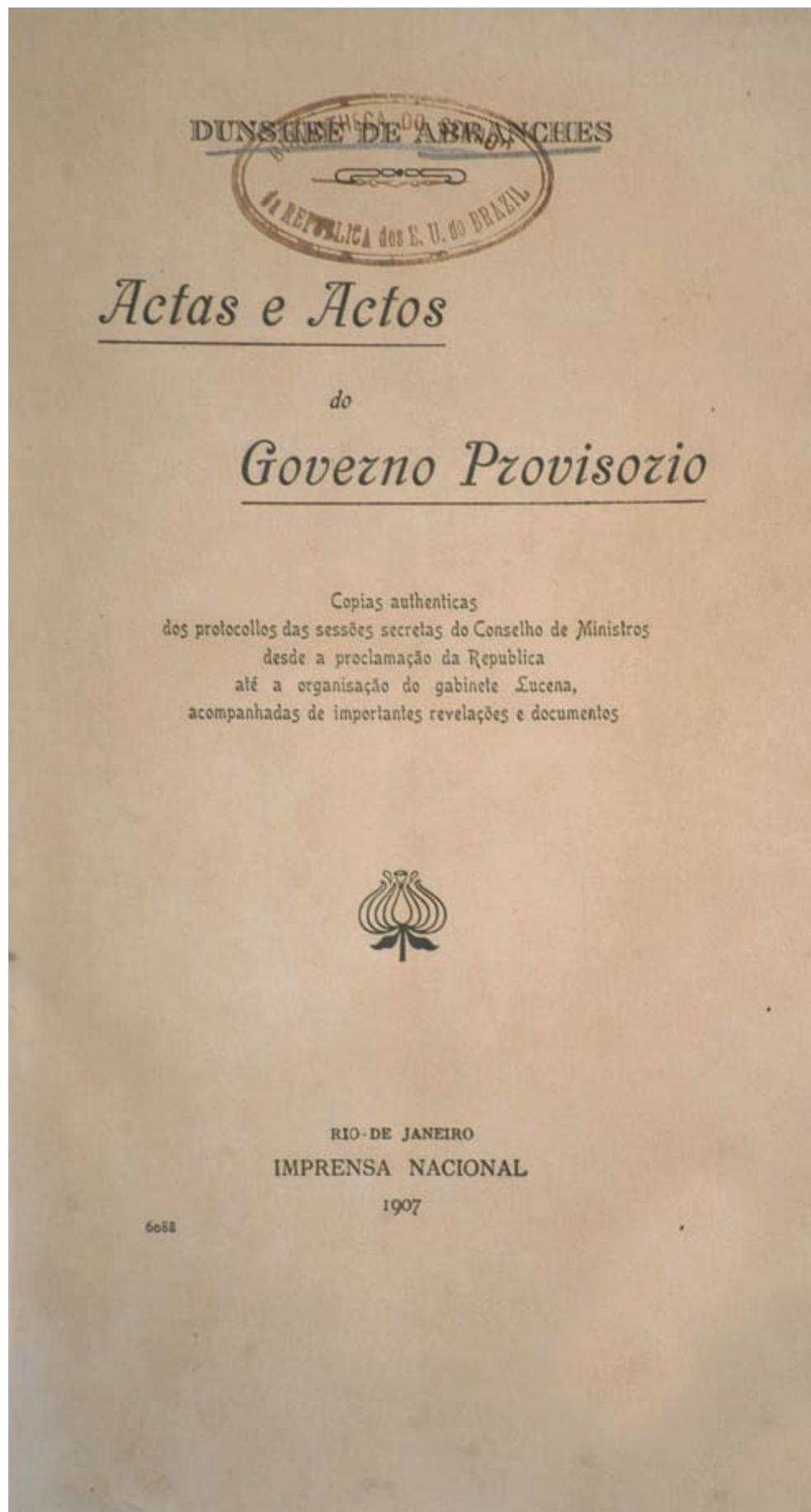
D O R I O D A S A

L H A · E S T A L A



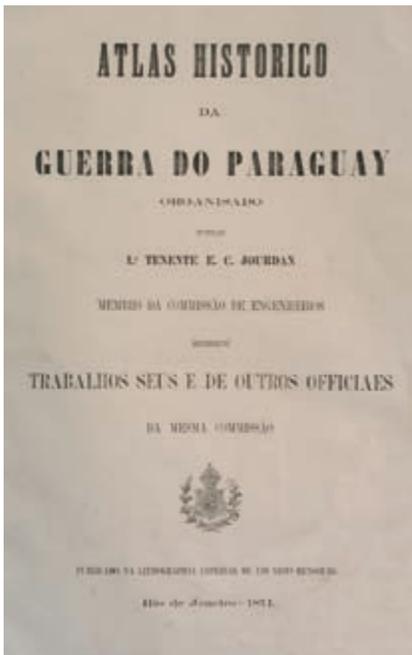
M C A D O · T O D A · A C O S

T A · D O B R A Z



ABRANCHES, Dunshee de. *Actas e actos do governo provisório*: cópias authenticas dos protocollos das sessões secretas do conselho de ministros desde a proclamação da República até a organização do gabinete Lucena, acompanhadas de importantes revelações e documentos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. 402 p., il.

Este livro, do maranhense João Dunshee de Abranches Moura, é considerado um dos mais reveladores da história política do Brasil. O autor era formado em direito, foi promotor público, militante da política, jornalista de sucesso e historiador criterioso. Possui ainda vasta bibliografia que inclui livros, folhetos e opúsculos, num total de 165 títulos. Analista político de grande acuidade, dedicou a maior parte de suas obras à política



ATLAS histórico da guerra do Paraguay; organizado pelo 1º Tenente E.C. Jourdan, membro da Comissão de Engenheiros sobre trabalhos seus e de outros officiaes da mesma Comissão. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg, 1871. 1 v, il. retrs., mapas .

Emílio Carlos Jourdan, militar brasileiro de origem belga e naturalizado brasileiro, apresentou-se como voluntário na guerra do Paraguai. Obteve promoções por atos de bravura, no campo de batalha e foi consagrado como historiador clássico desse episódio marcante da América do Sul.

O Atlas foi idealizado após a tomada de Curupaiti e Jourdan e foi incentivado pelo General Argolo, então Comandante do 2º Corpo, em Curuzu, que via nesse trabalho um subsídio para o estudo futuro da campanha bélica em que se empenhava.

A obra foi organizada por Jourdan, em plena guerra, no meio dos horrores e das privações e publicado logo após o conflito. Uma coletânea de cartas do autor e dos seus companheiros ajuda a fazer do atlas uma fonte de alto valor histórico.

*As Superiores, ao Honravel Conselho Brasileiro, ao Representante do Estado, offerece
e assigna a parte deste livro por, a qual tendo de arrolar, durante cinco annos em ininter-
mittente, os nomes dos heróis da guerra e de toda a classe de juizes, no qual se sempre dignos de
uma gloria immensa. Ao Excmo e Honravel Conselho Brasileiro, ao Grande Nacional.*

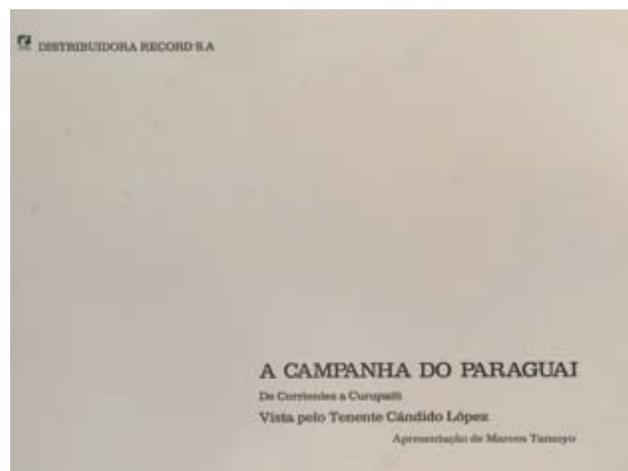


LOPEZ, Candido. *A Campanha do Paraguai : de Corrientes a Curupaiti*; apresentação de Marcos Tamoyo. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1973. 1 v., il. grav. somente color.

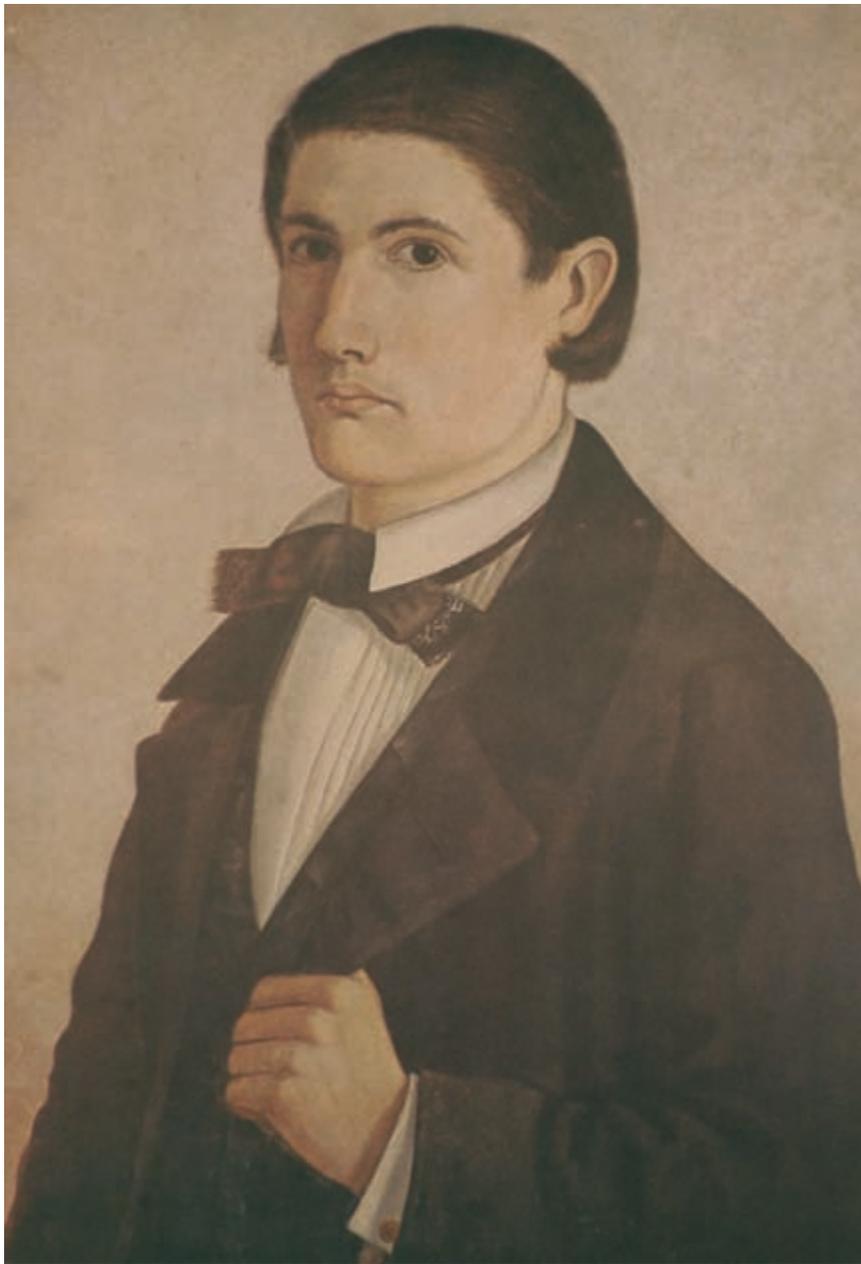
A obra mostra reproduções de telas, acompanhadas de minuciosa descrição feitas pelo próprio autor, que tendo participado da Guerra do Paraguai, registrou essa série de imagens obtidas em campo de batalha. Candido Lopez foi pintor e fotógrafo retratista e, no início da guerra da Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, alistou-se como segundo-tenente no batalhão de voluntários de São Nicolas. Participou de várias batalhas, inclusive no comando de uma companhia. O soldado-artista havia realizado durante a guerra diversos esboços a lápis, com croquis de uniformes, paisagens, batalhas, acampamentos e descrições detalhadas dos acontecimentos militares.

Tempos depois, utilizou esse material para desenvolver sua série de quadros sobre a Guerra do Paraguai, pintados com a mão esquerda, já que, na derrota da batalha de Curupaiti, em 1866, em consequência da explosão de uma granada, teve a mão direita amputada. Os anos de trabalho e a formação de Cândido Lopez como fotógrafo são importantes para considerar sua obra posterior como pintor.

A edição que pertence à Biblioteca do Senado compõe-se de 1.000 exemplares numerados e 48 pranchas a cores.



ACAMPAMENTO ARGENTINO DO OUTRO LADO DO RIO SAN LORENZO
2 de dezembro de 1865



Nesta página, Retrato de Cándido López



ACAMPAMENTO ARGENTINO EM FRENTE A ITAPURU
12 de abril de 1866



COMISSÃO Exploradora do Planalto Central do Brasil. Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas por L. Cruls. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., Impressores do Observatório, 1894. vii, 365 p., il., fotogr.

Louis Ferdinand Cruls, cientista belga, dedicou-se ao Brasil, país que considerava sua segunda pátria.

Em 1892 foi escolhido pelo Governo do Marechal Floriano Peixoto para chefiar a comissão incumbida de explorar e demarcar a área para a nova capital do Brasil, segundo estipulava a Constituição de 1891. A obra, também conhecida como Relatório Cruls, constitui um modelo de concisão e de espírito científico. Um relatório parcial foi publicado em 1893, e o relatório geral foi concluído, em 1894, e publicado, juntamente, com o "Atlas dos itinerários, perfis longitudinais e da zona demarcada".

Podendo escolher livremente uma zona mais acessível, Cruls foi buscar no coração do Brasil a mesma região que já vinha sendo apontada desde a época da Independência, mantendo-se fiel ao velho sonho de José Bonifácio, de Hipólito da Costa e de Varnhagem, que era o de colocar a nova capital no planalto de Goiás.

Traz folhas-de-rosto, em português e francês, sendo o título em francês "Rapport présenté a Son Ex. M. le Ministre de l'Industrie, de la Voirie et des Travaux Publics". O texto vem em colunas paralelas, nas duas línguas.

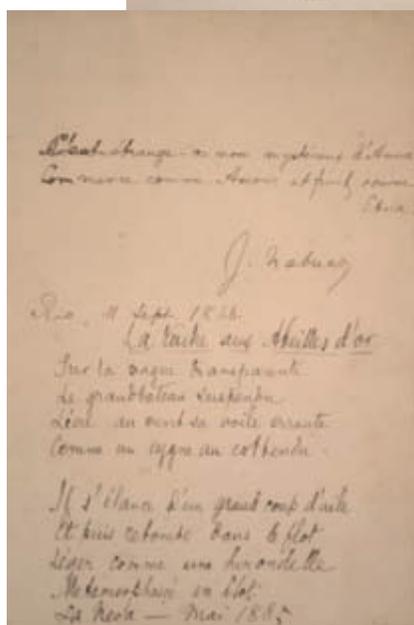
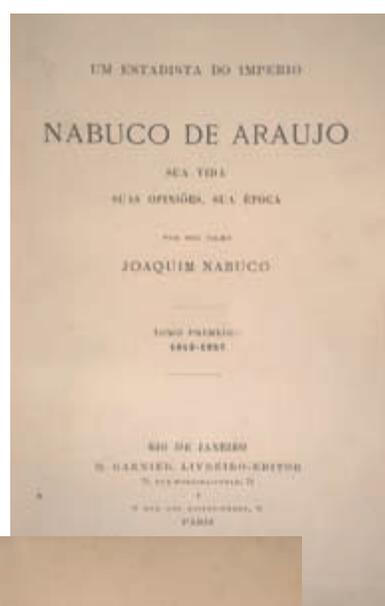


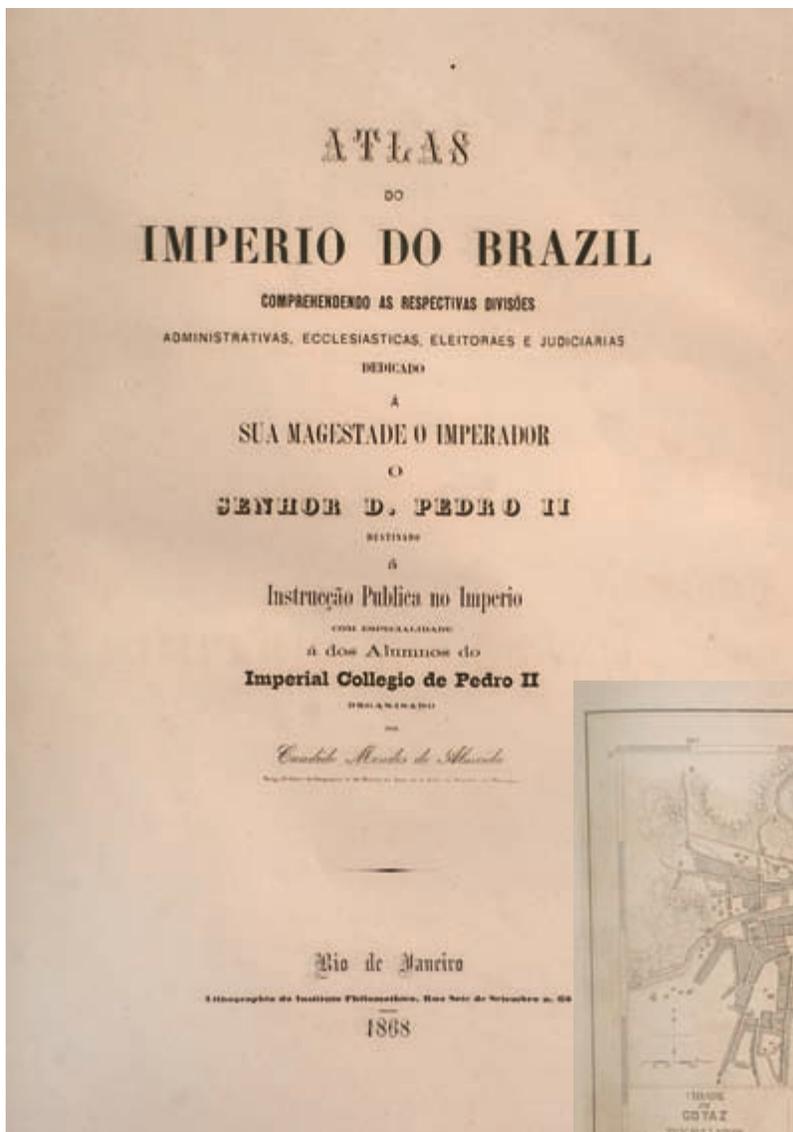
Nesta página, Retrato de Joaquim Tomás Nabuco de Araújo

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império: Nabuco de Araújo : sua vida, suas opiniões, sua época, por seu filho Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro : H. Garnier, 1897. 3 v.

Segundo o historiador Nelson Werneck Sodré, “não há na bibliografia brasileira um estudo biográfico que se compare ao que escreveu Joaquim Nabuco sobre seu pai, o Conselheiro Tomás Nabuco de Araújo, figura relevante da época em que o Império ascende ao seu apogeu. Nessa biografia excelente, inclusive como trabalho literário, o autor faz desfilar a galeria principal do Império, traçando de cada figura perfil exato e situando a sua contribuição política. Nela, ainda há que se destacar a apreciação dos problemas do tempo, aqueles em que esteve envolvido o biografado. Foram, entretanto, os mais importantes, e por isso a vida de Tomás Nabuco de Araújo se confunde, na obra, com o próprio período histórico em que ele viveu.”

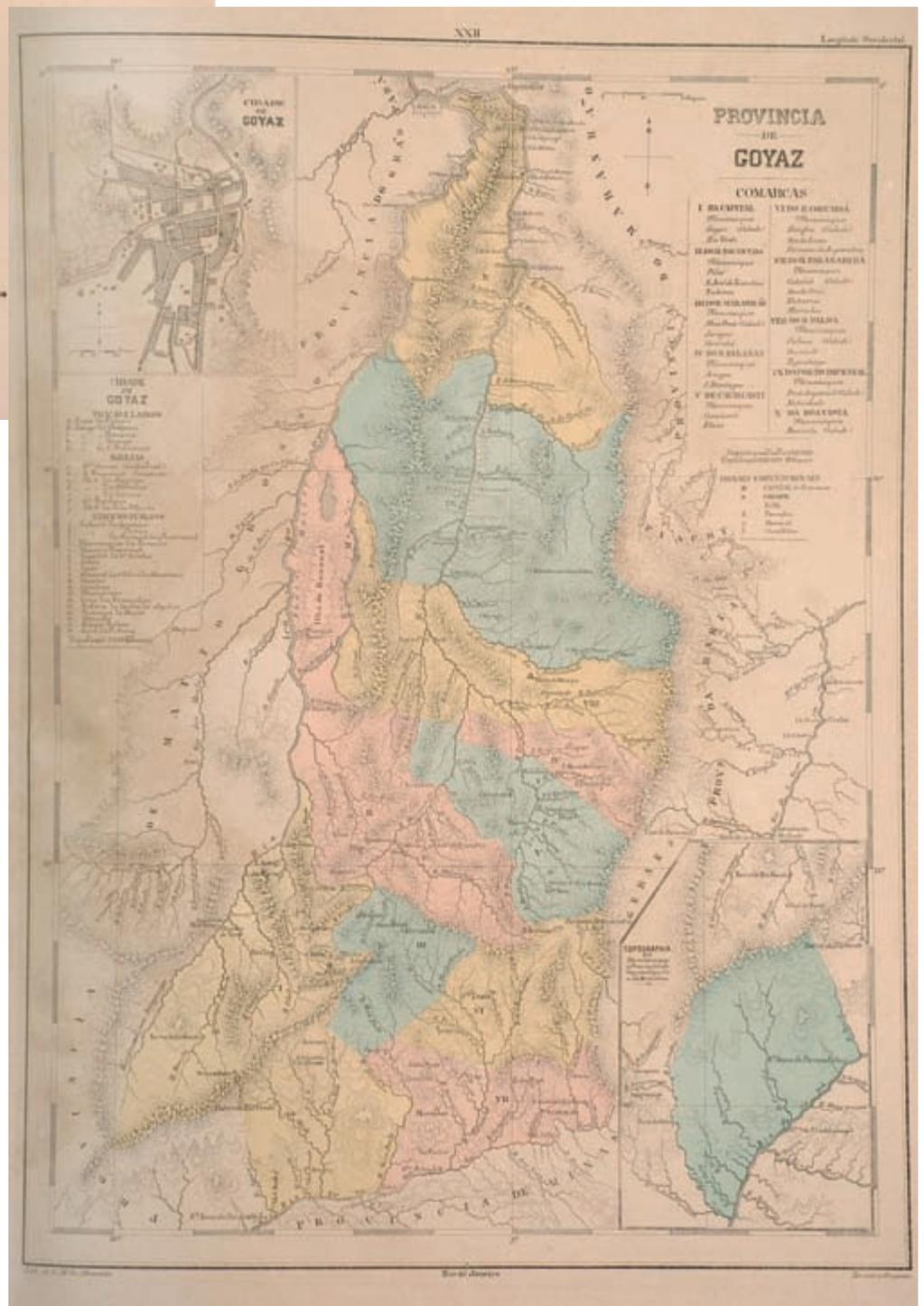
A edição traz o retrato do biografado e a reprodução de um quadro executado por Victor Meirelles, em 1869.



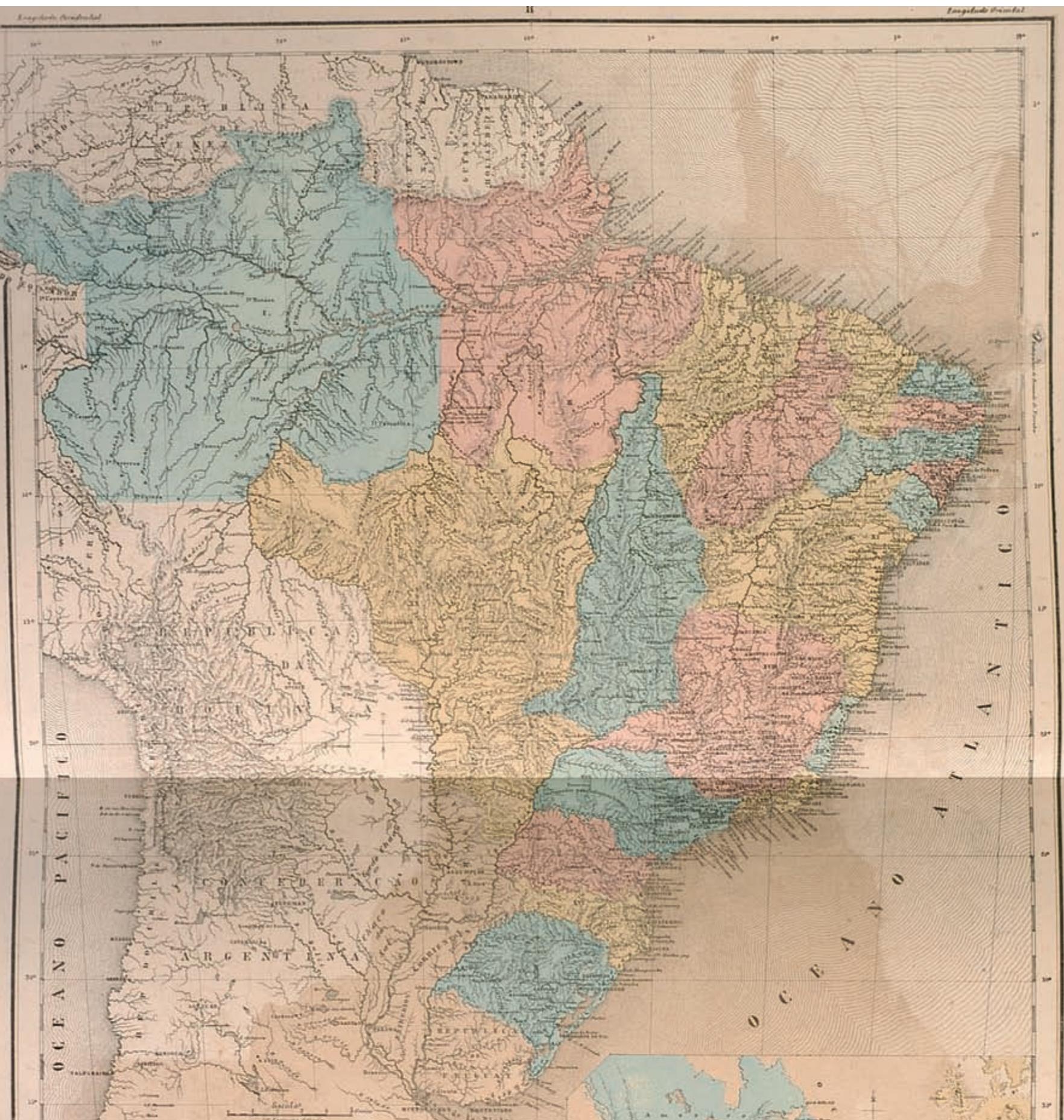


ATLAS do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitoraes e judicarias : dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado a instrução publica do Império, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Organizado por Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868. 36, XXIV p., il. mapas color.

Quando o jurista, historiador, geógrafo e político maranhense Cândido Mendes de Almeida concluiu o seu Atlas do Império do Brasil, os brasileiros visualizaram pela primeira vez o perfil de suas províncias natais. Na época, tinha-se a visão de que tanto o Brasil como suas províncias deveriam dispor de fronteiras naturais fixadas por rios e montanhas. A partir daí, Cândido Mendes deu uma “acertada” em algumas divisas interprovinciais, suscitando vários protestos.



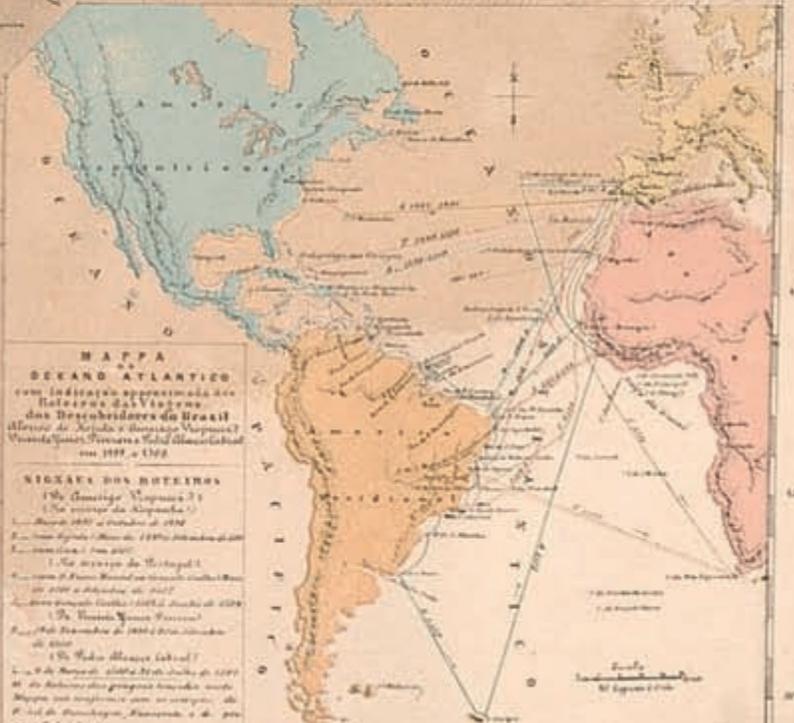
Ainda assim, o Atlas é considerado um marco na evolução da cartografia brasileira, sendo o primeiro Atlas específico do Brasil, com uma bibliografia de todos os mapas até então publicados. O Senado possui dois exemplares da primeira edição já que Cândido Mendes de Almeida foi senador de 1871 a 1881. O historiador Luiz Felipe Alencastro considera esta obra uma “jóia das artes gráficas e da geografia oitocentista brasileira”.



IMPERIO DO BRAZIL

Quadro Estatístico.

N ^o	PROVINCIA	CAPITAES	SEPERIÇIE em leguas quadradas	COMARCAS	MUNICIPIOS	POPULAÇÃO
I	ARAZOIAS	MAXAUA	64 300	5	3	100 000
II	GOIÃO PARÁ	BOLEIM	68 000	8	30	250 000
III	MARANHÃO	S. LUIZ	12 000	15	15	150 000
IV	PIAUI	TREZELEIXA	10 500	10	22	250 000
V	CEARÁ	FORTALEZA	5 027	13	39	350 000
VI	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	2 000	4	22	150 000
VII	PARANÁ	PANADERA	5 500	12	22	300 000
VIII	PERNAMBUCO	RECIFE	4 287	17	30	1 200 000
IX	ALAGOAS	MACEIÓ	2 336	8	20	200 000
X	SERGIPE	ARACATU	1 500	8	24	100 000
XI	BAHIA	S. SALVADOR	14 856	24	70	1 400 000
XII	ESPIRITO SANTO	VITÓRIA	1 141	4	13	100 000
XIII	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	2 500	12	32	1 400 000
	MUNICÍPIO NEUTRO	RIO DE JANEIRO	27	1	1	450 000
XIV	S. PAULO	S. PAULO	10 500	19	30	800 000
XV	PARANÁ	CURITIBA	8 500	8	10	170 000
XVI	S. CATARINA	BLUMENAU	3 200	4	3	100 000
XVII	S. PÉDRUS	PORTO ALEGRE	8 204	10	26	450 000
XVIII	MINAS GERAES	OURO PRETO	20 000	27	80	1 300 000
XIX	GOUARÁ	BOGOTÁ	74 000	10	23	250 000
XX	MATTO GROSSO	ITUJA	10 113	5	8	100 000
	TOTAL		281 018	238	388	11 030 000



MAPPA DO OCEANO ATLANTICO
 com indicações apropriadas das
 Ilhas e do Continente
 dos Descobridores do Brasil
 (Ilhas de Santa e Ilha de Santa Maria)
 e do Continente da América do Sul
 em 1492 e 1498

SIGNA DOS ROTEIROS
 (De acordo com o Regulamento
 de 1880 e o Regulamento de 1890)
 (De acordo com o Regulamento de 1880 e o Regulamento de 1890)
 (De acordo com o Regulamento de 1880 e o Regulamento de 1890)
 (De acordo com o Regulamento de 1880 e o Regulamento de 1890)



Na página à esquerda, imagem da obra *Fastes de Napoleon*

Nas páginas 104 e 105, imagem da capa da mesma obra

FASTES de Napoleon; 1er. peints par Andrea Appiani ; graves par J. Longhi, M. Bisi, Benaglia J. et F. Rosaspina ; dedies a sa Majeste Napoleon III par Pietro Barboglio. Paris: F. Chardon Aine, 1810. 1 v., il.

Andrea Appiani, pintor italiano, era chamado por seus contemporâneos “o pintor da graça”. Abandonou professores para estudar sozinho, inspirando-se nas grandes obras da Antigüidade e do Renascimento. Tinha a pretensão de regenerar a arte italiana, então em decadência, inspirando-se sobretudo em Rafael e em Corregio.

Napoleão I o admirava e o nomeou membro do Corpo Legislativo da República Cisalpina, comissário de belas artes e primeiro pintor da corte. Sua obra mais importante, além de vários retratos, é a decoração do palácio real de Milão, com 21 murais que representam a apoteose de Napoleão I e os principais episódios de sua vida militar.

O exemplar da obra que faz parte do acervo da Biblioteca do Senado foi oferecido ao presidente da República Marechal Hermes da Fonseca pelo presidente do Senado Pinheiro Machado em 1911.



Ex-presidente do Senado,
Pinheiro Machado





1769

1807

VRAITÉ
DE
ELISITT
1807



1821

EXPOSE
DE VIENNE
1809



MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Flora brasiliensis: sive enumeratio plantarum in brasilia hactenus detectarum quas cura musei caes. reg. palat. vindobonensis suis aliorumque botanicorum studiis descriptas sub auspiciis ferdinandi i austriae imperatoris et ludovici i. bavariae regis. ediderunt stephanus endlicher et carolus frid. phil. de martius. Vindobonae: Frid. Beck, 1840-1906. 116 v. em 56., il.*



Karl Friedrich von Martius, médico e botânico alemão, veio ao Brasil agregado à "Missão Austríaca" que acompanhava D. Leopoldina, que se casaria com o então príncipe D Pedro, em 1817.

Entre 1817 e 1820, von Martins percorreu o interior do país, passando pelo estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Nessa imagem, o cientista descreveu, de forma abrangente a flora brasileira, em trabalho conjunto com o zoólogo Johans Baptist von Spix, além de pintores e desenhistas que integravam o grupo.

A obra inclui 22767 espécies cerca de 3811 desenhos de plantas, flores, frutos e sementes, de impressionante qualidade e com grande riqueza de detalhes, sendo 1071 estampas litográficas. A publicação da obra iniciou-se em 1840 e foi concluída em 1906.

Os 116 fascículos - que chegaram à Biblioteca do Senado - foram agrupados em 56 volumes. Essa importantíssima coleção, foi citada no Primeiro Catálogo da Biblioteca do Senado, editado em 1898.



132

PLUMIERI S. FRANCISCI CATARACTA,
NESTA SAN PAULO ANTONIO.

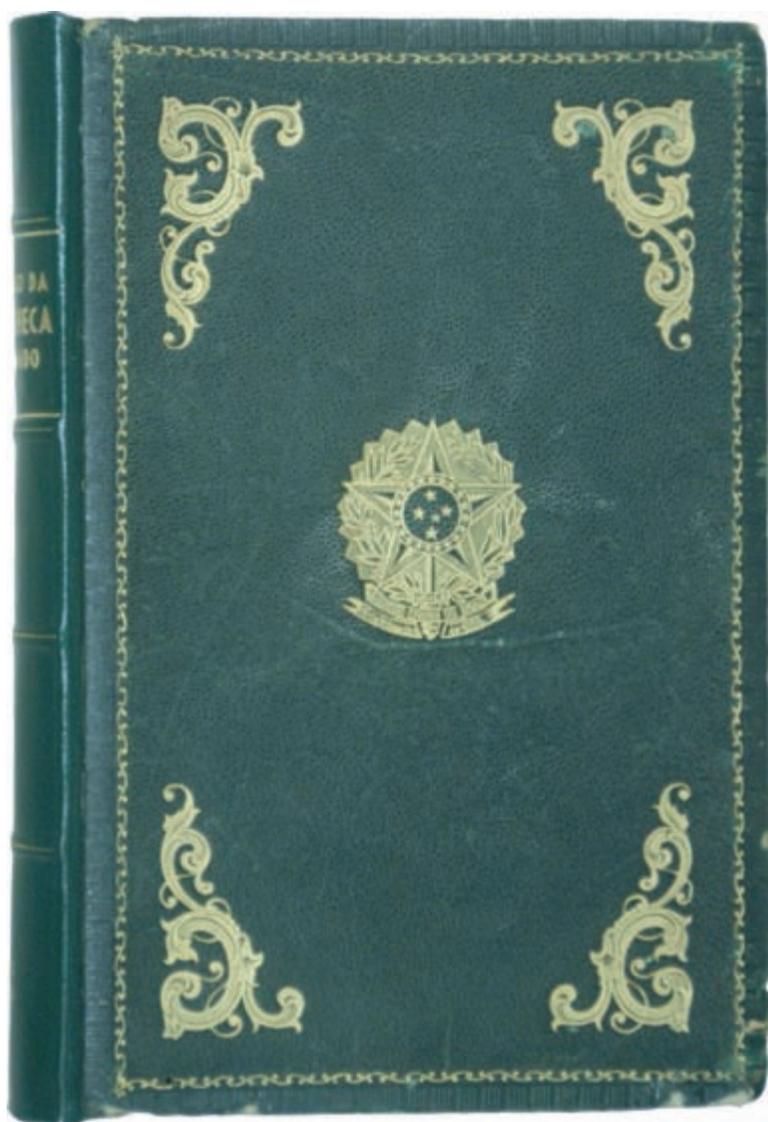
FLORA BRASILIENSIS
 SIVE
ENUMERATIO PLANTARUM
 IN
BRASILIA
 HACTENUS DETECTARUM
 A
 CARO MUSEI CAES. REG. PALAT. VIENNOENSIS
 SUB ALIORENQUE BOTANICORUM STUDIO DESCRIPTAS
 ET
 METHODO NATURALI DIGESTAS
 A
AUSPICIIS
FERDINANDI I.
 AUSTRIAE IMPERATORIS
 ET
LUDOVICI I.
 BAVARIAE REGIS
 AUCTORITATE
 STEPHANI ENDLICHER
 CAROLIS FRID. PHIL. DE MARTIN

FASCICULUS VI
 NUNCIATA ET CONFIRMATA AUCTORITATE IMPERATORIS A. 1811. P. 1.
 TABULAE ILLUSTRATIONES 222. XL. 231. LXX. CCXX.
 SUPPLEMENTUM TABULARUM PUBLI-CA-TO-RUM IN 25. pag. LXXXI - LXXXII
 VIENNAE, IN A. MDCCC. 1811. P. 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25.

VIENNAE apud FRIEDR. BECK
 LIPSIAE apud FRIEDR. FRIEDRICH in COM. 1811.



L'UCUMA ramiflora.

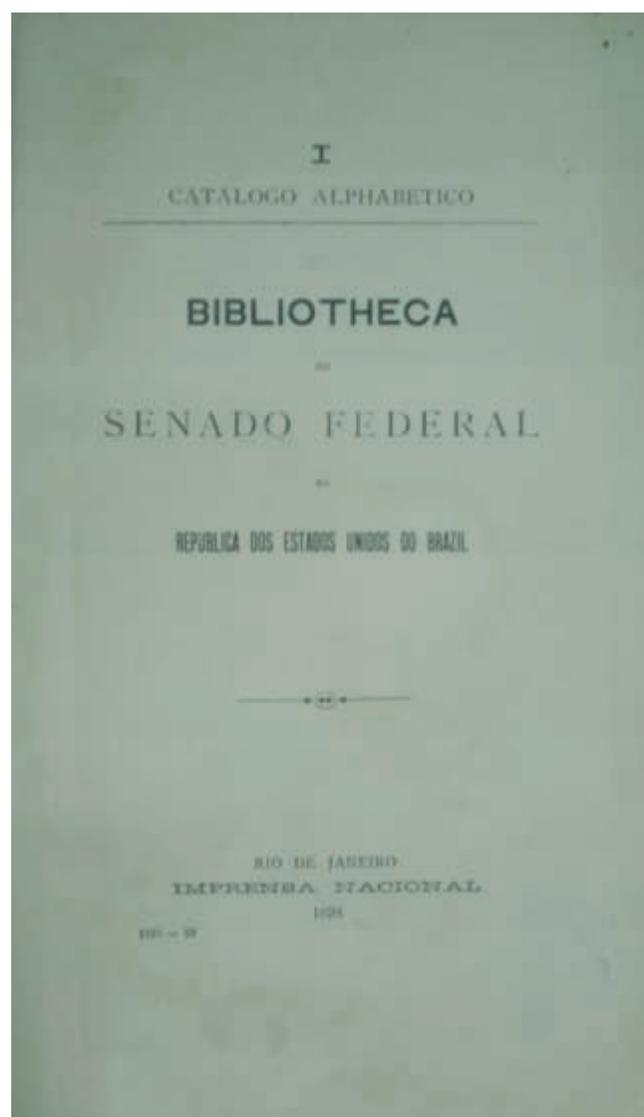


BRASIL. Congresso. Senado Federal. Biblioteca. *Catálogo alfabético*: Bibliotheca do Senado Federal da República dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. 1 v.

No relatório da Presidência do Senado Federal de 1896, o presidente, senador Manoel Victorino Pereira, informa que estava em andamento na Casa um catálogo das obras da biblioteca.

Esse catálogo, editado em 1898, é o primeiro catálogo alfabético das obras adquiridas para compor o acervo da biblioteca do Senado, elaborado pelo senhor Villa Lobos, empregado da Biblioteca Nacional, cedido ao Senado, pelo Ministério do Interior para realizar esse trabalho e proceder a organização geral da Biblioteca.

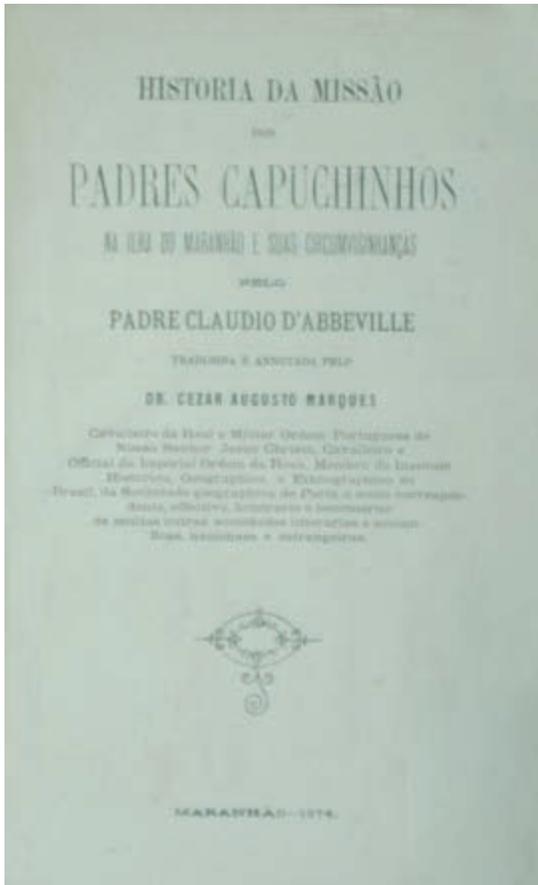
Era parte de um projeto de catálogo geral em três volumes: O primeiro volume alfabético, o segundo sistemático e o terceiro o Digesto, ou catálogo dos capítulos de cada obra, organizado alfabeticamente. Apenas a primeira parte foi editada. A obra relaciona, alfabeticamente, os livros, publicações periódicas, mapas, plantas, e cartas geográficas, totalizando 3359 itens.





CONSTITUIÇÃO política do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1824. 47 p.

Essa edição da Constituição do Brasil de 1824, outorgada por D. Pedro I, impressa na Tipografia Nacional, antes Imprensa Régia, é considerada a primeira edição oficial da nossa primeira Carta Magna. Segundo o historiador Paulo Bonavides, “a Constituição do Império, não foi na história do País modelo do nosso liberalismo. Com efeito, em matéria de texto só houve liberalismo na plenitude com o advento da República. Teve a Constituição, contudo, um alcance incomparável, pela força de equilíbrio e compromisso que significou entre o elemento liberal, disposto a acelerar a caminhada para o futuro, e o elemento conservador, propenso a referendar o status quo e, se possível, tolher indefinidamente a mudança e o reformismo nas instituições. O primeiro era descendente da Revolução Francesa, o segundo, da Santa Aliança e do absolutismo.”



ABBEVILLE, Claude d'. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunstâncias*. Traduzida e anotada pelo Dr. Cezar Augusto Marques. São Luiz: Typ. do Frias, 1874. 456 p.

Clemente Foulon, dito Claude d'Abbeville, padre capuchinho francês, esteve no Maranhão, em 1612, onde permaneceu por quatro meses.

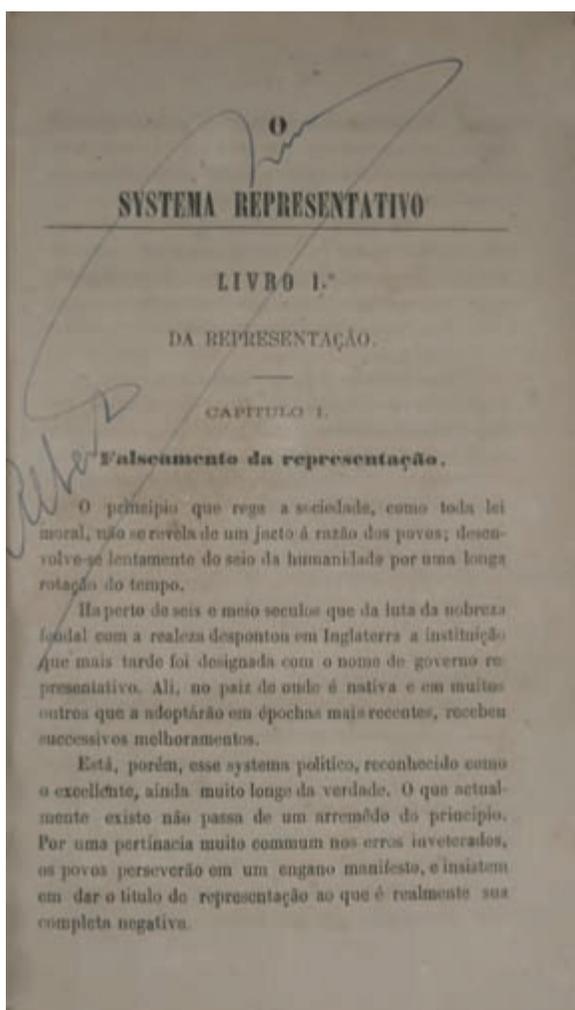
A primeira edição da sua obra é de 1614, editada em Paris. Foi considerada um clássico da etnografia indígena. Rubens Borba de Moraes informa que “a narrativa da viagem é a principal fonte francesa publicada sobre esta tentativa de colonização do Norte do Brasil e contém informação valiosa a respeito da religião e astronomia dos tupis, não encontrada em nenhuma outra obra”.

COLLECÇÃO dos tratados, convenções, contratos e actos publicos : celebrados entre a coroa de portugal e as mais potencias desde 1640 ate ao presente. Compilados, Coordenados e Annotados por Jose Ferreira Borges de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856-1858. 8 v.

Obra adquirida de Antonio Gonçalves Guimarães Et Comp., em 1866, pelo valor de 15 mil réis, conforme registrado na “Acta da Conferencia da Mesa do Senado, de 5 de novembro de 1866”, sob a presidência do sr. Visconde de Abaeté (veja pág. xx do histórico).

Trata-se da compilação de documentos acerca das relações políticas entre Portugal e as demais potências, no período de 1640 a 1858. Apresenta grande parte da história da diplomacia das nações a que se referem os documentos.





ALENCAR, José de. *O systema representativo*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1868. 204 p.

Primeira edição da obra de José de Alencar, mais conhecido como um dos maiores romancistas brasileiros. O escritor tinha na política um de seus grandes interesses e elegeu-se várias vezes deputado geral pelo Ceará. Foi um dos políticos que mais contribuiu, no século XIX, para o exame dos direitos políticos, para a correção do que chamou "a alforria do voto cativo do governo". Alencar se empenhou pela representação das minorias, pois, para ele, a boa política precisa evitar os extremos, o rolo compressor da maioria sobre a minoria e o veto paralisante da oposição.

BEVILAQUA, Clovis. *Código civil do Estados Unidos do Brazil: commentado*. Rio de Janeiro : F. Alves, 1916-1919. 6 v.

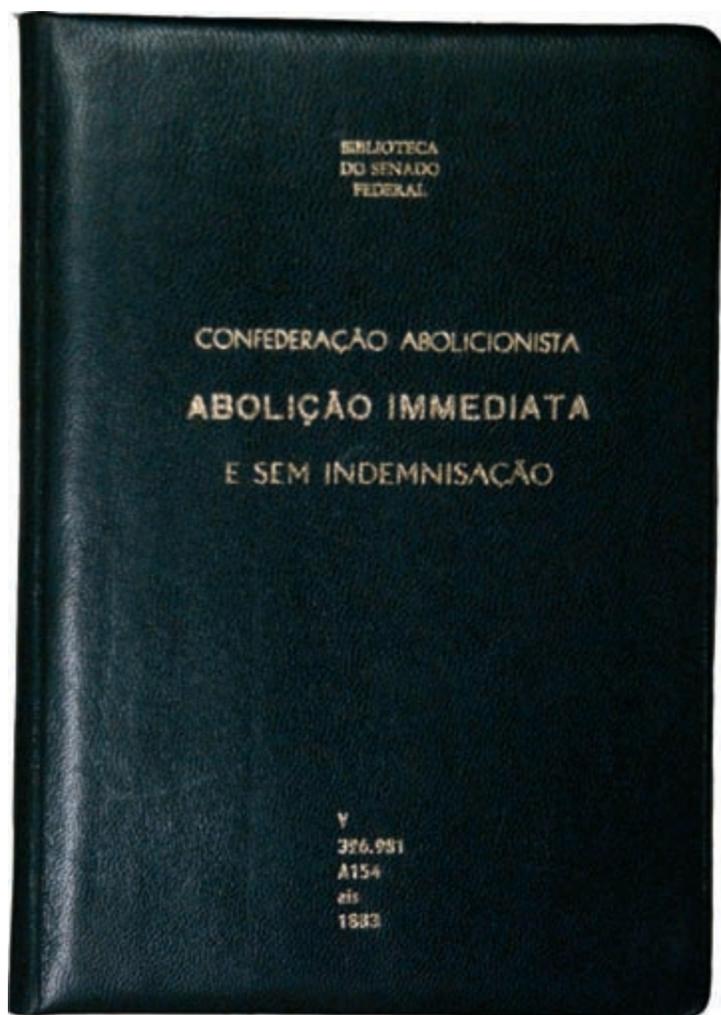
Antes de ter seu próprio Código Civil, o direito civil brasileiro, segundo Melchiades Picanço não passava de "um amontoado variável de leis, suprimindo, reparando e sustentando as Ordenações do Reino". As iniciativas para elaboração do Código Civil nacional iniciaram-se em 1855. Somente quando Campos Salles assumiu a Presidência da República, o assunto voltou à agenda. O ministro da Justiça, Epiácio Pessoa, convidou Clovis Bevilacqua a redigir o Código, em janeiro de 1899. Em novembro de 1899, o anteprojeto estava pronto e, com uma exposição de motivos, foi encaminhado à Câmara dos Deputados. O projeto foi objeto de extensas discussões e só se transformou em lei em 1º de janeiro de 1916."

"Manteve Bevilacqua, na defesa do anteprojeto, as maiores batalhas intelectuais para provar ser o seu trabalho o melhor que poderia fazer para atender aos reclamos da nação." Quando aprovado, o Código Civil foi considerado um dos melhores no mundo.

Bevilacqua foi promotor público de Alcântara, no Maranhão, deputado à Assembléia Constituinte do Ceará, professor de Filosofia e Direito Comparado da Faculdade de Direito do Recife.

A obra do Senado é uma primeira edição do Código Civil de 1916.



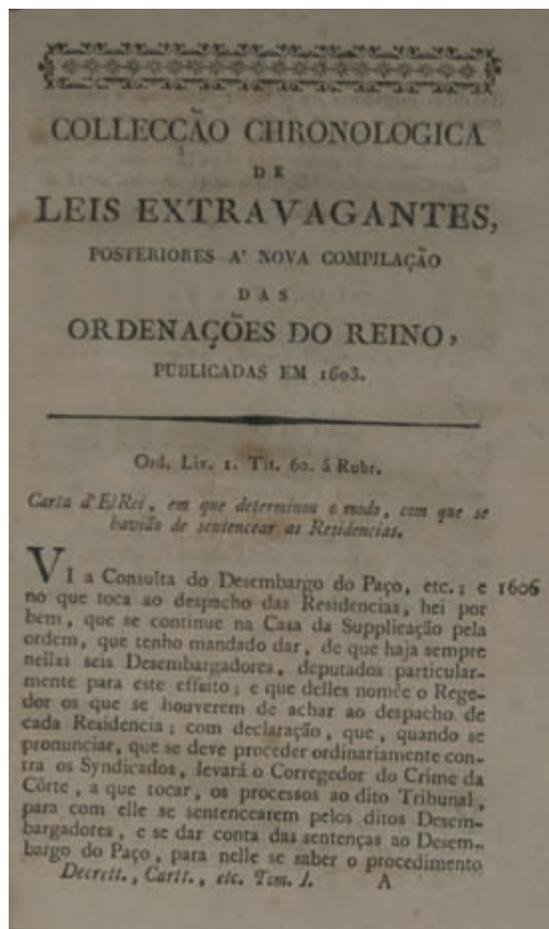


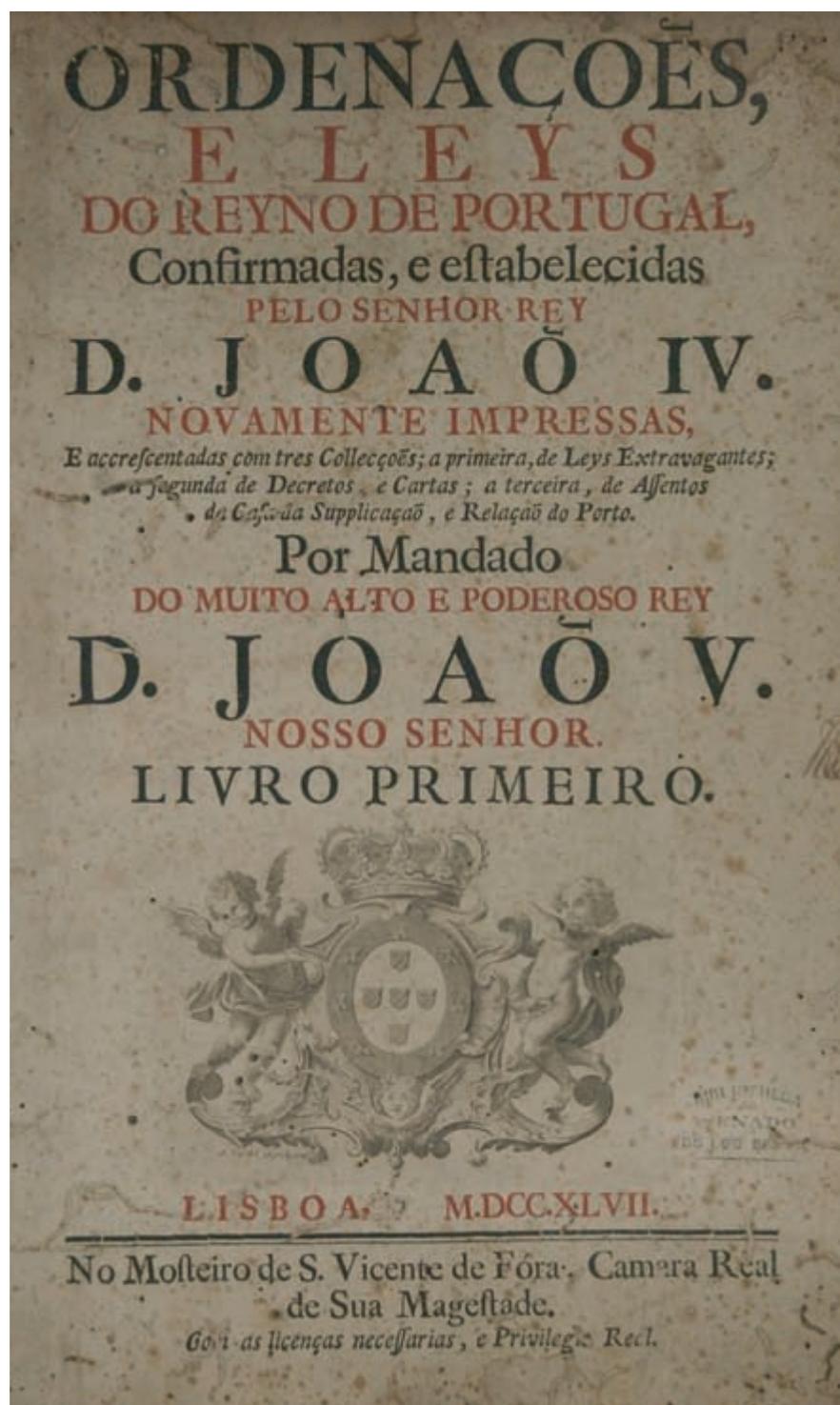
ABOLIÇÃO imediata e sem indemnisação. Rio de Janeiro: Typ. Central de E.R. da Costa, 1883. 48 p. (Pamphleto, n. 1)

José Carlos do Patrocínio, farmacêutico, jornalista, escritor, orador e ativista político brasileiro foi uma das mais destacadas figuras do movimento abolicionista e republicano no Rio de Janeiro. Em maio de 1883, articulou a Confederação Abolicionista, congregando todos os clubes abolicionistas do país. Naqueles anos, redigiu e assinou manifesto, em companhia de André Rebouças e Aristides Lobo. Patrocínio não se limitou a escrever, mas ajudou na fuga de escravos, coordenando campanhas para comprar alforrias por meio de espetáculos ao vivo, comícios em teatros, manifestações em praça pública, entre outros. A obra é um dos primeiros panfletos divulgados pela Confederação Abolicionista.

PORTUGAL. Leis etc. *Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, Posteriores a Nova Compilação das Ordenações do Reino*, Publicadas em 1603 : desde este anno ate o de 1761 conforme as collecções, que daquellas se fizerão e inserirão na edição vicentina destas do anno de 1747, e seu appendix do de 1760 : as quaes accrescerão nesta edição as compiladas por F. da C. França em suas addições e appendix : recenseadas todas, accuradamente revistas e frequentemente emendadas de muitos erros e faltas daquellas outras edições (sic) por J.I. de F. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1819. 4 v. em 6.

Primeira edição da coletânea de leis cujo compilador e revisor foi Joaquim Ignácio de Freitas, bacharel pela Universidade de Coimbra e posteriormente professor de Retórica, Filologia e Latim. Em 1814, foi nomeado revisor da Imprensa da Universidade, alcançando, em 1824, o cargo de diretor. Inocêncio da Silva Freitas, em seu Dicionário bibliographico portuguez, descreve o autor como "um homem inteligente, estudioso, bom filólogo e de muita probidade".





PORTUGAL. Ordenações Filipinas. *Ordenações, e leys do reyno de Portugal, confirmadas, e estabelecidas pelo senhor Rey D. João IV: novamente impressas e accrescentadas com tres collecções; a primeira de leys extravagantes, a segunda de decretos, e cartas, a terceira, de assentos da Casa da Supplicação, e relação do Porto por mandado do muito alto e poderoso rey D. João V. Nosso Senhor.* Lisboa: No Mosteiro de S. Vicente de Fóra, Camara Real de Sua Magestade, 1747. 3 v.

As Ordenações Filipinas foram editadas em 1603 e tiveram como autores Jorge de Cabedo, Paulo Affonso, Pedro Barbosa e Gaspar de Louzada. Têm esse nome por terem sido elaboradas durante a dominação espanhola dos reis Felipe II e terminadas sob Felipe III, de Espanha, respectivamente I e II de Portugal. Parte da tarefa de codificação do direito português, aparentemente tinham como objetivo harmonizar o Código Afonsino com a legislação extravagante. Variadas leis dos séculos XVII e XVIII completaram e alteraram o código. Vigoraram no Brasil até a promulgação das primeiras leis nacionais. O exemplar já constava do primeiro catálogo da Biblioteca do Senado.

JOÃO GOULART



MENSAGEM
AO
CONGRESSO
NACIONAL

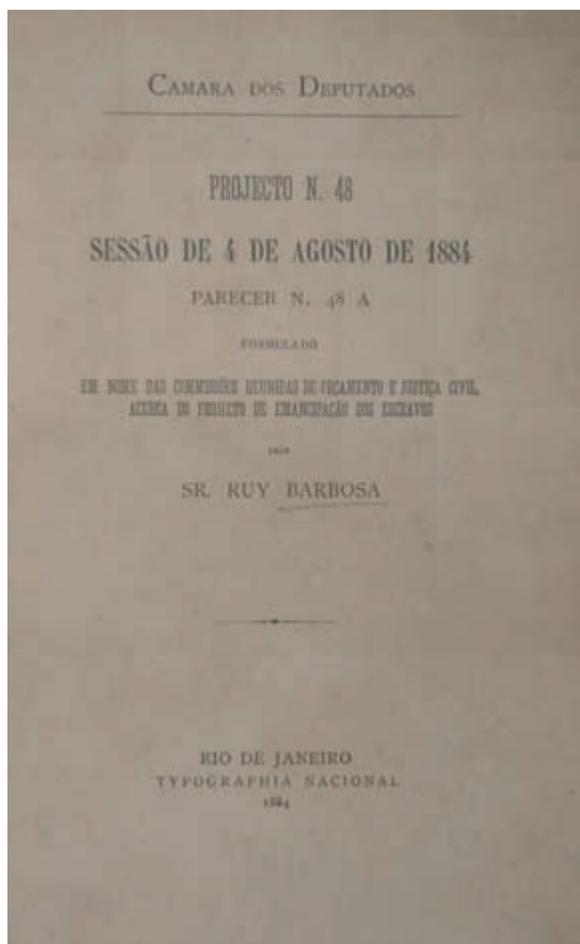
1962



BRASIL. Presidente (1961-1964 J. Goulart). *Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente João Goulart por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1962.* Brasília: IBGE, 1962. 47 p., il. color., 3 mapas dobrados.

Em 21 de abril de 1960, por ocasião da inauguração de Brasília, João Goulart, vice-presidente de Juscelino Kubitschek e, por força da Constituição, presidente do Senado, presidiu o ato solene da instalação do Congresso Nacional da nova capital da República. Em outubro do mesmo ano foi reeleito, dessa vez para ocupar a vice-presidência, no mandato de Jânio Quadros. Com a renúncia de Jânio, Goulart assumiu a presidência, sob o regime parlamentarista em setembro de 1961. Após retorno ao regime presidencialista, foi deposto pelo movimento político-militar deflagrado em 1964, exilando-se no Uruguai.

O exemplar do Senado é uma edição de luxo da mensagem presidencial e está acompanhado de um cartão com assinatura de João Goulart para o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade.

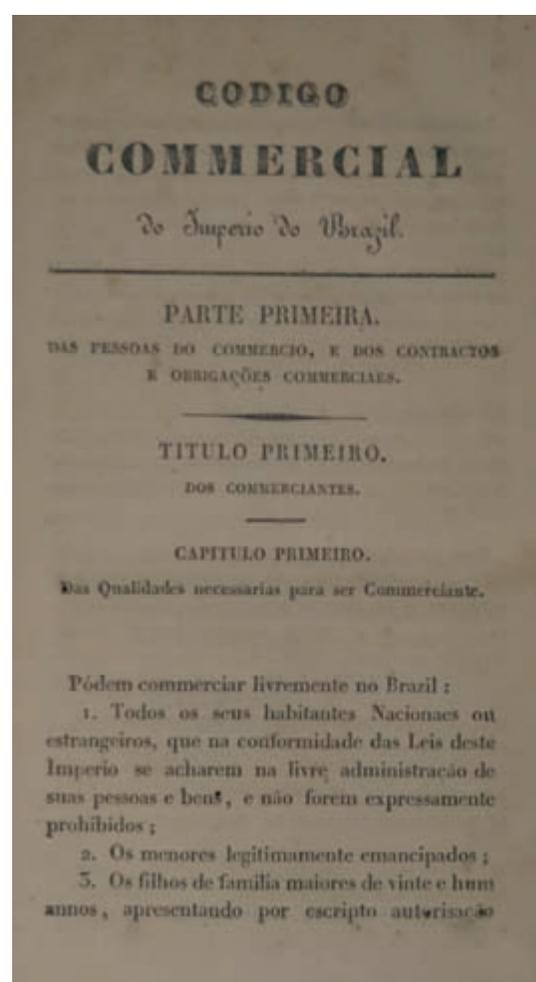


BARBOSA, Ruy. *Projecto n. 48*: sessão de 4 de Agosto de 1884 : parecer n. 48 a, formulado em nome das Comissões Reunidas de Orçamento e Justiça Civil, acerca do projecto de emancipação dos escravos pelo Sr. Ruy Barbosa. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. 225 p.

Ruy Barbosa foi deputado geral de 1879 a 1881 e 1882 a 1884. Durante este período dois de seus pareceres bastariam para celebrar sua atuação como parlamentar: os projetos relativos à reforma do ensino e o relativo à emancipação dos escravos. O projeto que assegurava a liberdade aos escravos maiores de 60 anos, sem qualquer indenização, sofreu forte oposição, e levou à dissolução da Câmara. Profundamente alterado, só seria transformado em lei no ano seguinte. Como relator das Comissões reunidas de Orçamento e Justiça Civil, coube a Ruy Barbosa dar parecer sobre o projeto. Segundo o professor Evaristo de Moraes Filho, "trata-se de um estudo exaustivo em que Ruy Barbosa lança mão de dados históricos, sociais, econômicos, servindo-se sempre a propósito da comparação entre as diversas nações que se livraram da escravidão."

PROJECTO do código commercial do imperio do Brazil : organizado por huma comissão de negociantes nomeados por sua magestade imperial, apresentado a camara dos deputados, e approved pelas comissões reunidas de commercio, agricultura, industria e artes, de justiça civil e de justiça criminal, em 9 de setembro de 1834. Rio de Janeiro: Seignot-Plancher, 1834. 480 p.

O primeiro código comercial a surgir foi o francês, em 1807. O brasileiro seguiu esse modelo. A partir de 1832, José Lino Coutinho, que ocupava o cargo de Ministro da Regência do Império, nomeou uma Comissão composta de José Antônio Lisboa, Inácio Ratton, Guilherme Midosi e Lourenço Westin, sob a presidência do juiz Antonio Limpo de Abreu, posteriormente substituído por José Clemente Pereira, para apresentar o projeto de código. Apresentado em 1834, foi encaminhado à Câmara dos Deputados onde foi aprovado em 1845. Depois de votações no Senado e mais uma na Câmara, transformou-se na Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.



GALERIA dos brasileiros illustres (os contemporaneos) : retratos dos homens mais illustres do Brasil na politica, sciencias e letras, desde a guerra da independencia até os nossos dias : Copiados do natural e lithographados por S.A. Sisson, acompanhados das suas respectivas biographias, publicada sob a protecção de sua Magestade o Imperador. Rio de Janeiro: Lithographia de S.A. Sisson, Editor, 1861. 2 v. : il. retrs.

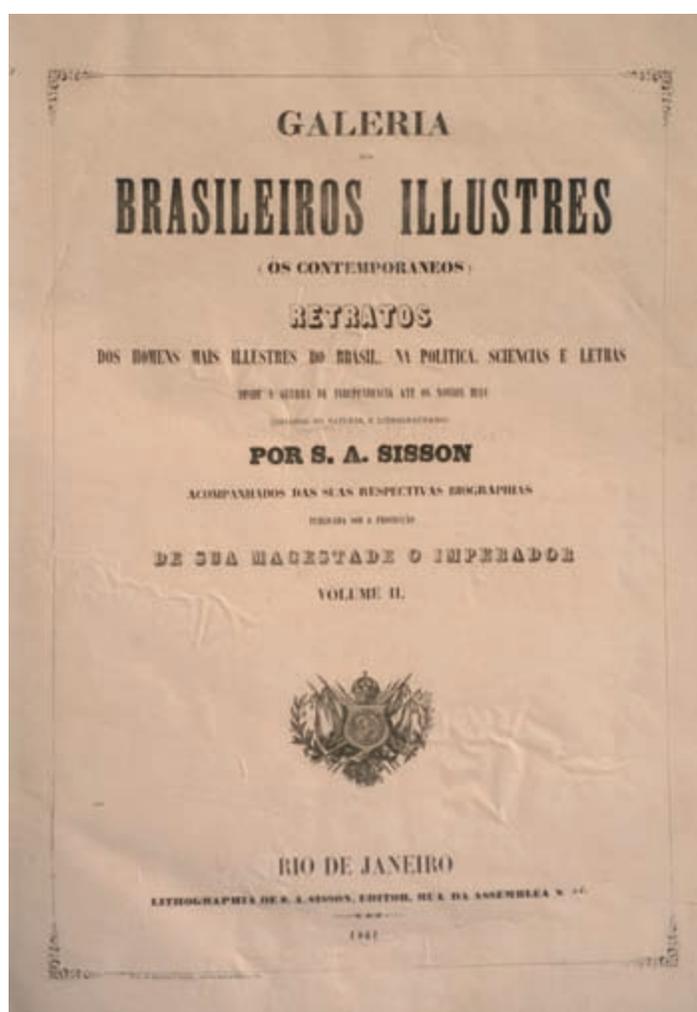
Obra biográfica, em dois volumes, contendo retratos em papel-da-china com assinaturas fac-similares de homens notáveis e eminentes do Brasil à época. As biografias foram redigidas com a colaboração de José Martiniano de Alencar, Manuel de Araújo Porto Alegre, Adolfo Bezerra de Menezes, Antônio Ferreira Viana, João Carlos de Sousa Ferreira, Tomás Alves Júnior, Jorge Cussem e outros.

Entre os biografados encontram-se o Visconde de Abaeté, José Tomás Nabuco de Araújo, Visconde de Cairu, José Bonifácio de Andrada e Silva, Visconde de Caravelas e D. Pedro II entre outras figuras, principalmente do período monárquico.

O exemplar da Biblioteca do Senado é a primeira edição da obra, que foi reeditada pelo Conselho Editorial do Senado em 1999.

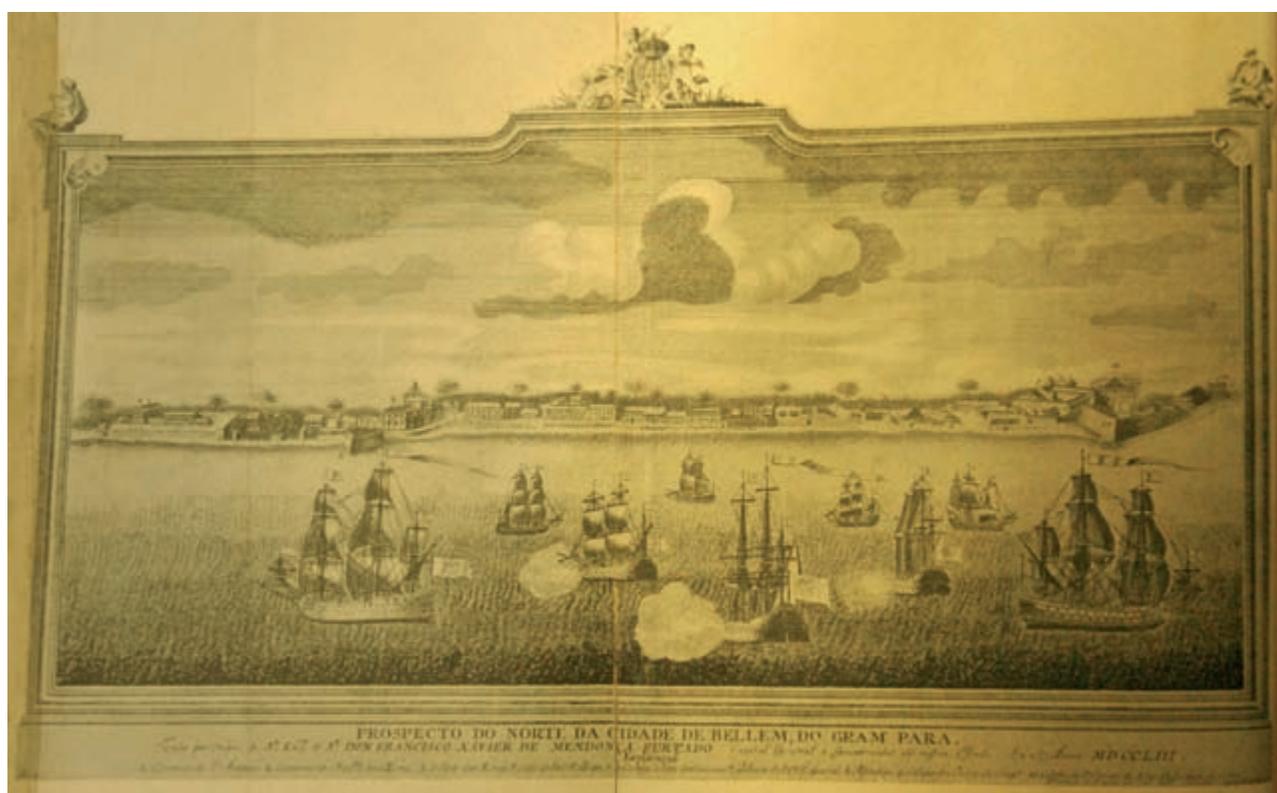
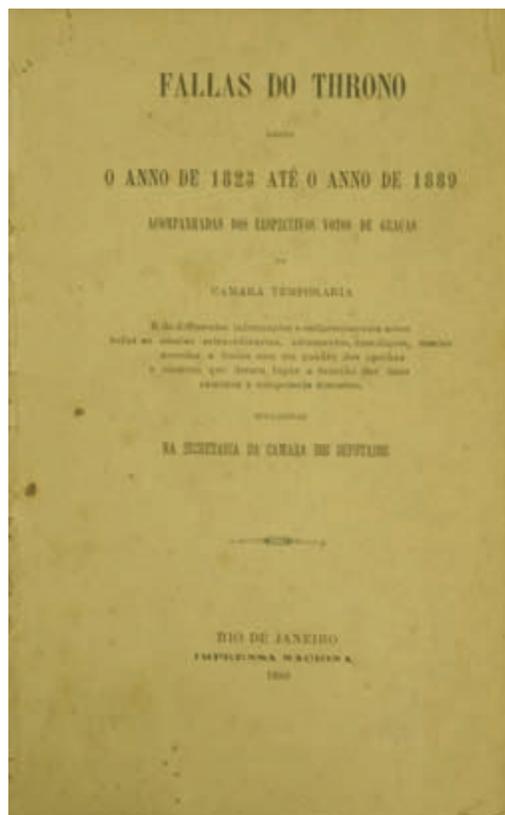
Retrato de Felisberto Caldeira Brant Pontes, Visconde e Marquês de Barbacena

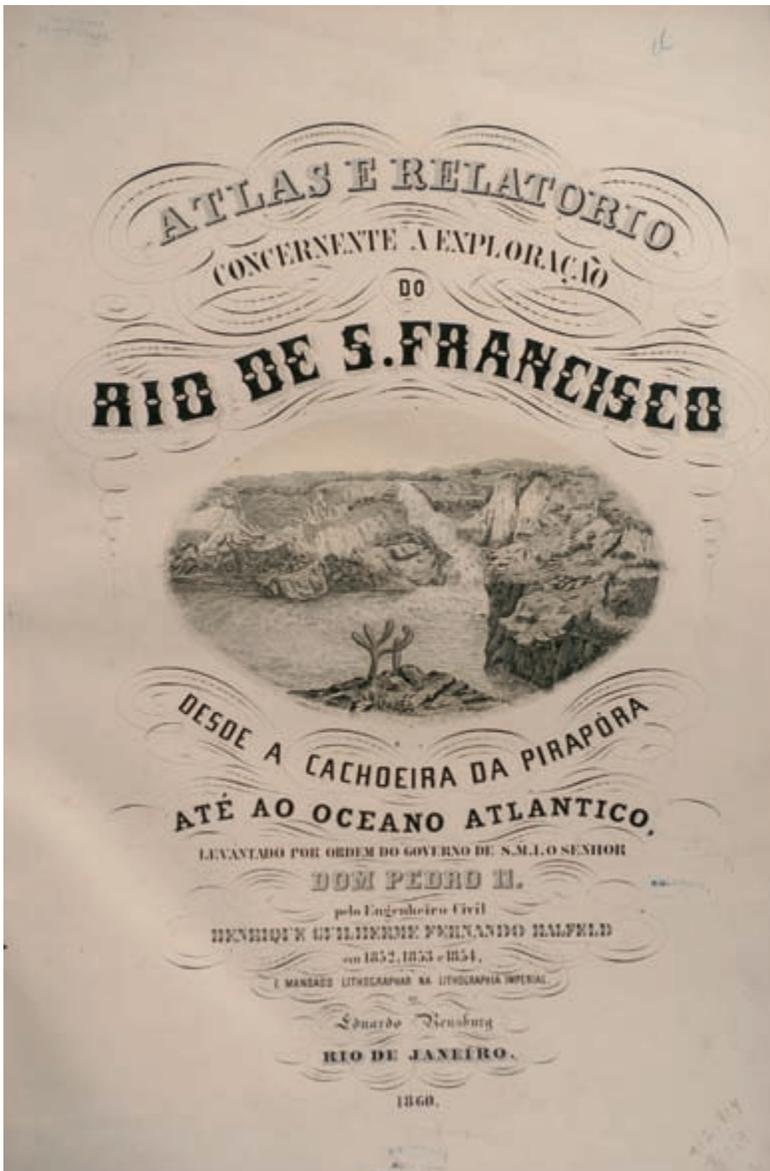
Retrato de José Martiniano de Alencar



BRASIL. Congresso. Camara dos Deputados. *Fallas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889*: acompanhadas dos respectivos votos de graças da Camara temporaria e de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinarias, adia-mentos, dissoluções, sessões secretas e fusões com um quadro das epochas e motivos que deram lugar a reunião das duas camaras e competente histórico. Colligidas na Secretaria da Camara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. xvi, 923 p., il.

Reúne elementos complementares para a história do sistema constitucional e representativo do Brasil durante o Primeiro e Segundo Reinados, ou seja, de 1823 a 1889. A sistematização do material, em 1889, coube ao Barão de Javari, então secretário da Câmara dos Deputados. Abrange os discursos da Coroa desde a Assembléia Constituinte de 1823 (sessão preparatória) até a 20ª Legislatura dissolvida pelo Decreto de 15 de junho de 1889. O compêndio inclui ainda emendas, decretos, sessões extraordinárias, dissoluções, sessões secretas, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar à reunião das duas Câmaras. Traz também um histórico sobre os debates acerca do art. 61 da Constituição do Império, com os pareceres mais importantes sobre as competências legislativas da Câmara e do Senado.





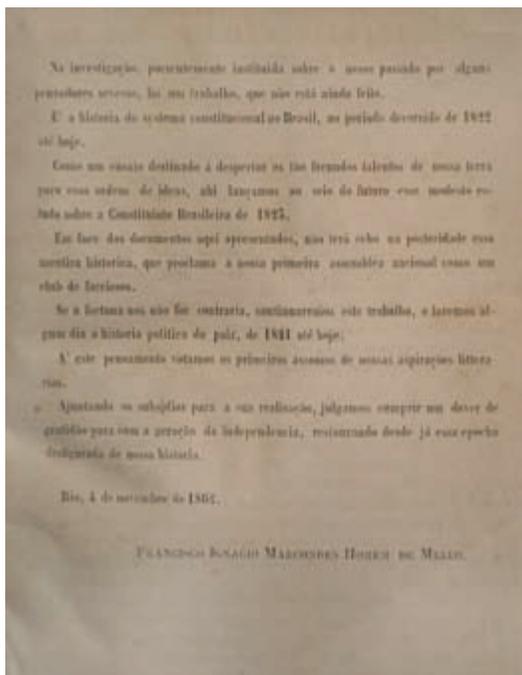
HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e relatorio concernente a exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlantico* : levantado por Ordem do Governo de S. M. I. O Senhor Dom Pedro II pelo engenheiro civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld em 1852, 1853 e 1854, e mandado litographar na lithographia Imperial de Eduardo Rensburg. Rio de Janeiro: Typographia Moderna de Georges Bertrand, 1860. 1 v., il., mapas color.

A obra traz 48 mapas litografados, parcialmente coloridos e em folha dupla, com reproduções dos resultados das sondagens, medições e indicações de detalhes sobre formações geológicas e características da vegetação. Entre as ilustrações, constam um mapa geral, um perfil longitudinal do leito do Rio, vistas e mapas das cachoeiras e afluentes. A execução foi entregue ao senhor Eduard Rensburg, excelente litógrafo alemão que gravou magistralmente os mapas na pedra.

Sobre sua exploração cartográfica do Rio São Francisco, o diplomata e naturalista suíço von Tschudi diz: "A viagem de exploração durou um ano e sete meses e foi acompanhada de muitos incômodos e perigos. Halfeld e muitos dos seus companheiros, assim como toda a expedição, sofreram com as febres malignas, especialmente na região do Baixo Francisco..."

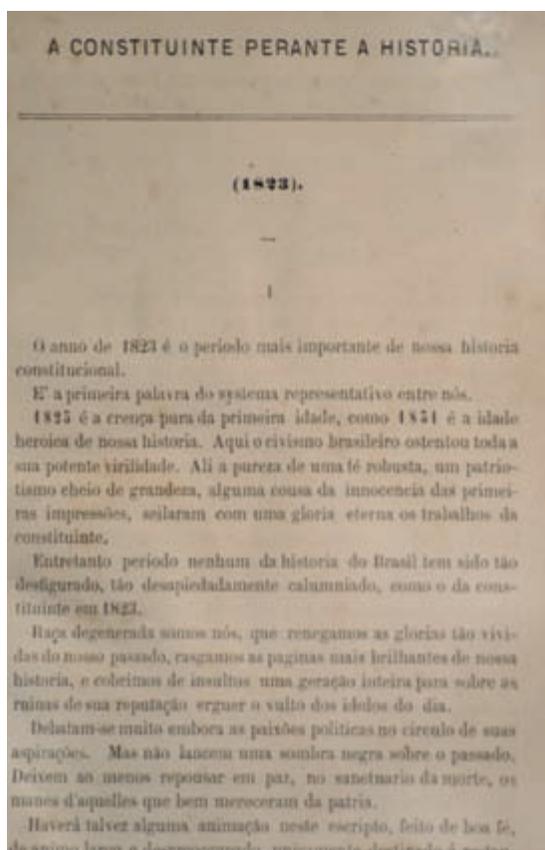
No ano de 1860 a obra foi luxuosamente impressa. Em 1862 o governo imperial brasileiro mandou distribuir às bibliotecas européias uma série de exemplares.

"Uma exposição cientificamente tão perfeita e fiel como essa não havia até então no Brasil, a respeito de nenhum dos seus grandes rios... Até o momento presente ainda não foi superada, como comprova a circunstância de ter sido utilizada para o planejamento da construção da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso".



HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, Barão, *A Constituinte Perante a Historia*. Rio de Janeiro: Typ. da Actualidade, 1863. 199 p.

O Barão Homem de Mello, político e escritor brasileiro, formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo em 1858. Foi presidente das províncias de São Paulo (1864), do Ceará (1865-1866), do Rio Grande do Sul (1867-1868) e da Bahia (1878), deputado-geral (1867-1868 e 1878-1881), ministro do Império (1880). Foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Conselheiro do imperador e barão por decreto a 4 de julho de 1877. No estudo que é objeto da obra, o autor analisa o processo de elaboração da Constituição de 1824, comparando o projeto em discussão na Constituinte dissolvida pelo Imperador e o texto da Constituição de 1824, outorgado em 25 de março de 1824. O Barão Homem de Mello faz uma defesa da Assembléia Constituinte, então acusada de ter sido uma reunião de irresponsáveis e que teria chegado a colocar em risco a independência política, recém- conquistada. Outros trabalhos históricos e geográficos de Homem de Mello encerram vasta documentação cartográfica e relatórios circunstanciados das suas explorações e excursões. Quando catedrático do Colégio Militar publicou o "Atlas do Império do Brasil". Forneceu os subsídios para a carta física do Brasil e, em 1909, publicou o "Atlas do Brasil", com trinta e três mapas impressos em seis cores.



Projeto de conservação e restauração das obras raras

O estado de deterioração em que se encontravam as obras raras da Biblioteca do Senado em 1997 era inquietante. Iniciou-se, então, a elaboração de um projeto de conservação e restauração das obras com o Centro de Documentação da Fundação Universidade de Brasília (Cedoc).

Em primeiro lugar, foi feito um diagnóstico completo, obra por obra, do estado de cada volume. O conhecimento das causas que diminuem o tempo de vida do documento permite que se tomem decisões no sentido de criar condições favoráveis à conservação, restauração e armazenagem das obras, reduzindo ao máximo os fatores de degradação do papel.

Por ser um material de constituição frágil e delicada, o papel sofre com a ação do tempo, do ambiente, e de agentes agressores, tais como: insetos e fungos, que combinados ou não, contribuem para o seu desgaste.

O trabalho, iniciado finalmente em outubro de 2004, está orientado no sentido de conservar ao máximo a integridade e a originalidade das obras raras, baseado no princípio do respeito às características originais e às intervenções recebidas ao longo da história do documento, como anotações, ex-libris, cartas e documentos anexados, entre outros.

As obras incluídas no projeto são acompanhadas de um dossiê onde consta o estado em que a obra foi encontrada, a respectiva ficha técnica e detalhes dos procedimentos realizados, especificando os materiais usados e orientações quanto ao manuseio e armazenamento. Fotografias registram as condições dos livros antes e depois das intervenções.

O convênio, que tem duração prevista de quatro anos, também prevê o treinamento de pessoal da própria Biblioteca do Senado para proceder a manutenção das obras.

O trabalho de conservação e restauração dessa coleção garante a proteção da herança material, cultural e histórica do país e possibilitará que um maior número de pessoas, pelas próximas décadas, tenham acesso a essas valiosas informações.

Paralelamente a esse projeto, a Biblioteca realiza a higienização de todas as obras do acervo geral, prevenindo inclusive a necessidade de restaurações futuras. Afinal, manter o acervo de modo limpo e asséptico, contra o aparecimento de microorganismos e insetos, identificar quaisquer indícios de contaminação, evitando o acúmulo de poeira nos livros e estantes, permite o manuseio seguro dos livros para os usuários da Biblioteca.

A conscientização da necessidade de elaboração de um projeto dessa natureza aumentou com a participação de sete bibliotecárias no curso de preservação e conservação de documentos, da Fundação Biblioteca Nacional.

CAPÍTULO III

2 COLEÇÃO LUIZ VIANA FILHO



Imagem da Biblioteca na casa do Senador Luiz Viana Filho e de sua escrivaninha

Na página à esquerda, ex-libris do senador Luiz Viana Filho

Composta de 11.740 volumes, adquiridos pelo Senado Federal em 1997, após a morte do bibliófilo e ex-senador Acadêmico Luiz Viana Filho, a coleção inclui cerca de 300 obras raras e valiosas e estão guardadas em sala separada, especialmente climatizada para abrigar os livros e mantê-los conservados.



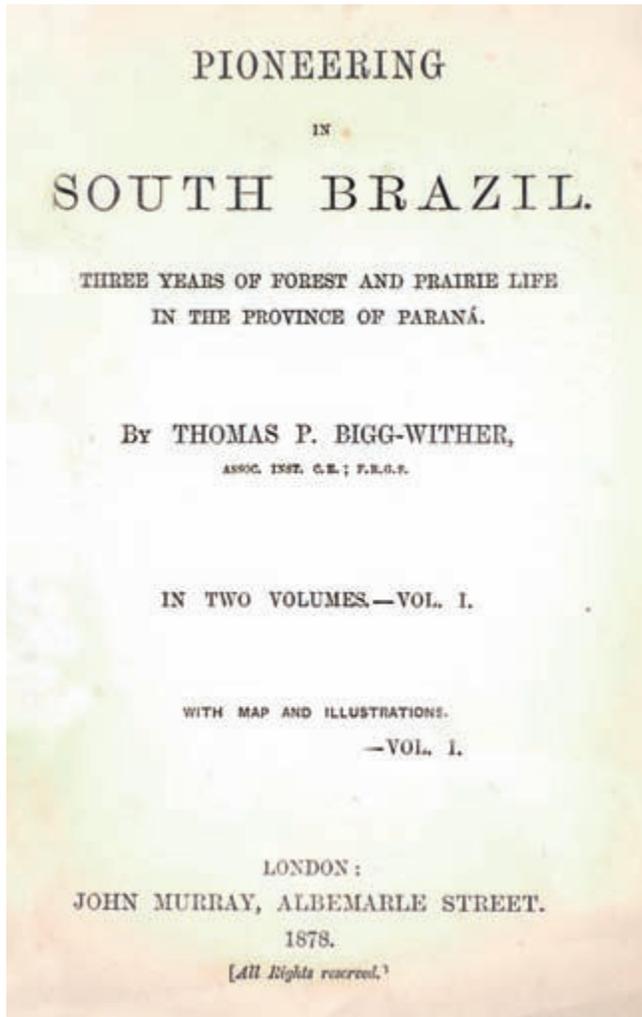
Os assuntos das publicações refletem as atividades políticas, historiográficas, biográficas e acadêmicas do Senador Luiz Viana Filho, contendo obras nacionais e estrangeiras em primeiras edições de autores consagrados. Existem, ainda, clássicos da literatura brasileira de autores como Carlos Drummond de Andrade, Manoel Bandeira e Graciliano Ramos.

Logo após a aquisição da coleção, o Senado Federal organizou uma exposição comemorativa de 6 de agosto a 5 de setembro de 1997, com grande repercussão na mídia nacional.

Mas os tesouros da coleção continuaram a ser descobertos à

medida que foram sendo realizadas a catalogação e a indexação das obras. Foi com grande satisfação que foi encontrado, por exemplo, um manuscrito inédito do poema “Casamento do Diabo” de Machado de Assis.





BIGG-WITHER, Thomas P. *Pioneering in South Brazil: three years of forest and prairie life in the province of Parana; with maps and illustrations*. London: J. Murray, 1878. 2 v., il., mapa.

Bigg-Wither participou da expedição anglo-sueca "Paraná and Mato Grosso Survey Expedition", entre 1872 e 1875, com influência do projeto de transportes do Visconde de Mauá. O objetivo da expedição era projetar a construção de uma grande estrada de ferro atravessando o continente do Atlântico ao Pacífico.

O exemplar da coleção faz parte da primeira edição, com Ex-libris de Marrojado R. Lisboa - União e Conformidade.

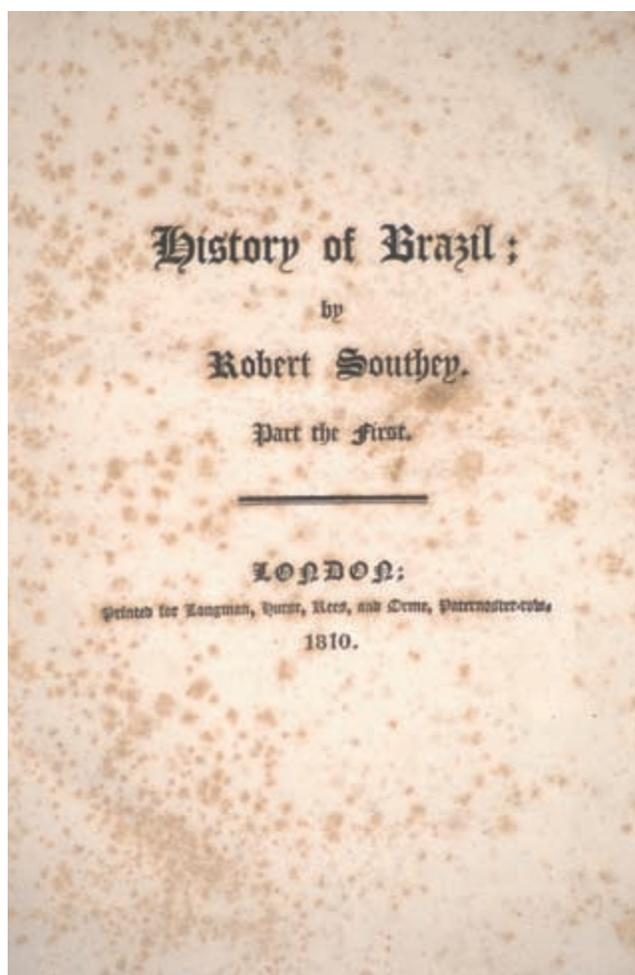
No livro, relatou os fatos ocorridos nas florestas e campos do Paraná, chamando atenção para aspectos positivos e negativos da terra. O engenheiro alertava as autoridades sobre a necessidade de disciplinar a imigração. A edição teve a apresentação escrita por John Murray, da Albermarle Street, um editor muito famoso na época.





SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees and Orme, 1810-1819. 3 v., mapa

A obra do poeta inglês Robert Southey se constitui um divisor de águas da historiografia brasileira, dominando o cenário do século XIX. Originalmente, ele planejava escrever uma obra sobre Portugal, mas anos mais tarde, aceitando sugestão de Lord Grenville, abandonou essa ideia e, em fevereiro de 1807, deu início à obra "History of Brazil". Para suas pesquisas recorreu ao acervo montado em Portugal por seu tio, o reverendo Herbert Hill. Em carta a Henry Koster, em 1823, Southey escreveu que "quando o Brasil tiver se tornado o país grande e próspero que um dia deve ser, eu serei visto como o primeiro que tentou a dar uma forma consistente a sua história crua, desconexa e desprezada".



O casamento do diabo
(Imitado do allemão)

Satan teve um dia a idéa
De casar. Que original:
Queria mulher não feia
Virgem corpo, alma leal.

Toma um conselho de amigo
Não te cases, Belzebú;
Que a mulher, como ser
humano,
É mais fina do que tu.

Cortou unhas, cortou rabo,
Cortou as pontas, depois
Sahio o nosso diabo,
Como o heroe dos heroes.

Toma um conselho, etc.

Casar era a sua dita;
Correu por terra e por mar,

Encontrou mulher bonita,
E tratou de a sequestrar.

Toma um conselho, etc

Elle quis, ella queria
Poseram mão sobre mão,
E na melhor harmonia
Verificou-se a união.

Toma um conselho, etc

Passou-se um anno, e ao diabo
Não se cresceram por fim,
Nem as unhas, nem o rabo...
Mas as pontas, essas sim...
Toma um conselho, etc

O casamento do diabo
(Imitado do allemão)

Satan teve um dia a idéa
De casar. Que original:
Queria mulher não feia
Virgem corpo, alma leal.

Toma um conselho de amigo
Não te cases, Belzebú:
Que a mulher, como ser
humano,
É mais fina do que tu.

Cortou unhas, cortou rabo,
Cortou as pontas, depois
Sahio o nosso diabo,
Como o heroe dos heroes.

Toma um conselho de amigo
Não te cases, Belzebú:
Que a mulher, como ser
humano,
É mais fina do que tu.

Casar era a sua dita;
Correu por terra e por mar,
Encontrou mulher bonita
E tratou de a sequestrar

Elle quis, ella queria
Poseram mão sobre mão.
E na melhor harmonia
Verificou-se a união.

Toma um conselho de amigo
Não te cases, Belzebú:
Que a mulher, como ser
humano,
É mais fina do que tu.

Passou-se um anno, e ao
diabo
Não se cresceram por fim,
Nem as unhas, nem o rabo...
Mas as pontas, essas sim...

Toma um conselho de amigo
Não te cases, Belzebú:
Que a mulher, como ser
humano,
É mais fina do que tu.

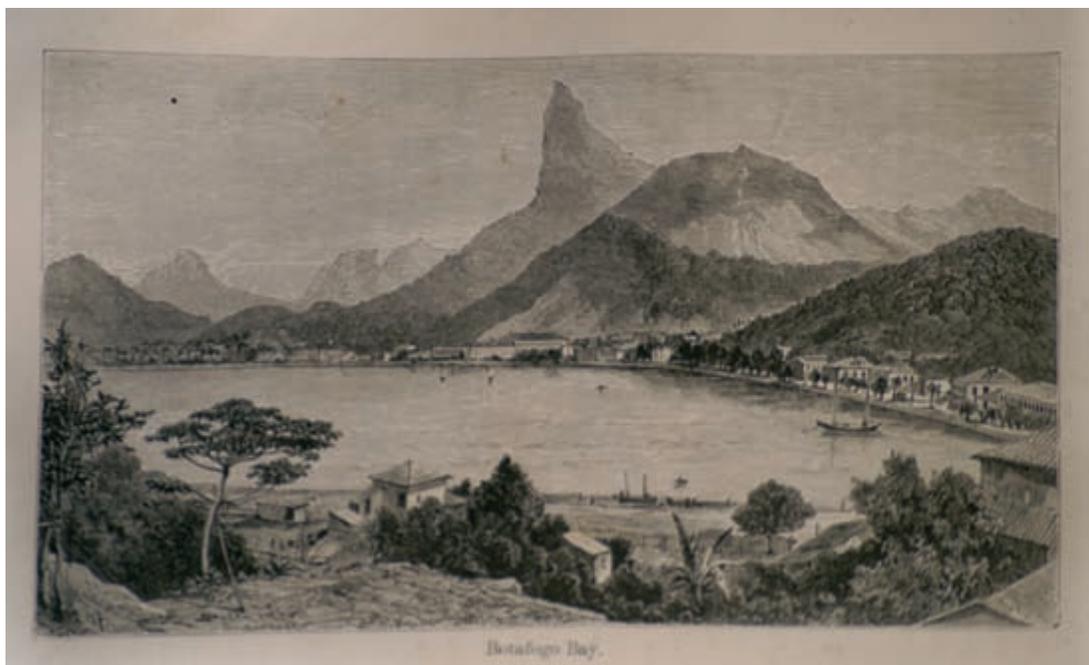
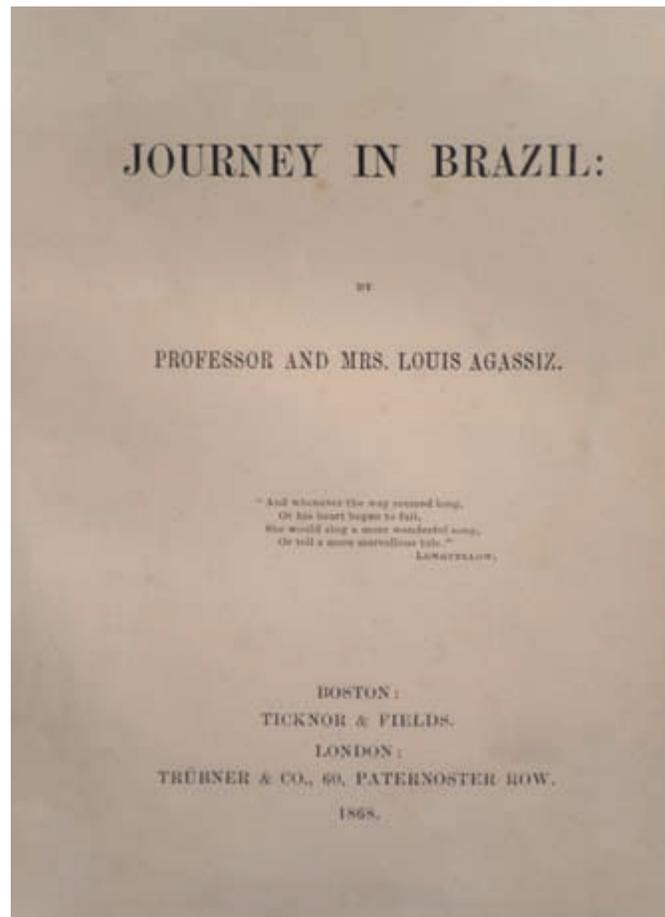
Machado de Assis

ASSIS, Machado de. *O casamento do diabo*. [S. l.: s. n.],
18-? 2 p. Obra manuscrita.

A poesia manuscrita de Machado de Assis é a grande
reliquia da Biblioteca do Senado. Estima-se que
tenha sido escrita por volta de 1863. Não há muitas
referências sobre esta obra de duas páginas que vale a
pena conferir como uma pequena amostra da arte de
Machado.

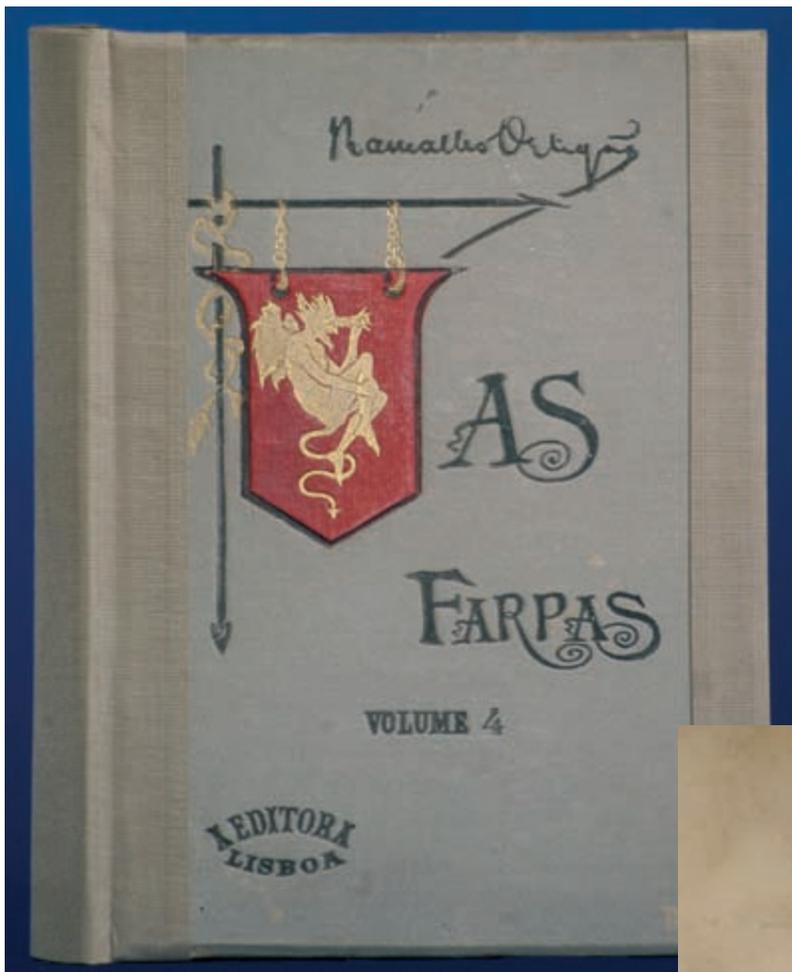
AGASSIZ, Jean Louis Rodolphe. *A Journey in Brazil*. Boston: Ticknor & Fields, 1868. 540 p., il.

Esta é a primeira edição que traz narrativas sobre a Thayer Expedition ao Amazonas, chefiada pelo naturalista, botânico e geólogo suíço-americano Jean Louis Rodolphe Agassiz e financiada pelo empresário americano Nathaniel Thayer para estudar os peixes da Bacia Amazônica. A excursão partiu para Minas Gerais, rumando a seguir para as capitais da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Maranhão e Pará, por onde entrou pelo Rio Amazonas. Escrito com a colaboração de sua esposa, Elisabeth Cary Agassiz, na forma de um diário, o livro contém não apenas informações sobre a natureza, mas também sobre os costumes da sociedade brasileira, em notas, croquis, pequenas monografias e ilustrações. Voltou para Cambridge, Massachusetts, em 1866, onde finalizou o trabalho, dedicando-o a Thayer. O primeiro contato do autor com o Brasil ocorreu quando, ainda estudante, o botânico alemão Karl Friedrich von Martius, autor de "Flora Brasiliensis", encarregou-o de classificar espécimes animais, especialmente a parte referente aos peixes, colecionados pelo cientista alemão e seu companheiro, Johans Baptist von Spix, na célebre viagem que fizeram ao país entre 1817 e 1820. O Conselho Editorial do Senado lançou edição em português em 2000.





Na página ao lado, imagens da obra *A journey in Brazil*, de Jean Louise Rodophe Agassiz

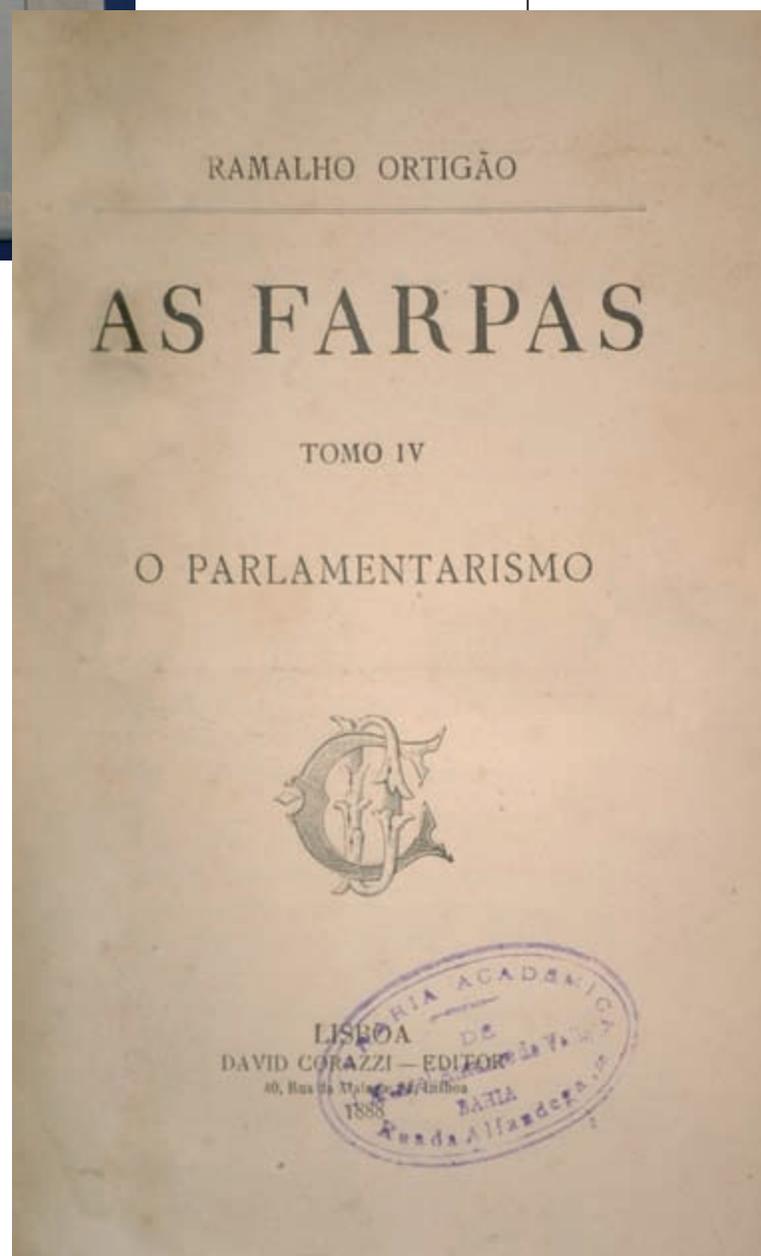


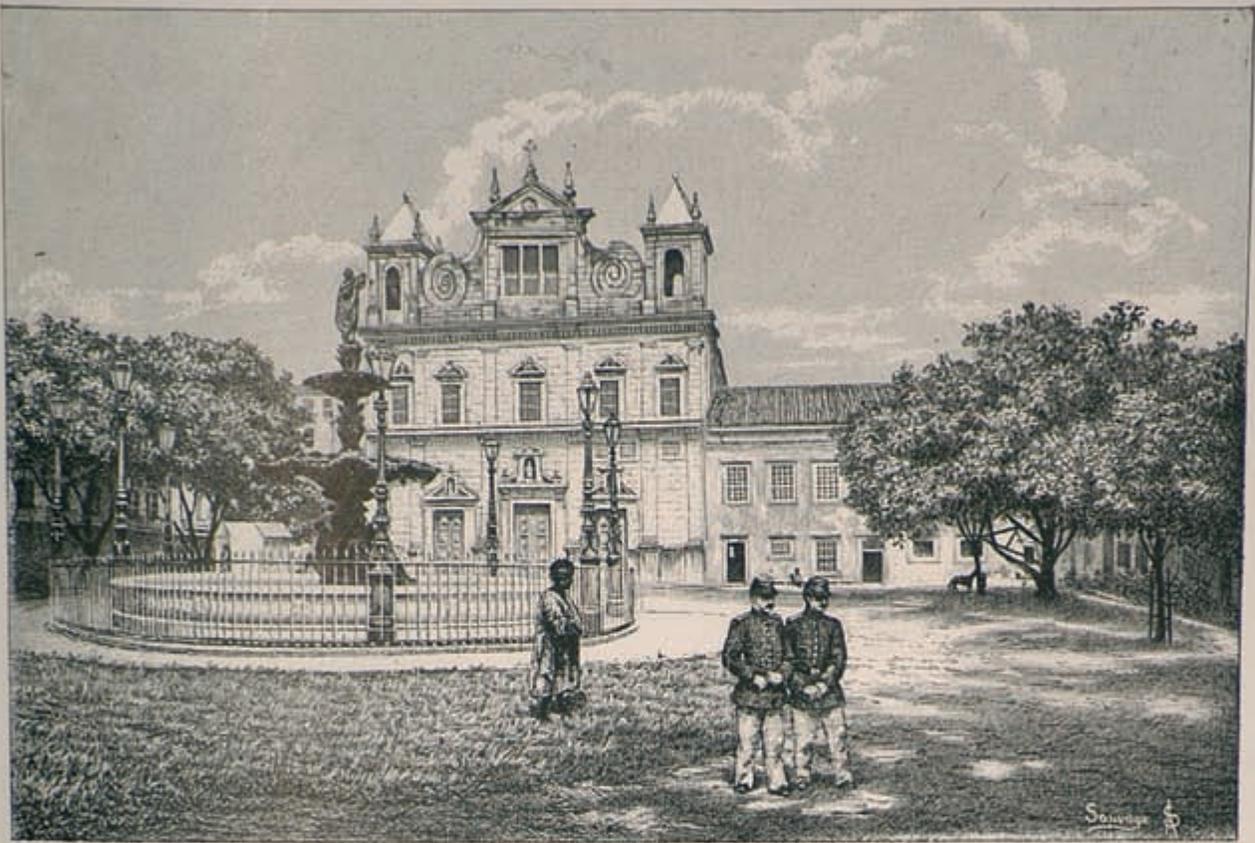
ORTIGÃO, Ramalho. *As farpas*. Lisboa: D. Corazzi 1887-1890. 11 v.

Grande amigo do escritor Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão pertenceu ao grupo conhecido como os Vencidos da Vida. Juntos, lançaram em 1871, o mensário "As Farpas", com críticas sociais, em estilo irônico. As Farpas são opúsculos de polêmica e de crítica de costumes.

Na fase inicial da publicação, Ramalho Ortigão mostrou-se um observador atento da vida portuguesa. No espírito de sua geração, pretendia aproximar Portugal das sociedades modernas de então.

Nos volumes são abordados temas como a vida provincial, política, religião, literatura, arte, família, entre outros.





Dessiné d'après une photographie de LUSCHNATH.

BAHIA.

LA CATHÉDRALE (ANCIEN COLLÈGE DES JÉSUITES).

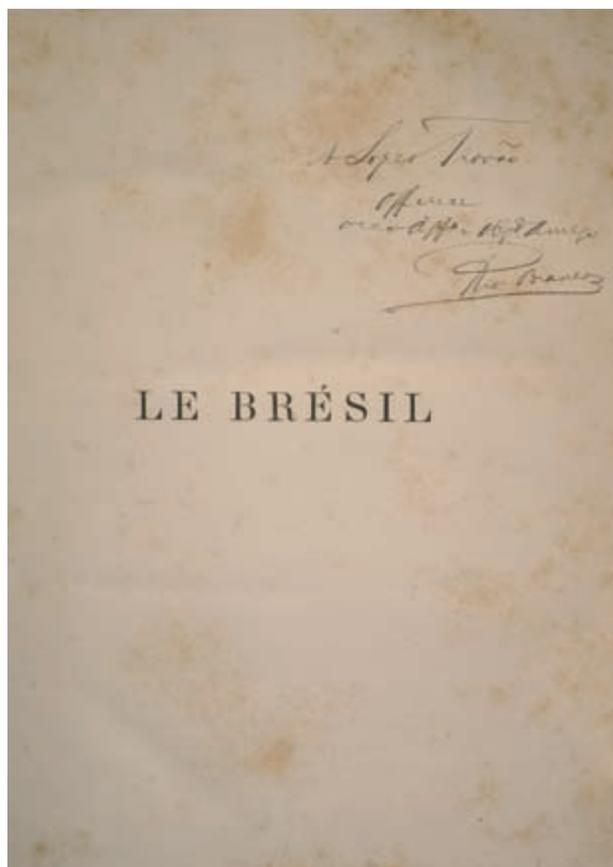


D'après une photographie de LUSCHNATH.

BAHIA.

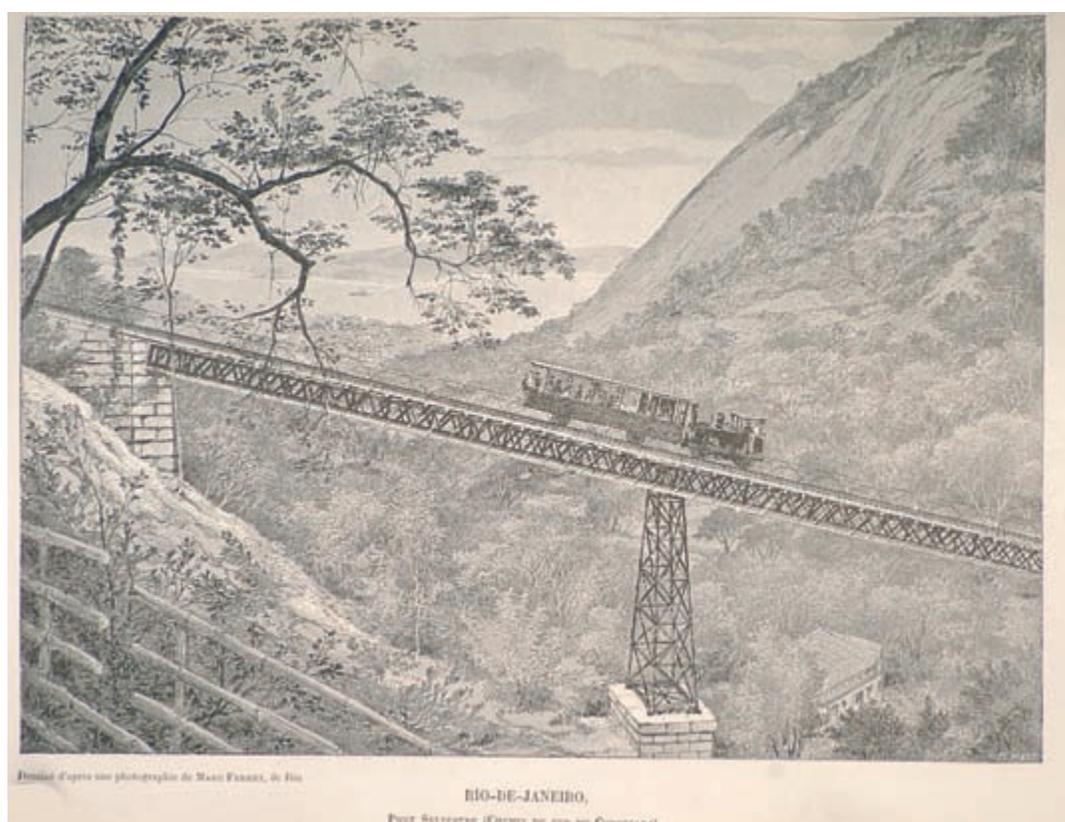
ÉGLISE DE PIEDADE.

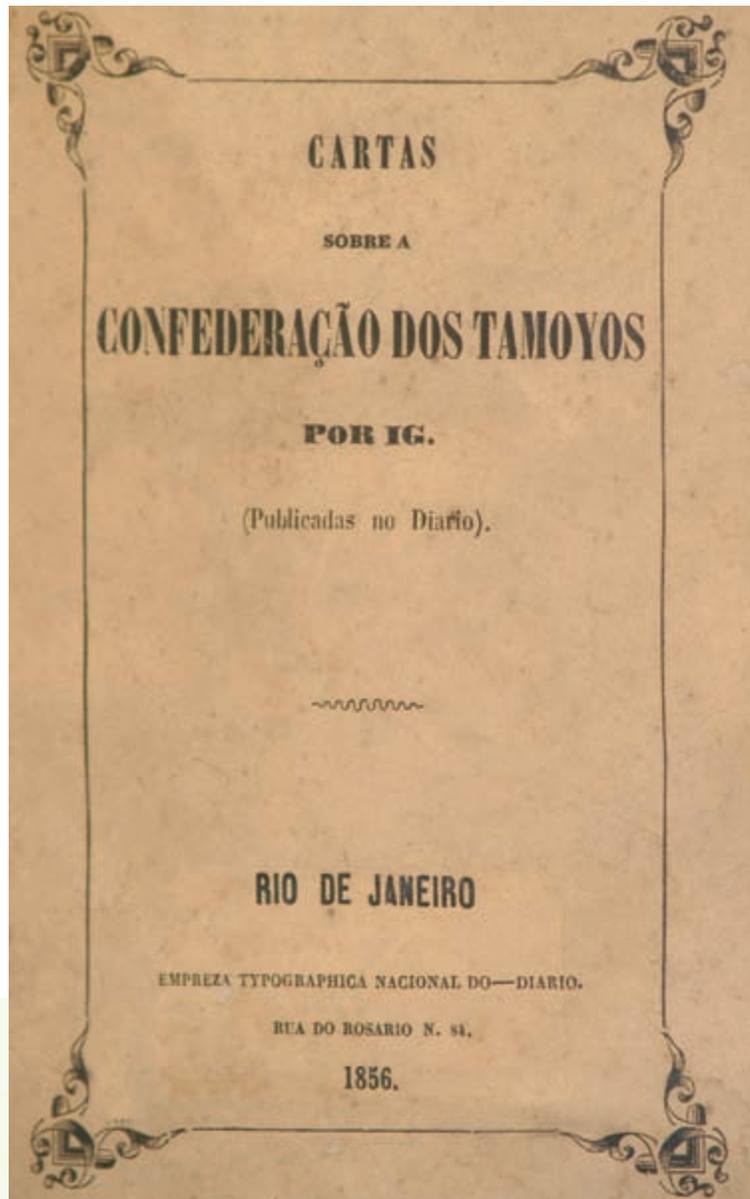
Na página ao lado, ima-
gem da mesma obra



LEVASSEUR, Pierre Emile, *Le Brésil*; par E. Levasseur avec la collaboration de Mm. de Rio-branco... et al. 2. ed. Il. de gravures, cartes et graphiques, accompagnée d'un appendice par et M. Glasson et d'un album de vues du Bresil execute sous la direction de M. de Rio-branco. Paris: H. Lamirault, 1889. 1 v., il.

Pierre Émile Levasseur, economista, geógrafo e estatístico francês, foi diretor dos trabalhos de “La Grande Encyclopédie”, para a qual escreveu verbetes sobre o Brasil. Desejava que suas referências fossem as mais completas, já que afirmava não existir em língua francesa trabalho similar sobre a geografia e a história do Brasil. A publicação foi lançada para a Exposição Universal de Paris, de 1889, *Le Brésil*, com a colaboração de brasileiros ilustres como o barão do Rio Branco, Eduardo Prado e de outros estrangeiros. Como separata de “La Grande Encyclopédie”, resume, de forma sucinta e metódica, aspectos da história, geografia física, política e econômica e dos progressos sociais que aconteciam no Brasil. As informações foram retiradas em grande parte de documentos oficiais e são fartamente ilustradas.





O pseudonimo de *Ig.* foi tirado das primeiras letras do nome *Iguassú*, heroína do poema; ninguém dirá pois que a *Confederação dos Tamoyos* não é capaz de inspirar, quando suscitou-me a idéa de um pseudonimo que fez quebrar a cabeça a muita gente.

Alguem pensou, ou quiz pensar, que tive collabores n'estas cartas, mas enganou-se completamente; tive sim mestres como Chateaubriand e Lamartine, de quem lia algumas paginas para ter a coragem de criticar um poeta de reputação como é o Sr. Magalhães.

O leitor que julgou a idéa pelo que valia, sem o apparatus de um nome conhecido, mas excitado pela curiosidade do misterio, dar-lhe-há de certo menos apreço quando souber quem a escreveu.

Agosto de 1856.

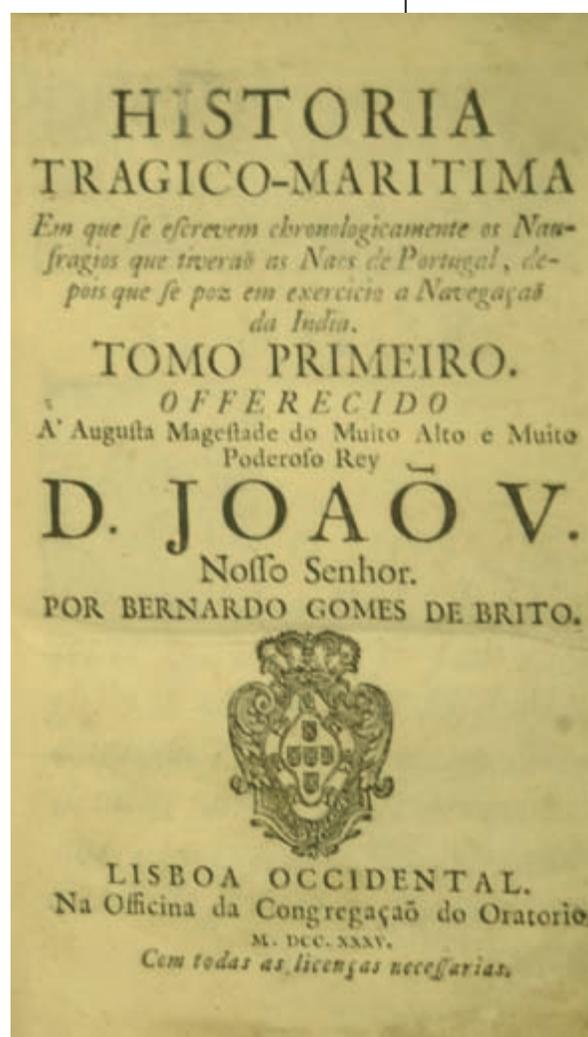
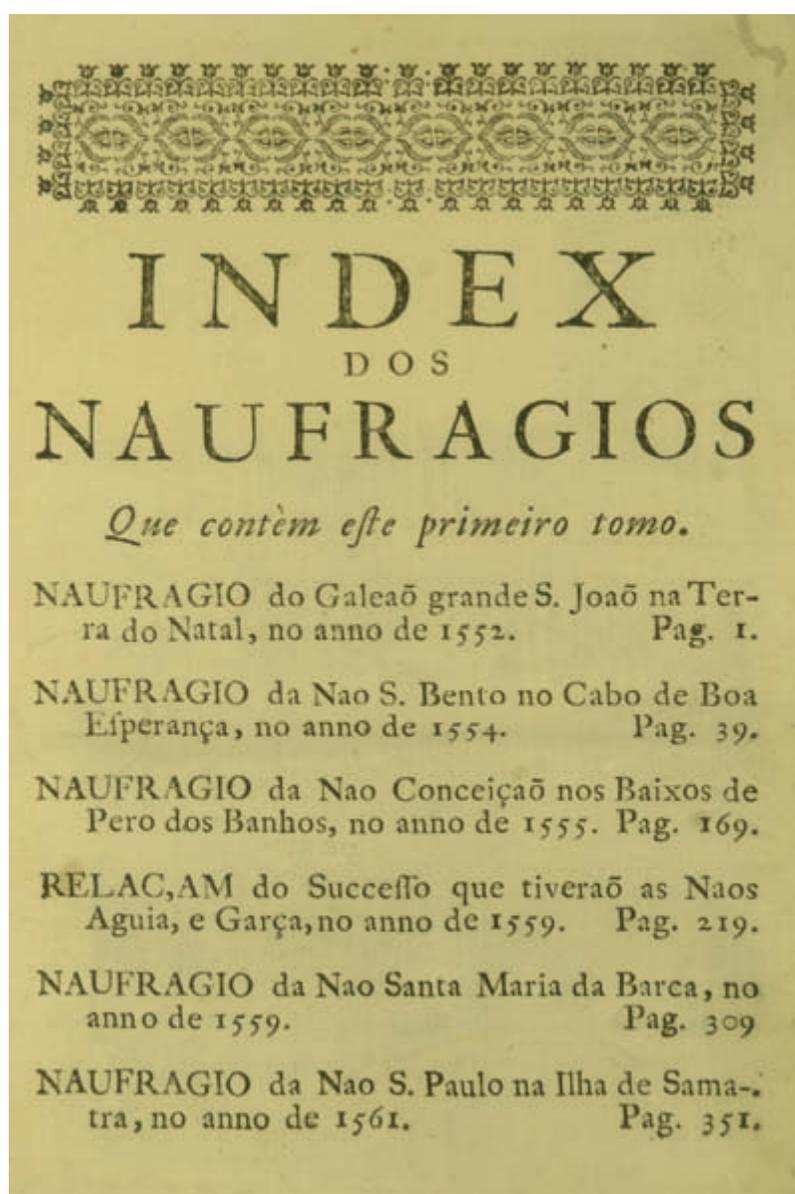
J. d'Alencar.

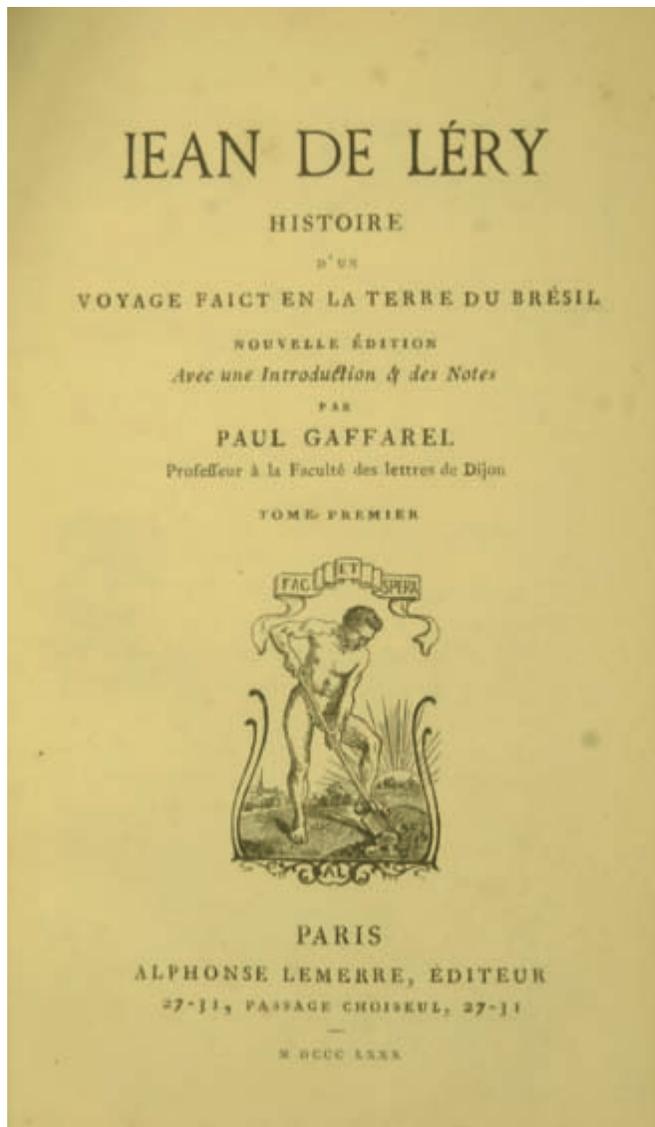
ALENCAR, Jose de. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*: publicadas no Diário. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1856. 96 p.

José de Alencar, como diretor do Diário do Rio de Janeiro entre 1856 e 1859, assinou diversos artigos de crítica literária, um deles atacando a Confederação dos Tamoyos, poema épico de Gonçalves de Magalhães, favorito do imperador e considerado então o chefe da literatura brasileira. Essas cartas deram origem à mais célebre polémica do romantismo brasileiro. A crítica de Alencar denota o grau de seus estudos de teoria literária e suas concepções do que deveria caracterizar a literatura brasileira, para a qual o gênero épico era incompatível, devido à sua modelagem clássica.

BRITO, Bernardo Gomes de. *Historia tragico-maritima* em que se escrevem chronologicamente os naufragios que tiverao as naos de Portugal, depois que se poz em exercicio a navegação da India. Lisboa: Officina da Congregaçao do Oratorio, 1735-1736. 2 v., il.

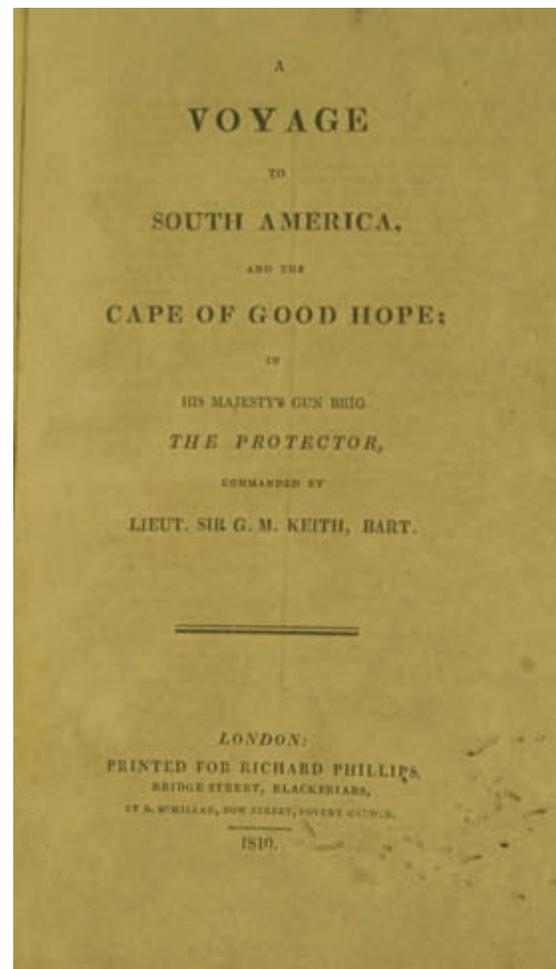
Escritor nascido em Lisboa em 20 de maio de 1688; vivia ainda em 1759, mas ignora-se a data da sua morte. Com applicação e diligência juntou uma ampla coleção de relações e notícias de naufrágios e infelizes acontecidos aos navegadores portugueses, dividindo-a em cinco volumes de que só viram a luz os dois primeiros, ignorando-se o fim e paradeiro dos outros.





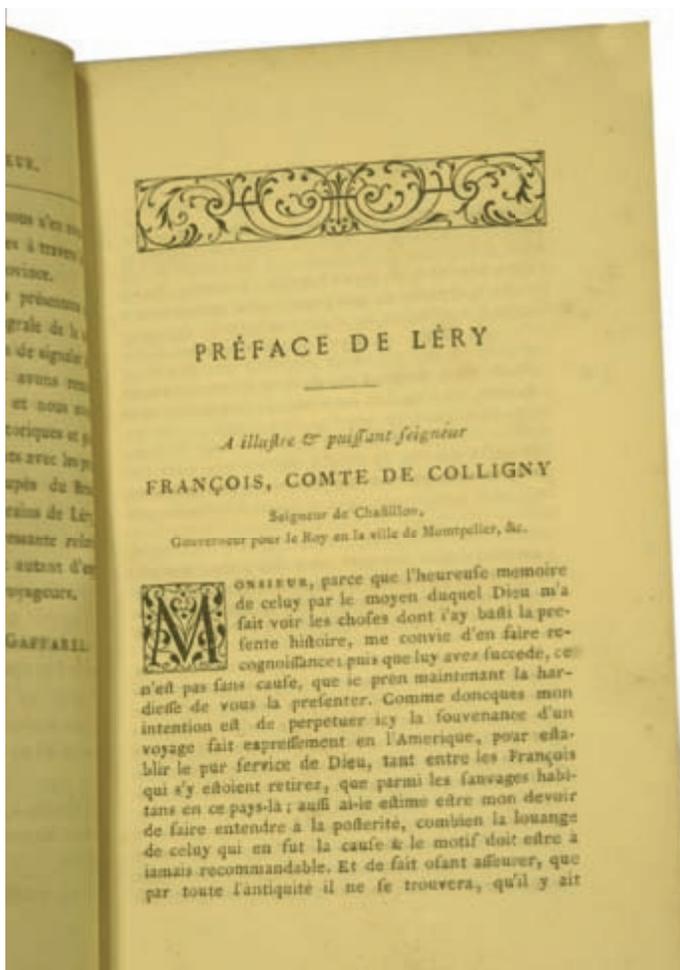
LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*; avec une introduction & des notes par Paul Gaffarel. Nouv. ed. Paris: A. Lemerre, 1880. 2 v.

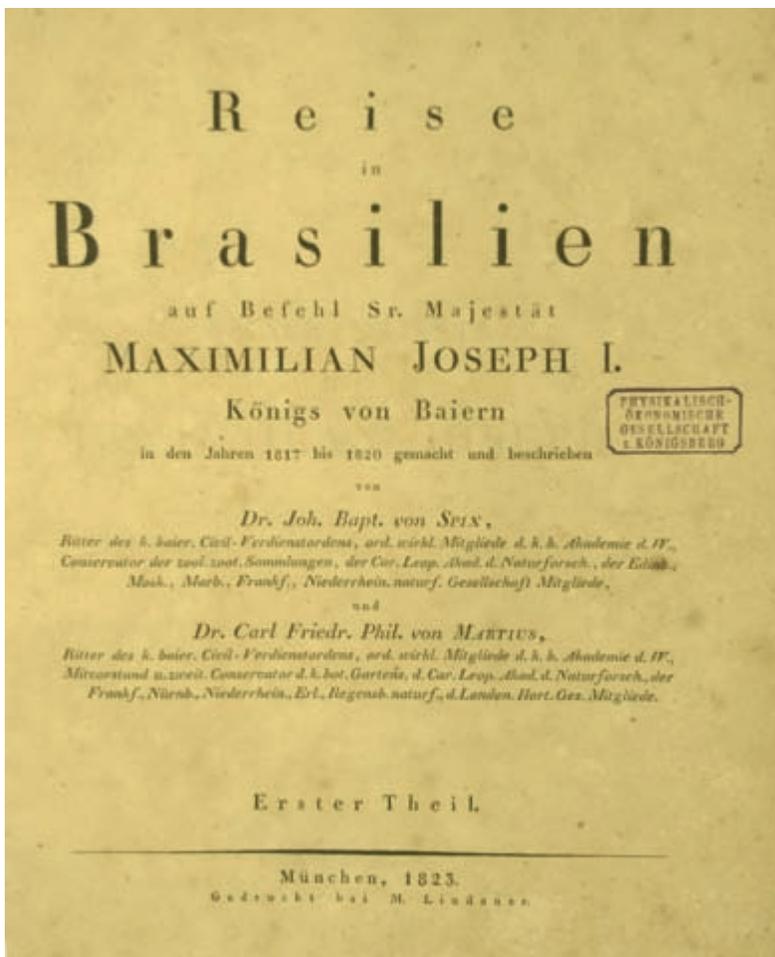
Excelente edição crítica, impressa em papel de primeira qualidade, e que já se tornou bastante rara. Calvinista francês, Léry chegou ao Brasil em 1557, para colaborar com Villegagnon, partindo no ano seguinte. Publicou em 1578 esta importante fonte para a etnografia e história natural do Brasil, no século XVI. Segundo Nelson Werneck Sodré, seu valor é inclusive musical.”



KEITH, G. M. *A voyage to South America, and the Cape of Good Hope*: in his majesty's gun brig the protector, commanded by lieut. Sir G.M. Keith, Bart. London: R. Phillips, 1810. 43 p.

O tenente Keith, integrante de uma frota que partiu da Inglaterra com destino ao Cabo da Boa Esperança, em 1805, aportou na Bahia, cuja beleza o encantou. De Salvador a frota prosseguiu para o Rio de Janeiro, também objeto da descrição do autor. O exemplar pertence à 1ª edição.





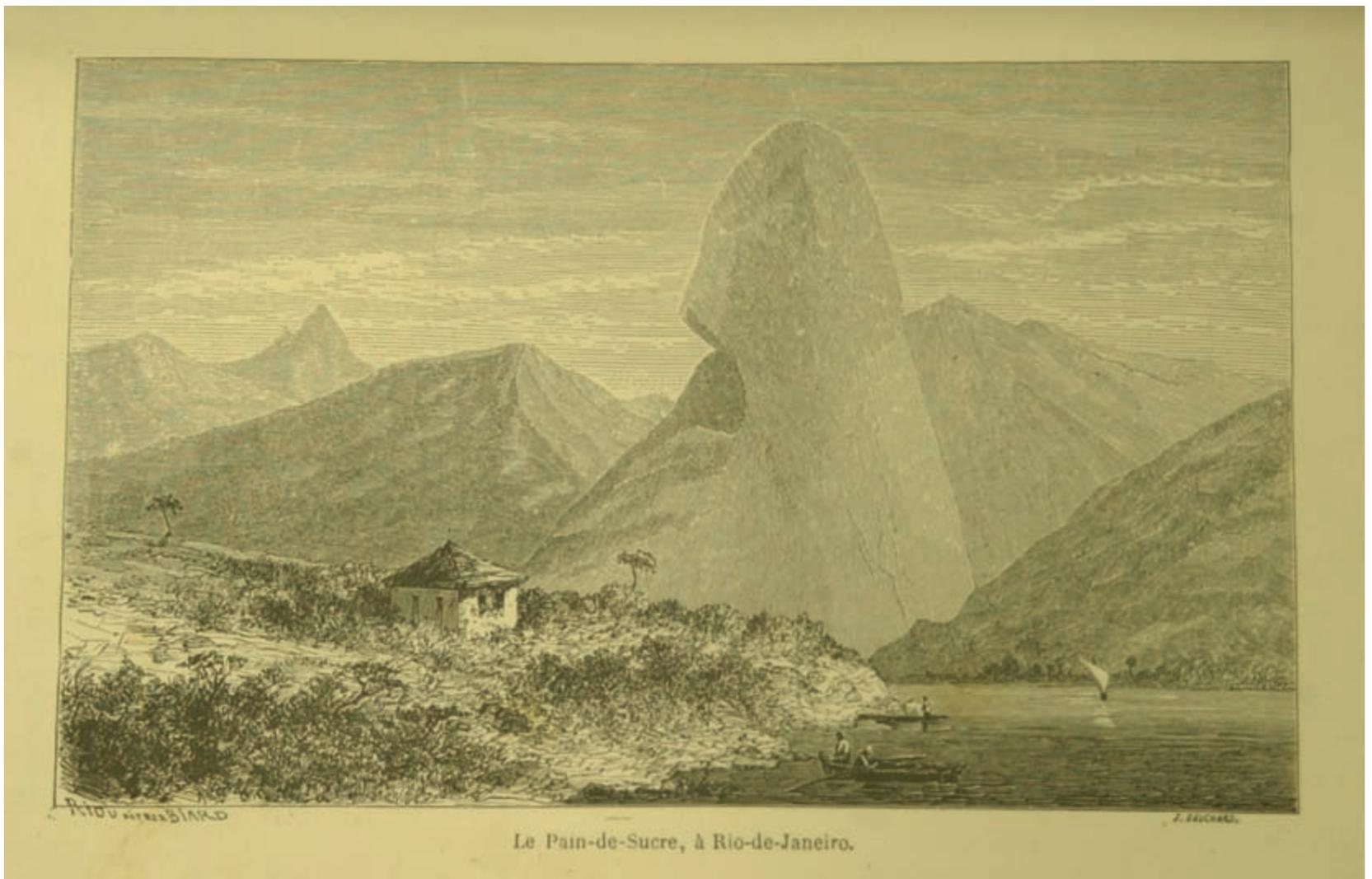
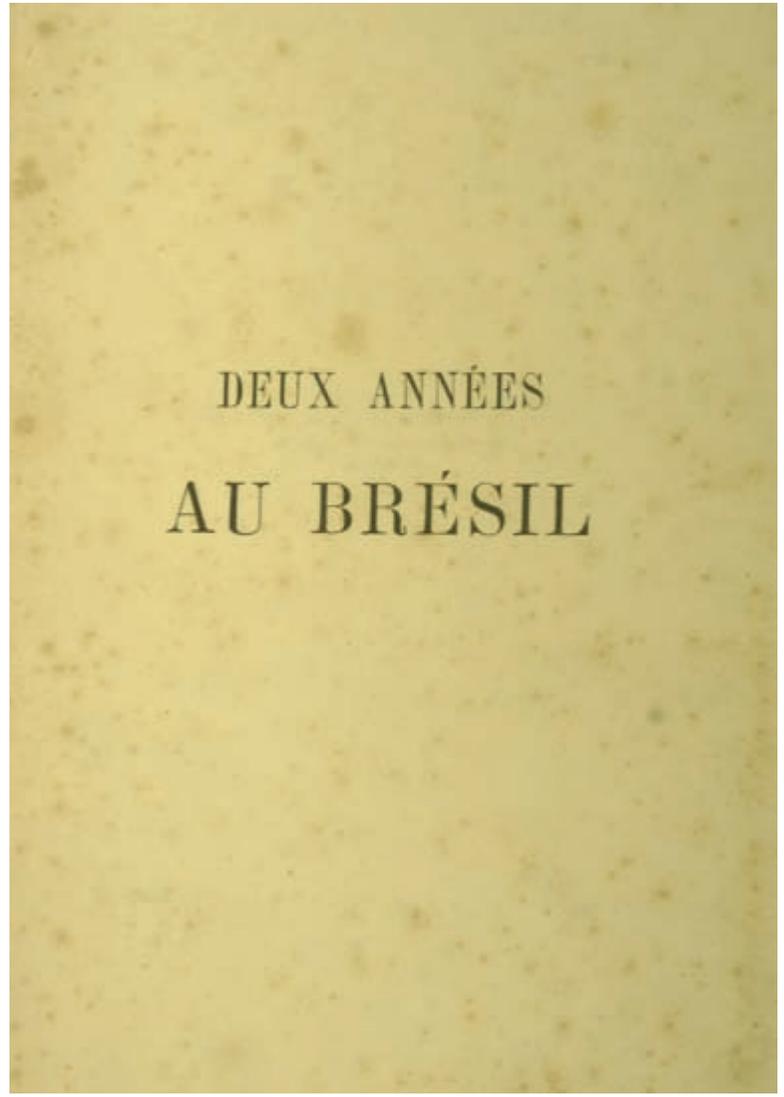
SPIX, Johann Baptist von.
*Reise in Brasilien auf be-
fehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I, Königs Von
Baiern, in den Jahren 1817
bis 1820 gemacht und
beschrieben.* München: M.
Lindauer, 1823. 412 p.

Carlos Frederico Filipe
Von Martius nasceu
na Baviera, em 1749,
falecendo em Munique,
em 1868. Chegou ao
Brasil em junho de 1817,
em companhia de João
Batista Von Spix, na
missão científica enviada
pelo Grão-Duque da
Toscana. Os dois homens
de ciência percorreram
as Províncias do Rio de
Janeiro, São Paulo, Minas
Gerais, Bahia, Maranhão,
Pernambuco, Piauí, Pará
e Amazonas, realizando
trabalhos e observações
que interessam à
Geografia, Etnografia, à
Botânica e à Zoologia.



BIARD, François Auguste. *Deux années au Brésil*. Ouvrage illustré de 180 vignettes dessinées par E. Riou d'après les croquis de M. Biard. Paris: L. Hachette, 1862. 680 p., il.

Primeira edição do relato sobre a permanência no Brasil do desenhista francês François Auguste Biard, de maio de 1858 a novembro de 1859. Foi publicado, primeiramente, na revista *La Tour du Monde*. Após sua visita ao Rio de Janeiro, onde fizera vários retratos dos integrantes da corte imperial, Biard viajou pelo Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e pela bacia amazônica. São de interesse etnográfico seus esboços resultantes dessa viagem.



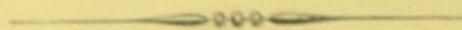
DEUX ANNÉES
AU BRÉSIL

PAR F. BIARD

ŒUVRAGE ILLUSTRÉ DE 180 VIGNETTES

DESSINÉES PAR E. RIOU

D'APRÈS LES CROQUIS DE M. BIARD



PARIS

LIBRAIRIE DE L. HACHETTE ET C^{ie}

RUE PIERRE-SARRAZIN, N^o 14

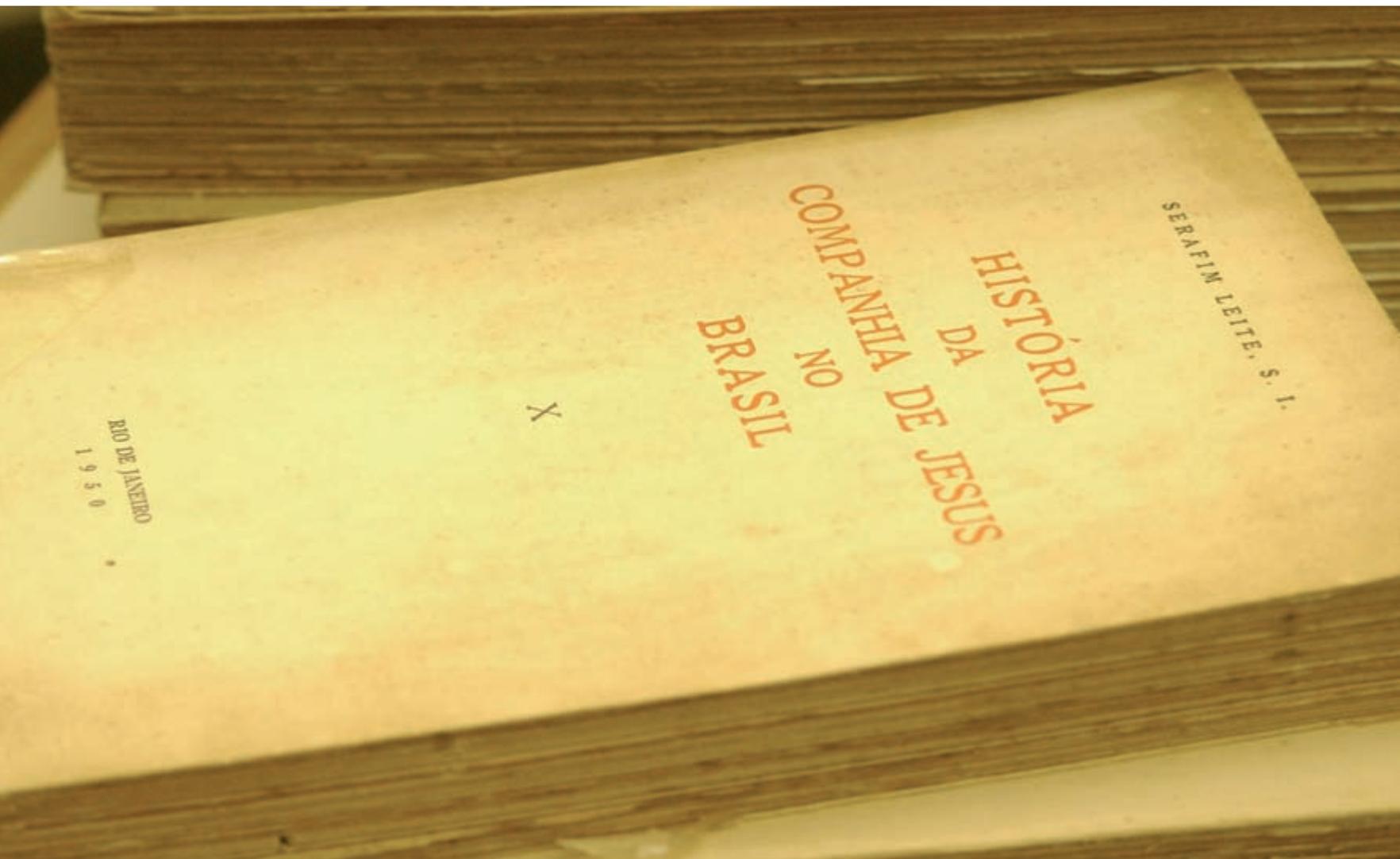
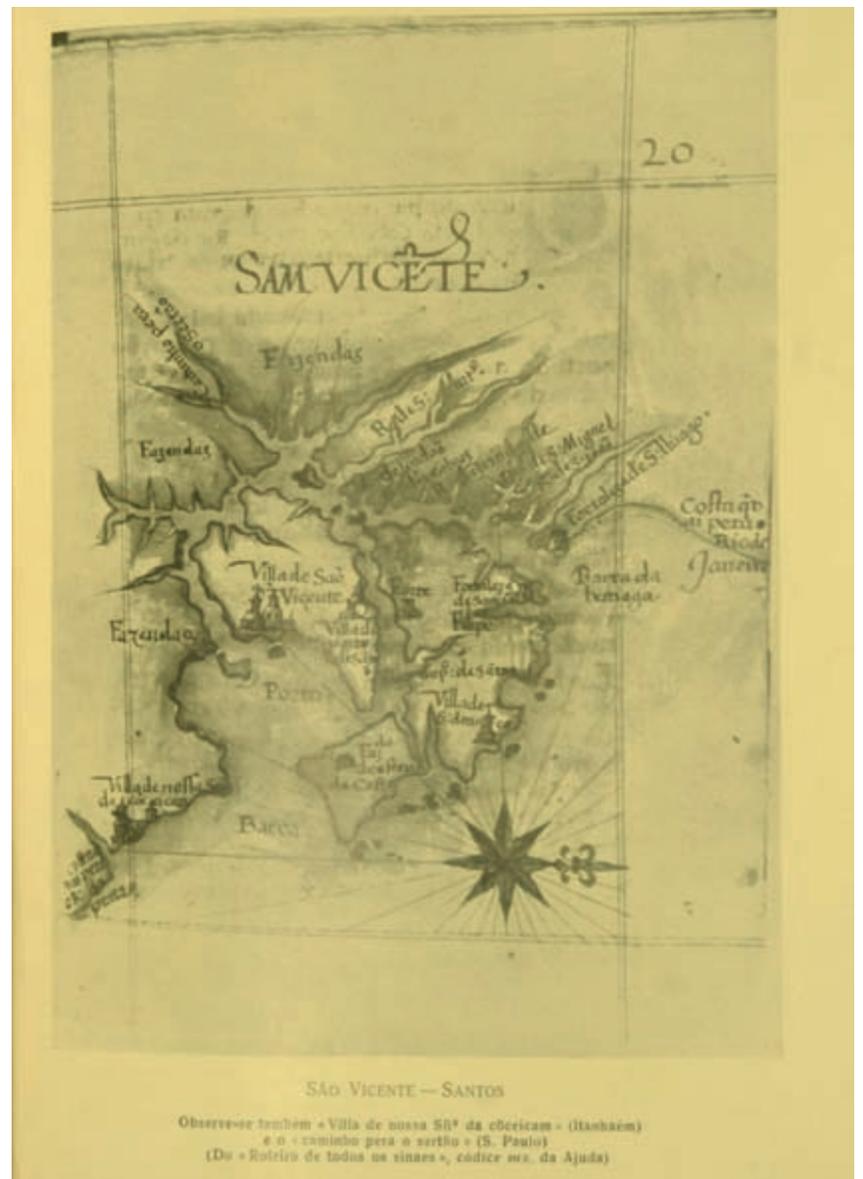
—
1862

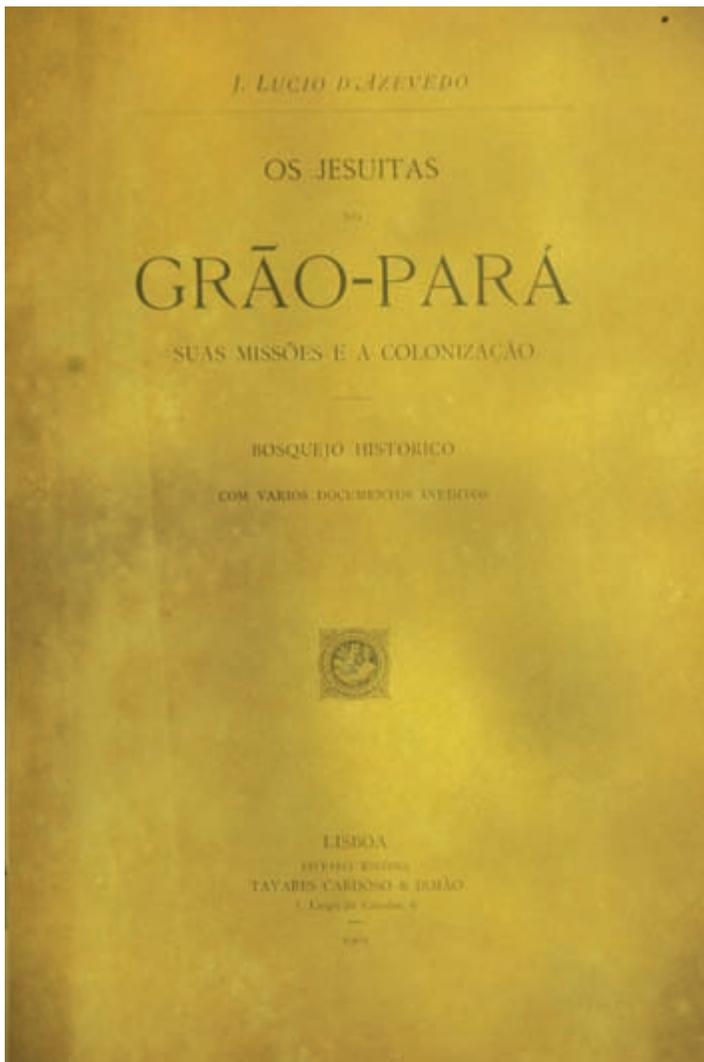
Droit de traduction reserve



LEITE, Serafim. *Historia da Companhia de Jesus No Brasil*. Lisboa: Portugalia ; Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro: Civilização Brasileira, 1938-1950. 10 v., il.

Trabalho exaustivo, levantado à base do exame dos documentos arquivados pela própria Companhia de Jesus, o de Serafim Leite tem um sentido apologético inequívoco, mas não se perde nessa limitação uma vez que constitui o maior acervo de informações reunidas a respeito da obra jesuíta no Brasil, descrita com rigor, ao longo do tempo e do espaço, com a citação das fontes manuscritas e bibliográficas. São volumes ricos de informações, abrangendo todos os aspectos da vida jesuíta na fase colonial.



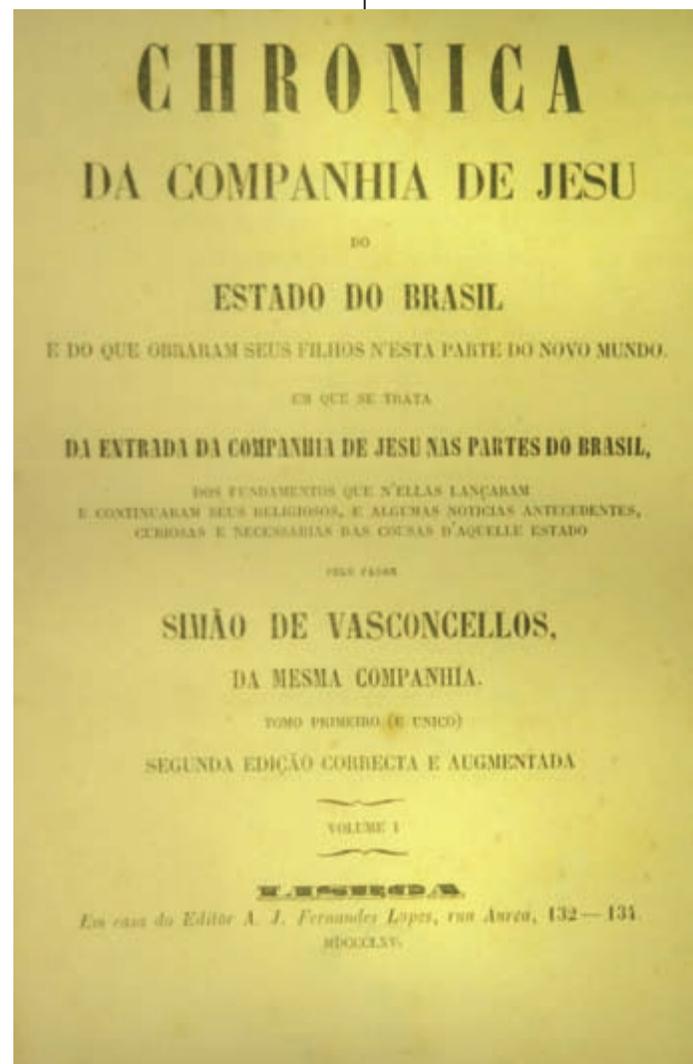


AZEVEDO, João Lúcio d'. *Os jesuitas no Grão-Pará : suas missões e a colonização : bosquejo histórico com vários documentos inéditos*. Lisboa: T. Cardoso, 1901. 366 p., il., mapa.

Diz Nelson Sodré em seu livro *O que se deve ler para conhecer o Brasil*: “O livro de João Lúcio de Azevedo continua sendo indispensável ao conhecimento da ocupação da Amazônia, fundada na atividade das missões, como a estrutura de produção das especiarias. Plantadas ao longo dos rios e escoradas na economia coletora florestal e no trabalho do indígena, a missão religiosa é a base do povoamento ali.”

VASCONCELOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo em que se trata da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil...* 2.ed. corr. e augm. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. 2 v. em 1.

A primeira tentativa de história da ação da Companhia de Jesus no Brasil, escrita pelo biógrafo de Anchieta, dentro do critério apologético inevitável. Explica os motivos da catequese e coloca-se na tendência de simpatia pelo indígena.

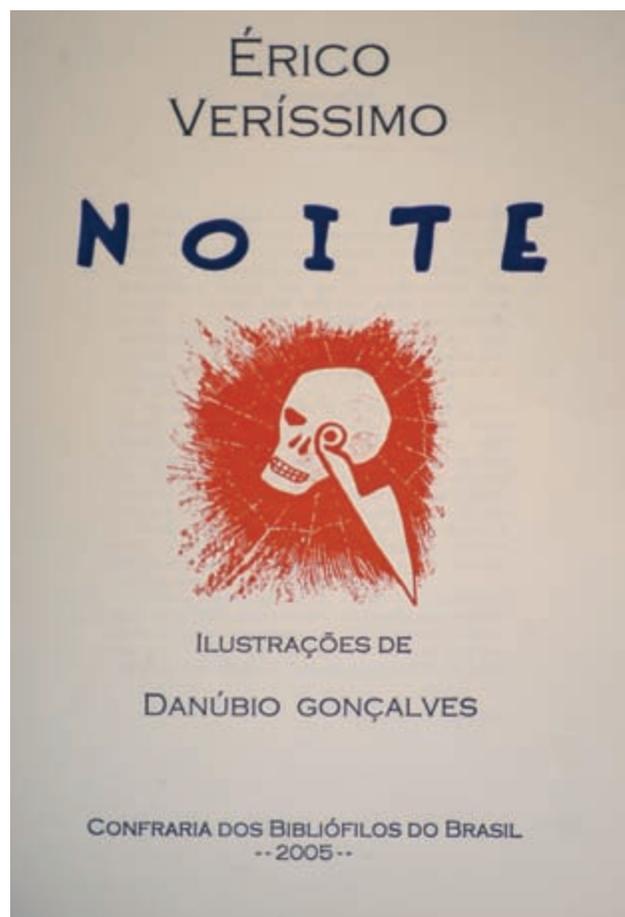


CAPÍTULO III

3 COLEÇÃO ESPECIAL

Por características que os diferenciam do resto do acervo, 196 volumes fazem parte da coleção especial. Publicações de grandes dimensões ou folhas avulsas, livros que merecem um armazenamento especial, desenhos e gravuras valiosas ou publicações com ilustrações de artistas famosos nela foram incluídos por suas particularidades. Também estão nesse grupo, obras consagradas, de exemplar único ou tiragem limitada e numerada, que ainda não são consideradas raras, mas que merecem uma preservação especial.

Livros confeccionados por processos artesanais, não convencionais para os dias de hoje, também são considerados especiais, para integrar essa coleção. Essas qualidades, afinal, fazem desses exemplares verdadeiros objetos de arte. Entre esses livros estão alguns editados pela Confraria dos Bibliófilos do Brasil, da qual a Biblioteca do Senado é membro.

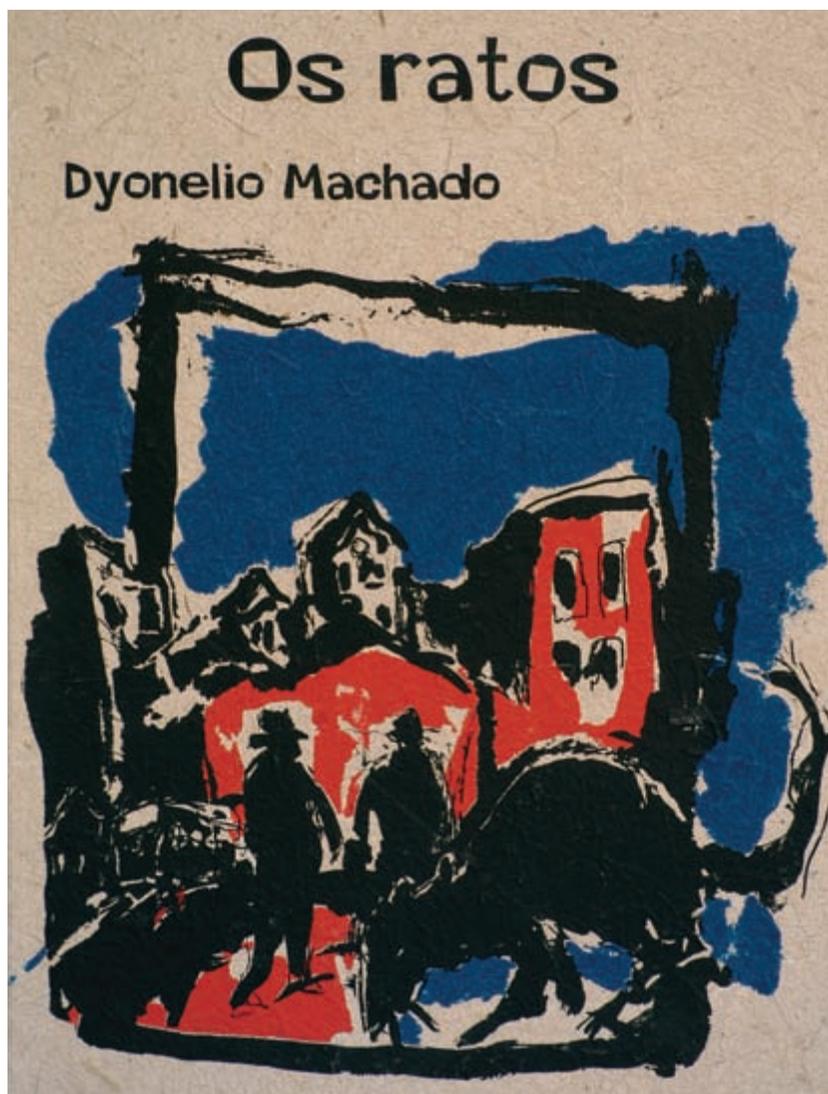


VERÍSSIMO, Érico. *Noite*. Ilustrações de Danúbio Gonçalves. Brasília: Confraria dos Bibliófilos do Brasil, 2005. 132 p., il.

Edição comemorativa ao centenário de nascimento do autor e escritor mais lido e divulgado da literatura gaúcha. O livro é uma novela de 1954, que, inicialmente, fez mais sucesso no exterior que no Brasil. De tons surrealistas, o texto tem como protagonista o Desconhecido, que perdeu a memória e vaga pela noite, enquanto dois aproveitadores, Mestre e Corcunda, gastam seu dinheiro em cabarés e bares. Esta é a 16ª obra editada pela Confraria dos Bibliófilos do Brasil e os exemplares foram assinados pelo ilustrador Danúbio Gonçalves, artista plástico gaúcho discípulo de Cândido Portinari, com obras nos principais museus nacionais.

As ilustrações foram reproduzidas em serigrafia. O papel do miolo é o Chamois Bulk 90g e o da capa é fabricado à mão, com fibras vegetais, pela artesã papeleira brasiliense Vidalvina de Oliveira.





MACHADO, Dyonélio. *Os ratos*. Ilustrado por Enio Squeff. Brasília: Confraria dos Bibliófilos do Brasil, 2005. 143 p., il.

O livro, publicado em 1934, é considerado a obra mais importante do romancista gaúcho Dyonélio Machado. A obra é comparada a “Capote”, do russo Gogol, por retratar as pequenas vidas, de pequenos funcionários, numa linha de crítica da pequena burguesia.

Esta é a 15ª publicação da Confraria dos Bibliófilos do Brasil, cujos exemplares foram assinados pelo ilustrador Enio Squeff, artista plástico gaúcho. As ilustrações foram reproduzidas em serigrafia. O papel do miolo é o Chamois Bulk 90g e o da capa é fabricado à mão, com fibras vegetais, pela artesã papelreira brasiliense Vidalvina de Oliveira.

família, exímio funcionário da Mesa de Rendas Estaduais, de passo medido, barba escovada, paletó negro de alpaca, pasta sob o braço, curvado com respeito pelos vizinhos, apunando sobre o tempo e a política, jamais visto sem botapão, de cachoça cascara e contida. Em realidade, um esforço digno de todos os aplausos, a família conseguiu que moim beibeim, sem jáca, a memória de Quincas desde alguns anos, se decretá-lo morto para a sociedade. Dele falavam no passado se, obrigados pelas circunstâncias, a ele se referiam. Infelizmente, porém, de quando em vez algum vizinho, um colega qualquer de Leonardo, amiga faladeira de Vanda (a filha envergonhada), encontrava Quincas ou dele sabia por intermédio de terceiros. Era como se um morto se levantasse do túmulo para macular a própria memória: estendido blando, ao sol, em plena manhã alta, nas imediações da rampa do Mercado ou baixo o matorral, curvado sobre cartas solistas no átrio da Igreja do Pilar ou ainda cantando com voz rouqueira na Ladeira de São Miguel abraçada a negras e moletas de má vida. Um horror!

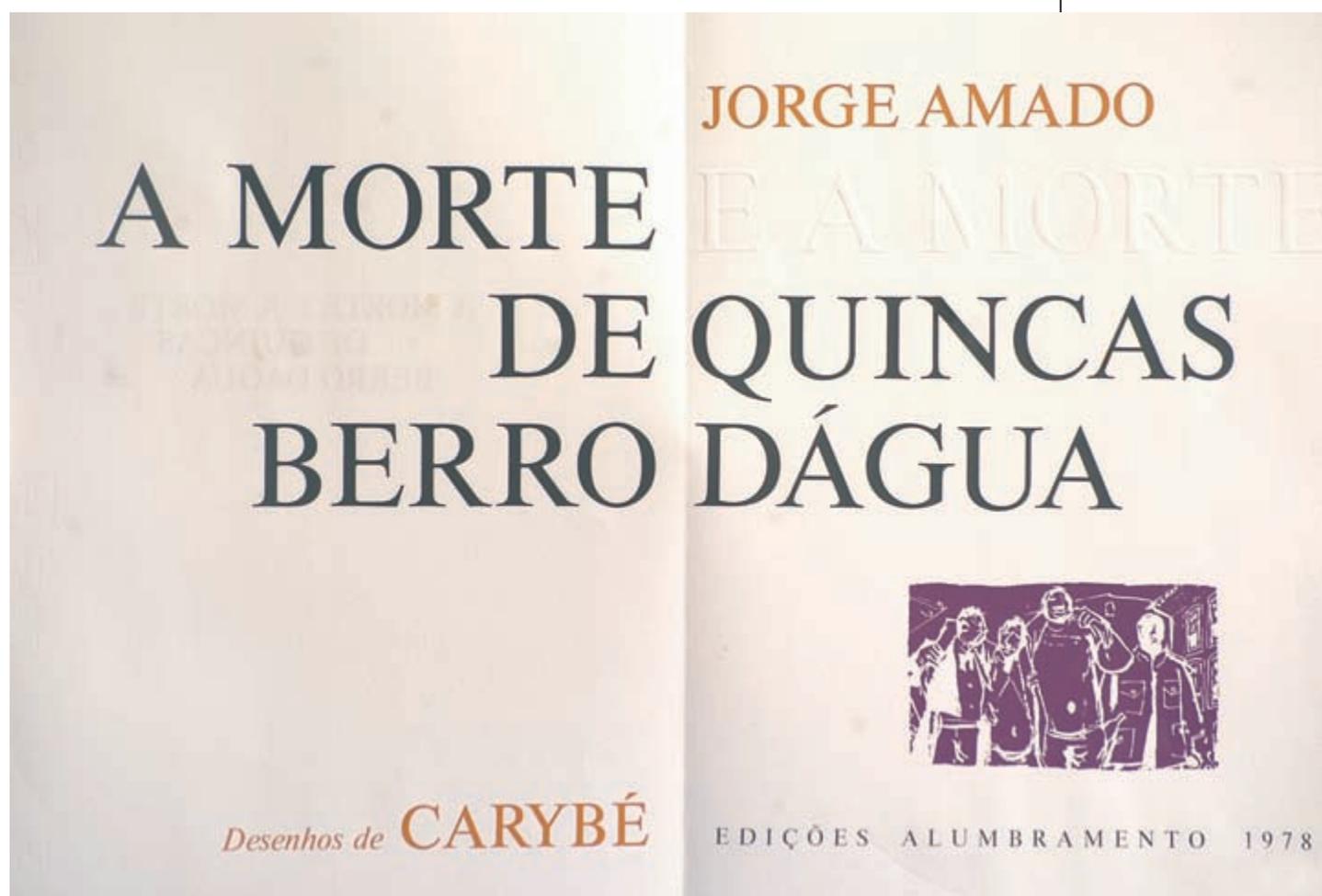
Quando finalmente, naquela manhã, em santeiro estabelecido na Ladeira do Tabão chegou a notícia à pequena porém bem arrumada casa da família Barreto e comunicou à filha Vanda e ao genro Leonardo estar Quincas definitivamente espichado, morto em sua pocilga miserável, foi um suspiro de alívio que se elevou unânime dos peitos dos esposos. De agora em diante já não seria a memória do aposentado funcionário da Mesa de Rendas Estaduais perturbada e arrastada na lama pelos atos inconsequentes do vagabundo em que ele se transformara no fim da vida. Chegara o tempo do merecido descanso. Já poderiam falar livremente de Joaquim Soares da Cunha, louvar-lhe a conduta de funcionário, de esposo e pai, de cidadão, apontar suas virtudes às crianças como exemplo, ensiná-las a amar a memória do avô, sem receio de qualquer perturbação.

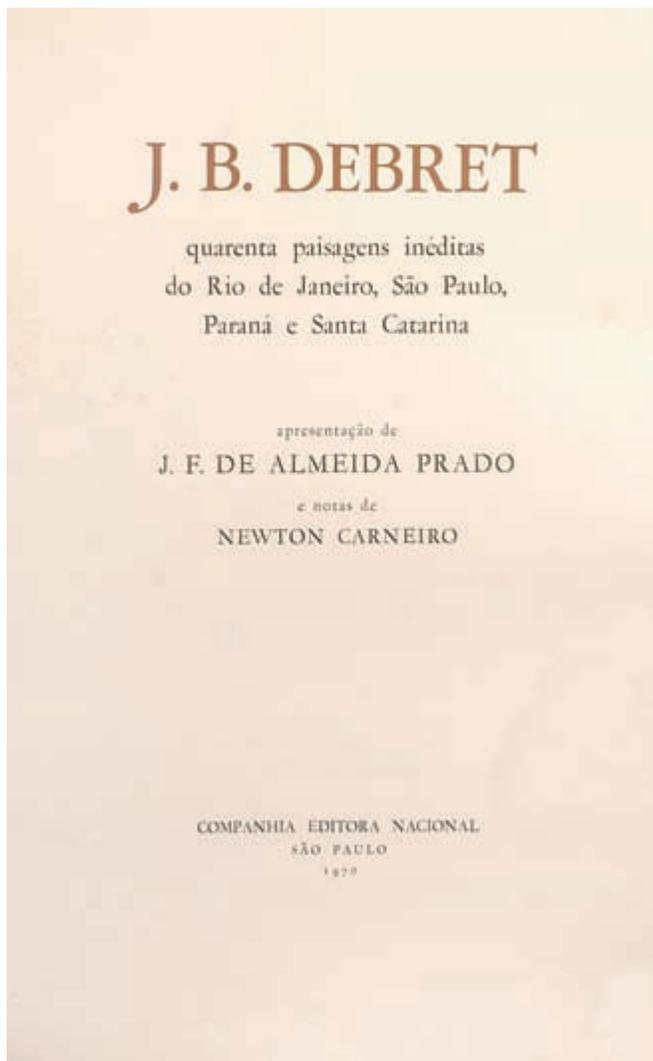
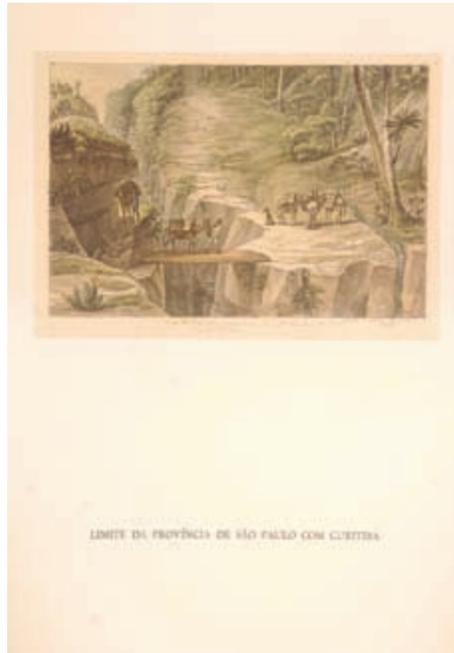
O santeiro, velho magro de carapinha branca, estendeu-se em detalhes: uma negra, vendedora de mingau, acraji, abará e outras condições,

16

AMADO, Jorge. *A morte e a morte de Quincas Berro D'água*: Desenhos de Carybé. Rio de Janeiro: Alumbramento, 1978. 71 p., il. (folhas soltas).

Obra consagrada de Jorge Amado onde o personagem Quincas Berro D'Água inicia a galeria de pícaros do autor com figuras tiradas do real e metamorfoseadas pelo humor até a complexidade de um mundo mágico. Esta edição foi ilustrada pelo artista plástico argentino, radicado no Brasil, Carybé. Integra a Coleção Luiz Viana Filho.





DEBRET, Jean-Baptiste. *J. B. Debret : quarenta paisagens inéditas do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina*. Apresentação de J. F. de Almeida Prado e notas de Newton Carneiro. São Paulo: Ed. Nacional, 1970. 148 p., il. estampas color.

Nas aquarelas até então inéditas, de grande valor histórico, o pintor e desenhista francês Jean Baptiste Debret retrata o fim do regime colonialista e o começo do Reinado de D. Pedro I. Debret compôs a Missão Artística Francesa de 1816, solicitada por D. João VI e reproduzir de maneira infatigável o que presenciou no Rio de Janeiro e no sul do Império.

A edição da Biblioteca do Senado faz parte de uma tiragem de mil exemplares, numerados. Outros dez exemplares, rubricados por J. F. de Almeida Prado, foram impressos mais tarde. Integra a Coleção Luiz Viana Filho.



PLANITZ, Karl Robert von. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*; introdução Mário Barata; texto Paulo Berger. Rio de Janeiro : Companhia Brasileira de Projetos e Obras : Kosmos, 1985. 1 v., il.

A edição traz oito sépias retratando paisagens da cidade do Rio de Janeiro no tempo do Império, cidade que fascinava o autor.

Planitz desembarcou no Rio de Janeiro aos 26 anos, tendo declarado no seu registro de entrada, exercer “a profissão de mestre de desenho”. Sensibilidade erudita marca o caráter minucioso dos desenhos, bem fixados nas sombras dos morros e nos traços fortes dos edifícios, muralhas, muros, vegetação e barcos que aparecem nas reproduções. Detecta-se igualmente uma ligação surpreendente entre o romantismo e o detalhismo iconográfico.

O renome de Planitz entre os iconógrafos decorre especialmente do panorama de sua autoria, litografado por Gatti e Dura, retratando o Rio de Janeiro. Integra a Coleção Luiz Viana.



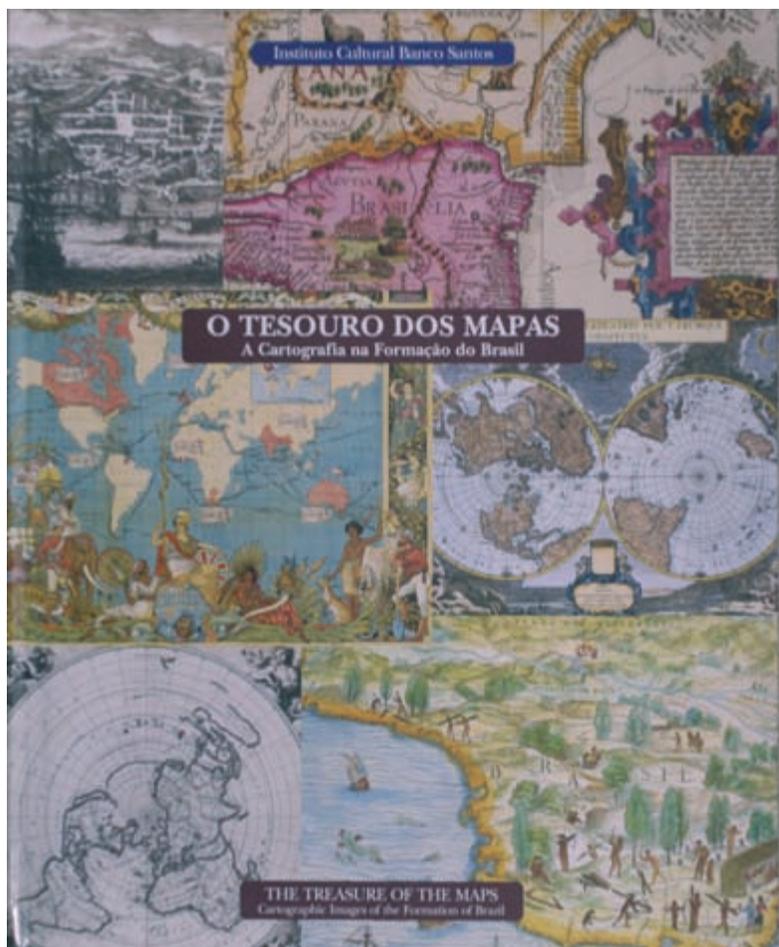


R E Z A O . D O . **E S T A D O D O B R A S I L**

Entendida a dita Matéria, q' aq' por el Rey não confiada a forma do bom governo para os Reynos e Repúblicas em sy contrarias, e diferentes, não de ser governadas por maximas Contrarias e diferentes, pello q' parte q' O doutor Saguaça lugar tenente pello Emperador no Peru, não só jurou dos Reis e do estado dos Indios; mas também das outras nações, dando aos Conquistadores em tal forma: parte do serviço pessoal de certas gentes (q' outra coisa não possuía) q' ficando livres, ficaria juntamente sujeitos a huma reza, q' seve a Deus. **O** Rey, e ao povo, e todos tirou de bem fundadas razões seu feal, e subto p'ovisto, com q' no estado do Brasil parece impossível, sendo ay conuinhete por q' não somente com a sua dita Ogeria su Vanavel, impare, e fora de todo o governo, e Reza por sy só, mas ainda de vaxte de t'vitoz e incompetentes, f'ca de menos p'v'itimo, por que como no Espiritual, temporal, e pessoal vive entre a Religioza tam Religiozamente defendem esta parte, q' as q' mais conuinhete, sabem f'ca q' a morte m'as temeraria de Intenave v'v'ada da q' de Reza de v'v'ada intental, e ay aq' a f'ca subto, q' Sua Mag' mandou Danno de

Susentos a terra dos Indios nos Aldeias n'as q' de chegar a f'v'v'ada, tal he a forma q' tem retrocedido Os Religiozas.

Por el D'nh'no f'ca elo Obediente de v'v'ada de p'v'idade de v'v'ada dos quato de a parte em muitas terras a fazenda de Sua Mag' que sem duvida se podem dar os Indios e muitas fazendas q' co' suas apulas, sendo gentes podem aumentarse as brancas evitando se com Ocumprimento da dita ley, que se delata, meambos entre Oregos da Juncarilla, das q' chamado Sanctidade, e Outros malis, q' em toda esta Costa v'v'ada de v'v'ada da doutrina q' elles, (como incapazes) mal a p'v'idade, ou mal se v'v'ada, mas t'v'v'ada sem a p'v'idade de Capitais l'gas por que Os Indios q' vive de melhor com os brancos não são, são os melhores Crioulos, criando se com os fillos, mas também a p'v'idade de Officos meambos das p'v'idade a f'ca Zonda Real, e melhores apulas nas animas a todos os amedentes q' se Officam na colta, e no estado de suas terras na qual nunca a falta de gente de Nossa l'ga f'ca, nem pode fazer tanto dano em todas as mat'rias quanto pode fazer a falta das animas, e quem as excessos p'v'idade reza da v'v'idade a v'v'ada Ref'v'v'ada em q' tudo a v'v'ada



O TESOURO dos mapas: a cartografia na formação do Brasil. Texto e curadoria Paulo Miceli. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002. 339 p., il. color., mapas.

A obra é um catálogo da exposição “O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil” patrocinada pelo Instituto Cultural do Banco Santos e que percorreu o país a partir de 2002.

Com 220 mapas e instrumentos de navegação, a exposição fez uma completa genealogia da representação do país no progressivo desenho do mundo, desde a época em que era apenas uma fantasia na cabeça dos cartógrafos medievais. As peças são datadas do século XV em diante.

Destacam-se mapas valiosos como cinco cartas-portulanos dos séculos XVI e XVII. Peças únicas feitas à mão sobre pergaminho animal e ornamentados com detalhes em ouro, esses objetos eram destinados a reis e mercadores ricos.

Segundo o curador da exposição, o historiador paulista Paulo Miceli, praticamente, todos os grandes nomes da cartografia italiana, flamenga, holandesa, francesa, inglesa e alemã estão representados. Os desenhos do mundo, nessa época, eram baseados em relatos de viajantes, o que tornava as informações imprecisas. Por isso, os mapas não eram usados para guiar os navegantes, que se baseavam em cartas náuticas. Eram, sim, considerados obras de arte.

ORBIS TERRAE COMPENDIOSA DESCRIPTIO

Quam ex Magna Vniuersali Gerardi Mercatoris Domino Richardo Galitho, Geographiae ac ceterarum bonarum artium apatori ac fautori summo, in veteris amicitiae ac familiaritatis memoriae Rumoldus Mercator fieri curauit A. M. D. LXXXVII.



ÊXODOS

SEBASTIÃO SALGADO

CONCEPÇÃO E DESIGN DE LÉLIA WANICK SALGADO


COMPANHIA DAS LETRAS

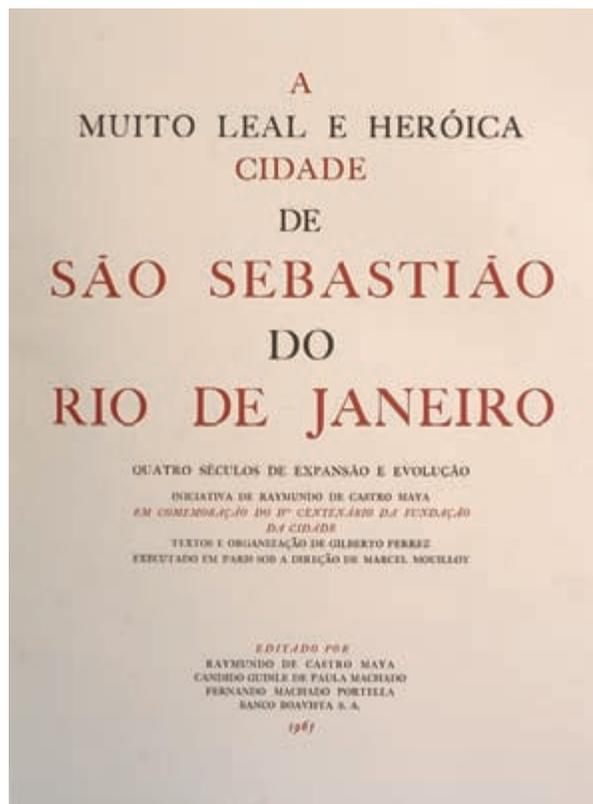
SALGADO, Sebastião. *Êxodos*. Concepção e design de Lélia Wanick Salgado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 432 p., il.

O fotógrafo brasileiro nasceu em 1944 em Minas Gerais, formou-se em economia e obteve o título de doutor em Paris. De 1971 a 1973 trabalhou na África para a Organização Internacional do Café. Daí surgiu sua paixão pela fotografia. Regressou a Paris e começou a trabalhar como repórter fotográfico.

“Êxodos”, feito ao longo de seis anos, é dividido em cinco partes: Migrantes e refugiados: o instinto de sobrevivência; A tragédia africana: um continente à deriva; América Latina: êxodo rural, desordem urbana; Ásia: a nova face urbana do mundo; Retratos de Crianças do Êxodo.

Sebastião arranca seu público do egoísmo e da alienação para dizer, apenas com imagens, que do outro lado do mundo, outras realidades coexistem naquele exato momento. Com esses registros, o autor sugere que há muita mudança a ser empreendida, a começar pelo modo como olhamos o planeta em que vivemos.





A MUITO leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro : quatro séculos de expansão e evolução. Inicialmente de Raymundo de Castro Maya em comemoração do IV Centenário da Fundação da Cidade ; textos e organização de Gilberto Ferrez ; executado em Paris sob a direção de Marcel Mouillot. Paris: Editado por Raymundo de Castro Maya, Candido Guinle de Paula Machado, Fernando Machado Portella, Banco Boavista S.A., 1965. 259 p., il. estampas color.

A obra é uma edição comemorativa do quarto centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro. Contém a história da cidade, desde a sua fundação, através de imagens. Segundo Paulo Herhenhoff, "talvez este seja o mais refinado livro editado por brasileiros no século XX, reunindo o bom-gosto do bibliófilo e colecionador Raymundo Ottoni de Castro Maya ao conhecimento erudito do estudioso Gilberto Ferrez, além do apoio de Candido Guinle de Paula Machado e Fernando Machado Portella". Ferrez, historiador de arte brasileiro, dedicou-se ao estudo da iconografia artística e dos viajantes estrangeiros que estiveram no país.



Gabula herespontis magni brasilia est: ad partem occidentales
 Annias castelle regis obtinet. Gens uero eius ingreccentis coloris.
 feta: & inmanissima caribus humanis uesunt. Hec eadem gens aru
 & saginis egregie untur. hic phytas uelidiores alioq; unumere a
 ues fereq; monstruose: et Scymatu plura genera reperiuntur plu
 rimaq; arbor: nascitur que brasili nuncupata uelibus purpureo colo
 re tingendis opportuna censetur.

R CV

LV



S C



TEIRA BRASILIS

CLI

CIRCV
CLIMA

CLIMA

C L I M A

VINOCCIACIALIS

OCCEANVS

MA PRIMVM

LVS CAN CRIVM

SECVN DVM

TERCI

VM

QVAR

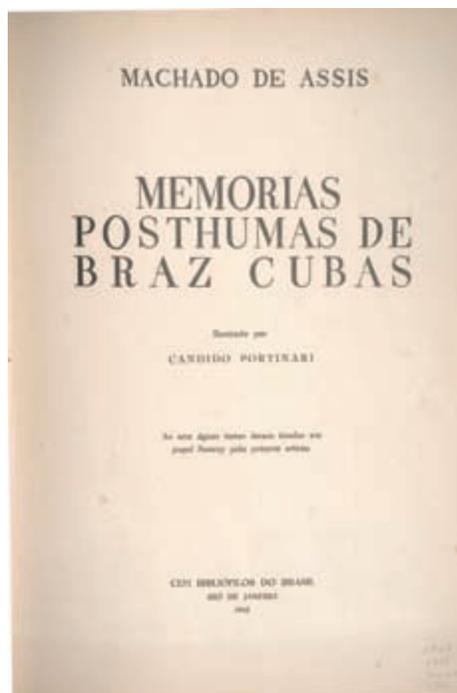
TVM



Handwritten marginal note in red ink.

Handwritten marginal note in red ink.

Vertical handwritten note in red ink.



ASSIS, Machado de. *Memórias posthumas de Braz Cubas*. Ilustrado por Candido Portinari. Rio de Janeiro: Cem Bibliófilos do Brasil, 1943. 316 p., il.

Tiragem única, em cento e dezanove exemplares, produzida em papel "Registro Brasil", com ilustrações assinadas por Candido Portinari.

O livro, tido como marco inicial de uma nova fase na obra de Machado, é caracterizada como uma ficção pessimista e amarga. É um livro lúgubre, através de cuja narrativa o homem é vítima do sarcasmo e da ironia, da descrença na vida, do desamor e da traição, que serão as preocupações permanentes do autor. Esta foi a primeira obra editada pela "Sociedade Os Cem Bibliófilos do Brasil", fundada em 1943.

XLIX

A PONTA DO NARIZ

Nariz, consciência sem remorsos, tu me viste muito na vida... Já meditate alguma vez no destino do nariz, amado leitor? A explicação do doutor Pangloss é que o nariz foi creado para uso dos olhos, — e tal explicação confesso que até certo ponto me pareceu definitiva; mas veio um dia, em que, estando a ruminar esse e outros pontos obscuros de philosophia, atinei com a unica, verdadeira e definitiva explicação.

Com effeito, bastou-me attentar no costume do fakir. Sabe o leitor que o fakir gasta longas horas a olhar para a ponta do nariz, com o fim unico de ver a luz celeste. Quando elle fica os olhos na ponta do nariz, perde o sentimento das cozas externas, embelleza-se no invisivel, apprehende o impalpavel, desvincula-se da terra, dissolve-se, etherisa-se. Essa sublimação do ser pela ponta do nariz é o phenomeno mais excedo do espirito, e a facilidade de a obter não pertence ao fakir sómente: é universal. Cada homem tem necessidade e poder de contemplar o seu proprio nariz, para o fim de ver a luz celeste, e tal contemplação, cujo effeito é a subordinação do universo a um nariz sómente, constitua o equilibrio das sociedades. Se os narizes se contemplassem exclusivamente uns aos outros, o genero humano não chegaria a durar dois seculos: extingua-se com as primeiras tribus.

Ouço d'aqui uma objecção do leitor: — Como pode ser assim, diz elle, se nunca jâmais ninguém não viu estarem os homens a contemplar o seu proprio nariz?

Leitor obtuso, isso prova que nunca entraste no cerebro de um chapeleiro. Um chapeleiro passa por uma loja de chapéus; é a loja de um rival, que a abriu ha dois annos; tinha então duas portas, hoje tem quatro; promete ter seis e oito. Nas vidraças ostentam-se os chapéus do rival; pelas portas entram os freguezes do rival; o chapeleiro compara aquella loja com a sua, que é mais antiga e tem só duas portas, e aquelles chapéus com os seus, menos buscados, ainda que de equal preço. Mortifica-se natural-

120

mente, mas vai andando, concentrado, com os olhos para baixo ou para a frente, a indagar as causas de prosperidade do outro e do seu proprio azar, quando elle chapeleiro é muito melhor chapeleiro do que o outro chapeleiro. ... Nesse instante é que os olhos se fixam na ponta do nariz.

A conclusão, portanto, é que ha duas forças captivas: o amor, que multiplica a especie, e o nariz, que a subordina ao individuo. Procreação, equilibrio.



121

155

Cem Bibliófilos do Brasil

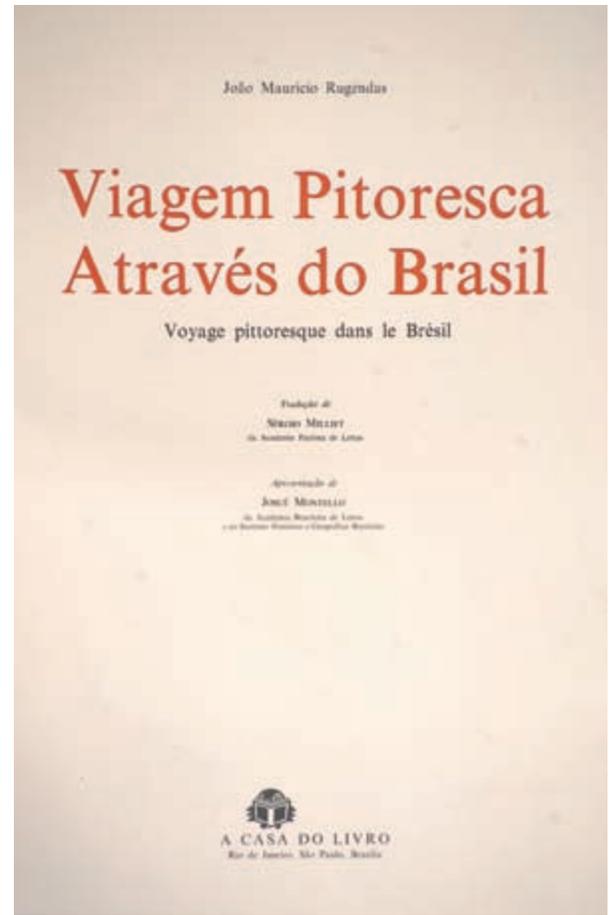
A Sociedade Os Cem Bibliófilos foi fundada no Rio de Janeiro, em 1943, e publicou 23 obras, ilustradas por grande nomes das artes plásticas. Seu fundador, Raimundo Ottoni de Castro Maya, era amante da arte e foi o primeiro presidente do Museu de Arte Moderna. Autores brasileiros como Machado de Assis, José Lins do Rego, Manuel Bandeira, Jorge Amado, Manuel Antonio de Almeida foram publicados pela sociedade, ilustrados, por exemplo, por Cândido Portinari, Aldemir Martins, Di Cavalcanti e Darel.

Além dos 100 exemplares destinados aos sócios, Maya editava um número especial com os originais das ilustrações.

Administrador da Floresta da Tijuca, construiu uma casa no local, doada mais tarde à Fundação Raimundo Ottoni de Castro Maya, que hoje abriga um museu com obras de grande valor, como o mais rico acervo brasileiro de telas de Portinari e Pancetti, além das aquarelas originais de Debret sobre o Rio de Janeiro. Parte do acervo é composta por matrizes das impressões dos livros, arrematadas mais tarde pelo próprio Maya em leilões. Estudos, provas de estado e originais não utilizados nas ilustrações, além de cartões dos banquetes de lançamento dos livros compõem a coleção dos Cem Bibliófilos.

O editor também fundou a Sociedade dos Amigos da Gravura, que igualmente sob seu estímulo, publicou importantes textos ou álbuns. Os Cem Bibliófilos editaram a última de suas obras em 1969, um ano após a morte do fundador.

Desde então, a Sociedade Os Cem Bibliófilos do Brasil inspira a criação de outras organizações similares, como a Confraria dos Bibliófilos do Brasil.





Na página à esquerda, edição traduzida da obra: RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins; Ed. da Universidade de São Paulo, 1972. 161 p., il.



RUGENDAS, Johann Moritz. *Malerische reise in Brasilien Moritz Rugendas*. Stuttgart: Daco Verlag Bläse, 1986. 1 v., il. color. Fac-símile de: Paris, Engelmann & Cie, 1835.

Johann Moritz Rugendas, pintor e desenhista alemão, descendente de família de artistas, interessou-se e aperfeiçoou-se na arte da gravura. Contratado como desenhista da expedição científica do barão Georg Heinrich von Langsdorff, cientista e diplomata russo encarregado de negócios e cônsul-geral da Rússia no Brasil, durante o primeiro reinado. O pintor chegou ao país em 1821 e, com Langsdorff percorreu Rio de Janeiro e parte de Minas Gerais. Depois de se desentender com o barão, seguiu viagem sozinho pelas províncias de Mato Grosso, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco. Ilustrou o que presenciou no Brasil, especialmente aspectos de regiões brasileiras, paisagens, tipos e costumes indígenas. As gravuras com vistas das cidades de Sabará, Outro Preto e Caeté, e das províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, estão hoje no arquivo da Academia de Ciências da Rússia.

Ao retornar à Europa, fez amizade com Alexander von Humboldt que ficou muito entusiasmado com seu trabalho e intermedia o contrato de Rugendas com a casa editora Engelmann & Cie de Paris. Rugendas reuniu cem de seus trabalhos relativos ao Brasil, sob o título de "Voyage Pittoresque au Brésil", em luxuosa edição litografada por Engelmann, com texto em francês e alemão (1835). A Biblioteca do Senado possui um exemplar em fac-símile da publicação em alemão.

As vistas de paisagens contidas na obra geralmente vão além de uma impressão geral de caráter regional, incluindo aspectos que caracterizam determinados climas. As cenas representadas são de extrema importância, destacando-se as referentes aos costumes indígenas.

Uma edição comemorativa foi publicada para marcar o transcurso do sesquicentenário da Independência, em 1972. A Biblioteca do Senado também possui um exemplar dessa edição que é acompanhada do texto integral francês e reprodução fac-similar de todas as ilustrações da edição francesa de 1835.

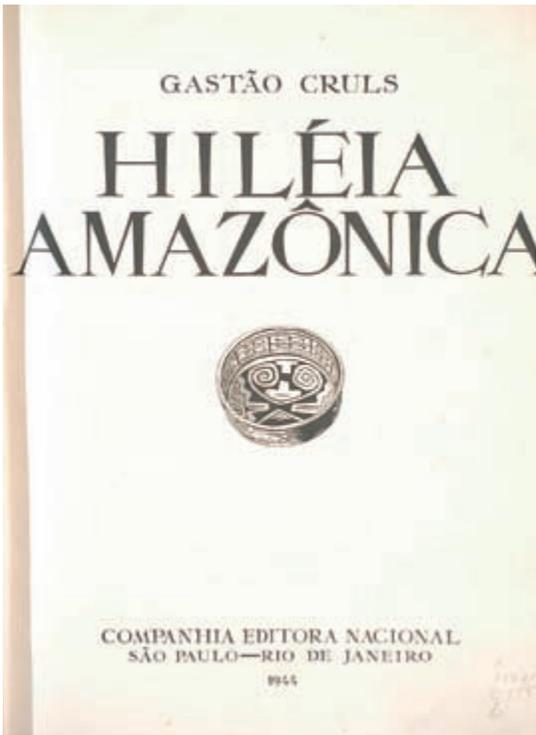


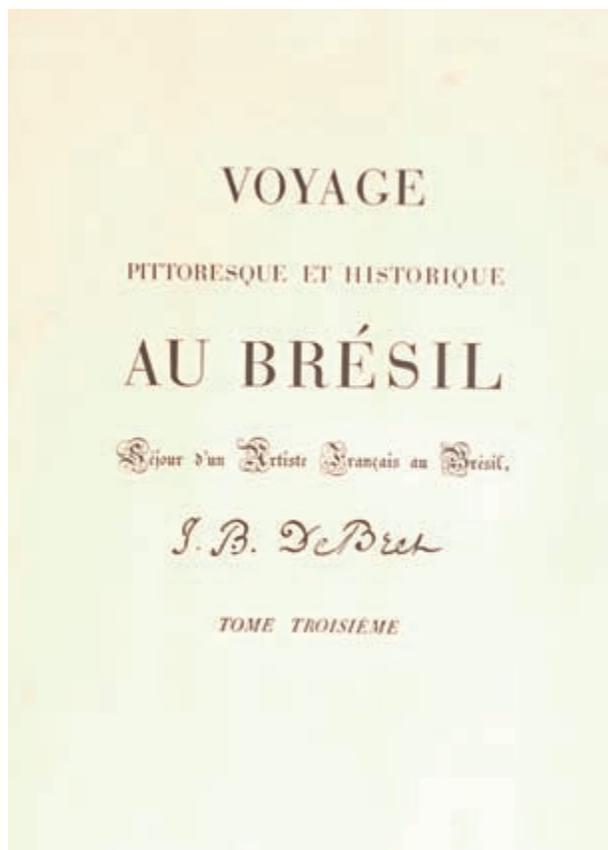
CRULS, Gastão. *Hiléia Amazônica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. 267 p., il. color.

O exemplar da Biblioteca do Senado é numerado, parte de uma tiragem reduzida, fora do comércio, destinada ao Ministério da Saúde. Traz a dedicatória do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, ao diretor do Instituto Nacional do Livro, Augusto Meyer. Apresenta 48 pranchas de aquarelas coloridas de Hilda Velloso, Armando Pacheco e Georges Julien Simoni. Capa, capitulares, títulos e culs de lampe são de autoria de Luís Jardim.

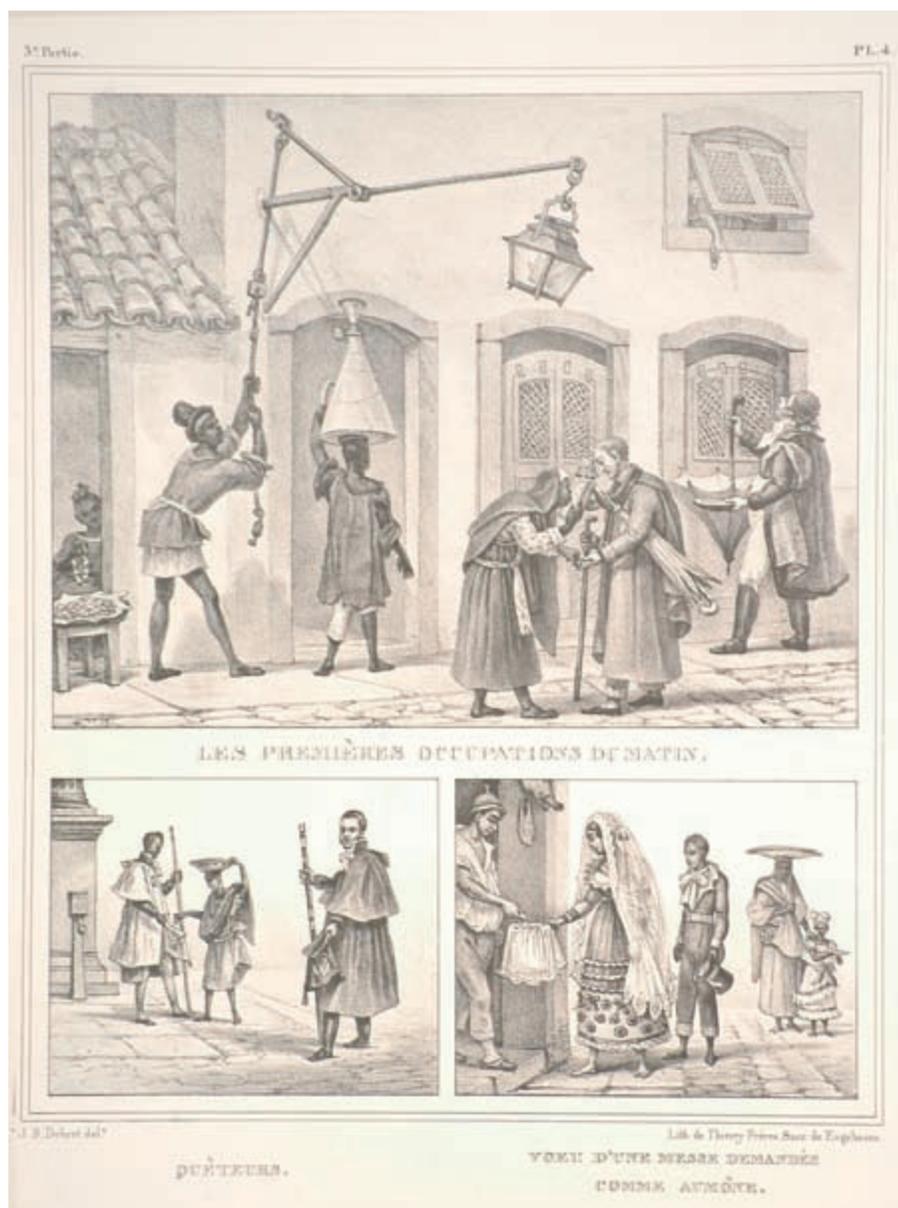
Gastão Luís Cruls, escritor, médico sanitarista, geógrafo, astrônomo e romancista brasileiro foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro, primeiro bibliotecário da antiga Universidade do Distrito Federal.

A obra descreve os aspectos peculiares da flora e da fauna da Hiléia Amazônica e resalta os traços culturais e as manifestações materiais das atividades indígenas da região. Participou da expedição do marechal Rondon às Guianas, despertando enorme interesse pela Amazônia. Em "Hiléia Amazônica" o romancista abordou a região com olhos de conhecedor, discutindo-lhe aspectos da fauna, flora, etnografia e arqueologia.





DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou, séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'avenement et de l'abdication de S. M. D. Pedro I, fondateur de l'empire brésilien.* Edição Comemorativa do IV Centenário de São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: New York: Distribuidora Record, Continental News, 1965. 3 v., il. gravuras.



Jean Baptiste Debret, pintor parisiense, aceitou participar da missão determinada por Dom João VI, em 1816, para o estabelecimento da Academia de Belas-Artes e do ensino artístico no Brasil, juntamente com outros artistas.

O original foi publicado por Debret em Paris, de 1834 a 1839, em edição de Firmin Didot, em três volumes e tiragem limitada a duzentos exemplares. Entre 1953 e 1955, Raimundo Otoni de Castro Maya, descobriu um exemplar de posse de uma bisneta de Debret, com todos os trabalhos por ele executados no Brasil e publicou, também em Paris, um álbum com as mesmas dimensões da edição original, com cem pranchas e cento e quarenta e quatro ilustrações.

ANDRADE, Mário de, 1893-1945. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Ilustradas com águas fortes de Carybé. Rio de Janeiro: Cem Bibliófilos do Brasil, 1957. 218 p., il.

Mário Raul de Moraes Andrade, poeta, ficcionista, crítico de artes e letras, musicista, esteta e folclorista foi o impulsionador mais vigoroso do Modernismo brasileiro, movimento que se propunha trazer para a arte uma realidade nacional autêntica. Sustentava que uma literatura verdadeiramente brasileira deveria usar a língua desprendida das regras gramaticais do português, como legítima forma de expressão dos temas nacionais.

Macunaíma é um romance que o autor classificava como “um poema heróico-cômico ou rapsódia”. Consta na obra que “esta edição consiste na décima primeira das publicações da ‘Sociedade Os Cem Bibliófilos do Brasil’, ilustrada com águas-fortes de Carybé”. O texto foi composto à mão e impresso em Caslon Elzevir Romano, pelos manuais, por Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira. Produziu-se uma tiragem única de cento e vinte exemplares em papel Arches, entre novembro de 1956 e outubro de 1957.

MARIO DE ANDRADE

MACUNAÍMA

O HERÓI SEM NENHUM CARÁTER

AGUAS-FORTES
DE
CARYBÊ

CEM BIBLIÓFILOS DO BRASIL





93 / 200

Nascimento de Jesus

ostrower



Na página ao lado, ilustração de Fayga Ostrower, da obra *Os anjos e os demônios de Deus*, de Joaquim Cardozo

CARDOZO, Joaquim. *Os anjos e os demônios de Deus: pastoril em 12 jornadas*. Ilustração de Fayga Ostrower. Rio de Janeiro: Diagrafis, 1973. 108 p., il. color. (Coleção de Arte, 2).

A obra, de grande interesse regionalista e folclórico, também apresenta uma integração com a parte mais metafórica da poesia. Cardozo era tradutor, crítico de arte e, por fim, calculista de Oscar Niemeyer, com quem participou da construção de Brasília. Manuel Bandeira incluiu oito poemas de Cardozo na Antologia de Poetas Brasileiros Bissextos Contemporâneos e o primeiro livro de poemas do autor foi publicado por iniciativa de João Cabral de Melo Neto. A edição da Biblioteca do Senado contém oito serigrafias da famosa artista plástica Fayga Ostrower.





CHAMBERLAIN, Sir Henry, 2d Bart. *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820*: segundo desenhos feitos pelo T.te Chamberlain da artilharia real durante os anos de 1819 a 1820 com descrições. Tradução e prefácio de Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro: São Paulo: Livraria Kosmos Editora, Erich Eichner & Cia. Ltda., 1943. 234 p., il. grav. color.

Apesar desta não ser a primeira edição da obra, o exemplar da Biblioteca do Senado, numerado, faz parte de uma edição com tiragem especial, de grande luxo e de formato maior, que pertenceu ao senador Luiz Viana Filho. É considerado um dos mais belos álbuns de paisagens e quadros de gênero da cidade e arredores do Rio de Janeiro. O original em inglês foi publicado em fascículos durante seis meses a partir de julho de 1821. Em vários dos exemplares encontrados faltam estampas que se transformaram em quadros.

VISTAS E COSTUMES
DA CIDADE E ARREDORES DO
RIO DE JANEIRO
EM
1819 - 1820

SEGUNDO DESENHOS FEITOS PELO
T.^{TE} CHAMBERLAIN,
DA ARTILHARIA REAL
durante os anos de 1819 a 1820
com descrições.

TRADUÇÃO E PREFÁCIO DE
RUBENS BORBA DE MORAES

EM SUPLEMENTO
TEXTOS DO ORIGINAL INGLÊS

LIVRARIA KOSMOS EDITORA
ERICH EICHNER & CIA. LTDA.

RIO DE JANEIRO  SÃO PAULO

LC
317253
244364
V.1



STANISLAW HERSTAL

DOM PEDRO

ESTUDO ICONOGRÁFICO

1

SÃO PAULO 1972 LISBOA



Leque comemorativo. O busto de D. Pedro I é gravado segundo um desenho atribuído a Debret.



Ordem Imperial do Cruzeiro. Insignia de Dignatário. Cruz e Placa:
Anverso: Benemerentium Praemium.
Reverso: Petrus I. Bras. Imperator D.

HERSTAL, Stanislaw. *Dom Pedro: estudo iconográfico*. São Paulo; Lisboa: Empresa Nacional Publicidade, 1972. 3 v., il.

O livro, dedicado a D. Pedro I, contém belos retratos e reproduções artísticas, sendo uma homenagem do autor e colecionador polonês ao sesquicentenário da Independência do Brasil. A obra produzida sob o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura do Brasil e do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal é de edição com tiragem limitada. Os exemplares, inclusive o da Biblioteca do Senado, são numerados, fora de comércio e rubricados pelo autor.





Retrato de D. Pedro I atribuído a Henrique José da Silva



Pintura a óleo de D. Pedro I atribuída a Augustin Esteve, em cerca de 1800.

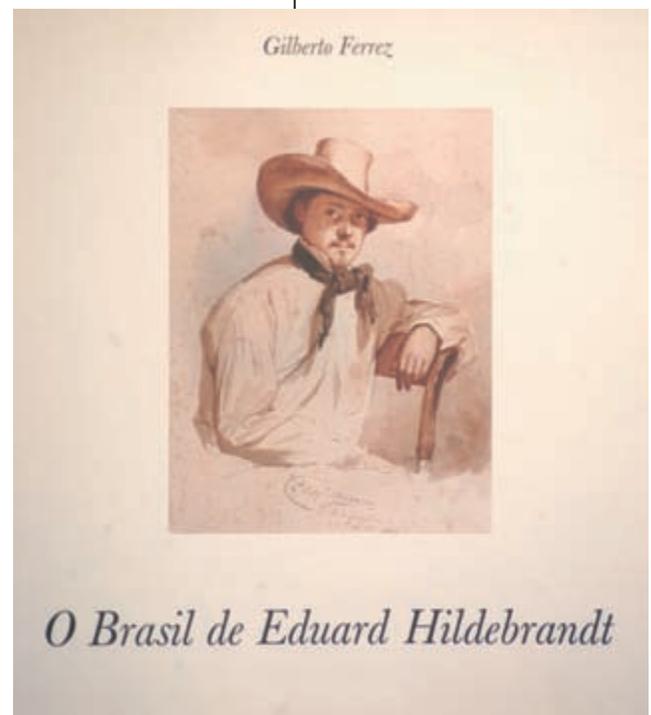


Na página 168, imagens da obra *Dom Pedro: Estudo Iconográfico*, de Stanislaw Herstal

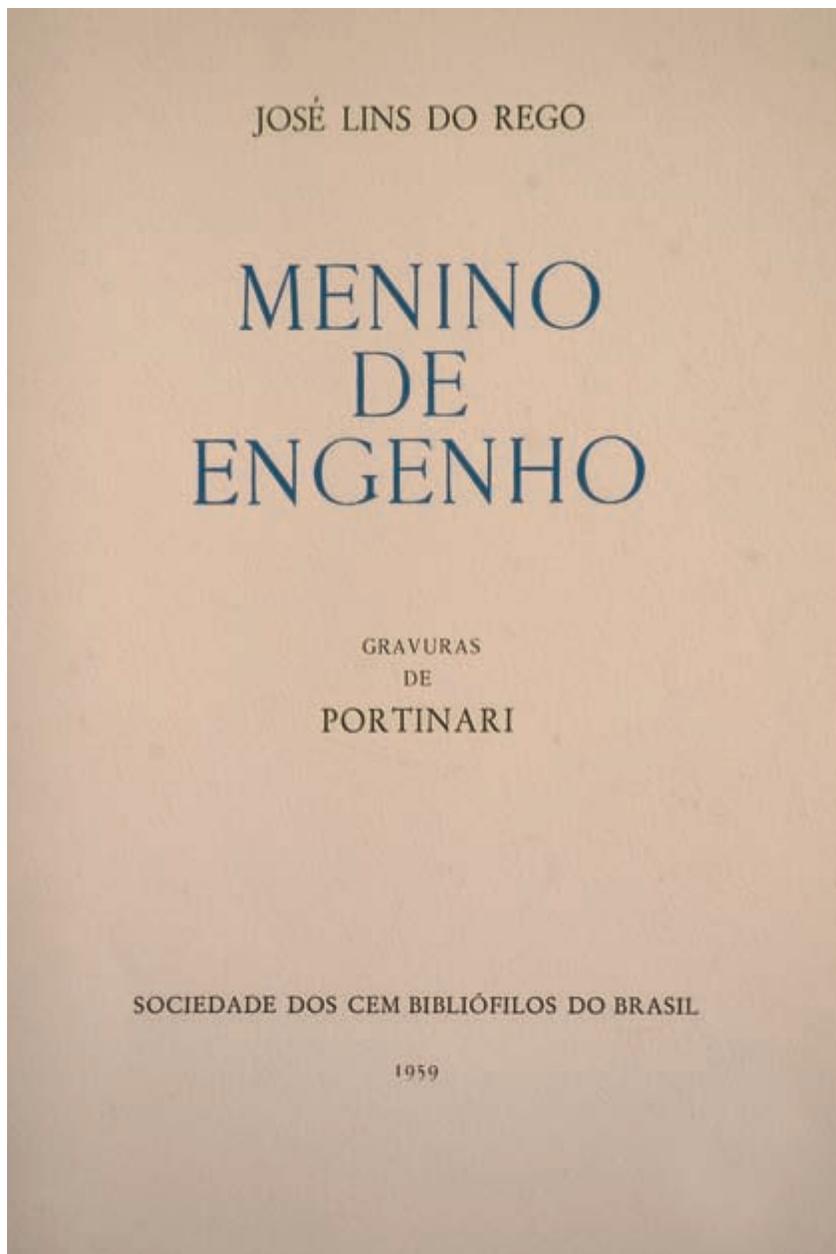
FERREZ, Gilberto. *O Brasil de Eduard Hildebrandt*. Rio de Janeiro: Record, 19-? 97 p., il. color.

Obra organizada pelo historiador de arte brasileiro Gilberto Ferrez em comemoração ao centenário de morte do pintor e desenhista alemão Eduard Hildebrandt. Sob os auspícios do imperador Frederico Guilherme IV, o pintor visitou o Brasil em 1844, percorrendo o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife. De sua passagem pelo Brasil resultaram cento e setenta aquarelas, atualmente nos Museus da Alemanha, com aspectos das cidades visitadas, tipos humanos, plantas e peixes locais.

Segundo Ferrez, dos pintores aquarelistas que nos visitaram no século XIX, Hildebrandt foi o mestre do tropicalismo realístico, jamais superado, não só pela arte de captar as cores e os contrastes de luz sem olvidar o detalhe arquitetônico, como por ter escolhido ângulos não aproveitados pelos demais.





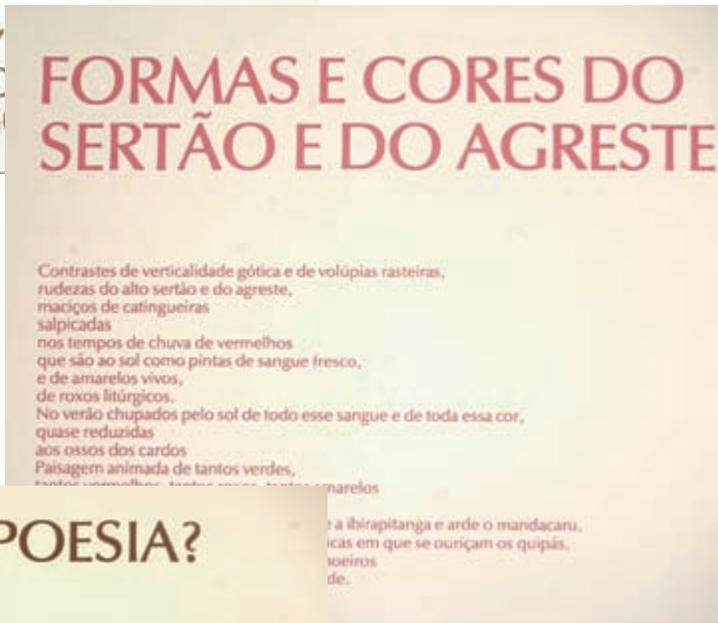
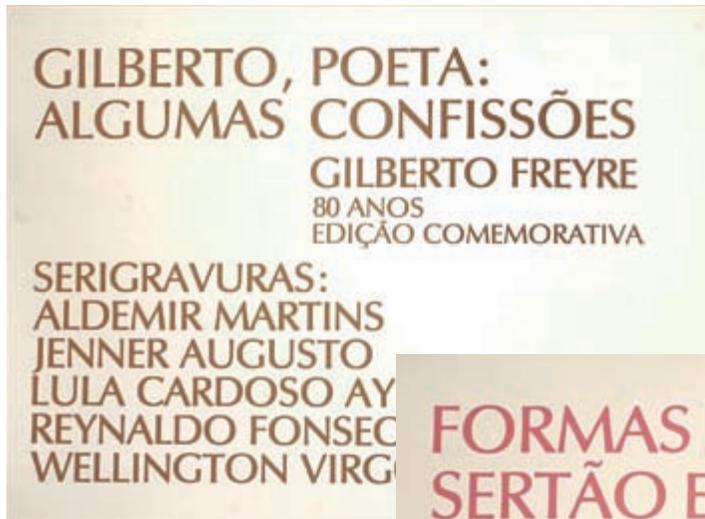


Na página 170, imagem da obra *Menino do Engenho*, de José Lins do Rego

REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. Gravuras de Portinari. Rio de Janeiro: Sociedade Os Cem Bibliófilos do Brasil, 1959. 203 p., il.

Novela publicada inicialmente em 1932 que, historicamente, não tem precedentes diretos no gênero. Trata-se de uma prosa inovadora como a de quem conversa com amigos. José Lins do Rego, a princípio reticente quanto ao modernismo, por influência de Gilberto Freyre, acabou se incorporando ao grupo que consolidaria o Romance do Nordeste. Essa obra mereceu, portanto, atenção especial da “Sociedade Os Cem Bibliófilos do Brasil”. Esse exemplar, editado em 1959, contém gravuras de Cândido Portinari.

Na página ao lado, serigrafura de Aldemir Martins da obra Gilberto, poeta



FREYRE, Gilberto. *Gilberto, poeta : algumas confissões*. Prefácio e textos poéticos de Gilberto Freyre ; serigrafuras, Aldemir Martins, Jenner Augusto, Lula Cardoso Ayres, Reynaldo Fonseca e Wellington Virgolino ; posfácio de José Paulo Moreira da Fonseca. [S.l.] : Ranulpho Ed. de Arte, 1980? 1 v., il. estampas somente color.

A tiragem desta edição foi de 100 exemplares, numerados. Outros dez exemplares, fora de comércio e com as mesmas características gráficas, foram impressos e igualmente numerados em seqüência contínua.

Todas as serigrafuras foram assinadas pelos seus respectivos autores, o mesmo acontecendo com o álbum, também assinado pelo autor abaixo da numeração mecânica.

Os pintores Aldemir Martins e Jenner Augusto, autores de várias das serigrafuras da obra, eram vinculados aos primeiros movimentos de implantação das idéias modernistas no país, na década de 40.

O exemplar possui dedicatória do próprio autor à Biblioteca do Senado Federal.



F. Garraud delinc.

F. Rogemann del.

F. Leprieu sculp.



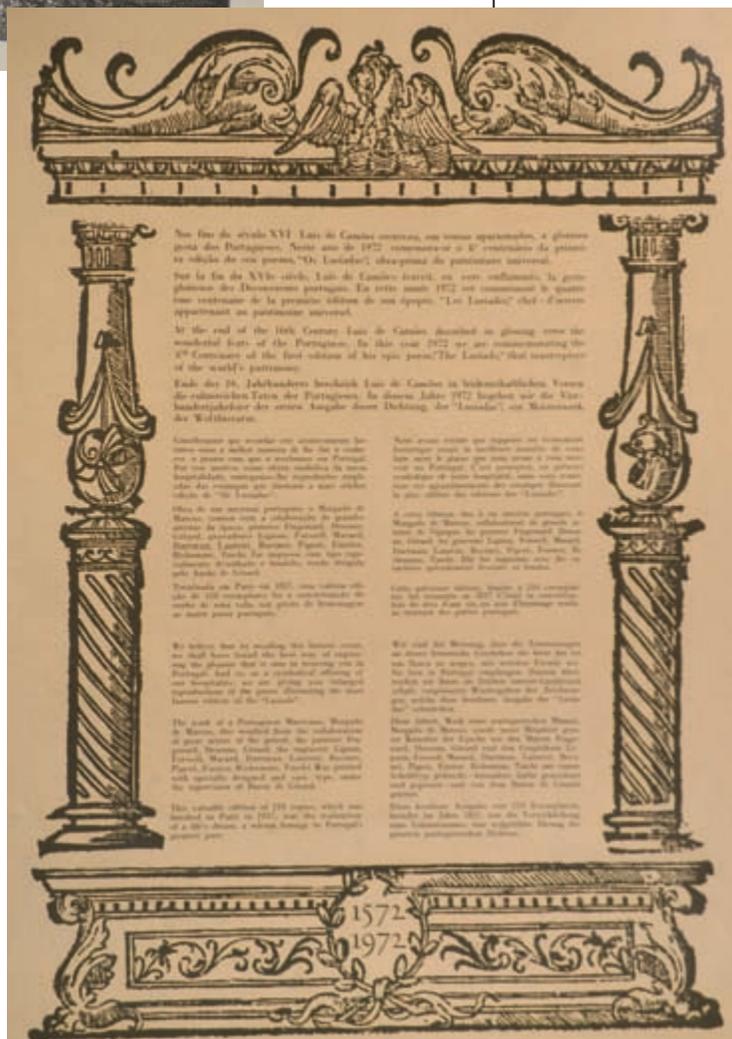
Na página à esquerda, imagem da obra *Os lusíadas*, de Camões

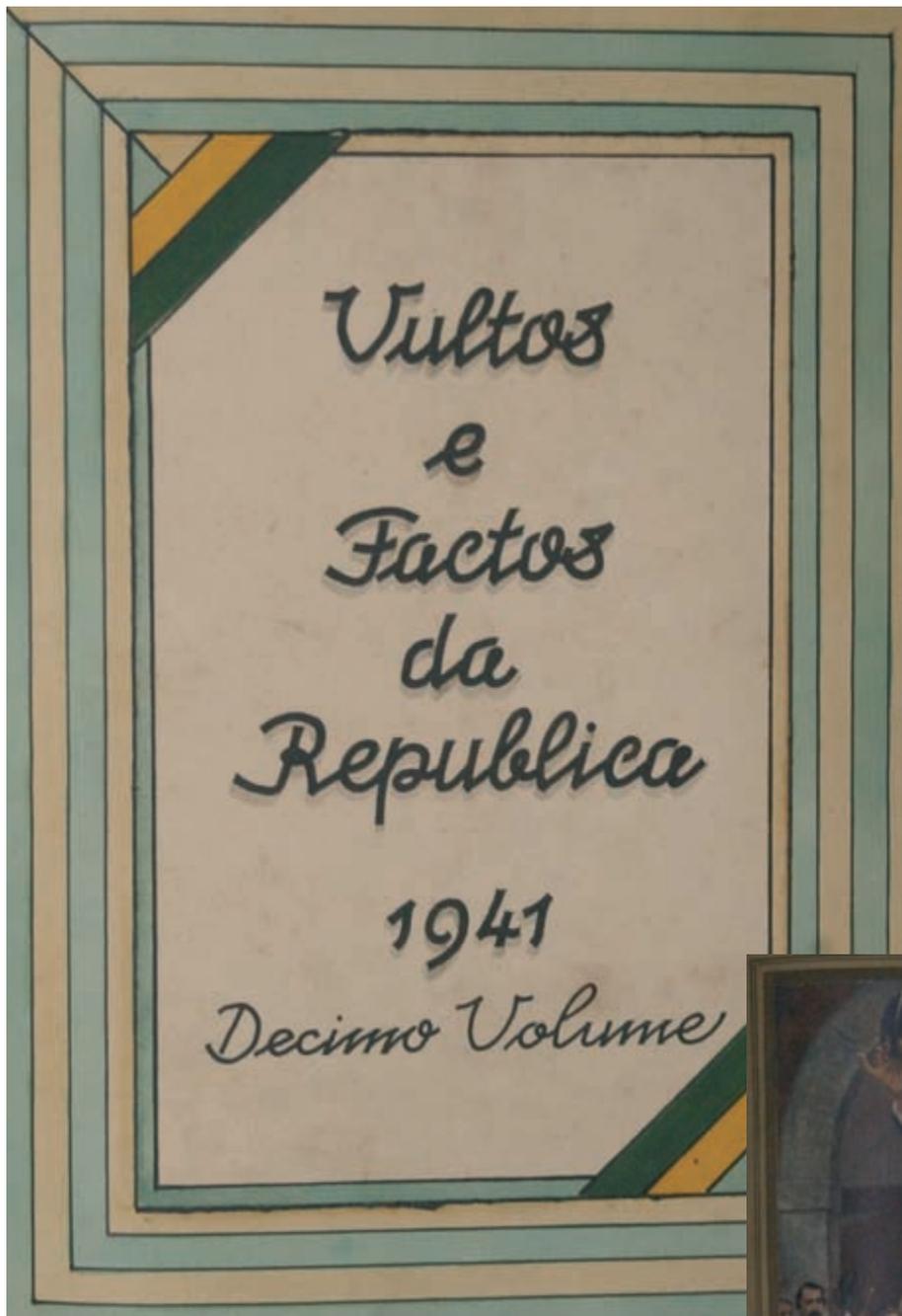
CAMÕES, Luis de. *Os lusíadas*: com privilegio Real. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1972. 13 f., principalmente il.

A edição foi elaborada em 1972 para comemorar o 4º centenário da primeira edição do poema “Os Lusíadas”. As estampas que a ilustram são reproduções ampliadas da mais célebre edição de “Os Lusíadas”, de 1837.

Aquela edição fora encomendada em 1816 pelo mecenas José Maria de Sousa Botelho Mourão de Vasconcelos, o morgado de Mateus, em Paris, com a colaboração de grandes artistas da época, como os pintores Fragonard, Desenne e Gerard, e gravadores como Lignon, Forssell, Masard, Dartman, Laurent, Bovinet, Pigeot, Forster, Richomme, Toschi. Aquela edição foi impressa com tipo especialmente desenhado e fundido, dirigida pelo barão de Gerard.

Sobre “Os Lusíadas”, o prefácio da edição afirma: “Nos fins do século XVI, Luis de Camões escreveu, em versos apaixonados, a gloriosa gesta dos Portugueses”.

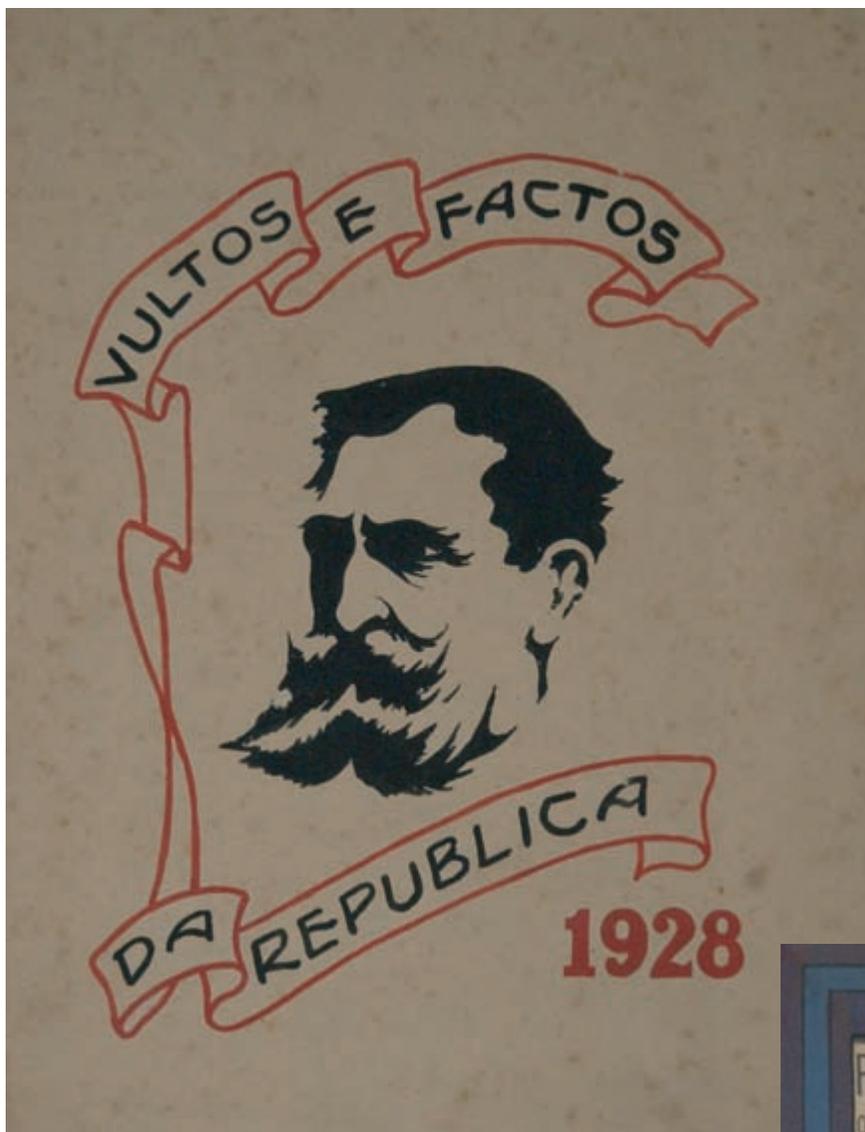




VULTOS e factos da Republica: 1928-1941. [S.l. : s.n.], 1928-1941. 10 v., il.

Obra comprada da Livraria Antiquário em 1974. Compõe-se de 10 volumes compilados manualmente contendo recortes de jornais, de revistas e de outras publicações, com fotografias de personalidades e fatos da República numa coletânea rica e interessante. Não se tem qualquer informação acerca de quem organizou as informações.





CAPÍTULO III

4 COLEÇÃO DE PERIÓDICOS

Uma das maiores coleções da Biblioteca do Senado é a de periódicos, com cerca de 220 mil fascículos de revistas, anuários, boletins, almanaques, entre outros, e aproximadamente 55 mil exemplares de jornais.

O acervo reúne preciosidades da imprensa nacional dos séculos XIX e XX, que retratam questões históricas, como o “*Courrier de la Conférence de la Paix*”, que traz os fascículos publicados, em 1907, sobre a Conferência de Paz, em Haia, na Holanda, na qual o Brasil foi representado por Rui Barbosa. O exemplar foi doado à Biblioteca, com dedicatória, pelo próprio Rui.

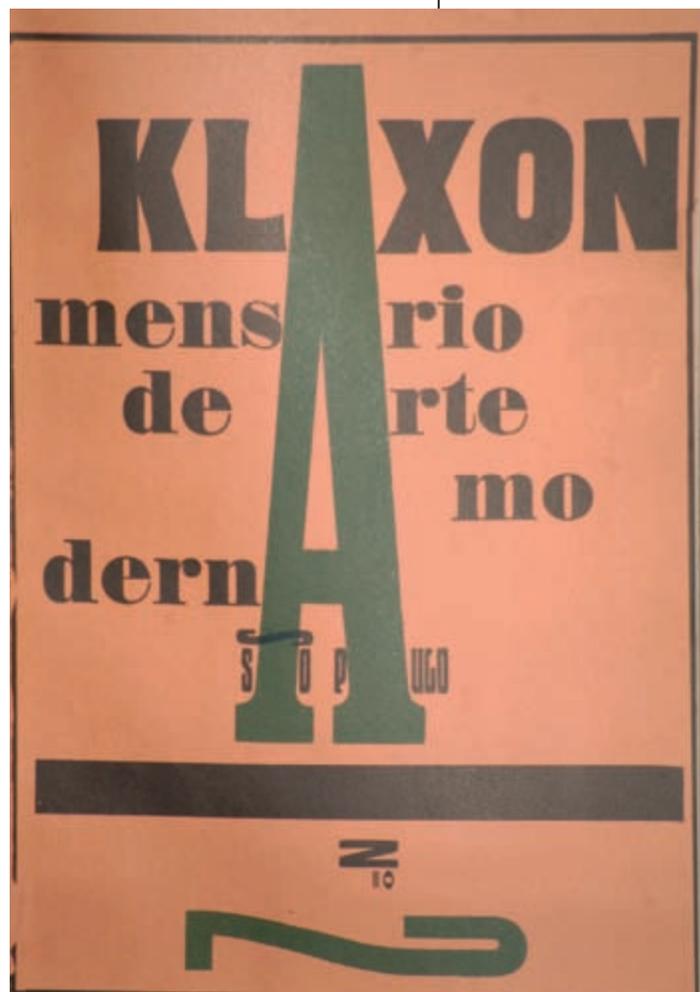
Guarda, ainda, alguns dos primeiros jornais do país, como a *Gazeta do Rio de Janeiro* que surgiu com a *Impressão Régia*, trazida ao Brasil por D. João VI; o periódico ilustrado *O Novo Mundo*, no qual colaboraram Machado de Assis e José de Alencar, editado em Nova York, em 1879 e enviado ao Brasil; e a *Revista Moderna*, impressa em Paris, em 1897, que apresentou a primeira edição da obra *A ilustre casa de Ramires*, de Eça de Queiroz.

Para ampliar o acesso da população, 103 títulos de periódicos foram microfilmados como parte do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, em convênio celebrado entre o Senado Federal e a Biblioteca Nacional. O Plano articulou diversas bibliotecas brasileiras na recomposição de coleções de periódicos raros, cujos exemplares encontravam-se dispersos em diferentes instituições pelo país. Em microfilmes, o acervo de originais fica preservado, uma vez que não há manuseio do papel já desgastado pela ação do tempo.

Os periódicos da Biblioteca do Senado microfilmados perfazem 3.905 rolos e reúnem exemplares valiosos que são marcos históricos da imprensa brasileira do século XIX. Destacam-se títulos como “*Abolicionista*” (RJ), “*Correio Oficial*” (GO), “*Folha Amazonas*” (AM), “*Idade d’Ouro Brasil*” (BA), “*Revolução Liberal de Minas Gerais*” e diversos relatórios ministeriais do império brasileiro.

KLAXON: mensário de arte moderna. São Paulo: Livraria Martins, 1922-1923.
8 v., il.

Como uma das principais divulgadoras do movimento modernista, a revista Klaxon, de periodicidade mensal, circulou em São Paulo entre maio de 1922 e janeiro de 1923. Nela colaboraram Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Graça Aranha, Sérgio Millier, Guilherme de Almeida, Menotti Del Picchia, Anita Malfati, Di Cavalcanti e Tarsila do Amaral, entre outros escritores e artistas. Apresenta-se sob forma de artigos, poemas, comentários, críticas de arte, crônicas literárias, piadas, farpas zombeteiras e trechos de partituras musicais de autores modernistas. A começar pela programação visual e pela ousadia tipográfica pioneira e inusitada, a revista cumpriu a missão a que se propunha, ou seja, surpreender a sociedade brasileira urbana de então.



Cruzeiro

Revista Semanal Ilustrada



Luiza Marcondes Junior
1. 12. 28

ORCA

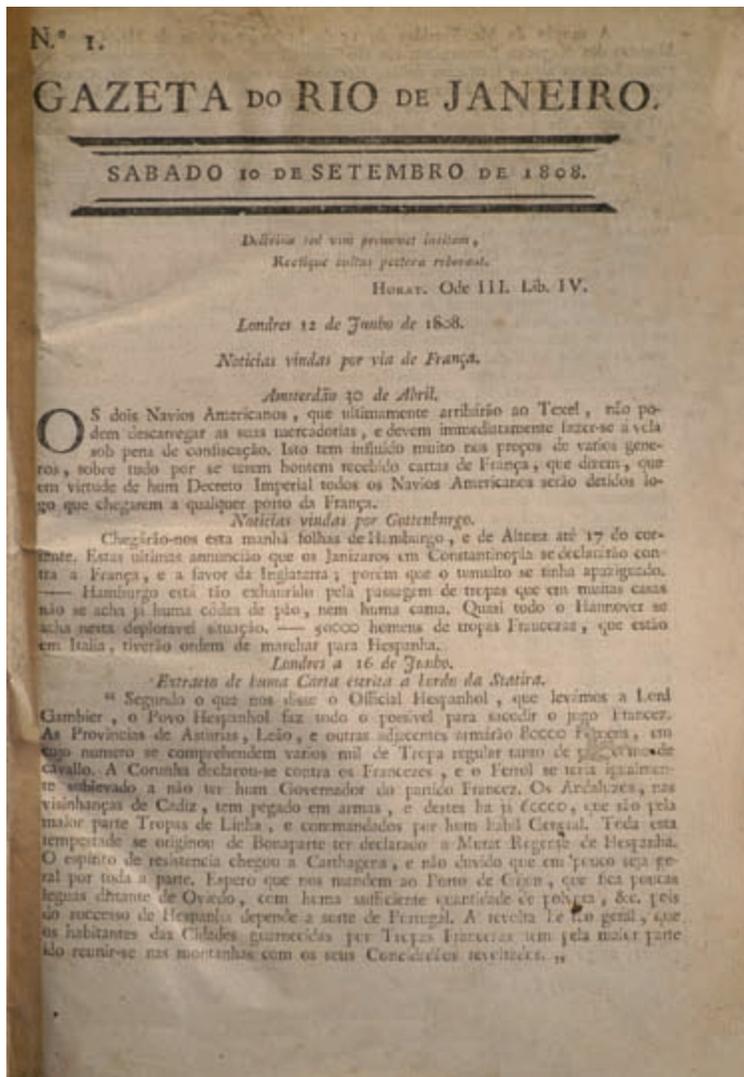


CRUZEIRO: revista semanal ilustrada. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1928-1979. il.

Criada pelo jornalista Assis Chateaubriand, em 1928, como parte da campanha que levou Getúlio Vargas ao poder, tornou-se uma das revistas de maior vendagem na história do país. Como principal revista ilustrada brasileira do século XX, apresentou, com pioneirismo, uma coluna feminina, novidades do cinema e a vida dos astros de Hollywood. Crônicas de Franklin de Oliveira e de Rachel de Queiroz e charges de Millôr Fernandes enriqueceram as páginas do semanário, que tinha ainda seções de esportes, além de perguntas e respostas na área de saúde, contos, culinária, coluna social, política e moda.

Foi responsável pela crônica social, política e artística não apenas do Brasil, mas do mundo, contando para tanto com correspondentes estrangeiros, fato até então inédito no Brasil. De acordo com Fernando Morais, biógrafo de Assis Chateaubriand, grande parte dos méritos da revista deve ser creditada a Freddy Chateaubriand, sobrinho do dono dos Diários Associados. Como diretor da época áurea da revista nos anos 40 e 50, foi quem contratou David Nasser, ex-repórter de "O Globo", e Jean Manzon. Descobriu Millôr Fernandes, criador da célebre seção "Pif-Paf". Publicou o famoso "O amigo da onça", de Péricles Maranhão, e atraiu para os seus quadros nomes como Nelson Rodrigues, José Lins do Rego e Gilberto Freyre, entre tantos outros.





GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808-1822. 15 v., il.

Primeiro jornal impresso no Brasil. Não era órgão oficial apesar de impresso na Imprensa Régia trazida ao país por D. João VI. Não exerceu influência sobre os negócios do Brasil, limitando-se à publicação dos atos oficiais e à transcrição de notícias estrangeiras, sobretudo das que diziam respeito à França, então sob domínio de Napoleão.

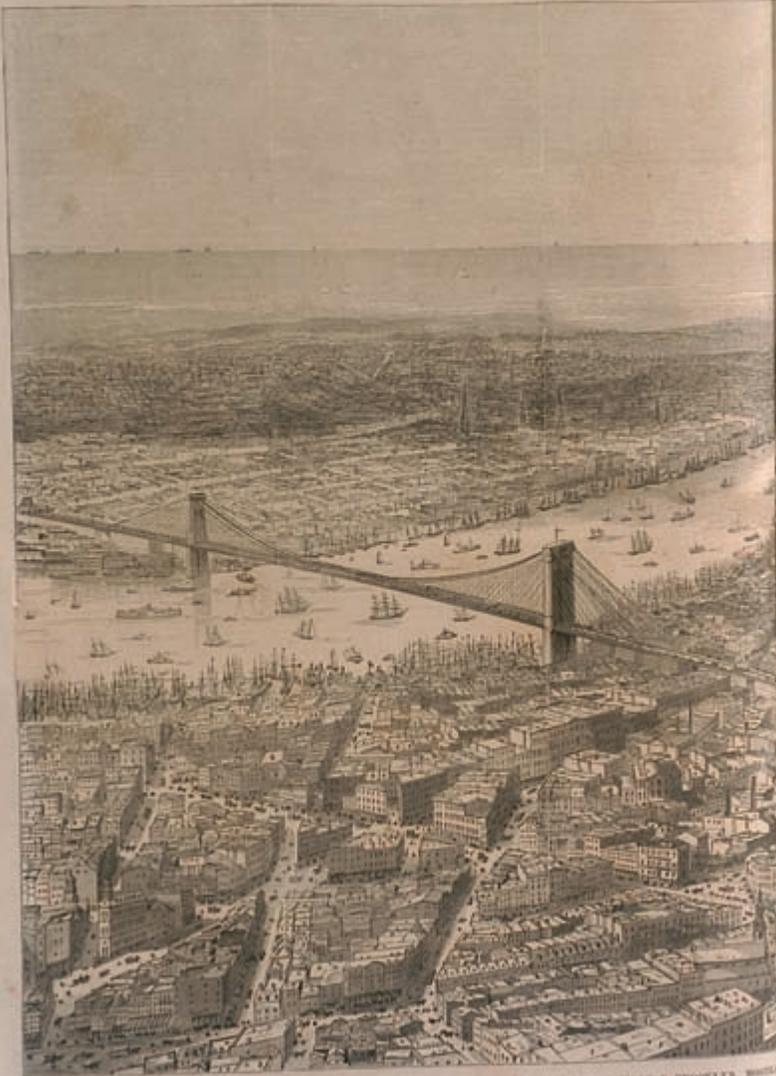
Como ainda não existia liberdade de imprensa, suas páginas não espelhavam as efervescências da independência. Pelo contrário, o Brasil, a julgar-se pelo diário, aparentava ser um paraíso na Terra, pois nele não se viam queixas. Os primeiros redatores foram: Tibúrcio José da Rocha, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e o cônego Francisco Vieira Goulart. Com a independência, em novembro de 1822, passou a estampar as armas brasileiras, mas teve sua impressão interrompida em 31 de dezembro daquele ano, substituído que foi pelo Diário do Governo.

O NOVO MUNDO: periodico illustrado do progresso da idade. New York: [s.n.], 1870-1879. v., il.

Periódico ilustrado publicado em Nova York e enviado ao Brasil, para o qual escreviam, entre outros, Machado de Assis, José de Alencar e Sousândrade, que teve atuação importante como cronista político. O responsável pela publicação era José Carlos Rodrigues, que mais tarde foi diretor do "Jornal do Commercio". Em 1867, Rodrigues emigrou para os Estados Unidos, onde editou o periódico de 24 de outubro de 1870 a 1º de outubro de 1879. No "Jornal do Commercio", ficou conhecido como o jornalista que "fez e desfez presidentes" e foi considerado uma das mais importantes figuras do início do século XX, por possuir muita ingerência política na recém-proclamada República.



VISTA DE NEW YORK DO "NOVO MUNDO."



VISTA DA PARTE MAIS DO SUL DE NEW YORK E BROOKLYN, MOSTRANDO O PONTE ESTRE ESTAS



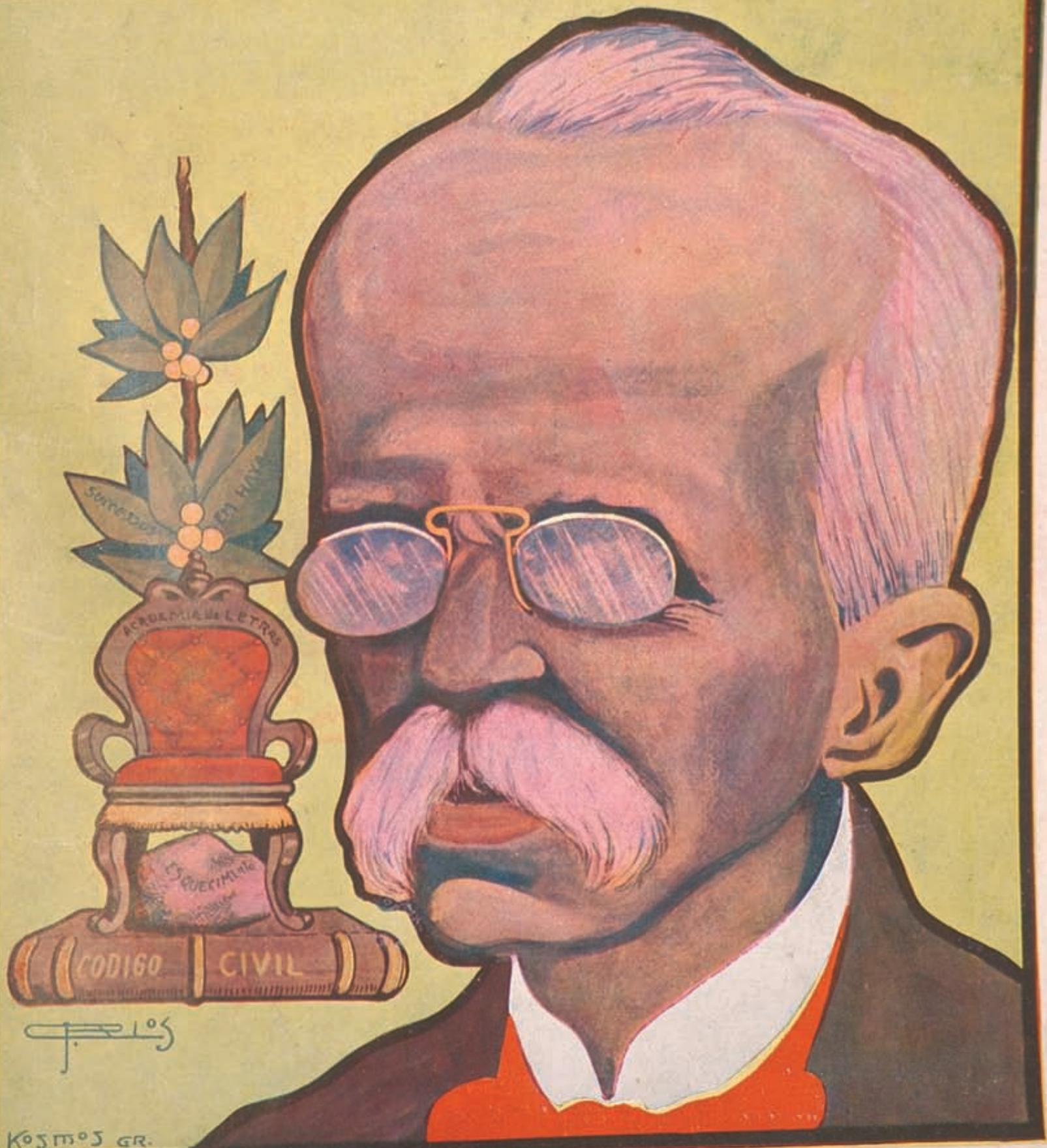
SÃO TRINIDADE (N. 100)



A CIDADE DE WASHINGTON - ENTRADA DOS JARDINS DO CAPITÓLIO NO FIM DE UMA SESSÃO

0 CARRETA

ANN



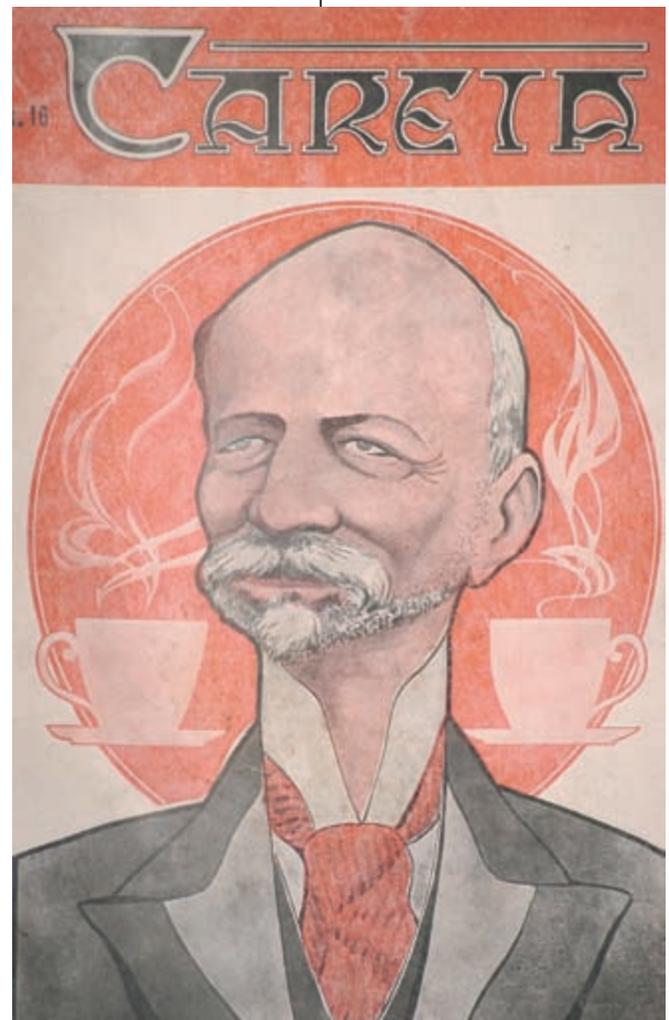
RUY BARBOSA – Presidente... da Academia



CARETA. Rio de Janeiro: Kósmos, 1908-1961. v., il.

Segundo a pesquisadora Ana Maria Mauad, da Universidade Federal Fluminense, a revista “Careta” integrava um conjunto de revistas ilustradas de críticas de costumes que permitiram ao cidadão carioca da primeira metade do século XX “a assimilação rápida de imagens de pessoas, objetos, lugares e eventos”, o que contribuía para as mudanças comportamentais, com influência estrangeira, observadas naqueles anos.

Com destacado cunho social e político, e crítica de costumes, “Careta” se destaca pelo traço forte das caricaturas de J. Carlos, ilustrador da publicação até 1921. Os poetas parnasianos também estavam entre os pontos altos da revista, que, por outro lado, usava de grande ironia, propondo em editorial “um programa vasto e sedutor”, “para o Público, o grande e respeitável Público com P. grande!”.



O REPUBLICO. Rio de Janeiro: Typ. d'Astréa, 1830-[1855?].

Paraibano, o editor do periódico, Antônio Borges da Fonseca, foi jornalista liberal e agitador das massas. Militante contra a Monarquia, como Cipriano Barata e Frei Caneca, sofreu as influências das revoltas na sua região contra o governo central em 1817, 1821 e 1824.

Essencialmente democrata, o periódico critica o imperador, o governo e tem preocupações sociais. Defende a democracia e a necessidade de combater a pobreza, oferecer garantias de trabalho, adotar o sufrágio universal e o regime republicano.

Pelas suas opiniões, Borges da Fonseca enfrentou polêmicas e processos.

Segundo ele, Republico significava "o amigo da coisa pública, o amigo do povo, da liberdade e da paz". Pela identidade entre a obra e seu criador, Borges acabou recebendo o apelido de Republico.

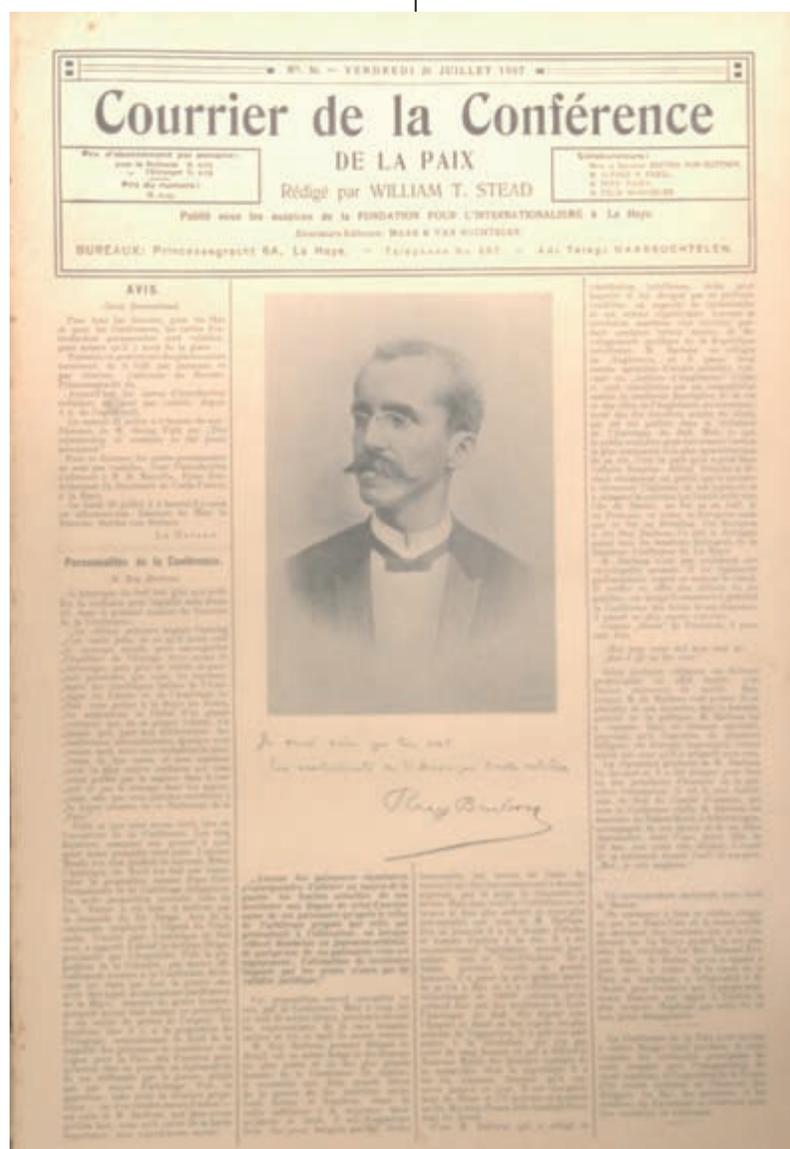
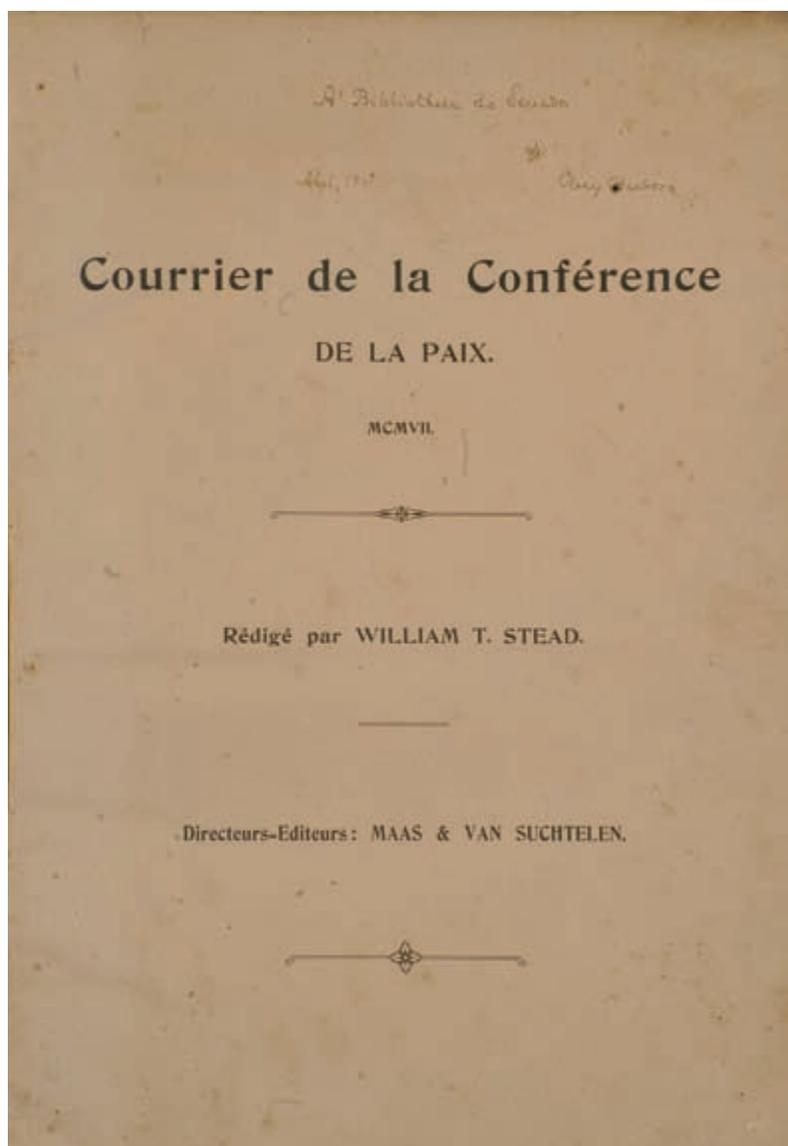
O Republico foi editado até 1834, ressurgiu em 1837 e reapareceu, ainda, em 1853, quando, com a Monarquia mais estável sob o reinado de D. Pedro II, não havia clima para as opiniões republicanas de Borges da Fonseca.

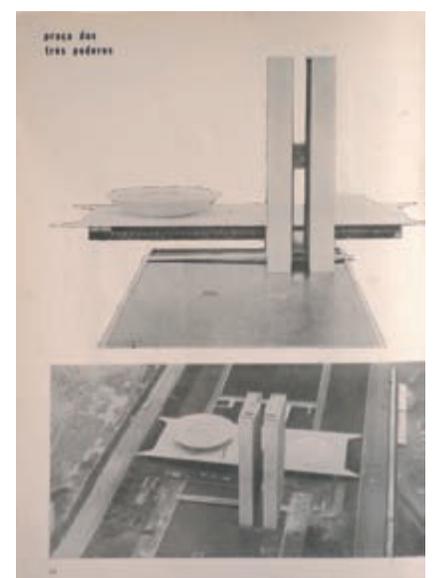
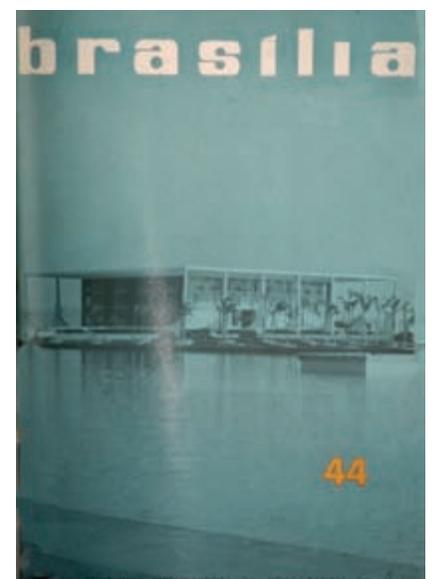
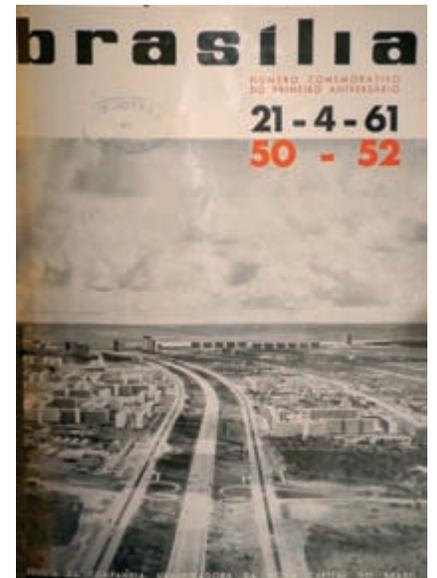


COURRIER DE LA CONFÉRENCE DE LA PAIX. La Haye: Maas & Van Suchtelen, 1907. 1 v.; il.

Encadernação original, a obra reúne todos os fascículos publicados sobre a segunda Conferência de Paz, em Haia, na Holanda, com índice alfabético nas páginas preliminares. Na época, Rui Barbosa foi o representante do Brasil junto à Conferência, havendo aceitado, em 1907, o convite feito pelo barão do Rio Branco, então ministro do Exterior.

O periódico reúne debates, discursos, ensaios, caricaturas, biografias, retratos de diversas personalidades, programação e guia de todos os locais relacionados à Conferência Internacional da Paz. O exemplar possui dedicatória de Rui Barbosa à Biblioteca do Senado.





BRASÍLIA: revista da companhia urbanizadora da nova capital do Brasil. Brasília : Novacap, 1957-1988. Periodicidade irregular. il.

Primeira revista editada em Brasília. Periódico de reconhecido valor histórico trazendo toda a cobertura da construção da nova capital. Inclui ilustrações fotográficas e descrições das obras em andamento, dos planos urbanísticos e arquitetônicos ainda em estudo e de personalidades da época. Começou a circular em janeiro de 1957.

A ILLUSTRACÃO BRAZILEIRA. Rio de Janeiro: [s.n.], 1909-[1935?].
 Quinzenal (1909-fev. 1915), mensal (1920-1957). il.

Revista brasileira ricamente ilustrada que começou a circular no início do século XX. Em suas páginas, prepara o modernismo e até mesmo o antecipa com críticas e alertas. Os cronistas, caricaturistas e ilustradores compuseram o perfil de uma época em que as imagens fotográficas tinham nas revistas ilustradas o seu principal veículo de divulgação. Entre os colaboradores constam Olavo Bilac, Barão Homem de Mello, Augusto de Lima, Medeiros e Albuquerque e outros. O Senado possui 12 fascículos da revista.



REVISTA MODERNA. Paris: Martinho Botelho, 1897-1899. Quinzenal / Mensal. il.

Segundo Ana Luiza Martins em sua obra "Revistas em revista", a Revista Moderna, impressa em Paris, em 1897, introduzia o que havia de mais avançado nos periódicos até então, primando por elaboradas reportagens, coberturas de acontecimentos marcantes do tempo, geralmente ilustradas com desenhos tomados a partir dos acontecimentos, não se furtando ao sensacionalismo em voga.

Trazia notícias e ilustrações em gravuras e fotografias sobre a sociedade da época, folhetins, coluna social, de esportes, de moda, de poesia, prosa e artes e histórias em quadrinhos. Apresentou a primeira edição da obra "A Ilustre Casa de Ramires", de Eça de Queirós, que era um dos colaboradores da revista, impressa em papel couché.



DIARIO CARIOCA. Rio de Janeiro: [S.ed.], [1928-1965]. il.

Fundado em 1928, por José Eduardo Macedo Soares, foi um dos mais influentes do país e modernizou, tecnicamente, a imprensa brasileira. Introduziu o lead – primeiro parágrafo da matéria impressa, onde consta o fato principal - aproximou a escrita da fala corrente brasileira, como já havia sido proposto pelos modernistas de 1922. O novo estilo de redação da imprensa brasileira começou em 1950 com o Manual de Redação do Diário Carioca, de Pompeu de Souza e Danton Jobim, que introduziram com um grupo de jovens universitários técnicas de redação originalmente desenvolvidas nos Estados Unidos e já utilizadas, também, em outros países. Diz Paulo Francis sobre este periódico: “O Diário Carioca foi um jornal tecnicamente revolucionário, que terminou com o lero-lero das reportagens intermináveis em que a estrela era o repórter e não o assunto”.



Quete Lara conta tudo sôbre Cannes



Chico Buarque
escreve:
Por que sou
tricolor



E MAIS: JAGUAR, TARSO DE CASTRO, SÉRGIO CABRAL, CLAUDIUS, DON MARTIN, MILLÔR FERNANDES, FORTUNA, ZIRALDO, MARTA ALENCAR, SÉRGIO NORONHA, LUIZ CARLOS MACIEL



CONCURSO
MISS BRASIL
BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL
PR-ÇA DOS TRÊS PODERES
70.180 - BRASÍLIA - DF

O PASQUIM

Rio — GB, 26 de junho de 1969 — Número 1 — Aos amigos, tudo; aos inimigos, justiça — nCr\$ 0,50

Ibrahim: sou imortal sem fardão

O PASQUIM surge com duas vantagens: é um semanário com autocritica, planejado e executado só por jornalistas que se consideram geniais e que, como os donos dos jornais não reconhecessem tal fato em termos financeiros, resolveram ser empresários. É também um semanário definido — a favor dos leitores e anunciantes, embora não seja tão radical quanto o antigo PSD. Até agora O PASQUIM vai muito bem — pois conseguimos um prazo de trinta dias para pagar as faturas. Este primeiro número é dedicado à memória do nosso Sérgio Porto, que hoje deveria estar aqui conosco. No mais, divirtam-se — enquanto é tempo e não chega o número dois.



O PASQUIM. Rio de Janeiro: Codecri, 1969-1977 il.

Em resposta à promulgação do Ato Institucional nº 5, pelos militares, surge o primeiro e mais influente jornal de oposição à ditadura brasileira. Seus idealizadores foram Ziraldo, Millôr Fernandes, Jaguar, Fortuna, Prósperi, Claudius, entre outros.

Além do corpo fixo de jornalistas colaboravam nomes como Henfil, Paulo Francis, Ivan Lessa, Sérgio Augusto, Ruy Castro e Fausto Wolff.

Com a publicação de uma charge de Pedro Américo, em novembro de 1970, satirizando a imagem de D. Pedro às margens do Ipiranga, toda a redação do jornal foi presa, e permanecendo na prisão até fevereiro de 1971.

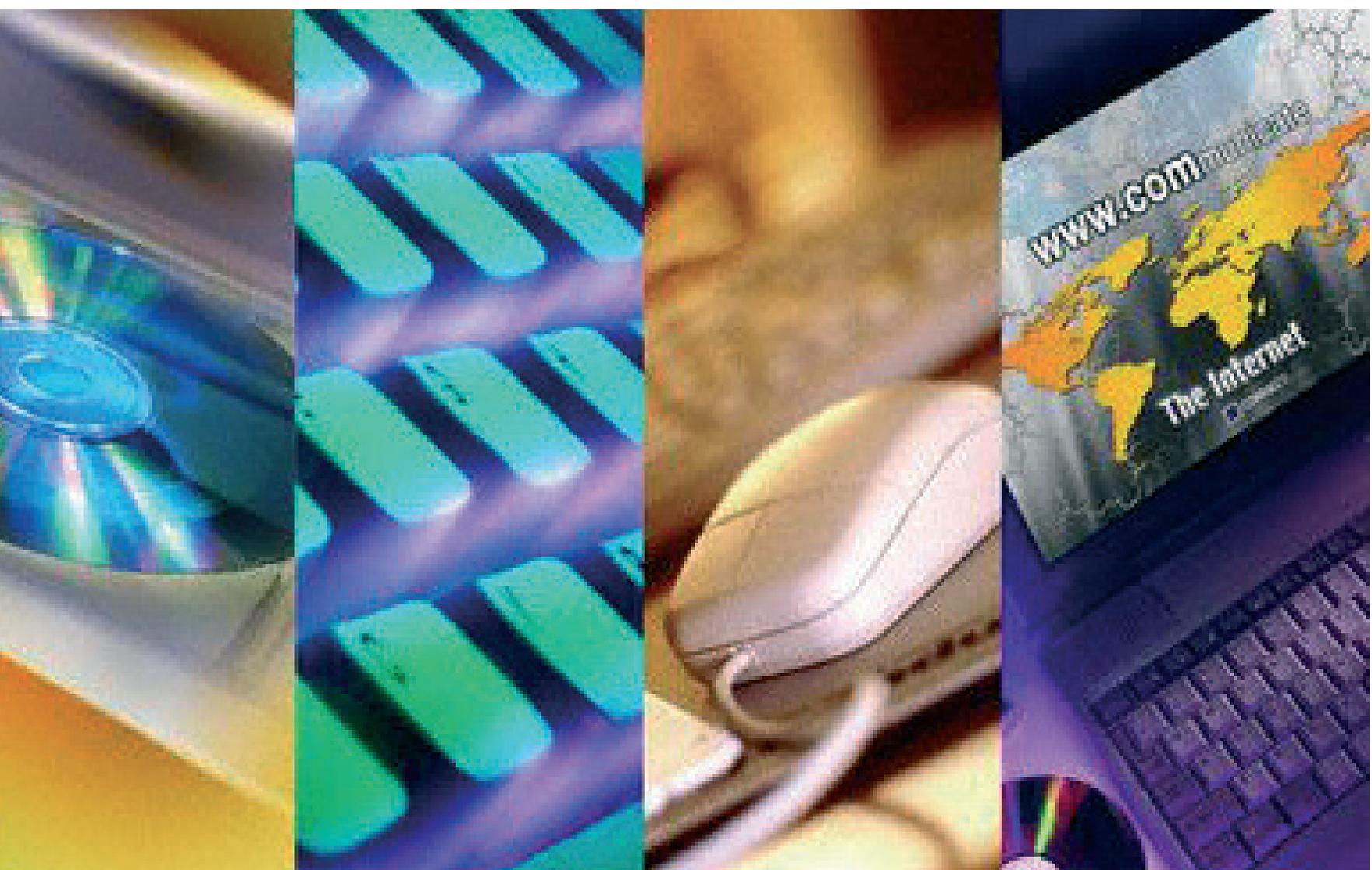
Nesse período, o jornal foi mantido com a colaboração de intelectuais brasileiros como Chico Buarque, Antonio Callado, Rubem Fonseca, Glauber Rocha, Odete Lara, entre outros.

Apesar de todos os esforços e do surgimento de vários outros jornais de oposição, o Pasquim continuou ativo até 1991.



CAPÍTULO IV

BIBLIOTECA DO FUTURO



A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, completa 180 anos sem carregar o peso da idade. É hoje um centro onde palpita a vitalidade do trânsito ágil de informações, em que se destacam, além do seu acervo em papel, os conteúdos em formatos digitais ou de acesso virtual, transformados em produtos e serviços para seus usuários.

A biblioteca do futuro não se restringe a um espaço físico ou localização geográfica. Possibilita o acesso a seus catálogos à distância, dispensando o comparecimento do usuário. É automatizada, pois seu acervo, catálogos e serviços são desenvolvidos com suportes eletrônicos. E é virtual porque é capaz de materializar-se através das ferramentas que a moderna tecnologia da informação e de redes coloca à disposição de seus organizadores e usuários.

A Biblioteca do Senado Federal está sempre em busca de novos conceitos de informação, tentando não se acomodar como um local estático, conservador e tradicionalista. Como a sua própria história demonstra, a Biblioteca acompanhou a evolução do país e de suas instituições.

Por suas características organizacionais, a Biblioteca tem o senador como o seu principal usuário e seu objetivo está vinculado à necessidade de suprir as necessidades de informações do parlamentar, especialmente no processo de elaboração das leis, participação na tribuna e de construção de ideais nacionais.

A própria concepção da Biblioteca do Senado considera que informações precisas, objetivas e imparciais são a matéria-prima para o pleno desenvolvimento da democracia, exercida pelos representantes do povo. Assim, a biblioteca torna-se fundamental à tomada de decisões com confiabilidade, constituindo-se no subsídio estratégico à ação parlamentar, na intenção de que serviços de informações de qualidade sejam capazes de aumentar a credibilidade e a eficácia do Legislativo junto ao cidadão brasileiro.

Isso não significa que o escopo temático da Biblioteca seja limitado. A informação voltada para as atividades legislativas não se restringe a uma área específica do conhecimento, pois o Parlamento se preocupa, discute e decide sobre importantes questões sociais, científicas e tecnológicas, que envolvem a população de um país.

A Biblioteca precisa estar preparada para atender a essa multiplicidade de solicitações, não só por meio de seu acervo, como também, pelo acesso a diversas bases de dados nacionais e estrangeiras, estendendo aos seus usuários o conteúdo eletrônico dos documentos.

Nesse contexto, as recentes inovações tecnológicas, que mudaram os conceitos de gerenciamento de recursos de informação, causaram um rompimento nos modelos tradicionais de bibliotecas, a fim de adaptá-las ao paradigma atual.

A interatividade, a interdisciplinaridade e a especialização dos serviços e produtos de informação são requisitos cada vez mais observados nas solicitações de pesquisas pelos usuários. Acessibilidade, dados fidedignos, compatíveis e padronizados, além de flexibilidade para se utilizar múltiplos meios de acesso com segurança, são alguns atri-

butos essenciais desse novo paradigma.

O constante aprimoramento de tecnologias, o potencial de integração de um grande número de funções e informações, a heterogeneidade da clientela, a possibilidade de fragmentar e rearranjar documentos com textos, imagens, e som proporcionam a abertura de novos horizontes aos sistemas de informação. Levantar as fontes de informação, de forma precisa, organizada e rápida e observar as necessidades e prioridades dos senadores, seus assessores e usuários em geral, consolida a imagem de eficácia e modernidade da Biblioteca.

No portal da Biblioteca do Senado na Internet foi criada a Biblioteca Virtual, que possibilita maior velocidade de acesso aos livros, artigos de revistas e jornais, obras raras e recursos eletrônicos, em meio à vastidão de documentos disponíveis. Essas inovações, pela velocidade dos avanços tecnológicos, estão em constante aperfeiçoamento, repercutindo na atualização periódica do portal. É, também, por meio da Internet e do correio eletrônico que o acervo vai até à mesa do usuário.

Em outubro de 2004 a Biblioteca promoveu o seminário “Cenários para a sobrevivência das bibliotecas”. Na ocasião, foi apresentada a pesquisa do *Online Computer Library Center na América Latina e Caribe (OCLC)*, realizada em 29 países, que definiu que as bibliotecas na era da Internet, deverão oferecer atendimento à distância, já que o tempo disponível para o usuário deslocar-se às bibliotecas está sendo cada vez mais escasso.

O crescente acesso a portais de pesquisas na Internet, leva à necessidade das bibliotecas de se adequarem para enfrentar a concorrência dessas ferramentas de recuperação da informação. Para isso, utiliza seu principal diferencial, que é fornecer informação de maneira mais consistente, seletiva e organizada. O que muda é o novo formato em que a informação se apresenta, pois o documento passa do formato papel para o virtual, não excluindo a necessidade de se recuperar e disseminar essa informação de maneira adequada.

Efetivamente, há muita informação disponível na rede mundial de computadores, teoricamente acessível por meio de ferramentas eletrônicas. É nesse momento que o profissional bibliotecário responsável e competente seleciona informações fidedignas, para serem apresentadas ao seu usuário. Afinal, em qualquer situação que envolva a cidadania, seja no meio acadêmico e, no caso da Biblioteca do Senado, no meio legislativo, o contato desavisado com conteúdos de fontes desconhecidas pode representar o risco de se obter informações errôneas e não confiáveis.

Assim, a Biblioteca do Senado compartilha do entendimento de que os atuais formatos digitais abrem novos potenciais para o profissional da informação, que, agora, tem à sua disposição instrumentos que podem multiplicar suas funções de pesquisa, já que o tratamento e a disseminação da informação ganham outros conceitos.

Garantir não somente o acesso ao patrimônio físico dos documentos, mas, também, a qualquer informação, onde quer que ela esteja é hoje o objetivo principal de qualquer biblioteca. Outra nova realidade é oferecer produtos personalizados a seus usuários prioritários, o que a Biblioteca do Senado já vem fazendo. É importante possibilitar que as novas tecnologias possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento do conhecimento humano e da sociedade de forma igualitária.

PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO

No processo de captação de informação, o perfil do bibliotecário parlamentar deve caracterizar-se em descobrir novos recursos de informação, conhecer o processo legislativo, interessar-se por política e legislação, informar-se sobre as novas tecnologias, produtos ou processos, rever e avaliar suas próprias práticas profissionais e promover sua capacitação permanente.

O desenvolvimento das tecnologias de informação tanto pode afastar como atrair as pessoas às bibliotecas. Acompanhar essa vertiginosa mudança de atitudes requer dos atuais profissionais da informação um constante reposicionamento em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes. Para tanto, necessitam recorrer às mais variadas formas de atualização, principalmente no que concerne à educação continuada.

A existência de recursos humanos bem qualificados, capazes de tirar partido das novas tecnologias de informação, requer avaliações e revisões sistemáticas na qualidade de serviços, para se adequarem às necessidades dos usuários. As habilidades desses especialistas em consultar e pesquisar dados ficam mais evidentes com o uso freqüente dos sistemas de informação automatizados.

Os bibliotecários precisam saber como aplicar seu conhecimento técnico de uma forma não tradicional. Na era da conectividade, é preciso chegar ao usuário aonde ele estiver, especificamente ao senador que atua tanto em Brasília como no estado que o elegeu. Novos serviços, sistemas de referência digital com buscas interativas, blogs com consultas coletivas e outras estruturas de dados estão em desenvolvimento para ajudar os bibliotecários nesse desafio.

Em decorrência do fenômeno da globalização, as sociedades se debatem na transição para chegar a se constituírem nas chamadas “sociedades da informação”, ou “sociedades do conhecimento”, o que obriga uma revisão do aprendizado do bibliotecário neste novo milênio. Sua formação técnica deve voltar-se para um profissional capaz de agregar significado à informação por meio de uma mudança de atitudes referentes ao uso e domínio da informação, em quaisquer dos formatos em que se apresente, bem como das tecnologias que dão acesso à informação. É necessário que o novo profissional conheça e identifique as necessidades de informação de seus usuários, elabore estratégias de busca, avalie, analise e interprete a informação selecionada. A partir daí, o bibliotecário, pode reformular os dados e transmiti-los, até mesmo por meio eletrônico. Todos esses procedimentos estão apoiados em uma perspectiva de solução de problemas e na competência em informação (*information literacy*).

A idéia de que a Internet vai substituir as bibliotecas e os bibliotecários é equivocada. Na verdade, são complementares. Os registros digitais estão tornando as bibliotecas mais acessíveis, sem fronteiras.

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E A INCLUSÃO DIGITAL

O cenário da sociedade da informação está, também, nos embates políticos e econômicos. A mudança nos modos de comunicação pesa fortemente sobre os comportamentos culturais e sociais, alterando as perspectivas do papel das bibliotecas. Doravante, elas deverão consolidar, também, uma missão de educadoras, contribuindo para a inclusão digital e proporcionando a construção de uma cidadania plena.

Quando se fala em inclusão digital, não se deve pensar apenas em equipamentos e programas de computador, mas, principalmente, em conteúdo informacional. Apesar de a língua portuguesa estar entre as dez mais faladas do mundo, o percentual de páginas com conteúdo no nosso idioma na Internet é muito pequeno - menos de 7% do total disponível no mundo.

O Senado deve promover políticas de inclusão social por meio do acesso à informação, para que o salto do conhecimento tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e política. A chamada “alfabetização ou inclusão digital” interna e externa é, também, elemento chave no contexto sócio-econômico.

É importante pensar em um conceito de Biblioteca Cidadã que propõe ações para a utilização adequada de gestão de informação, de novas tecnologias de informática e comunicação, de forma a moldar um novo cenário de biblioteca. O Senado poderá dar continuidade às inovações tecnológicas para a formação dessa Biblioteca Cidadã, adotando padrões de intercâmbio de informações, de forma a incrementar a acessibilidade, receptividade e flexibilidade de cooperação entre instituições afins, nacionais e estrangeiras.

A implantação do projeto Biblioteca Cidadã pressupõe o compartilhamento das seguintes linhas de ação adaptadas do Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil:

- ☞ Senado ao alcance de todos – estímulo aos serviços que envolvam ampla disseminação de informações legislativas, históricas e administrativas, além de programas para capacitação de recursos humanos na inclusão digital pela biblioteca e apoio ao deficiente visual e físico, com instalação de quiosques da Biblioteca Cidadã.
- ☞ Educação na sociedade da informação – apoio aos esquemas de aprendizado de educação continuada e à distância, baseada na Internet; formação de acervo legislativo e político em versão eletrônica; e fóruns de encontros de literatura jurídica e política.
- ☞ Acervo – incentivo à geração de acervo que enfatize a informação de relevância regional e de atualidades; fomento a esquemas de digitalização para a preservação e disseminação da história e da formação do Poder Legislativo.
- ☞ Universalização de serviços para a cidadania – promoção do acesso à Internet, buscando soluções alternativas com base em novos dispositivos e meios de comunicação; promoção de modelos de acesso coletivo ou compartilhado à Internet, bem como incentivo a projetos que promovam a cidadania e a coesão social.
- ☞ Publicações eletrônicas e em papel – publicação de séries históricas que abranjam a trajetória histórica e política do Legislativo Federal para a formação de uma biblioteca digital.
- ☞ Infra-estrutura avançada e novos serviços – fomento à implantação de redes, de processamento de alto desempenho e à experimentação de novos protocolos de Internet.
- ☞ Promoção de intercâmbio bibliotecário - estimular uma rede de intercâmbio nacional e internacional de informação entre bibliotecas de diversos países. Formação de uma rede nacional de bibliotecas do Poder Legislativo Federal, estadual e municipal.

No projeto de gestão de informação da Biblioteca Cidadã devem-se analisar os recursos de novas tecnologias de informação e documentais já existentes e adequá-los a um formato de arquivamento eletrônico, segundo os padrões internacionais de intercâmbio de dados para arquivos, bibliotecas e museus.

O acesso deve ser simultâneo, em linha, a várias fontes internas e externas de informação, fornecendo ao usuário um acesso remoto por meio de um computador conectado a uma rede. É necessário, ainda, realizar treinamentos por tutoriais e ensino à distância para que haja o êxito esperado para o Projeto.

A Biblioteca do Senado une, assim, o seu precioso passado com o desafio do futuro. Restaura seu rico acervo de obras raras e, ao mesmo tempo, está em transformação, procurando acompanhar o ritmo acelerado da abundância de informações do mundo contemporâneo. Registra em seu acervo publicações impressas e disponibiliza em seu portal na Internet recursos eletrônicos e digitais.

Atendeu aos parlamentares do Império e, continua, hoje, fornecendo informações aos parlamentares da atual legislatura. Tem procurado ao longo de sua história, utilizar os seus recursos e tecnologias de informação, e assim será no futuro. Insere-se no conceito de um novo Legislativo que necessita de um grande universo de informações, para direcionar, com transparência, os destinos da Nação para um futuro promissor.

Com essa perspectiva, a Biblioteca do Senado não se aflige diante dos prognósticos que visualizam as bibliotecas como locais obsoletos. O futuro é um desafio que se apresenta ainda mais brilhante que o passado, pois virá orientado pelo novo paradigma e pela expansão dos potenciais decorrentes das novas tecnologias.

A Biblioteca do Senado dá as boas vindas ao futuro.

Bibliografia

200

- ABRANCHES, Dunshee de. *Actas e Actos do Governo Provisório*. Introdução Octaciano Nogueira. Brasília: Senado Federal, 1998. 402 p. Edição fac-similar.
- ACERVOS de memória: exposição comemorativa do cinquentenário da Uerj. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2001. p. 52.
- ALENCAR, José de. *Systema Representativo*. Introdução de Walter Costa Porto. Brasília: Senado Federal, 1997. 240 p. (Coleção memória brasileira, 3). Edição fac-similar.
- ALENCASTRO, Luís Felipe. Mapas do Brasil oculto. *Veja*, São Paulo, 27 out. 1999. p. 20. Coluna Ponto de Vista.
- AYALA, Walmir. *Dicionário de pintores brasileiros*. Rio de Janeiro: Spala, 1986. v. 1, p. 414; v. 2, p. 60.
- BARBOSA, Ruy. *Emancipação dos escravos: o projeto Dantas dos sexagenários e o parecer que o justifica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p. 7-8.
- BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE DIREITO: nova série. Rio de Janeiro: IBBD, v.1, 1980-1981.
- _____. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação (SEEP), 2002-. Cd-rom, il. color.
- BIBLIOTECA brasileira da Robert Bosch GmbH: catálogo. Rio de Janeiro: Kosmos, 1992. 516 p.
- BIBLIOTECA DE MANGUINHOS (Rio de Janeiro, RJ). *Catálogo de obras raras e especiais da Biblioteca de Manguinhos*. Pesquisa, Seleção, Notas e Normalização Bibliográfica por Jeorgina Gentil Rodrigues e Ivete Maria da Silva. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1992. 215 p., il.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *500 anos de Brasil na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. 143 p., il. color.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. 7 v.
- BONAVIDES, Paulo ; ANDRADE, Paes de. *História constitucional do Brasil*. 6. ed. Brasília: OAB, 2004. 949 p.
- BRASIL A/Z: enciclopédia alfabética em um único volume: 25.000 verbetes, mapas e ilustrações. São Paulo: Universo, 1988. 867 p., il. color.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Catálogo de obras raras da Biblioteca da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000-2004. 2 v., il. color.
- _____. *Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária. Coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados*. Prefácio de Pedro Calmon. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977. 544 p.
- BRASIL. Congresso. Sessão em 14 de abril de 1960. Ata da 38ª Sessão da 2ª Sessão Legislativa da 4ª Legislatura. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1960, seção II, p. 1054.
- BRASIL. Congresso. Senado. *Ato da Comissão Diretora nº 12, de 2004*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- _____. *Manual do senador*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. 255 p.
- _____. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1905. 249 p.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. 165 p.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. 158 p.
- _____. Parecer nº 31, de 1909. Dispõe sobre o desmembramento dos serviços da Biblioteca e do Arquivo. In: _____. *Avulsos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. 1 p.
- _____. Parecer nº 210, de 1898. Dispõe sobre a criação do cargo de bibliotecário via indicação nº 3, de 1898. In: _____. *Avulsos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. 1 p.
- _____. Parecer nº 367, de 1908. Dispõe sobre a criação do lugar de conservador da Biblioteca via indicação nº 5, de 1908. In: _____. *Avulsos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. 1 p.
- _____. *Relatório do Presidente do Senado Federal para ser apresentado na sessão ordinária de 1895*, Rio de Janeiro, p. 10, 1895.
- _____. *Relatório do Presidente do Senado Federal para ser apresentado na sessão ordinária de 1896*, Rio de Janeiro, p. 18-21, 1896.
- _____. *Regimento interno da biblioteca*. Brasília: Senado Federal, Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, 2003. Folheto explicativo.
- _____. *Regimento Interno do Senado Federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. p. 57.
- _____. *Regulamento administrativo do Senado Federal*: resolução nº 58, de 1972, e suas alterações. Brasília: Senado Federal, 1982. p. 32-35.
- _____. _____. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1983. p. 34-35.
- _____. *Regulamento administrativo do Senado Federal*: resolução nº 58, de 1972, com as alterações introduzidas até o dia 7 de março de 1996. 4. ed., reimpr. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1996. p. 54-57.
- _____. *Regulamento da Secretaria*: resolução nº 6/60 e suas alterações. Brasília: Senado Federal, 1964. p. 24-26.
- _____. _____. Brasília: Senado Federal, 1969. p. 22-25.
- _____. *Regulamento da Secretaria e quadro do pessoal do Senado Federal*: resoluções nº 1 e 4, de 1950 e nº 18 de 1951. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951. p.34-35.
- _____. *Regulamento da Secretaria do Senado Federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 3-9.
- _____. *Relatório da Presidência referente aos trabalhos da 4ª sessão legislativa ordinária da 8ª legislatura*, Brasília, p. 255-259, 1978.
- _____. *Relatório da Presidência referente aos trabalhos da 1ª sessão legislativa ordinária da 9ª legislatura*, Brasília, p. 275-277, 1979.
- _____. *Resolução nº 9, de 1997*: altera o regulamento administrativo do Senado Federal. Brasília, Senado Federal, 1997.
- _____. *O Senado na história do Brasil*. 2. ed. rev. atual. Brasília: Senado Federal, 1999. 131 p.
- _____. Sessão em 13 de dezembro de 1898. Discute a indicação da mesa nº 3 de 9

de dezembro de 1898 sobre a criação do lugar de bibliotecário para a Secretaria do Senado. *Annaes do Senado*, Rio de Janeiro, v.4, p. 114-117, 1898.

_____. Sessão em 14 de dezembro de 1898. Aprova a indicação da mesa n. 3 de 1898 que cria a carreira de bibliotecário da Secretaria do Senado. *Annaes do Senado*, Rio de Janeiro, v.4, p. 119, 1898.

_____. Sessão em 19 de dezembro de 1898. Aprova a nomeação de Luiz de Andrade para o cargo de bibliotecário do Senado. *Annaes do Senado*, Rio de Janeiro, v.4, p. 181, 1898.

_____. Sessão em 25 de setembro de 1924. Solicita a alteração do artigo 7 n.4 do Regulamento Interno da Secretaria do Senado. *Annaes do Senado*, Rio de Janeiro, v.5, p. 347-349, 1924.

BRASIL. Congresso. Senado. Biblioteca. *Catálogo alfabético*: Bibliotheca do Senado Federal da República dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898-. 1 v.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros*: de 1826 a 1986. Adendo: nomes parlamentares, títulos nobiliárquicos. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1987. 70 p., il.

_____. *Senado Federal*. Rio de Janeiro, Spala, 1984. 225 p., il. color.

BRASIL. Congresso. Senado. Secretaria de Biblioteca. *Vocabulário Controlado Básico*: VCB. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/pesquisa.asp>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Biblioteca. Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI. *Elaboração do tesouro da Rede Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI*. Brasília, DF, 2005. 15 p. [Trabalho apresentado no XXI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD), 17-22 jul. 2005, Curitiba, PR]

_____. *Projeto de tesouro da RVBI*. Brasília, DF, 2004. 15 p. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/rvbi_projeto_vcb.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2006.

_____. *Manual de elaboração do tesouro da RVBI*. Brasília, DF, 2005. 29 p. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/rvbi_manual.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Biblioteca. Serviço de Gerência da RVBI. *Manual de análise documentária para a Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI*. Brasília, DF, 2006. 60 p. [em elaboração]

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, 1946. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. 121 p.

BRASIL. Senado. Acta da Conferência da Mesa do Senado em 15 de outubro de 1866. Propõe o Visconde de Abaeté a encomenda de livros para a Biblioteca do Senado e o uso de sobras de verbas para este fim. In: _____. *Actas das Conferências da Mesa do Senado desde o anno de 1861 até o de 1866 inclusivamente*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1866. v.1, p. 80-87.

_____. *Artigos Aditivos ao Regimento Interno do Senado*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1874. 7 p.

_____. Parecer n. 176, de 15 de maio de 1869. Expõe os procedimentos da Mesa do Senado na organização da Biblioteca do Senado. *Annaes do Senado do Império do Brazil, primeira sessão em 1869*, décima quarta legislatura, de 27 de abril a 30 de maio, Rio de Janeiro, v.1, p. 114-119, 1869.

_____. *Regimento interno para o Senado*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861. 30 p.

_____. *Regimento interno do Senado (1831)*: acompanhado do Regimento Comum : dos quadros demonstrativos da abertura e encerramento da Assembléa Geral Legislativa, e das prorrogações, convocações extraordinárias, adiamentos da assembléa geral : bem como da dissolução da Câmara dos Deputados e do quadro dos Deputados e do quadro dos Senadores do Império do Brazil, desde o anno de 1823 até a o de 1883. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883. 168 p.

_____. *Regulamento para o serviço da Secretaria, Archivo, Bibliotheca, Salão, Porta, Galerias e Tribunas do Senado*. Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 1863. Manuscrito do Arquivo do SF. Derivou do Parecer da Mesa nº3 de 1863.

_____. Sessão em 18 de maio de 1826. A Câmara dos Senadores do Império decide pela criação de uma biblioteca para o Senado. *Annaes do Senado do Império do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 91-94, 1826.

_____. Sessão em 9 de setembro de 1861. Autoriza a Mesa do Senado a reformar o serviço de Secretaria, Arquivo e Biblioteca do Senado. *Annaes do Senado do Império do Brazil*, Rio de Janeiro, v.3, p. 267, 1861.

BRASIL 500 anos: obras raras relacionadas ao descobrimento

- to do Brasil. Apresenta texto sobre obras raras relacionadas ao descobrimento do Brasil. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/brasil500anos/texto_capa6.html>. Acesso em: 16 nov. 2005.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1971. v. 5.
- CARVALHO, Alfredo de. *Bibliotheca Exotico-Brasileira*. Rio de Janeiro: Empreza Graphica Editora, 1929-1930. p. 25-26.
- CLAUDIO, Ivan. Navegar é preciso. IN: ISTO É INDEPENDENTE, n. 1704, 29 maio 2002. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/1704/artes/1704_navegar_e_perciso.htm>. Acesso em: 16 jan. 2006.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA. Apresenta estudos sobre esses vales. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/menu/os_vales/principais>. Acesso em: 05 nov. 2005.
- UM CONSERVADOR de vanguarda. In: DIÁRIO CARIOCA. Disponível em: <<http://www.serqueira.com.br/dc/>>. Acesso em: 01 fev. 2006.
- A CONSTITUIÇÃO que não foi: história da Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Brasília: Senado Federal, 2002. 311 p. il.
- A CONSTRUÇÃO de Brasília. In: O BRASIL de JK Rio de Janeiro, 2005. 3 p. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/hm/O_Brasil_de_JK/A_construcao_de_Brasilia.asp>. Acesso em: 23 nov. 2005.
- O CRUZEIRO : curiosidades. In: MEMÓRIA viva: história rima com memória. 2005. Disponível em: <<http://memoriaviva.digi.com.br>>. Acesso em: 22 nov. 2005.
- DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília: Senado Federal, 1987-1988.
- DICIONÁRIO brasileiro de artistas plásticos. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973-1980. 4 v., il.
- DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro: pós 1930. Coordenação Alzira Alves de Abreu et al. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 4 v.
- DUTRA, Francis A. *A guide to the history of Brazil: 1500-1822*. Santa Bárbara: ABC, 1980. 625 p.
- ENCICLOPÉDIA Artes Visuais. Apresenta a biografia da artista Fayga Ostrower. Disponível em: <<http://itau-cultural.org.br/AplicExternas/Enciclopedia/artesvisuais2003/index.cfm>>. Acesso em: 17 nov. 2005.
- ENCICLOPÉDIA de literatura brasileira. Direção de Afrânio Coutinho; J. Galante. Rio de Janeiro: Olac Fae, 1990. 2 v., il.
- _____. Direção de Afrânio Coutinho; J. Galante. 2. ed., rev., ampl., atual. e ilustr. sob a coordenação de Graça Coutinho e Rita Moutinho. Rio de Janeiro: Global : Fundação Biblioteca Nacional, 2001. 2 v., il.
- ENCICLOPÉDIA ilustrada do Brasil. Rio de Janeiro: Bloch, 1982. v. 2.
- ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1995. v. 10, il. color.
- ENCICLOPÉDIA Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1977-1982. v.15, p. 396; v. 56, p. 290-294.
- ENCICLOPÉDIA Universal Ilustrada Europeo-americana : etimologias, sânscrito, hebreo, grego, latim, árabe, linguas indígenas americanas, etc. : versiones de la mayoría de las voces en francés, italiano, inglés, alemán, portugués, catalán, esperanto : appendice. Madrid: Espasa-Calpe, 1930-1933. v. 5, p. 1073-1074.
- FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca: 1808-1908*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941. p. 292-293, 343.
- GARSCHAGEN, Bruno. Raras edições, poucos leitores, uma confraria. IN: REVISTA ENTRE LIVROS, v. 1, n. 7. nov. 2005. Disponível em: <<http://revis-taentrelivros.uol.com.br/Edicoes/4/artigo9466-1.asp?o=s>>. Acesso em: 18 nov. 2005.
- GRANDE enciclopédia Delta Larousse. Rev. e atual. Rio de Janeiro: Delta, 1974. 15 v., il. color.
- GRANDE enciclopédia portuguesa e brasileira: ilustrada com cerca de 15.000 gravuras e 400 estampas a cores. Lisboa: Ed. Enciclopédia, 1936-1960. 40 v., il. color.
- HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional: a história de uma coleção*. 2.ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1996. 263 p., il. color.
- HISTÓRIA do Brasil. Rio de Janeiro: Bloch, 1972. v.3.
- HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, Barão. *A Constituinte Perante a Historia*. Brasília: Senado Federal, 1996. 200 p. Edição fac-similar.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Catálogo de periódicos raros. Rio de Janeiro, 2005. Base disponível em: <http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=periodicosraros_pr&db=periodico...>. Acesso em: 22 nov. 2005.
- JORNAL DA CONSTITUINTE. Brasília: Assembléia Nacional Constituinte, 1987-1988.
- KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, 2002. 477 p., il.
- LIMA, Leo. Um olhar divino sobre o homem. Disponível em: http://www.cenaurbana.com.br/cultura/fotografia/s_salgado.htm. Acesso em: 16 jan. 2006.
- LOPES, Gisele. Como o mundo era visto séculos atrás? *Ciência hoje on-line* 24 jan. 2003. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/controlpanel/materia/view/2870>>. Acesso em: 16 jan. 2006.
- MAIA, Agaciel da Silva. *O Senado e seus Presidentes: Império e República*. Brasília: Senado Federal, 2004. 293 p., il.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempo de República*: São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2001.
- MAUAD, Ana Maria. *Janelas que se abrem para o mundo: fotografia de imprensa e distinção social no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. E.I.A.L. *Estúdios interdisciplinares de America Latina y El Caribe*, v.10, n. 2, jul.-dec. 1999. Disponível em: <http://www.tau.ac.il/eial/X_2/mauad.html>. Acesso em: 05 nov. 2005.
- MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'água, Fapesp, 2003. p. 23-25.
- MORAES, Rubens Borba. *Bibliographia brasiliana: a*

bibliographical essay on rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works of brazilian authors published abroad before the independence of Brazil in 1822. Amsterdam: Colibris, 1958. 2v.

OLIVEIRA, Joanyr. *Biografia da cidade*: crônica de Brasília: síntese histórica. Brasília: LGE, 2005. p. 70.

OLIVEIRA, Elaine Ricevich Bastos de; JAEGGER, Fátima. *Gerenciamento da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI*. Brasília, DF, 2005. 15 p. [Trabalho apresentado no XXI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDI), 17-22 jul. 2005, Curitiba, PR]

PACHECO, Marcelo E. Cándido López :1840-1902. In: IMAGE & ART, 2005. 4 p. Disponível em: <http://www.imageandart.com/tutoriales/biografias/candido_lopez/index.htm> Acesso em: 23 nov. 2005.

O PASQUIM. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Pasquim> Acesso em: 01 fev. 2006.

PÁTRIA GRANDE. Apresenta a biografia do artista Sebastião Salgado. Disponível em: <http://www.patriagrande.net/brasil/sebastiao.salgado/index.php?seccion=biografia>. Acesso em: 16 jan. 2006

PATROCÍNIO, José do. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/José_do_Patrocínio>. Acesso em: 6 fev. 2006.

PERREZ, Renard. Joaquim Cardozo: um grande poeta bissexto. *Jornal de Poesia*, Fortaleza, Disponível em: <<http://www.secrel.com.br/jpoesia/jcardoso4.html>> Acesso em : 06 fev. 2006.

PICANÇO, Melchiades ; PICANÇO, Aloysio Tavares. *4 jurisprudências brasileiros*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 2004. p. 82-98.

PITORESCO: a arte dos grandes mestres. Apresenta a biografia de THOMAS Ender :1793-1875. Disponível em: <<http://www.pitoresco.com/brasil/tomasender/tomasender.htm>> Acesso em: 16 jan. 2006.

PRAZERES, Michelle ; BITENCOURT, Maira. Careta: amnésia nacional. *Observatório da Imprensa*, 5 jul. 1999. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/mos050799.htm>> Acesso em: 05 nov. 2005.

RVBI: Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, [19--]. Folheto explicativo.

SANTOS, Marcio. A campanha Rio São Francisco patrimônio mundial e a Expedição Engenheiro Halfeld. In: JORNAL MANUELZÃO, UFMG, Belo Horizonte, 5 nov. 2005. Disponível em:< <http://www.manuelzao.ufmg.br/jornal/jornalulted18/saofrancisco.htm>> . Acesso em: 05 nov. 2005.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923. v. 4, p. 331, 1860.

SOCIEDADE OS CEM BIBLIÓFILOS DO BRASIL. In: MUSEUS Castro Maya. Disponível em: <<http://www.museus-castromaya.com.br/colecoes.htm>>. Acesso em: 29 out. 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 406p.

SUBMARINO. Apresenta uma sinopse do livro: Dom Pedro : estudo iconográfico de Stanislaw Herstal. Disponível em: <http://www.submarino.com.br/obras_raras/Dom_Pedro/Estudo_iconografico...> Acesso em: 22 nov. 2005.

VERBO : enciclopédia luso-brasileira de cultura : edição século xxi. Lisboa: Verbo, 1963-1995. v.2, p. 1335.

VERGILIO, Vivian. O audacioso e destemido “inimigo do rei”. Canal da Imprensa, São Paulo, 18. ed., 4 set. 2003. Disponível em: <<http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/perfil/doito/identidade1.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2005.

VIEIRA, Simone Bastos. *Rede Sabi*: diretrizes de indexação. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996. 57p.

VIGÉSIMO Terceiro Grupo Escoteiro Luiz Cruls. Disponível em:< <http://www.luizcruls.org.br>> Acesso em: 16 nov. 2005.

VITALE, Thiago. Jóias da Literatura. *Correio Braziliense*. Brasília, 06 jun. 2002. Caderno Cultura. Disponível em: <http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20020606/.htm>. Acesso em: 29 out. 2005.

WEB Gallery of Art. Apresenta a biografia do pintor Andrea Appiani. Disponível em: <<http://www.wga.hu/bio/a/appiani/biograph.htm>> . Acesso em: 23 nov. 2005.

ANEXO

Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho

Quadro dos Atos Legislativos

1826 - 2006

Entrou em 1^a discussão, que ficou encerrada por falta de numero
Januário de 1864 -

Regulamento
para o serviço
da
Secretaria, Archivo, Bibliotheca
Galerias e Tribunas
do
Senado.

A Mesa em virtude do
Senado de 9 de Setembro de 1861,
resolução de 7 de Novembro ultimo, ap
executar o seguinte

Regulamento.

Capitulo 1^o

Atos Legislativos referentes à Biblioteca do Senado Federal (1826 - 2004)

Legislação	Número de Servidores	Organograma	Informações
Ata da sessão de 18 de maio de 1826			A Câmara dos Senadores do Império do Brasil decidiu pela criação de uma livraria, ou Biblioteca
Regimento Interno do Senado de 03 de agosto de 1831	1 porteiro		Exercia a função de guarda e arrumação dos livros
Ata da 75ª sessão de 09 de setembro de 1861			Autoriza a Mesa reformar o serviço de Secretaria, Arquivo e Biblioteca do Senado
Regulamento para o Serviço da Secretaria, Arquivo, Biblioteca, Salão, Porta, Galerias e Tribunas do Senado, de 15 de dezembro de 1863	1 primeiro oficial arquivista, bibliotecário, 1 segundo oficial e 1 contínuo	* Serviço do Arquivo e Biblioteca	
Acta da Conferência da Mesa do Senado em 15 de outubro de 1866			Proposição do Presidente sobre a conveniência de se encomendar da Europa livros para a criação de uma livraria digna do Senado. Decisão adiada.
Acta da Conferência da Mesa do Senado em 31 de outubro de 1866			Recomendação da Mesa pela indagação do preço de algumas obras mencionadas na relação apresentada pelo Presidente do Senado em Conferência anterior. Decisão adiada.
Acta da Conferência da Mesa do Senado em 05 de novembro de 1866			Aprova a compra de livros mencionados nas Conferências anteriores e sugere a continuidade da aquisição de obras de interesse da Biblioteca no Brasil e na Europa
Parecer da Mesa nº 176/1869			Expõe o modo como a Mesa está organizando a livraria do Senado e apresenta o catálogo atualizado de obras nela existentes

Legislação	Número de Servidores	Organograma	Informações
Regulamento da Secretaria do Senado de 30 de julho de 1891	1 oficial bibliotecário	* Arquivo, Biblioteca e Contabilidade	
Relatório do Presidente do Senado Federal apresentado na sessão ordinária de 1895			Demonstra que procurou fazer a aquisição de grande número de livros e revistas
Relatório do Presidente do Senado Federal apresentado na sessão ordinária de 1896			Demonstra a obtenção de verba para aquisição de publicações e a decisão da construção de nova sala para abrigar a Biblioteca
Indicação da Mesa nº 3/1898			Cria o lugar de bibliotecário da Secretaria do Senado, acumulando as funções de arquivista
Parecer da Mesa nº 210/1898			Aprova a Indicação da Mesa nº 3. Discutido na sessão de 13 de dezembro de 1898 e votado e aprovado na sessão de 14 de dezembro de 1898
Parecer da Mesa nº 218/1898	1 bibliotecário		Aprova, na sessão de 19 de dezembro, a nomeação de Luiz de Andrade para o cargo de bibliotecário do Senado
Regimento Interno do Senado Federal, de 7 de dezembro de 1903			Discrimina o quadro de pessoal da Secretaria do Senado, com a indicação clara de que o bibliotecário também ocupava a função de arquivista (artigos 219 e seguintes)
Parecer nº 367/1908 da Comissão de Polícia	1 bibliotecário e 1 conservador		Altera o Regulamento da Secretaria do Senado de 30 de julho de 1891. Cria o lugar de conservador da Biblioteca

Legislação	Número de Servidores	Organograma	Informações
Parecer nº 31/1909 da Comissão de Polícia	1 bibliotecário		Aprovado na sessão de 12 de junho, altera o Regulamento da Secretaria do Senado de 30 de julho de 1891. Desmembra os serviços da Biblioteca e do Arquivo, criando o lugar de arquivista.
Ata da sessão de 25 de setembro de 1924			Solicita alteração do artigo 7º, nº 4 do Regulamento Interno da Secretaria do Senado, para que apenas senadores e funcionários da Casa pudessem dispor do acervo da Biblioteca e consultá-lo dentro do recinto
Regulamento da Secretaria e Quadro de pessoal, instituído pela Resolução nº 1/1950	2 bibliotecários	<ul style="list-style-type: none"> * Diretoria da Biblioteca - Seção de Classificação, Catalogação e Conservação - Seção de Consultas e Empréstimos - Seção de Referência Legislativa 	
Resolução do Senado nº 4/1955	6 oficiais bibliotecários	<ul style="list-style-type: none"> * Diretoria da Biblioteca - Seção de Administração - Seção de Classificação e Catalogação - Seção de Referência Legislativa 	Altera o Regulamento da Secretaria e Quadro de pessoal (Resolução nº 1/1950)
Regulamento da Secretaria do Senado, instituído pela Resolução nº 6/1960	6 oficiais bibliotecários	<ul style="list-style-type: none"> * Diretoria da Biblioteca - Seção de Administração - Seção de Classificação e Catalogação - Seção de Referência Legislativa 	
Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58/1972	6 bibliotecários	<ul style="list-style-type: none"> * Subsecretaria de Biblioteca - Gabinete - Seção de Administração - Seção de Processos Técnicos - Seção de Periódicos - Seção de Referência Bibliográfica - Seção de Reprografia 	Cria a Secretaria de Documentação e Informação. A Seção de Referência Legislativa desmembra-se da Biblioteca e passa a denominar-se Subsecretaria de Análise

Legislação	Número de Servidores	Organograma	Informações
Resolução nº 76/1984	11 bibliotecários	* Subsecretaria de Biblioteca - Seção de Administração - Seção de Seleção e Registro de Material Bibliográfico - Seção de Processos Técnicos - Seção de Periódicos - Seção de Indexação - Seção de Referência Bibliográfica - Seção de Materiais Especiais	Altera o Regulamento Administrativo, instituído pela Resolução nº 58/1972. A Seção de Administração assume as funções do Gabinete, que foi extinto
Ato da Comissão Diretora nº 45/1988	20 bibliotecários	Acresce mais 9 cargos de bibliotecários ao quadro de funcionários do Senado Federal	
Resolução nº 33/1991	30 bibliotecários	Acresce mais 10 cargos de bibliotecários ao quadro de funcionários do Senado Federal	
Resolução nº 9/1997	30 bibliotecários	* Subsecretaria de Biblioteca - Gabinete - Serviço de Desenvolvimento de Coleções - Serviço de Atendimento ao Usuário - Serviço de Processos Técnicos - Serviço de Multimeios - Serviço de Gerência da Rede SABI	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58/1972. As seções passam a denominar-se serviços. Subordinada à Secretaria de Informação e Documentação
Ato da Comissão Diretora nº 12/2004	30 bibliotecários	* Secretaria de Biblioteca - Gabinete - Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional (RVBI) - Subsecretaria de Pesquisa e Recuperação de informações Bibliográficas (SSPES) > Serviço de Pesquisa Parlamentar > Serviço de Recuperação de Informações Bibliográficas > Serviço de Empréstimo e Devolução de Material Bibliográfico > Serviço de Manutenção e Conservação do Acervo - Subsecretaria de Processamento Técnico de Informações Bibliográficas (SSPTEC) > Serviço de Desenvolvimento de Coleções > Serviço de Processamento de Livros > Serviço de Processamento de Jornais > Serviço de Processamento de Artigos de Revistas > Serviço de Processamento de Coleções de Revistas > Serviço de Biblioteca Digital	Altera o Regulamento Orgânico do Senado Federal. Transforma em Secretaria de Biblioteca a Subsecretaria de Biblioteca e cria Subsecretarias e Serviços. Subordinada ao Diretor-Geral

DIRETORIA GERAL DO SENADO FEDERAL

Dr. Agaciel da Silva Maia

SECRETARIA DE BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

Diretora

Simone Bastos Vieira

Chefe de Gabinete

Ana Cláudia Costa Badra

Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI

Elaine Ricevich Bastos de Oliveira

Subsecretaria de Processamento Técnico de Informações Bibliográficas

Diretora

Stelina Maria Martins Pinha

Serviço de Desenvolvimento de Coleções

Sinaide Nascimento da Silva Santos

Serviço de Processamento de Livros

Maria Tereza de Carvalho Araújo

Serviço de Processamento de Jornais

Lisane de Meira Lima Gesteira

Serviço de Processamento de Artigos de Revistas

Silvia Regina Giordani Pereira

Serviço de Processamento de Coleções de Revistas

Rachel Maculan Sodré

Serviço de Biblioteca Digital

Adelaide Soares de Oliveira Veiga

Subsecretaria de Pesquisa e Recuperação de Informações Bibliográficas

Diretora

Helena Celeste Ribeiro Lustosa Vieira

Serviço de Pesquisa Parlamentar

Maria Cristina Pedrinha de Lima

Serviço de Recuperação de Informações Bibliográficas

Walderez Maria Duarte Dias

Serviço de Empréstimo e Devolução de Material Bibliográfico

Fabiola Nazareth Lavinias Pessoa

Serviço de Manutenção e Conservação do Acervo

Maria Neves de Oliveira e Silva

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Senado Federal – Secretaria de Biblioteca

Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho

Praça dos Três Poderes, Anexo II

70.165-900 – Brasília-DF

Telefone: (61) 3311-3943 – Fax: (61) 3311-1765

E-mail: sbib@senado.gov.br

Internet: www.senado.gov.br/sf/biblioteca

SENADO FEDERAL
BIÊNIO 2005/2006

Senador **Renan Calheiros**
PRESIDENTE

Senador **Tião Viana**
1º VICE-PRESIDENTE

Senador **Antero Paes de Barros**
2º VICE-PRESIDENTE

Senador **Efraim Morais**
1º SECRETÁRIO

Senador **João Alberto Souza**
2º SECRETÁRIO

Senador **Paulo Octávio**
3º SECRETÁRIO

Senador **Eduardo Siqueira Campos**
4º SECRETÁRIO

Senadora **Serys Slhessarenko**
Senador **Papaléo Paes**
Senador **Alvaro Dias**
Senador **Aelton Freitas**
SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Agaciel da Silva Maia
DIRETOR-GERAL

Raimundo Carreiro Silva
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Armando S. Rollemberg
DIRETOR DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Simone Bastos Vieira
DIRETORA DA SECRETARIA DE BIBLIOTECA

